

Setembro de 2014

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
Massomba Dominique
e Venancio Dombele

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

| | |
|--|-----------|
| 1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA | 1 |
| 1.1 Ninguém em situação legal está fora do sistema | 1 |
| 2. MICROFINANÇAS | 2 |
| 2.1 Quase duas centenas de financiamentos | 2 |
| 2.2 Aumento do volume de crédito as famílias mostra tendência de subida bancaria | 2 |
| 2.3 Crédito bancário para a construção dirigida no Bocoio | 3 |
| 2.4 Onde o “credito jovem” nunca chega | 4 |
| 2.5 Crédito agrícola. Prazo de Reembolso inquieta agricultores | 4 |
| 2.6 Bancos emprestam mais dinheiro a economia | 6 |
| 2.7 BUE constituiu em Benguela dez mil empresas | 6 |
| 2.8 Crédito Agrícola devido a estiagem | 7 |
| 2.9 Microcrédito origina debate no Banco Sol | 7 |
| 3. MERCADO INFORMAL | 9 |
| 3.1 Núcleo dos jovens do Belas oferece poio a moto-taxistas | 9 |
| 3.2 Criação de Feiras | 9 |
| 3.3 Moradores do São Paulo travam venda ambulante no largo Caope | 10 |
| 3.4 Venda de carnes em estado na faculdade de medicina na UAN | 11 |
| 3.5 A nova geração de táxis em Luanda | 12 |
| 3.6 Comissão para acabar com o mercados de rua no Kilamba Kiaxi | 14 |
| 3.7 Luanda. Taxistas tem que parar em locais definidos pelo GPL | 14 |
| 3.8 Moto-Taxistas Aconselhados A Pautar Pela Prudência | 15 |
| 3.9 Atividade Comercial fora da cidade | 15 |
| 3.10 Azuis e branco "invadem" diariamente a cidade capital facilitando a vida dos cidadãos | 16 |
| 3.11 Empreendedorismo. Lavagem de carros renda 40 mil kwanzas por dia | 17 |
| 3.12 Taxistas devem manter tarifa actual | 19 |
| 4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA | 20 |
| 4.1 FMI corta crescimento de Angola e prevê um défice no saldo fiscal de 4,8% em 2014 | 20 |
| 4.2 Problemas e soluções para Asia Governação em Cacuaco | 20 |
| 4.3 Orçamento de 2013 registou saldo positivo | 23 |
| 4.4 FMI contra subsidios aos combustives | 24 |
| 4.5 Desconcentração administrativa profunda | 25 |
| 4.6 Angola gasta mais a subsidiar combustíveis do que com a educação ou a saúde | 27 |
| 4.7 Rigoriedade e responsabilização | 28 |
| 4.8 Formação dos gestores públicos no Huambo | 28 |
| 4.9 Municípios de Luanda ganham estatuto de província | 29 |
| 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA | 31 |
| 5.1 AUTARQUIAS Juventude do PRS realiza conferência | 31 |
| 5.2 Mulheres defendem autarquias | 31 |
| 5.3 Autarquias vão permitir maior desenvolvimento do país | 31 |
| 5.4 AIUÉ SAMBILÉ! | 33 |

| | | |
|------|--|----|
| 5.5 | Presidente da república cria comissão de reestauração do governo da província de luanda | 34 |
| 5.6 | Se os resultados preliminares forem contrários aos do censo-piloto alguma coisa correu mal | 35 |
| 5.7 | “Plano F” de JES para salvar Luanda | 36 |
| 5.8 | Comissão de reestruturação para Luanda | 37 |
| 5.9 | Governadores formados em gestão de Cidades | 38 |
| 5.10 | Autarquias são a melhor forma para governar Luanda | 39 |
| 5.11 | Desvios chorudos de milhões de dólares no GPL | 39 |
| 5.12 | Luanda com Novo “Salvador” | 40 |
| 5.13 | Presidente da Republica exonera Bento Bento e nomeia novo Governador de Luanda | 42 |
| 5.14 | Desconcentração administrativa profunda | 43 |
| 5.15 | Diálogo e participação | 45 |
| 5.16 | Governadores provinciais deixam de ser primeiros secretários do MPLA | 46 |
| 5.17 | Governo inventa novo procedimento para fugir autarquias | 46 |
| 5.18 | Mudanças administrativas. A fuga para a modernidade para ser igual a Washington | 48 |
| 5.19 | Novas medidas dividem os habitantes | 50 |
| 5.20 | Oposição no Uíge, defende eleições autárquicas para o desenvolvimento da província | 50 |
| 5.21 | Para a UNITA, PR confundiu descentralização com desconcentração | 51 |
| 5.22 | UNITA defende autarquias urgente | 52 |
| 5.23 | Bases para o quadro autárquico | 53 |
| 5.24 | «Caminhos graciosos» para a nova Luanda | 53 |
| 5.25 | Entre a inesperada promoção de Cavuquila e a contestada insistência em Tony Narciso | 55 |
| 5.26 | PR quer mais eficiência | 56 |
| 5.27 | Rigorosidade e responsabilização | 57 |
| 5.28 | Rude golpe ao «género» | 58 |
| 5.29 | As autarquias e sua complexidade | 58 |
| 5.30 | Fraco conhecimento sobre as autarquias limita contributo da mulher na sociedade | 60 |
| 5.31 | Municípios de Luanda ganham 'estatuto' de província | 60 |
| 5.32 | PR nomeia novo governador e a novella sobre Bento Bento tem proximos capitulos | 61 |

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

64

| | | |
|------|---|----|
| 6.1 | Plano metropolitano de luanda incompatível com estratégia de desenvolvimento da província | 64 |
| 6.2 | Uma nova Luanda se anuncia | 64 |
| 6.3 | Crédito bancário para a construção dirigida no Bocoio | 65 |
| 6.4 | PR visita primeiro prédio construído no quadro da requalificação do sambizanga | 66 |
| 6.5 | Milhares de casas prontas | 66 |
| 6.6 | O descalabro da politica Habitacional | 66 |
| 6.7 | Milhares de habitações em construção | 67 |
| 6.8 | Moradores do Kilamba estão a desperdiçar água | 68 |
| 6.9 | Ex-combatentes receberam casas | 68 |
| 6.10 | Metro vai começar a circular em Luanda | 69 |
| 6.11 | Transportes. Metro poderá desafogar trânsito complicado | 70 |
| 6.12 | Exclusão de gastos sobre infra-estruturas habitacionais foi passo á retaguarda | 71 |
| 6.13 | O primeiro prédio erguido no 'Sambila' no âmbito da requalificação urbana | 72 |

7. TERRA

74

| | | |
|-----|---|----|
| 7.1 | 240 Famílias Sem Tectos em Malange | 74 |
| 7.2 | Polémica Instalada Na Praia Da Rua 11 | 75 |
| 7.3 | O Descalabro da politica habitacional | 76 |
| 7.4 | Os enteados do Zango IV | 77 |
| 7.5 | Realojamento condiciona conclusão de obras | 78 |
| 7.6 | Terrenos colocados a venda | 79 |
| 7.7 | Icolo e Bengo. Mendes de Carvalho quer acabar com a ocupação ilegal de terras | 79 |
| 7.8 | Inquérito as ocupações anárquicas de terrenos | 80 |
| 7.9 | Ocupação ilegal de terrenos e travada pelas autoridades | 80 |

| | | |
|------|--|----|
| 7.10 | Famílias abandonam as zonas de risco | 81 |
| 7.11 | Repatriados recebem lotes para a construção de casas | 81 |

8. SERVIÇOS BÁSICOS 82

| | | |
|------|---|----|
| 8.1 | População da região com mais água potável | 82 |
| 8.2 | Melhorias na gestão da água | 82 |
| 8.3 | Habitantes do Necuto com mais água potável | 83 |
| 8.4 | Lunda SuI reforça o abastecimento | 83 |
| 8.5 | Bairro Mundial entregue ao abandono | 83 |
| 8.6 | Milhões de dólares desperdiçados no lixo | 84 |
| 8.7 | Reciclagem de lixo | 86 |
| 8.8 | Aldeias da Chipipa com água canalizada | 86 |
| 8.9 | Sector das águas com mais dinheiro para os projetos | 87 |
| 8.10 | Mais água potável na zona periférica | 87 |
| 8.11 | Moradores do Kilamba estão a desperdiçar água | 88 |
| 8.12 | Kilamba com abastecimento regular | 88 |
| 8.13 | Localidade de Mui-fano com mais água potável | 89 |
| 8.14 | Bengo. Estação de tratamento de água só em 2015 | 89 |
| 8.15 | Moradores reclamam pela falta de água e as ravinas que engolem panguila | 90 |
| 8.16 | Taxa de eletrificação devesa crescer para 60% em 2025 | 90 |
| 8.17 | Benefícios da água potável | 91 |
| 8.18 | Cada vez mais zonas tem água canalizada | 92 |
| 8.19 | Colocar Pedra Uma é obrigatório | 92 |
| 8.20 | Municípios com mais pontos de água potável | 93 |
| 8.21 | Nem sempre a água é potável | 94 |
| 8.22 | Potabilidade da água que consumimos divide Luandeses | 94 |
| 8.23 | Fornecimento de água á Matala aumenta dentro de dois anos | 95 |
| 8.24 | O dilema dos trabalhadores da Triambiente | 96 |
| 8.25 | Saneamento em Benguela esta com níveis aceitáveis | 97 |

9. GÉNERO E VIOLENCIA 98

| | | |
|-----|---|-----|
| 9.1 | Criminalidade preocupa moradores do paraíso | 98 |
| 9.2 | Incutal sem água e luz elétrica | 99 |
| 9.3 | Internet gratuita atrai marginais | 100 |
| 9.4 | Polícia apresenta balanço | 101 |
| 9.5 | Mais casos de violência na província | 102 |
| 9.6 | Assassinatos na periferia da capital são preocupantes | 102 |
| 9.7 | Criminalidade em Africa | 103 |

10. AMBIENTE 105

| | | |
|------|--|-----|
| 10.1 | Moradores do Wenge Maki fazem críticas às autoridades | 105 |
| 10.2 | Japão apoia vitimas da seca | 105 |
| 10.3 | Governo japonês disponibiliza verbas para mitigação da seca no Sul do país | 105 |
| 10.4 | Previsão de chuva acima do normal | 106 |
| 10.5 | Cada vez mais gente em zonas de risco | 107 |
| 10.6 | INAMET apela para cuidados redobrados nas chuvas | 108 |
| 10.7 | Buracos e charcos em estradas de Luanda antes das chuvas | 108 |
| 10.8 | Transtorno | 109 |

11. IMIGRAÇÃO 110

| | | |
|------|---|-----|
| 11.1 | Centralidades vão mendigar problemas habitacionais | 110 |
| 11.2 | Pais gasta perto de 70 milhões de kwanzas por semana para expulsar imigrantes ilegais | 111 |
| 11.3 | Centenas de estrangeiros ilegais repatriados | 113 |
| 11.4 | Moxico começa a receber repatriados | 113 |
| 11.5 | Polícia reforça meios para combater imigração ilegal | 114 |

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Ninguém em situação legal está fora do sistema

Jornal de Angola

02 De Setembro de 2014

Texto: César Esteves

O Instituto Nacional de Segurança Social assegurou, em Luanda, não haver casos de reformados que, depois de terem cumprido os requisitos estabelecidos por lei durante os anos de serviço, estejam de fora do Sistema de Segurança Social em Angola.

A informação foi avançada por um funcionário do Instituto Nacional de Segurança Social durante um debate sobre o fim da carreira profissional e a reforma, transmitido pelo programa "Falar Claro", da Televisão Pública de Angola (TPA), para o qual foram convidados representantes dos ministérios da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, da Educação e da Saúde.

Hugo Brás informou que o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social criou, através do Instituto Nacional de Segurança Social, uma estrutura tecnológica, humana e legal para garantir que a transição da carreira profissional para a reforma seja o mais pacífico, seguro e tranquilo. Hugo Brás realçou que, quando um funcionário vai para a reforma, o Instituto Nacional de Segurança Social "paga contas e não salários finais", uma vez que a lei estabelece uma fórmula de cálculo para esses casos.

"Para a Função Pública, a reforma é calculada com base na média dos últimos 12 meses das remunerações, enquanto para os demais sectores o cálculo é feito com base na média do salário ao ferido nos últimos três anos", informou o alto funcionário do Instituto Nacional de Segurança Social, um órgão vinculado ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

A uma pergunta sobre como tem sido calculada a média de remunerações, Hugo Brás respondeu que existe um diploma, que estabelece as formas como são feitos os descontos pelo Instituto Nacional de Segurança Social.

Para o cálculo da pensão de reforma, salientou, a média encontrada é multiplicada pelos meses das contribuições que é, depois, dividido por 420 meses, que equivalem a 35 anos. "O resultado encontrado é a pensão que o indivíduo recebe", acentuou Hugo Brás, referindo que, actualmente, em Angola a pensão mínima é de 18.922 kwanzas e a máxima de 525.105.

Desconto feito no salário

O Instituto Nacional de Segurança Social dispõe, entre a sua estrutura funcional de gestão financeira, dois sistemas de repartição e de capitalização. O dinheiro depositado pelos trabalhadores, acrescentou, fica sob a guarda e responsabilidade do Estado em fundo público. Hugo Brás sublinhou que o trabalhador não pode pensar que o somatório do dinheiro que lhe é descontado durante anos mensalmente é seu.

"O desconto feito directamente nos salários vai para um fundo público, que serve para o Estado garantir as políticas sociais dos trabalhadores que passam à reforma e também para que nunca haja falta de liquidez para suportar as despesas sociais que vão surgir", disse o especialista Hugo Brás.

O funcionário do Instituto Nacional de Segurança Social frisou que a contribuição que se faz hoje serve para o Estado pagar a pensão daqueles trabalhadores que entram agora para a reforma, um processo que denominou "regime de solidariedade geracional pelo facto de uma geração suportar os encargos da outra.

O especialista acrescentou que, no âmbito do regime de solidariedade geracional, quem vai suportar a pensão dos trabalhadores actualmente no activo são aqueles que vão entrar no mercado de trabalho, por exemplo, daqui a 25 ou 30 anos.

Anulação da pensão

O funcionário sénior do Instituto Nacional de Segurança Social informou que um funcionário público depois de estar aposentado pode regressar ao activo, mas o pagamento da sua pensão de reforma é suspenso. A suspensão só é levantada quando o funcionário voltar a ser reformado. A lei, acrescenta, não impõe a suspensão do pagamento de reforma aos trabalhadores dos demais sectores, daí que "podem acumular rendimentos de trabalho com as pensões de reforma, uma vez que são as próprias empresas que suportam as despesas". Para os trabalhadores da Função Pública, disse Hugo Brás, existe o despacho n03/09 de 1 de Abril, que proíbe que o funcionário público acumule rendimento de trabalho e pensões de reforma, cujas despesas estão incorporadas no Orçamento Geral do Estado.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Quase duas centenas de financiamentos

Jornal de Angola

02 De Setembro de 2014

Texto: Madalena José

O programa Angola Investe, introduzido pelo Executivo no mercado em meados de 2012, financiou 187 projectos empresariais em 32.886 milhões de kwanzas, anunciou ontem, em Luanda, o ministro da Economia.

Abraão Gourgel, que falava para empresários do sector da Hotelaria e Turismo, disse há 288 projectos aprovados para financiamento, o que eleva o crédito para 55.377 milhões kwanzas.

O Fundo de Garantia de Crédito emitiu 215 garantias a favor das empresas envolvidas na obtenção dos empréstimos esse programa institucional.

O ministro da Economia reuniu-se com responsáveis institucionais e operadores para os informar sobre o acesso à iniciativa de financiamento do Executivo.

Os empresários da hotelaria e turismo, garantiu, têm acesso ao Angola Investe tal como os de outros sectores, desde que apresentem um estudo de viabilidade e se registem no Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) para a sua classificação e posterior tramitação do empréstimo por um banco comercial.

Abraão Gourgel sublinhou que nesta fase os empréstimos para o sector privilegiam o financiamento à construção de infra-estruturas e equipamentos de hotelaria e turismo. O ministro da Economia considerou ser essa a melhor maneira de diversificar a produção, criar sustentabilidade e substituir a preponderância do petróleo, "um recurso esgotável", na economia nacional.

O ministro partilhou a opinião dos que criticam a burocracia ligada ao programa Angola Investe, atribuindo a lentidão na aprovação de alguns projectos à deficiente concepção dos estudos de viabilidade, falsas declarações de exequibilidade e má estruturação dos documentos, o financiamento de negócios, referiu, o Estado entra com 70, por cento do valor do crédito, o banco comercial com 30 e o promotor do negócio com as garantias de risco. O Estado, realçou, conta com o sector privado para tornar sustentável o desenvolvimento económico por

ser capaz de gerar valores e a riqueza necessária para o mercado nacional. O ministro da Hotelaria e Turismo, Pedro Mutindi, declarou que apesar dos esclarecimentos de Abraão Gourgel serem animadores, "só a existência de um fundo para o fomento do turismo pode facilitar melhor posicionamento da classe empresarial".

No encontro participaram o ministro da Indústria e Turismo de São Tomé e Príncipe, Demóstenes Pires dos Santos, vice-governadores provinciais para o Sector Económico e operadores desse mercado.

2.2 Aumento do volume de crédito as famílias mostra tendência de subida bancaria

Jornal de economia e finanças

05 De Setembro de 2014

Texto de: Isaque Lourenço

A carteira de crédito a clientes do Banco Millennium Angola (BMA) em 013 fixou-se em 86.653 milhões de kwanzas. Estes valores representam uma subida de 31,7 por cento quando comparados aos de 2012.

De acordo com o relatório e contas do Millennium a que o JE teve acesso, os recursos de clientes, no período em análise, estabeleceram-se nos 162,727 milhões de kwanzas, sendo a subida representativa de 44,1 por cento.

Neste período, o banco efetuou provisões para o crédito, facto que posicionou o resultado final da atividade numa taxa de crescimento de 1,00 por cento apenas. O rácio de transformação de recursos em crédito reduziu de 58 para 53 por cento, uma vez que os depósitos dos clientes superaram também crédito cedido.

Solidez do balancé

O balancé anual do Millennium revela solidez nos resultados. A validar esta apreciação, as contas do exercício atestam um resultado líquido de 4,872 milhões de kwanzas. A sua carteira de Clientes ascendeu para os 437.635 assinantes, o que comparativamente a 2012 representou uma subida de 41 por cento.

O documento expressa, igualmente, que o Banco Millennium Angola (BMA) registou um aumento no seu produto bancário (que corresponde aos ganhos conseguidos diretamente com a atividade bancária e inclui a margem financeira, as comissões relativas a serviços bancários, os resultados de operações financeiras, os rendimentos de instrumentos de

capital e outros proveitos de exploração líquidos). Com ela ascendeu a margem financeira do banco para os 8.571 milhões de kwanzas.

O resultado das operações financeiras foi de 4.372 milhões de kwanzas, representativos de 25 por cento do total do produto bancário. Já as comissões líquidas totalizaram 3.955 milhões de kwanzas.

"O Nosso propósito é continuar a crescer e a inovar é com este espírito que encaramos 2014. Para isso, contamos com uma infraestrutura tecnológica, conhecimento e sobretudo uma equipa altamente motivada e empenhada para continuarmos na estrada do sucesso, com qualidade e credibilidade", lê-se na mensagem do presidente da Comissão Administrativa, António Gaiosio Henriques.

Custos e rentabilidade

Os custos operacionais, que agregam com o pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações, aumentaram cerca de 9,00 por cento, para 9.085 milhões de kwanzas, acima dos 8.307 milhões de 2012. A evolução decorre essencialmente da expansão da rede de distribuição.

O rácio de eficiência situou-se em 52,4 por cento, em 2013, uma melhoria quando se compara com os 53,4 registados em 2012. A rentabilidade dos capitais médios próprios fixou-se em 16,4 por cento, abaixo dos 19,4 do período homólogo.

Todos estes resultados, entre subidas e descidas, nas diferentes rubricas do balancé, foram possíveis mediante uma atividade de proximidade e fidelização dos clientes. Os 82 balcões da rede de retalho são também apoiados por sete centros prestige, e seis centros de empresas, orientados a clientes segmentados.

Recentemente, o banco notificou aos clientes e publico em geral sobre a mudança da sua casa sede, para a cidade financeira de Talatona, em Luanda.

2.3 Crédito bancário para a construção dirigida no Bocoio

Jornal Continente
05 De Setembro 2014

Alguns dos 60 beneficiários de lotes apontaram que a falta de dinheiro para a compra de material de construção, como cimento, pedras e varões de ferro, se torna um obstáculo para arranque dos trabalhos de autoconstrução dirigida.

Luísa Domingos e José António, ambos funcionários públicos do sector da Educação, admitiram que o salário que auferem é insuficiente, o que os obriga a recorrer ao crédito bancário para tornar realidade o sonho da casa própria.

Cecília Paulo e Joaquim Culembe enaltecem o facto de o governo da província de Benguela e a administração municipal do Bocoio terem distribuído mil metros quadrados de lotes de terrenos e ainda 3.500 tijolos para cada beneficiário naquela região.

Enquanto isto, Domingas Chindembe contou que não começou ainda as obras da sua residência por insuficiência de verbas, razão pela qual pensa num crédito de salário adiantado para reverter essa tendência. Os interlocutores foram unânimes em apontar o empréstimo junto dos balcões do Banco de Poupança e Credito (BPC) e Internacional de Credito (BIC) como a solução alternativa para fazer face as exigências que a edificação de uma casa impõe.

Em Agosto ultimo, 60 residências do tipo T3, das 200 previstas no Bocoio, foram distribuídas a funcionários públicos, agentes da Policia Nacional (PN), oficiais da Forças Armadas Angolanas (FAA) e entidades religiosas daquele município, no âmbito do programa do Executivo angolano de fomento habitacional e redução da pobreza.

Os beneficiários terão de pagar durante 25 anos um total de quatro milhões de kwanzas por cada residência, com descontos mensais dos salários que auferem.

Escola de condução auto em Caimbambo Uma escola de condução, com capacidade para albergar 30 instruendos, foi inaugurada na sede do município de Caimbambo, província de Benguela, no âmbito das comemorações alusivas ao 43º aniversario daquela região. Localizada no centro da vila de Caimbambo, a nova escola de formação de condutores empregou oito funcionários e, entre outras dependências, possui uma secretaria, sala técnica de condução de aulas de formadores, sala de informática equipada com vinte computadores, assim como área de lazer.

As obras de construção da escola de condução denominada "One-Line Services Word" tiveram a duração de 120 dias.

De acordo com o proprietário do estabelecimento, Isaiás Candeeiro, uma viatura ligeira e outra pesada estão disponíveis para garantir a instrução aos formandos interessados em habilitar-se a condução. Salientou que, no quadro do projecto de aproximar os serviços do cidadão, a escola One-Live Services

Word projecta disponibilizar urna sala de instrução especialmente para os moto-taxistas na comuna da Canhamela, ainda no município de Caimbambo.

Por sua vez, o administrador municipal de Caimbambo, Jacinto Tomé Amaro, considerou oportuno a abertura do referido empreendimento para a vida dos munícipes, tendo por isso louvado a iniciativa privada.

2.4 Onde o “credito jovem” nunca chega

Jornal A Capital

09 De Setembro de 2014

Texto: Manuel Alberto

João Casseca Ambriz Coimbra, 35 anos, é empreendedor há sete anos. Dedicar-se ao serviço de caixilharia.

Descreveu a vida que leva como muito dura, sobretudo no capítulo do sustento do seu projecto, uma vez que depende de solicitações de pessoas, o que não basta para dar resposta aos trabalhadores que a ele se associaram.

Morador do bairro da Madeira, imediações do jumbo, declarou que já concorreu ao projecto «Crédito Jovem», mas sem sucesso, por dificuldades na obtenção dos documentos solicitados.

"Para tratar os documentos foi uma dor de cabeça. Há muita burocracia. Não tem como. Por fim a pessoa aborrece-se e acaba por desistir", desabafou, ao acrescentar que o atendimento na altura não foi bom, sublinhando casos de muita humilhação por parte do pessoal que atendia.

"As pessoas que trabalharam no processo davam-nos muita volta. Era muito falatório. Na prática não se viu nada", constatou o jovem, queixando-se ainda de que os documentos necessários para aceder ao crédito são difíceis de adquirir e, atendendo a morosidade no atendimento, muitos acabam por desistir.

João Coimbra, mais conhecido por Casseca, realçou, também, que como ele vários jovens não conseguiram ter acesso ao crédito pelas causas já enumeradas.

"Agora que vai reabrir processo, acho que deveria contemplar os jovens mais necessitados e com bons projectos", rogou. Outro jovem empreendedor com quem falamos é Elisiário Roque dos Santos, 27 anos. Com sacrifício e dedicação, sustenta com meios próprios dois estabelecimentos comerciais seus.

"Hoje, para podermos ter acesso a um crédito ou a um empréstimo é muito difícil. Muitos de nós trabalhamos com meios próprios", começou por explicar, para depois considerar que, até, para ser-se empreendedor não é necessário começar por um grande negócio.

"Acho que o que faz um grande negócio são os nossos actos e, para termos um grande negócio, precisamos de começar com pequenas empresas", ilustrou.

Elisiário dos Santos queixou-se, igualmente de excesso de burocracia no processo de adesão ao crédito jovem. "Inscrevi-me, mas não consegui. Pedem-se muitos documentos que nem sempre estamos capacitados para trata-los", enfatizou ao notar que em face disso, preferiu levar avante os seus projectos com o que tinha.

"Conheço amigos que estão sempre a tentar e não conseguem. É mesmo um processo muito complicado", observou ao concluir.

"A iniciativa é boa, mas é um processo muito burocratizado", começou por afirmar Edson Camata que, ao contrário dos que o antecederam, já beneficiou do «Crédito Jovem». Ainda assim, não deixou de fazer duras críticas ao processo que, em seu entender, parece algo muito ligado à questões políticas.

"É um processo meramente político. Tive muitas dificuldades", apontou o comerciante de viaturas. Acrescentou que foram muitos os jovens que concorreram, mas poucos foram contemplados.

Hélder Silvestre, 27 anos, é, há quatro anos, proprietário de uma loja, explicou que por duas vezes solicitou crédito, mas nunca foi bem sucedido.

"Penso que se devem adoptar novas políticas para o acesso ao crédito. Precisam-se, também, de pessoas certas à frente do processo", concluiu.

2.5 Crédito agrícola. Prazo de Reembolso inquieta agricultores

Jornal Agora

12 Setembro De 2014

Texto: Miguel Daniel

A declaração foi feita ao Agora pelo director da Ação para Desenvolvimento Rural e Agrícola (ADRA), Belarmino Jelembe, quando questionado sobre quadro actual do crédito de campanha.

De acordo com o responsável, a ADRA realizou um estudo em Malanje, Huambo, Huila e Benguela que revelou que o crédito é fundamental para o acesso aos imputes agrícolas, mas os 10 meses previstos para o seu reembolso não são compatíveis com alguns bens solicitados, como gado para a tração e as culturas de longo-prazo.

"Nos ainda não temos categorizados os vários segmentos que constituem a agricultura familiar. Os cinco mil dólares como valor máximo e bastante reduzido para a agricultura familiar, virada para o mercado e que não tem acesso aos critérios do Banco de Desenvolvimento de Angola", deplorou.

Belarmino Jelembi ressaltou, por outro lado, que o estudo aponta que os beneficiários do crédito não tiveram oportunidade de escolher os cometedores, la onde eles existem. Por outro lado, em muitos municípios, não há fornecedores capazes para responder a demanda.

De acordo com o Ministério da Economia e com o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), no final da campanha agrícola 2011/2012, altura em que a Linha de Crédito estagnou, o universo de beneficiários era de 100 mil agricultores familiares integrados em 2.092 cooperativas e associações.

"Esses beneficiaram de créditos num montante de 16 milhões 449 mil 831 e 135 kwanzas 34 cêntimos, o equivalente a cerca de 170 milhões de dólares. No Huambo, província em que a ADRA intervém, o montante de crédito concedido, reportado em 2012, foi de um milhão 339 mil 320 kwanzas e 739 cêntimos, contemplando cerca de 8.437 famílias", aclarou.

Jelembi vai mais longe e diz que, dos reembolsos feitos, a província do Huambo representa cerca de 7,74%, o que corresponde a uma média superior se comparados com os dados do país, cifrados em 2,23%, o que evidencia pensar que os números atuais não se distanciam em grande medida o nosso interlocutor defende a necessidade de se retomar o crédito, mas, com outros critérios, por ser das poucas formas de os pequenos produtores obterem incentivos a atividade económica com o apoio do sector público.

"Uma assistência técnica competente ajudara a melhorar os níveis de participação dos beneficiários nas várias fases do processo, principalmente na elaboração das propostas e sua negociação com os bancos, bem como nas escolhas dos fornecedores e a sua responsabilização", observou Belarmino Jelembi, acrescentando que o crédito deve ser pago e não deve haver parte malismos ou interferência política,

A ADRA apresentou uma proposta a Comissão Técnica de Coordenação do Crédito Agrícola com o foco na assistência técnica, criação de um sistema de informação, monitoria e gestão do crédito em determinados municípios, onde estão destacados os seus técnicos. Esta organização não-governamental assinou, recentemente, contratos com dois bancos, para os projetos localizados em seis municípios.

Indagado sobre as perdas decorrentes da debilidade de escoamento, armazenamento e comercialização, o diretor-geral da ADRA disse ser necessário zelar pela reabilitação das estradas, meios de transporte e cadeias de conservação, bem como limitar a intervenção direta do Estado, dando lugar ao cooperativismo como o principal potencial empresarial local.

Belarmino Jelembi acredita que Angola pode competir com alguns países da região, mas o aumento da produção deve refletir-se na oportunidade de integração económica das famílias pobres.

DADOS DO IDA. Mais de 95% da produção agrícola no país ainda é feita por famílias que não dominam as melhores práticas agrícolas.

O IDA controla cerca de dois milhões de famílias camponesas, mas o objetivo do Executivo é de aumentar este número e tomar o sector mais rentável, recorrendo aos indicadores dos anos de 1950 e 70.

Há três zonas agroecológicas principais, correspondentes às principais características climáticas e geográficas do país: o Norte, com um clima húmido; o Sul semiárido e o Planalto Central, com um clima sub-húmido, que é a zona de transição entre o Norte húmido e Sul seco.

O padrão de cultivo é variado. No Norte (Uíje, Cuanza-Norte, Zaire, Malanje) e no Nordeste (área das Lundas), há o predomínio da mandioca, milho, feijão e amendoim. Milho e feijão predominam no Planalto Central. No Sul, destaca-se o cultivo do milho e o desenvolvimento da pecuária, movendo-se para áreas em que o milho é substituído pela mandioca, massambala, massango e feijão macunde, enquanto a pastorícia domina na província do Cunene, Huila e Namibe.

2.6 Bancos emprestam mais dinheiro a economia

Jornal de Angola

26 De Setembro de 2014

As instituições financeiras angolanas aumentaram no ano passado em relação ao anterior em 14 por cento o crédito a clientes no ano de 2013, refere o estudo "Banca em Análise" da Deloitte Angola, que é divulgado hoje, em Luanda.

Na cerimónia, que reúne representantes de vários operadores nacionais, entre os quais a Catoca, Imogestin, Grupo Opaia e Terras do Futuro, devem participar o ministro das Finanças e o governador do Banco Nacional de Angola (BNA).

O estudo salienta que também este ano em relação ao anterior, os bancos registaram um crescimento de 12 por cento no volume de ativos e de 13 por cento nos resultados líquidos.

O presidente da Deloitte Angola disse ao Jornal de Angola que se observou "um assinalável aumento do volume de ativos da banca nacional" acompanhado de um também assinalável crescimento dos resultados consolidados do sector.

Rui Santos salientou que o mercado angolano registou no ano passado um crescimento do nível de incumprimento no crédito concedido e que já neste se verifica "a necessidade de intervenção do Banco Central numa instituição relevante do sector". Nos principais indicadores de resultados consolidados de todo o sistema bancário, o estudo destaca o crescimento dos ativos em 12 por cento, que os fazem

chegar aos 6.621 mil milhões de kwanzas. O estudo revela que os depósitos de clientes registaram um aumento de 17 por cento para um valor total de 4.637 mil milhões de kwanzas.

O crédito concedido subiu 14 por cento para 2.710 mil milhões de kwanzas e igual crescimento foi verificado no lucro líquido do conjunto da banca, que atingiu 92 mil milhões de kwanzas.

Qualidade dos serviços a qualidade dos serviços financeiros prestados no país foi pela primeira vez objecto do estudo da Deloitte Angola, realizado em margem da 9ª edição do Banca em Análise. Fonte da empresa disse que o estudo é a resposta "a um desafio anteriormente lançado pelo governador do BNA.

O Presidente da Deloitte Angola realçou ao jornal de Angola. A importância do encontro de hoje contar

com "uma visão externa ao sector financeiro, com o contributo de reconhecidos gestores que partilham a visão que tem sobre o papel da banca na atividade das suas organizações".

A Banca em Análise é o estudo de referência do sistema financeiro angolano que a Deloitte realiza desde 2006. O estudo compara o banco em termos de dimensão, rentabilidade e eficiência. Juntando estudos globais da economia e do sector, bem como entrevistas com os protagonistas.

A análise sobre a Qualidade de Serviço Financeiro, trabalho elaborado este ano pela primeira vez pela Deloitte, destina-se a avaliar a qualidade dos serviços financeiros prestados pelos bancos com actividade comercial.

O observatório da Inclusão Financeira (OIF) constitui uma plataforma de diálogo e colaboração entre agentes económicos, órgãos reguladores, instituições financeiras e sociedade civil no processo de inclusão da população num sistema financeiro acessível e transparente.

O mais recente artigo e caso de estudo do Observatório da Inclusão Financeira foram divulgados na 9ª edição do "Banca em Análise". A Deloitte começou a operar em Angola em Maio de 1997, com um escritório, na cidade de Luanda, prestando serviços profissionais de Auditoria, Consultoria Fiscal, Consultoria de Gestão e Outsourcing em todos os sectores económicos.

2.7 BUE constituiu em Benguela dez mil empresas

Jornal Agora

26 De Setembro de 2014

A informação foi avançada, esta terça-feira, pelo coordenador do BUE em Benguela, Anselmo Gilberto, onde os sectores Comércio, Agricultura e Pecuária e as actividades de serralharia e carpintaria registaram maior crescimento.

O coordenador provincial do BUE referiu, igualmente, que o município de Benguela representa 50 por cento do número total de empresas cadastradas, desde a abertura dos serviços deste organismo.

"Agora faltam alguns empreendedores levantarem os seus processos junto do BUE para, desta forma, receberem toda a orientação de que precisam, como formação de iniciação empresarial oferecida pelo Instituto Nacional de Apoio a Micro, Pequenas e

Médias Empresas (Inapem), a fim de exercer a sua actividade", frisou.

Anselmo Gilberto mostra-se satisfeito com facto de o BUE estar a cumprir com o objectivo pelo qual foi criado: regularizar os empreendedores que ainda exercem actividades económicas no mercado informal, Explicou que o apoio do BUE consiste basicamente na constituição e legalização de empresas de micro e pequeno portes, incluindo o suporte financeiro não inferior a 60 mil kwanzas, para que os empresários deste segmento do mercado iniciem o próprio negócio.

Neste contexto, frisou que os serviços estão voltados a pessoas que trabalham por conta própria e querem legalizar-se como pequenos empresários, de modo a que sejam retiradas do mercado informal da economia.

Anselmo Gilberto reconheceu, por outro lado, que alguns dos processos dos empreendedores remetidos ao BUE para efeitos de legalização apresentam, às vezes, dificuldades relacionadas com a situação fiscal.

O BUE é um serviço público inovador, cuja finalidade é simplificar o processo de constituição, licenciamento de empresas, regularização de empreendedores que se encontram no mercado informal e actos conexos, visando também incentivar e apoiar os pequenos negócios.

2.8 Crédito Agrícola devido a estiagem

Jornal Continente
26 De Setembro de 2014

Tal facto foi revelado pelo representante provincial da Unaca, João Januário, que afirmou que tal medida visa fomentar a produção agrícola na província, cabendo aos beneficiários o reembolso em apenas 20 por cento da dívida contraída, que varia entre 150 a 300 mil kwanzas cada, para um período de tempo de 90 dias, mas que registou estagnação.

No âmbito do programa de combate a fome e a pobreza, o Crédito Agrícola de Campanha, gizado pelo Executivo Angolano, permitiu a disponibilização de 43 milhões e 48 mil dólares norte-americanos destinados a aquisição de gado bovino, charruas, motobombas e outros inputs, cujo reembolso ficou comprometido devido a seca que assola a região desde 2012. A responsável da Unaca informou ainda que 2.800 processos ligados a projectos agrícolas remetidos em 2013 ao Banco Sol e ao BCI aguardam a aprovação para obtenção de investimento.

A cobertura dos valores, adiantou, visa dar continuidade aos programas iniciados, nomeadamente do fomento da produção de cereais e a Criação de urna brigada para a preparação de terras aráveis.

Recordou que com um potencial agropecuária, adequado a produção de variedades de culturas de subsistência, a Unaca poderá obter bons níveis de produção, tendo em conta a preocupação do governo local em prestar atenção especial ao sector, com destaque para apoios a programas dirigidos a cultura de cereais, Criação e repovoamento de gado bovino e caprino, assim como na produção de hortícolas.

Para a época agrícola 2014/2015, segundo a fonte, a Unaca planificou produzir tradicionalmente 10 mil e 256 toneladas de produtos, entre milho, massambala, feijão e banana, numa área de 23 mil e 357 hectares, prevendo o aumento dos níveis de produção, a julgar pela introdução de novas técnicas de irrigação, de novos inputs agrícolas.

A Unaca congrega cerca de 400 mil associados ligados directamente ao campo, ou seja, 65 mil famílias vivem da actividade agrícola de subsistência.

2.9 Microcrédito origina debate no Banco Sol

Jornal de Angola
27 De Setembro 2014

O Banco Sol promove na próxima sexta-feira, em Luanda, um fórum sobre o Microcrédito e Empreendedorismo, para abordar os temas relacionados com a eficácia dos empréstimos e a inclusão financeira. Os temas do encontro são "A Banca, racionalidade económica e social-microcrédito em Angola" e "Microcrédito, cidadania e inclusão social", de acordo com uma nota fornecida pelo banco ao Jornal de Angola.

Consta igualmente da agenda a abordagem da "Experiência do Banco Sol em Microcrédito" e a apresentação de depoimentos de dois beneficiários do microcrédito.

São oradores no evento, a administradora do Banco Sol, Carla Van-Dunem, o presidente do conselho de administração do Banco de Poupança e Crédito, Paixão Júnior, e o diretor nacional do Ministério da Família e Promoção da Mulher, António João. Desde o início da sua atividade, em Outubro de 2001, o Banco Sol tem o microcrédito como um dos seus pilares estratégicos, tendo em vista o seu contributo

para o desenvolvimento económico e social de Angola.

Alem disso, a instituição financeira aderiu aos programas do Executivo para financiar pequenos negócios, como o de empreendedorismo e o Angola Investe. o Fórum realiza-se para assinalar o 13º aniversário do Banco Sol, que prevê também inaugurar a Agencia de Saurimo, na quinta-feira.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Núcleo dos jovens do Belas oferece poio a moto-taxistas

Jornal de Angola

05 De Setembro de 2014

Texto: Fula Martins

O Conselho Municipal da Juventude de Belas mobilizou três mil jovens que exercem de forma ilegal atividades de moto táxi, vulgo "Kupapata", para frequentarem escolas de condução, habilitar-se a uma carta e exercerem da melhor forma a sua atividade.

A iniciativa do Conselho Municipal da Juventude de Belas tem parceria do Conselho Provincial Da Juventude de Luanda, Administração Municipal de Belas e conta com o apoio da escola de condução São Jorge, onde os moto taxistas vão ser habilitados.

O secretário executivo do Conselho Municipal da Juventude de Belas, Edvaldo Pinto, afirmou que a formação dos moto taxistas esta dividida em duas fases.

A primeira contempla mil jovens que vão passar a receber aulas ao sábado e domingo, na escola de condução são Jorge, localizada no Futungo de Belas.

Edvaldo Pinto assegurou que os restantes dois mil jovens vão ser inseridos em função da regularização da situação em que se encontram. Acrescentou que muitos deles não possuem documentos para efetuarem matrículas e não sabem ler nem escrever.

"Muitos desses jovens sobrevivem do serviço de transporte de passageiros e não podem paralisar a sua atividade sob pena de ficarem sem capacidade para sobreviver e sustentar as suas famílias, por isso as aulas passam para os fins-de-semana para facilita-los"

Edvaldo Pinto disse que o objectivo do Conselho Municipal e formar os jovens de forma que consigam encontrar emprego digno. O Secretário pediu calma aos jovens que não foram selecionados por não reunirem condições necessárias para frequentarem o curso e prometeu dar o apoio necessário para criação de condições básicas para serem automaticamente selecionados para a segunda fase da formação.

Aulas de alfabetização

"Aos jovens que não sabem ler nem escrever vão ser oferecidas aulas de alfabetização pelos jovens

escuteiros e senhoras da Igreja Católica", disse o secretário executivo do Conselho Municipal de Belas, Edvaldo Pinto.

Os candidatos devem ter a idade compreendida entre 18 e 30 anos, residentes no município de Belas, possuírem Bilhete de Identidade e habilitações literárias ate a 4ª classe.

O secretário Edvaldo Pinto informou que aos moto taxistas vão receber coletes refletores, capacetes e micro créditos para compra de novas motos.

3.2 Criação de Feiras

Jornal O País

05 De Setembro de 2014

As vendedoras ambulantes mostram-se dispostas a colaborar para acabar com a venda desordenada no local, mas julgam ser importante a necessidade de se tornarem iniciativas que beneficiem tanto uma parte como outra. Por isso, sugerem a criação de feiras semanais nos locais há onde maior concentração das zungueiras para que estas possam vender os seus produtos.

" Para se organizar as ruas deviam nos meter aqui pelo menos duas ou três feiras por semana, desta maneira já saberíamos os dias em que podíamos vender a vontade.

Acho que assim nos daria tempo de ficar também a cuidar da casa e dos nossos filhos, agora querem nos empurrar no Panguila e no Quilometro 30 quem vaicomprar ali bem distante", interrogou Maria Domingas, vendedora ambulante há 11 anos.

Administração

Contactada a Administradora do Distrito Urbano do Sarnbizanga, Mara Baptista Kiosa disse apenas que as pessoas que estão actualmente a preencher as ruas do São Paulo vêm de outros bairros, mas encarninou a nossa equipa de reportagem para o seu adjunto que se mostrou indisponível a falar nas duas tentativas feitas por o PAÍS.

Refira-se que o Edital elaborado em sessão extraordinário da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, realizada em Abril deste ano, indica que a venda ambulante no distrito do Sambizanga pode ser exercida nos mercados do São Paulo e Luta Continua, no bairro Operário, Largo Caope, as ruas da Pracinha Santa Rosa, Gilo, Largo dos Feiticeiros, praças da Calucinga e Pombinha.

3.3 Moradores do São Paulo travam venda ambulante no largo Caope

Jornal O País

05 De Setembro de 2014

A Administração do Distrito Urbano do Sambizanga (ADUS), em Luanda, esta com dificuldades de dar solução a venda ambulante no São Paulo propriamente na Rua Cónego Manuel das Neves. Depois da tentativa de acomodar os zungueiros no Largo Caope Sector B Valódia, um dos lugares definidos para este fim, que fica imediatamente atrás do prédio 142, conheceu a pronta intervenção dos moradores que fizeram um baixo assinado e remeteram a CACL e a própria Administração distrital.

"Tal decisão fica a dever-se a que, a presença dessas vendedoras vai criar confusão, lixo e desordem no nosso local de residência. Acresce a este facto que, tal hipótese foi tomada sem o consentimento dos órgãos do poder local (coordenação do bairro) nem tão pouco com uma consulta aos residentes," lê-se no documento a que o PAÍS teve acesso, que deu entrada na ADUS em 27 de Março do corrente ano .

Para além da dimensão do espaço considerado insuficiente para albergar o número de pessoas que estão nas ruas (com menos de 100 metros de comprimento e 30 de largura), os habitantes daquela circunscrição alegam que durante a época chuvosa, apesar dos pedidos sucessivos, nunca a ADUS movimentou um único meio para acudir a população quando tivesse necessidade de evacuação das águas das chuvas.

"Nós próprios e que organizamos a nossa rua, o trabalho foi feito com a contribuição dos moradores, tivemos muitas dificuldades para organizar este lugar", referiu Florindo Gonçalves morador do Valódia há 38 anos acrescentando que em momento nenhuma permitirão que tal situação ocorra naquele local.

Os moradores são de opinião que a situação da venda ambulante deve ser resolvida sem que se criem outros problemas de saneamento básico e de perturbação da ordem social, razão pela qual pensam que devia se encontrar outras soluções para o caso do São Paulo.

A anciã Alice Mesquita de 76 anos, que vive no Largo Caope desde 1963 recomendou as autoridades a repensar na decisão, avançando que os habitantes daquela área não estão dispostos a suportar as consequências que podem advir com a implementação do mercado naquele espaço.

"Desde que não ofendemos o Estado acho que temos direito de reclamar, esse lugar não chega para meter praça, eles ao podem querer esconder aqui atrás as pessoas e deixarem os moradores sofrerem com doenças que o lixo vai causar. Não tem quartos de banho para elas onde e que vão fazer necessidades, nas nossas portas", questionou.

A reportagem de o PAÍS falou com a comissão de moradores, Alberto Lourenço, um dos responsáveis, fez saber que além da recusa dos moradores os próprios zungueiros não estão de desacordo com nova medida, por isso, tão logo começaram as reclamações os vendedores paulatinamente começaram a se retirar e voltaram a povoar a rua principal, alegando que lugar d que lhes foi cedido as deixaria muito discreta.

A fonte referiu por outro lado, que desde o momento que a sua direcção deu entrada do documento, as instituições competentes ainda não se pronunciaram, mas mostrou-se esperançosa num desfecho favorável para os habitantes, pois diz acreditar no bom senso da administração.

"Estamos atentos ao movimento dos vendedores, mas pensamos que não ficarão aqui, eles preferem a parte de frente dos prédios onde podem ser vistos pelos compradores", rematou Alberto Lourenço.

Tudo na mesma

A iniciativa da CACL de indicar alguns locais autorizados a actividade de venda ambulante em áreas suburbanas parece não estar a funcionar e voltou tudo na mesma.

Os zungueiros regressaram para as áreas proibidas do casco urbano da cidade. A realidade do São Paulo e apenas um exemplo, em que nem o esforço da administração em ampliar o mercado com a ocupação do parque de estacionamento funcionou.

A equipa de reportagem de o PAÍS constatou na Segunda - feira, 01, (dia reservado para a limpeza do recinto), um fluxo grande de vendedores ocupando ostensivamente os passeios e estradas. Os locais em que a administração afixou as placas de proibição parecem ser as paragens preferidas para as vendas, atendendo a concentração que se verifica diariamente.

A resistência no local, segundo as vendedoras, deve-se a falta de emprego para garantir a propina mensal dos filhos, o sustento da casa e o espaço insuficiente no mercado, justificando ainda que há situações em que o mesmo espaço é ocupado por duas pessoas.

"Eu fiquei dois meses em casa porque os meus filhos estavam doentes, quando regresssei encontrei o meu

lugar ocupado por outra pessoa que comprou nos fiscais. Mesmo mostrando o meu cartão pediram-me 25 mil kwanzas no principio depois que o mercado começou a ficar vazio baixou para 15 mil, por isso, preferi voltar aqui na rua", disse Teresa Filomena.

Fiscais não preocupam vendedoras

As vendedoras ouvidas por esta reportagem mostraram despreocupadas com as rondas periódicas efectuada pela fiscalização do Sambizanga, avançando que as correrias de um lugar para o outro passou a fazer parte da rotina diária de cada uma delas.

"Já estamos habituadas com as chatices dos fiscais, na Sexta e Sábado nos deram corrida daqui até ao Zé Pirão, mas preferirnos mesmo ficar aqui, porque dentro do mercado eles continuam a chatear" , realçou Maria João.

A fonte destacou a eliminação do mercado do Roque Santeiro como outra das causas que está na base da insistência das vendedoras. Precisando que boa parte dos zungueiros instalados na rua Cónego Manuel das Neves exercia a sua actividade naquele recinto que já foi considerado o maior mercado de África a céu aberto.

"Quando estávamos no Roque ninguém tinha necessidade de vir a rua, eles têm que meter praças próximas e que chega para todos" , referiu.

3.4 Venda de carnes em estado na faculdade de medicina na UAN

Jornal O País

05 De Setembro de 2014

O presidente da Associação dos Estudantes da Faculdade de Medicina (AEFM), Hilário Cassule, disse que a pesquisa surgiu no âmbito do coloquio de medicina legal, que foi inserido no processo de investigação científica sobre as condições no processo de comercialização de carne no mercado dos congolese.

Hilário Cassule, relatou ao O PAÍS que segundo os dados obtidos neste estudo, a comercialização destes produtos e feita próximo de lugares sem condições mínimas de higiene e em contacto permanente com o lixo, águas paradas, moscas e poeira, e que tais práticas divergem das normas que regulam os direitos do consumidor, porque põe em perigo a saúde pública.

O responsável declarou que o estudo que foi apresentado, demonstra que as carnes deviam ser conservadas numa temperatura exacta e separadas de

outros produtos. "Podemos ver que as vendeiras têm contacto com o dinheiro ao mesmo tempo que têm com os alimentos, não há uma barreira entre estes aspectos relacionados a higiene no local de trabalho" sublinhou, Hilário Cassule; acrescentou que o fenómeno deve-se a falta de services de inspecção e fiscalizacao do ministério da saúde. Segundo o presidente da AEFM, o objectivo desta pesquisa é a de ajudar as instituições a identificar possíveis problemas e soluções e com base nessa investigação, o responsável diz acreditar que o INADEC irá fazer um estudo minucioso do mesmo e levar em consideração as recomendações feitas no estudo deste fenómeno e tomar precauções em colaboração com os serviços de inspecção.

"A Investigação foi entregue á direcção do INADEC, a vê a iniciativa como uma forma que os estudantes encontraram para ajudar a sociedade nos diversos problemas que vem enfrentando" explicou.

Talhos

Ainda durante o simpósio, foram debatidos temas relacionados temas com escassez de talhos na cidade de luanda e a segurança medicamentosa, cujo o encontro foi representado por entidades ligadas ao INADEC, inspenção geral da saúde e farmácia. Hilário Cassule, apelou a sociedade a adaptarem regras alimentares saudáveis e a comprar os alimentos e em particulares as carnes, em locais próprios para se evitar patologias de intoxicação alimentar de derivados de má conservação.

"Apesar dos órgãos do estado terem a responsabilidade acrescida também cabe aos cidadãos velarem pela saúde pública", afirmou a fonte que está em carteira o programa de sensibilizações ás vendeiras de carne e não só, aconselhando-as sobre como devem conservar os produtos e evitar os riscos que correm os seus consumidores.

Doenças Gastrointestinais

Segundo Hilário Cassule existem várias patologias do fórum gatrointestinal que pode ocorrer do ponto de vista de uma intoxicação alimentar e parte destas estão na base de um elevado índice das mortes registadas.

"As doenças diarreicas agudas (DDA), a febre tifóide, pode provocar também com uma peritonite, são no entanto, várias manifestações gastrointestinais que podem decorrer dessa intoxicação e quando graves podem levar a morte" aconselhou.

Reacção dos Estudantes

Oswaldo Luetto, disse que por haver maior propagação de bactérias nos lugares sem condições higiénicas, faz com que o índice de doenças gastrointestinais se prolifere, por isso é importante que tais lugares devem ser fiscalizados. Segundo ele este é um problema que deve ser levado em consideração, aconselhando a inspecção dos alimentos que são vendidos nestes locais. "Acho que devem ser inspecionados a forma como são vendidos os alimentos, por se tratar de uma questão social" sublinhou.

Para Hamilton Ngola outro estudante, explicou que controlar a venda anárquica tem sido difícil, e educar as vendedeiras ensinando-as como cuidar os alimentos e usar métodos de higiene, seria um modo eficaz. "Para minimizarmos as doenças relacionadas ao tema em questão".

Por sua vez, Teresa Morais, relatou que o facto de a carne estar exposta ao sol, causa sérios problemas a saúde que podem levar a morte, afirmou. Para a futura médica a melhor opção é comprar-se as carnes em supermercados e talhos, locais onde há maior controlo e higiene na conservação destes produtos perecíveis.

Vendedeiras

Domingas Ferraz vendedeira explicou que as carnes são adquiridas nos armazéns de venda de frescos de onde compram a grosso, para posteriormente serem comercializados a retalho nos mercados informais.

"Temos as nossas próprias áreas onde guardamos as carnes e colocamos nas casas de processo onde pagamos mensalmente, uma parte é retirada e posta em tabuleiros para serem levados ao mercado onde vendemos a retalho, o que sobrar volta na área" revelou.

Anacleta António vendedeira no mercado congolenses diz que enxotar as moscas que pousam sobre as carnes e tapando o tabuleiro com saco são os métodos que diz usar para proteger as carnes que vende.

"Até nos supermercados encontramos moscas. É normal, ironiza, insistindo que os alimentos são tapados e não constituem perigo para o seu consumo".

Consumidor

Hélder Matias considera ser um perigo a saúde quanto ao consumo das carnes comercializadas nos mercados informais, mas julga os preços razoáveis

que facilitam o bolso do cidadão comum. Apesar dos preços baixos, ou ao alcance da maior parte dos consumidores, Hélder Matias reconhece o perigo que representa para a saúde alimentar-se de carnes vendidas nestes locais.

Marieta João aconselha aos consumidores a comprarem as carnes e os seus alimentos no geral, em supermercados por serem estes lugares apropriados para a compra de carnes, devido a forma como são conservados. "Os alimentos aqui no mercado são vendidos a beira da estrada, exposto a poeira, lixo e moscas, e tudo isso causa doenças, a melhor opção é comprar principalmente as carnes em locais onde sabemos existir melhor controlo sobre os alimentos como nos supermercados" sugeriu.

3.5 A nova geração de táxis em Luanda

Jornal A Capital

06 Setembro de 2014

Texto: Oswaldo De Nascimento

Se não fosse a poeira e as estradas esburacadas, qualquer um pensaria que estivesse em ruas de Hong Kong. Mas não. Estamos em concreto, no município de Viana, mercado da Boa-Fé. Aqui boa parte dos jovens é condutor de motocicleta. Só que não daquelas a que nos habituamos.

Aqui deu-se um toque hábil às motos de três rodas, tornando-as o principal meio de transporte dos moradores. Os acentos são feitos por um marceneiro que vive algures no bairro da Boa-Fé. Compram-se ao preço de 10 mil kwanzas.

Para os clientes embarcarem nas motos, abrem-se-lhes os taipais laterais das carroças. Sobe-se sem grandes constrangimentos. Devidamente organizados, a lotação é feita por rapazes de 14 a 16 anos, que recebem 50 kwanzas por cada moto. Por este trabalho, estes garotos chegam a conseguir até 500 kwanzas ao dia.

"A corrida começa às 4h00 da madrugada", explicou, Ernesto Simões, motorista de uma Kawasaki delicadamente ornamentada com dois bancos de madeira bem forrados, uma armação de ferro que segura a lona protectora dos passageiros contra o sol.

A moto pode levar até seis passageiros pagando cada um deles, 50 kwanzas.

"Normalmente trabalhamos no trajecto Boa-Fé/Mangueirinhas, mas quando há um bom número de clientes, chegamos até à casa 70", descreveu o

taxista que, se trabalhar até altas horas da noite, amealha, diariamente, cinco mil kwanzas.

"O nosso trabalho vai até às 21h00.

Como a moto não é minha, estaciono mais cedo. Durante o dia consigo fazer cinco mil kwanzas. Com este dinheiro abasteço a moto e mando lavar.

Sobram apenas mais ou menos três mil kwanzas", contou, acrescentando que, seus colegas que trabalham com motos alheias entregam 12 mil kwanzas de lucro, semanal, aos patrões.

Como nos táxis Hiace, os motoristas têm direito a um dia, que para estes, é sábado.

Um dos pioneiros deste serviço, é Augusto Fernando. Está nisso há um ano, tendo já conseguido tirar o dinheiro que havia investido. Agora, comprou um novo motor para substituir o antigo. Está certo de que em pouco tempo, poderá adquirir uma nova moto.

"Comprei à minha moto por mil e 500 dólares norte-americanos", observou.

Estranho, porém, para a nossa reportagem foi o facto de, neste serviço de moto-táxis estarem envolvidos vários rapazes, alguns de até 14 anos, sem no entanto possuírem quaisquer habilitações.

Mateus Rando, por exemplo, gaba-se de que mesmo não tendo qualquer preparação, conduz melhor que muitos habilitados.

"Aprendi a conduzir com o meu irmão que é o dono da moto. Conduzo há três meses", garantiu.

Conceição França, viajante, diz que prefere andar nestas motos de três rodas por serem mais seguras e oferecerem mais comodidade, em comparação com as motos de duas rodas.

"O facto de a polícia mandar parar muito as motos de duas rodas, o que aborrece muito, deu-me preferência pelas motos de três rodas", expôs, realçando a baixa tarifa, bem como a tenda que protege os utentes do sol.

"É melhor andar nas motos de três rodas, porque, pelo menos sabemos que vamos chegar ao destino limpos, sem receio de cair", atestou.

Passageiro habitual dos kupapata, jackson Miguel Quicuca destacou à nossa reportagem quão importante tem sido o serviço das moto-táxis na sua locomoção.

"Facilita-me bastante. Penso que se eles estivessem noutros lugares, principalmente nas zonas periféricas, ajudariam muito mais gente", manifestou, sublinhando o baixo preço que se cobra na passagem, que é metade do que se cobra nas motos de duas rodas bem como a hora em que os mesmos trabalham.

"Vão, normalmente até às 21h00. Para quem sai tarde do trabalho, é o meu caso, ajuda muito", explicou jackson Quicuca, entretanto, lamenta o trabalho de certos agentes da Polícia, principalmente no período que vai das seis às 9h00.

"Obrigam os jovens a pagar 500 a 250 Kwanzas para não prenderem as motos. Às vezes são obrigados a descarregar os passageiros e acompanhar os agentes", ilustrou.

Num outro desenvolvimento, os kupapata queixaram-se à nossa reportagem de estarem a pagar quotas desnecessárias à Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola (AMOTRANG).

"Somos obrigados a pagar 200 kwanzas por dia, pela ficha que recebemos dos fiscais da AMOTRANG, sem beneficiarmos de qualquer serviço. Os motoqueiros que não pagarem a ficha, ficam proibidos de carregar ou descarregar passageiros nas paragens", queixam-se, criticando o facto de, quando são apanhados pelos agentes policiais, a Associação não ajuda.

Aos varredores das paragens, os moto-taxistas devem, também, pagar 100 Kwanzas, todos os dias.

Entretanto, abordado pelo A Capital, Anselmo de Carvalho, agente de fiscalização da AMOTRANG, explicou que os valores cobrados diariamente são para o bem dos mesmos.

"Há muitos motoqueiros que não aceitam e nem respeitam o nosso trabalho, e por esse motivo não nos preocupamos a trabalhar com eles", atirou, acrescentando que os 100 Kwanzas que pagam é a quota exigida aos associados. Os outros 100 Kwanzas são para as fichas que servem para a AMOTRANG intervir em caso de apreensão das motos pela Polícia.

Segundo ele, os fiscais da AMOTRANG só actuam em situações de apreensão das motos de acordo com a infracção.

"Quando eles vêm ter connosco, vamos ter com o agente que apreendeu, e recebemos a moto. Porém, se a infracção for grave, telefonamos para os nossos superiores para resolverem", rematou.

3.6 Comissão para acabar com o mercados de rua no Kilamba Kiaxi

Jornal Continente
12 De Setembro de 2014
Texto: Luis Caetano

A comissão ora criada é constituída pelos administradores dos bairros, comandantes das esquadras, Repartições da Fiscalização, Comércio, Saúde, Saneamento básico, Serviços de Migração e Estrangeiros, administradores de mercados e comissões de moradores.

Segundo a coordenadora, Francisca Fortes, e extremamente importante rever este sector que se encontra desorganizado, porque se torna complicado alguém sair da sua casa e decide meter uma bancada para vender na rua e ninguém diz nada, isso não pode continuar assim.

Francisca Fortes é de opinião que se devem multar os armazéns que permitem que os vendedores comercializem os seus produtos defronte aos seus estabelecimentos, assim como outros comerciantes que cometem infrações administrativas.

A responsável avançou algumas zonas onde a população faz de mercado, comercializando os produtos no chão, nomeadamente, a rua Olímpio Macueria junto ao hospital Sanatório, largo da Cimex e no antigo entroncamento do Camama, zona adjacente a igreja Kimbanguista, o largo 17 de Setembro (ex-Avó Kumbi).

De acordo com Francisca Fortes, no que concerne aos regulamentos e outras leis em vigor no país sobre a venda ambulante e o exercício de outras actividades constam muitas transgressões administrativas no Kilamba Kiaxi, como o caso das oficinas de ruas que no seu entender têm que ter um fim.

Ja o Comandante da Divisão de Polícia do Kilamba Kiaxi, superintendente-chefe, Alberto da Silva "Bala", afirmou que o seu efectivo está pronto para contribuir na extinção da anarquia que se regista na circunscrição, por parte de vendedores cuja maior parte são estrangeiros da República Democrática do Congo.

Estiveram presentes no encontro administradores de bairros, coordenadores das comissões de moradores, representantes de empresas sediadas na zona e representantes de igrejas.

Paula Santana, de 40 anos, moradora da zona disse ao Continente, esperar que a referida comissão ponha termino a venda anarquica nas ruas do bairro.

"É demais o que se assiste aqui na zona, tudo que é canto tem mini-mercado, nas ruas e o mais agravante não conseguimos deslocar das nossas casas para outros bairros sem nos cruzarmos com os produtos a serem comercializados" disse Paula Santana.

João da Graça, 30 anos, estudante e morador do bairro deu o seu contributo sublinhando que as coisas na zona estão feias, as ruas todas se tornaram em mercados.

"Esperamos que essa comissão venha resolver e acabar com as vendas nas ruas nos dois Golfes, porque é complicado o que passamos".

3.7 Luanda. Taxistas tem que parar em locais definidos pelo GPL

Jornal Agora
12 De Setembro de 2014

O director provincial do Transite e Mobilidade apelou aos taxistas para efetuarem as paragens em locais já definidos. Pelo Governo de Luanda. Para cada rota e para fazerem embarque por ordem de chegada.

Jorge Bengue disse que alguns taxistas tentam a causar embaraços, não cumprindo com as instruções, recordando que. Para a implementação deste novo modelo de mobilidade rodoviária na capital recebeu contribuições da Associação de Taxistas, a fim de definir os pontos de paragem e as novas rotas. Principalmente na zona urbana.

O responsável reiterou a necessidade da criação de paragens separadas para autocarros e candongueiro, podendo, em determinadas situações, admitir-se a coabitação por exiguidade de espaços.

Ate ao momento, foram já montados pontos de paragem nos Largos da Mutamba, Baleizao e Porto de Luanda. Distrito urbano da Ingombota.

Constam igualmente as zonas do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, ex-Zamba-2, Mercado dos Congolenses, Nomeadamente nos distritos urbanos da Samba, Maianga e Rangel. Numa Acção que conta com a colaboração da Unidade de Transito.

A Direcção de Transite e Mobilidade do Governo Provincial de Luanda (GPL) Licenciou, ate ao mês de Junho, nove mil e 600 táxis.

3.8 Moto-Taxistas Aconselhados A Pautar Pela Prudência

Jornal de Angola

13 De Setembro de 2014

Texto: Dombela Bernardo

Mais de mil moto-taxistas, vulgo kupapatas, que operam na cidade de Menongue, na província do Cuando Cubango, participaram numa palestra sobre a sinistralidade rodoviária, com vista a redução do elevado índice de acidentes de viação.

Durante o encontro, promovido pela administração local em coordenação com o comando provincial da Policia Nacional, os participantes foram munidos de conhecimentos sobre o Código de Estrada e medidas preventivas para a redução dos acidentes rodoviários na região.

O administrador municipal de Menongue, Miguel Dala Popular, realçou que o referido encontro vai permitir que todos os moto taxistas que operam na província, com realce para a cidade de Menongue, conheçam as medidas que o governo local tomou para a diminuição da sinistralidade rodoviária.

"Temos estado a acompanhar em toda a extensão da província vários acidentes de viação, onde os maiores protagonistas são os utentes de veículos motorizados", disse, acrescentando que por esta razão a instituição que dirige delineou um plano de prevenção rodoviária que visa sensibilizar os moto-taxistas no sentido de observarem os termos do Artigo 81 do Código de Estrada, sobre o uso de capacete pelo condutor e o acompanhante. Miguel Dala Popular aconselhou os moto-taxistas a evitarem circular na via publica com motorizadas sem documentos, principalmente a carta ou licença de condução, e chapa de matrícula do referido meio.

O administrador municipal apelou ainda aos condutores de motociclos a respeitarem as regras de condução nas vias, usando sempre o capacete, conduzir com urna velocidade que não coloca em perigo a sua vida e nem de outras pessoas e a evitarem o uso de bebidas alcoólicas.

Anunciou que, a partir da segunda quinzena do corrente mês, os moto-taxistas serão submetidos a uma formação sobre o Código de Estrada e posteriormente a exames de aptidão, para que possam obter as suas cartas de condução, Sinistralidade Rodoviária.

O diretor provincial da Viação e Transite, Salomão Manuel, informou que, de Janeiro a Agosto do corrente ano, foram registados 260 casos de

acidentes, que resultaram em 65 mortes, 380 feridos e danos materiais avaliados em mais de seis milhões de kwanzas.

Salomão Manuel salientou que comparado com igual período anterior houve um aumento de 99 acidentes de viação, 11 mortes e 88 feridos.

Sublinhou que constam dos acidentes de viação 68 colisões entre veículos automóveis e motociclos, 59 atropelamentos, 27 colisões entre veículos automóveis, 25 despistes e igual número de acidentes não tipificados, 12 capotamentos e sete colisões contra obstáculos fixos. o Excesso de velocidade, a falta de destreza, ultrapassagem irregular, condução ilegal e em estado de embriaguez foram apontados como as principais causas que estiveram na origem destes acidentes.

O diretor da Viação e Transite frisou que estes acidentes aconteceram nos municípios de Menongue, com 209 casos, Cuíto Cuanavale, com seis, Dirico, com três, Cuchi, com dois e as localidades do Cuangar, Calai e Rivungo, com um sinistro cada.

3.9 Atividade Comercial fora da cidade

Jornal O País

25 De Setembro de 2014

A ministra do Comercio, Rosa Pacavira, disse recentemente que as condições estão criadas para a transferência dos comerciantes para o Quilómetro 30, em Janeiro de 2015.

O objetivo e, segundo alegou, melhorar a atividade comercial na cidade de Luanda. Referiu durante um encontro com os proprietários dos estabelecimentos comerciais localizados nas ruas N'gola Quiluanje, no distrito do Sambizanga, e Conrad Lang, distrito do Rangel, na passada Quinta-feira, 18.

A responsável salientou que a transição das lojas para as zonas fora da cidade vai permitir o enquadramento legal das empresas no sector informal, tornando-as modernas e capazes de prestar serviços de qualidade aos seus clientes. No Quilometro 30, garantiu, estão reservadas centenas de lojas, no quadro da requalificação e modernização das infra -estruturas comerciais.

"Somos comerciantes e queremos continuar a ser comerciantes. Por isso, vamos adaptar as novas diretivas. A população vai ganhar, o Ministério do Comercio também e o maior controlo neste processo", acrescentou.

A ministra garantiu que o Executivo vai construir Centros Logísticos e de Distribuição

(CLOD), em toda Luanda e nas demais províncias. Os CLOD incluem mercados de hortícolas e fruta, carne e peixe, eletrodomésticos, produtos secos, peças de automóveis, vestuário, calçado e acessórios e outros estabelecimentos comerciais.

3.10 Azuis e branco "invadem" diariamente a cidade capital facilitando a vida dos cidadãos

Jornal O País

26 De Setembro de 2014

Segundo o relatório divulgado pela empresa de Pesquisa de Opinião Pública & Mercado, "IPOP",

realizado durante mês de Agosto, a 400 moradores da província de Luanda através de um inquérito feito por telemóvel, revela que 97% dos entrevistados já utilizaram e utilizam os "candongueiros" como meio de transporte público de passageiros e 0 avaliam como razoável, A sondagem inédita, esteve a cargo da Empresa IPOp, que procurou saber dos inquiridos quais os transportes públicos de passageiros utilizam bem como avaliação que fazem do mesmo e se concordam ou não com os preços praticados.

Segundo o estudo, o transporte público de passageiros na cidade de Luanda e feito maioritariamente pelos táxis. A pesquisa revelou que 52% dos usuários daquele veículo público de passageiro o considera como razoável, 28% avaliaram-no como ruim e pessimo, e apenas 21% afirmaram ser bom.

No que tange aos preços taxados pelos táxis, 44% dos inquiridos não concordou com os preços cobrados, alegando que nas horas de ponta o valor cobrado de 100 kwanzas pode subir para 200 kwanzas e as rotas previamente definidas pelos taxistas não sac cumpridas, tornando-se cada vez mais curtas, o que leva o passageiro a gastar mais. .

Apesar destas eventualidades, o inquérito demonstra que 38% dos entrevistados acha que os candongueiros são o meio de transporte mais adequado para cidade de Luanda, por começarem a circular mais cedo e chegarem nas zonas periféricas da cidade onde os autocarros não chegam; do número dos inquiridos 35% acredita ser o autocarro e 27% para os táxis legalizados e apenas 21% não faz uso dos transportes públicos.

Neste mesmo período o IPOp, também dedicou parte do seu estudo para saber a preferência dos luandenses relativamente as equipas de futebol do campeonato nacional, "Girabola".

De acordo com a pesquisa, o Petro Atletico de Luanda, tem a preferência de 46 % dos entrevistados, na sua maioria adeptos do sexo masculino. Em segundo lugar, vem o 1 de Agosto com 33%, Recreativo do Libolo do Kwanza -Sul ocupa o terceiro lugar com 8 % e 0 Kabuscorp do Palanca completa a lista dos mais apreciados, apesar de a "simpatia" não coincidir com o desempenho dos mesmos em campo.

A empresa especializada em estudos de mercado e opinião, revelou que os adeptos de Futebol do clube 1 de Agosto, também estão maioritariamente na cidade de Luanda, representado na sua maioria por adeptos do sexo masculino (69%) na faixa etária dos 18 anos em diante. O IPOp e uma empresa privada de direito angolano, formada por 2 sócios angolanos que há quatro anos actua no mercado angolano, prestando serviços nas áreas de pesquisas de mercado e opinião pública para empresas governamentais e privadas. Onde podem ser acompanhadas a "imagem" dos órgãos da administração pública e privados, bem como a avaliação dos móveis de satisfação no atendimento ao consumidor por parte destas instituições.

Mitiko Horigoshi, diretora-técnica deste projecto contou ao o País, que durante a trajectória do IPOp, os principais desafios foram o de demonstrar para as empresas a importância e vantagens das pesquisas de opinião pública, e convencer o público a conceder as entrevistas, uma vez que mostravam-se bastante resistentes.

" As pessoas que eram submetidas as entrevistas perguntavam, porque destas perguntas e para que? Com receio de que ao responderem pudessem ser prejudicadas de alguma forma. Revelou a empresa ter no quadro de seus trabalhadores, cidadãos estrangeiros e angolanos com larga experiencia de trabalho na área e desempenham diversas funções desde consultoria ao trabalho de campo.

Quanta custa uma pesquisa de Opinião na IPOp?

A nossa entrevistada começou por explicar que os orçamentos a serem pagos pelos clientes variam em função dos serviços requisitados. Se for uma pesquisa feita com auxílio do telefone e web denominada "Telangola" dura em média dois a três dias e pode ser avaliada em três mil, 608 dólares, que correspondem em média a 400 entrevistados.

"Por se tratar de uma pesquisa ao telefone não pode durar mais de dez minutos, de modo a não saturar os inquiridos" reforçou.

Já as pesquisas mais elaboradas, em função da área geográfica, ou requerem a presença do funcionário no local demora entre quinze a vinte dias e esta orçada em média a seis mil e 900 dólares, sendo submetido o inquérito de quinze perguntas a quatrocentos entrevistados, disse.

Segundo a diretora técnica, após a execução do trabalho, o cliente define onde serão divulgados os dados em função do perfil do público-alvo. Com o surgimento da empresa IPOp, a Marketest deixou de monopolizar o mercado angolano no sector das pesquisas de opinião.

3.1.1 Empreendedorismo. Lavagem de carros renda 40 mil kwanzas por dia

Jornal Agora

26 De Setembro de 2014

Texto: Miguel Daniel

Anteriormente, as estações de serviço estavam quase todas concentradas na zona urbana. Em contra partida, o aumento do parque automóvel, em todo o país, fez mudar o paradigma, estando, actualmente, as mesmas nas áreas periféricas, entre amadores e profissionais.

O negócio é considerado rentável por muitos, como é o caso de Florentino Pereira, de 63 anos, natural do Cuanza-Norte, que, desde 1998, o abraçou. Segundo o mesmo, terá começado com um simples parque de automóveis, junto ao Complexo Escolar do Cazenga, mas, dias depois, evoluiu para uma estação.

Tio Filó, como é carinhosamente chamado, conta que terá passado por várias dificuldades, em consequência das medidas impostas pelo então administrador do Cazenga, 'Nando-Galínha', que, por ironia do destino, acabou deserdado do mais populoso município de Luanda, dando lugar ao que considerou o salvador do seu projecto, no caso Tany Narciso.

"O local servia de estacionamento de viaturas, mas, com o andar do tempo e porque via o quanto os rapazes facturavam na lavagem manual de carros, decidi-me a construir uma rampa para o mesmo efeito, com uma inovação, serviço à pressão e assim apareceu o administrador que mandou demolir tudo e levaram o material que, até hoje, não recebi de volta", recordou.

Passados 16 anos, o projecto cresceu e já tem três rampas e emprega cerca de 12 jovens que, mensalmente, recebem um ordenado de 30 mil kwanzas. Enquanto isso, tio Filó sonha em expandir o negócio para a terra onde nasceu.

"Por dia, lavamos seis a 10 viaturas, mas, nos fins-de-semana, o negócio rende mais, uma vez que muitos moradores da Vila de Luanda estão em casa e têm aqui o seu local de preferência, no qual lavam os seus carros, além de clientes carismáticos que saem do Kilamba e de outros bairros", sublinhou.

Os preços variam entre os 4.000 e 12 mil kwanzas, sendo o tempo chuvoso o que mais rende, chegando a facturar cerca de 80 mil kwanzas dos 40 arredados em época seca. "Tenho o meu alvará e, por isso, fui convidado a investir no Dondo e no Cuanza-Norte, Mas, preciso antes de fazer um estudo do mercado e decidir o tipo de máquinas que devo levar, pois as do tipo que utilizamos trabalham à base da energia eléctrica e ar comprimido, mas consomem menos água", frisou.

José Silva, de 27 anos, pai de três filhos, trabalha há 10 anos como lavador de carros na estação do tio Filó e é dali onde consegue os proventos para sustentar a sua família, Fernando Mucosso é outro jovem que encontrou na lavagem de carros a sua veia empreendedora, através das organizações 'Mucosso', uma sociedade composta por duas pessoas, que surgiu há sensivelmente um ano, num investimento de mais de 40 mil dólares norte-americanos empregues na compra e montagem de equipamentos.

"Somos sócios, mas entrei com o terreno e outro com as máquinas. Os nossos preços variam de 3.000 a 6.000 kwanzas para carinhas e Jeeps, enquanto o Hiace paga 4 mil. Este valor é acrescido à taxa de aspiração na ordem dos 800 kwanzas, o mesmo para a lavagem do radiador e 1.500 para o motor", esclareceu.

Perguntado sobre o destino dado às águas residuais, o jovem respondeu que as mesmas são canalizadas no esgoto central da 7ª Avenida, mas desconhece as consequências que podem advir dos óleos que vão até ao mar.

Fernando concluiu que, com este empreendimento, tem garantido emprego para sete jovens, dentre os quais um vietnamita.

Na entrada do Zango, há uma nova estação de serviço onde os preços parecem algo combinado, não diferem das demais visitadas. Em contrapartida, a

concorrência pareceu-nos maior, devido ao número de utentes que passam por via.

"Em média, lavam-se seis a 12 carros por dia. Temos ainda o serviço de mudança de óleos e lubrificação, bem como a aspiração e lavagem de assentos que são feitos em três dias", disse, sem revelar o seu nome.

Bem no centro da cidade, concretamente no Alvalade, encontramos a estação de serviço 'Fwma', das mais prestigiadas e antigas no sector, onde a lavagem exterior de carro, conforme fez saber a sua balconista, vai de 5.000 aos 15 mil kwanzas, ao passo que a do interior varia de 11.500 aos 30 mil.

"A troca de óleos e de lubrificantes depende da marca de cada carro, porque há os que levam cinco litros e outros de 10 ou mais, por isso o serviço é cobrado, incluindo a quantidade de óleo que o mesmo vai consumir", esclareceu.

A nossa interlocutora declarou, igualmente, que o cliente deve levantar o seu carro no mesmo dia, excepto os que tenham pedido uma lavagem de assentos e os forros todos, porque levam em média três dias para secarem.

Projecto 'carsukula'. Os lavadores de carros integrados no projecto 'Carsukula', do Crédito Jovem, há muito que abandonaram os equipamentos e, ao que tudo indica, terão retomado o seu exercício de lavagem informal de carros a balde, recusando-se a depositar os rendimentos no banco, conforme o previsto no mesmo.

Recorde-se de que as cooperativas eram compostas por oito elementos, voltando à lavagem informal, mesmo depois de terem beneficiado de uma formação que os capacitaria no manuseamento dos kits e a repartição da renda e como fazer os depósitos bancários para melhor gerirem e desenvolverem a actividade.

Uma fonte da Direcção Nacional da Juventude, contactada para o efeito, afirmou que o projecto previa a entrega de mais de 200 carinhos, dos quais apenas 25 chegaram a ser entregues aos beneficiários. A mesma apontou que o Aeroporto Internacional, os largos do Kinaxixi e do Banco de Poupança e Crédito (BPC), bem como o do Cemitério Alto das Cruzes, perfilavam os locais escolhidos para esta prática que, de acordo com ele, viola a lei sobre as transgressões administrativas.

"O projecto arrecadava qualquer coisa como 90 mil kwanzas por mês, algo que podia ser acrescido com a integração de mais carinhos", sublinhou.

Lavadores de carros na rua. A diferença de preços é de 200 a 300 kwanzas contra os 700 e mil e 200 que haviam sido estipulados pelos jovens afectos aos projectos, que recebiam os seus ordenados depois de um mês.

Enquadrado no projecto 'Angola Jovem', o projecto 'Carsukula' tinha o fito de fomentar o emprego e a promoção de valores de sustentabilidade e responsabilidade individual, proporcionando-lhes actividades úteis à sociedade, ao mesmo tempo que contribui para a limpeza e conservação das cidades.

Para o 'Carsukula', o Ministério da Juventude e Desportos disponibilizou verbas no quadro do Orçamento Geral do Estado, adquirindo carrinhos no exterior do país.

A Estação de Serviço 'M.K Comercial' é outro projecto que se dedica à lavagem de diversos tipos de viaturas, com sistema a seco, com a desmontagem dos bancos, lavagem do interior e com a desmontagem dos bancos e tapetes, de motor e aspiração do interior.

Pedro Marques, proprietário de uma viatura ligeira, informou que os charcos e a poeira obrigam à manutenção constante, ao mesmo tempo que reclama dos preços praticados, mas fá-lo não só por hábito, mas também para garantir a durabilidade do veículo. Na estação de serviço 'Manuel Van-Dúnern', junto ao Zé Pirão, a marcação é feita um dia antes da lavagem do carro.

Sebastião Brandão fala da falta da água como factor inibidor da actividade no centro da cidade, onde quase sempre falta água corrente e, como alternativa, têm sido os camiões-cisternas que cobram somas avultadas de dinheiro.

"O grande problema é a água, há vezes em que chegamos ao meio da manhã e já não a temos. Ontem, por exemplo, ficaram quatro carros por lavar", deplorou.

Danos ao ambiente. As estações de serviço usam produtos que são nocivos ao ambiente, se não forem devidamente acondicionados e tratados, alguns dos quais incluem os detergentes, muitos com elevados níveis de toxicidade que podem contaminar os lençóis freáticos.

Vladimiro Russo disse, inclusive, que a actividade de manutenção de viaturas inclui a mudança de determinadas peças, nomeadamente filtros, bem como a substituição de óleos e outros lubrificantes.

"Estes óleos e lubrificantes, quando substituídos, devem ser devidamente acondicionados e

transportados para o destino mais apropriado que pode passar pelo tratamento ou incineração", acautelou. Além de causar impactos negativos no ambiente, este tipo de prática pode, igualmente, provocar impactos sobre a qualidade de vida das pessoas, já que podemos ingerir alimentos contaminados (peixes contaminados pelas escorrências pluviais que contenham óleo) ou água contaminada.

O ambientalista aconselha, também, que todos os resíduos produzidos nas estações de serviço devam ser geridos segundo os princípios estabelecidos pelo Decreto Presidencial 1190/12 sobre a Gestão de Resíduos.

"Isto significa que os mesmos têm de ser devidamente separados, de acordo com categorias específicas, acondicionados e tratados conforme as suas características. Infelizmente, ainda existem muito poucos serviços de gestão de resíduos perigosos, tornando muito cara a gestão de óleos e lubrificantes usados", cita.

Russo revelou que as unidades de prestação deste tipo de serviços devem ser devidamente licenciadas e deverão cumprir com a legislação, incluindo a análise do local para verificar se é apropriado, sendo necessária a elaboração de estudos de impacto ambiental.

3.12 Taxistas devem manter tarifa actual

Jornal De Angola
29 De Setembro de 2014

O presidente da Associação dos Taxistas, Manuel Faustino, aconselha os seus associados a não alterarem as actuais tarifas, pelo menos nos próximos dias, em função do aumento dos preços dos Combustíveis.

Manuel Faustino entende que a tarifa do táxi esta desajustada, mas afirma que qualquer alteração deve ser feita através de acordo entre a Associação dos Taxistas e o Ministério das Finanças.

"Gostava de lembrar que há muito tempo a Associação tem defendido o aumento da tarifa, mas gostávamos de alertar os taxistas de Luanda que não devem fazer qualquer alteração, tendo em conta que fomos agora convidados pelo Ministério das Finanças para um encontro na segunda-feira", disse Manuel Faustino na Radio Nacional de Angola.

O diretor do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do Ministério das Finanças, João Boa

Kipipa, considera que a subida dos preços dos combustíveis enquadra-se numa reforma prevista há muito tempo.

"A preocupação central é continuar a garantir a sustentabilidade das finanças públicas e a estabilidade macroeconómica. Os subsídios representam cerca de quatro a cinco por cento do Produto Interno Bruto e há de facto necessidade de garantir que estejamos a caminhar no sentido mais racional, isto é, realizar alguma Poupança em matéria de subsídio para poder proteger os menos favorecidos", disse, esclarecendo que estas medidas constam do pacote de exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Sonangol aplaude esta medida governamental, segundo o porta-voz e diretor de marketing da empresa, José Donge. Acrescentou que os custos de produção e outros encargos já aconselhavam os reajustamentos das tarifas dos derivados do petróleo.

"Para a Sonangol é uma notícia bem-vinda, tendo em conta que nos temos com prado 0 nosso produto no mercado internacional. Já que a produção nacional não consegue suprir a demanda local. Esta medida vai permitir melhorar também, em parte, a nossa rentabilidade, porque vamos ter um preço mais aproximado ao preço real. Portanto, é um ganho para a empresa", referiu.

Os preços dos combustíveis sofreram, desde as zero horas do último sábado, um aumento de 46,4 por cento. Deste modo, o litro da gasolina passou a custar 75 kwanzas, o de gasóleo 50 kwanzas e o de petróleo iluminante 35 kwanzas.

O quilo de gás passou a custar 45 kwanzas, o que implica dizer que a botija de gás de seis quilos aumentou para 270 kwanzas, a de 12 quilos para 540 kwanzas e a de 51 quilos para 2.295 kwanzas.

O preço de fuelleve e pesado aumentou para 50 e 34 kwanzas, enquanto o quilo de asfalto passou a custar 19 kwanzas.

Os preços dos combustíveis, apesar destes ajustamentos, continuam a ser subsidiados pelo Orçamento Geral de Estado, de onde, só em 2013, foram transferidos 552,9 mil milhões de kwanzas, representando cerca de 12 por cento da despesa total neste mesmo ano.

Esta atualização reflete o compromisso do Executivo em continuar a melhorar a despesa e eliminar, de forma gradual, os subsídios que incidem sobre os preços fixados de venda ao público. Os últimos ajustes foram em 2005 e 2010, registando um aumento de 138,35 e 46,4 por cento.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 FMI corta crescimento de Angola e prevê um défice no saldo fiscal de 4,8% em 2014

Jornal Economia e Finanças

04 De Setembro de 2014

Texto: Francisco De Andrade

O Fundo Monetário Internacional (FMI), no quadro da sua avaliação anual ao abrigo do Artigo IV, projetou, na passada semana, para a economia angolana um crescimento de 3,9% este ano, muito abaixo dos 8,8% projetados pelo Executivo no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2014, e prevê um saldo fiscal de 4,8%.

O Fundo justifica o corte na previsão de crescimento económico com um declínio "temporário, mas considerável" na produção petrolífera, que em 2013 havia registado já um crescimento negativo de 1,1%.

Para o presente ano, a organização liderada pela francesa Christine Lagarde e ainda mais pessimista e prevê uma contribuição negativa do sector dos petróleos para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional de 3,5%. De acordo com o FMI, as receitas petrolíferas caíram 14% de Janeiro a Maio do corrente ano, por culpa fundamentalmente de uma queda de 10% na produção de crude, ligada a operações de manutenção inesperadas em alguns campos.

Aquela instituição destaca uma esperada contribuição positiva para o PIB do sector não petrolífero, que devera crescer 7,3% em 2014, impulsionado em grande medida por um bom desempenho da agricultura, ainda assim, um pouco abaixo do verificado no ano 'passado, altura em que se cifrou nos 10,8%. O aumento da produção agrícola devera estar a volta dos 11,5% este ano, sendo que o esperado e que sectores como o da indústria, eletricidade e de serviço tenham também um crescimento assinalável para o crescimento do PIB não-petrolífero.

No que toca ao saldo fiscal, a organização com sede em Washington indica que vira a deteriorar-se "substancialmente" este ano, atingindo um défice que se aproxima dos 5%, depois de ter apresentado excedentes nos últimos quatro anos, Entretanto,

apesar do "forte crescimento económico observado nos últimos dez anos", as desigualdades na distribuição da renda nacional e a pobreza continuam a ser um desafio a superar. A inquérito as despesas das famílias lançado em 2009 e divulgado em 2011 da conta de que a distribuição do rendimento em Angola se destaca entre as mais desiguais da Africa Subsariana.

4.2 Problemas e soluções para Asia Governação em Cacuo

Jornal a Republica

05 Setembro de 2014

Texto: Escrivão José

Jornal A Republica-Sra. Administradora, como e que o dinheiro chega ate a administração?

O dinheiro chega ate a administração por intermedio da conta da administração para o exercício dos investimentos públicos, isto e, para a construção de escolas, distribuição de água para todos, serviços de saúde, Energia elétrica, etc.

Por exemplo temos Quarenta milhões de Kwanzas para o sector de abastecimento de água para todos e tivemos que criar um novo centro de tratamento de água na comuna da funda e urna rede de distribuição de água potável que abastece mais de vinte mil pessoas que nunca tiveram agua tratada, nos bairros terra branca, Quilundo e Kuta, apesar de o projeto ainda não ter terminado.

Jornal A Republica- Sra. Administradora Rosa Janota, para quando a energia elétrica publica nos bairros de Cacuo? Rosa Janota com um olhar tímido responde o seguinte: Nos estamos a trabalhar com a Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL), para a criação de uma empresa e assim que isto acontecer a mesma vai tomar conta de tudo e a população vai poder beneficiar-se melhor, porque ate alguns PTS já estão a ser controlados pela EDEL.

Jornal A Republica- Sra. Administradora, será que a administração já não vai legalizar empresas de energia privadas que queiram investir em Cacuo?

Nos, pensamos que o investimento publico privado, na lei esta autorizado, porque qualquer cidadão que queira investir em Cacuo, a administração esta aberta para autorizar. Agora, um PT privado assim que entra em funcionamento há um contracto que não difere de um contrato publico. Todo aquele cidadão

Que consumir energia deve pagar a energia porque até há órgãos que controlam a energia, que é a ENE e a EDEL, acrescentou Rosa Janota.

Jornal A Republica- Sra. Administradora, como é que esta a distribuição de energia eléctrica e água potável no bairro Belo monte?

A comunidade do Belo monte ainda não tem a linha de média tensão, porque a linha de média tensão é que nos ajuda a implantar muitos PTS a nível do bairro, porque sem a mesma não podemos fazer nada.

Mas, o bairro Belo monte tem energia privada e não chega para toda a população daquela zona, como sabemos, a comunidade do belo monte é muito extensa e até não temos o número exacto de cidadãos

que vivem aí, porque a população ocupou aquela área desordenadamente, não há espaços de acesso para o interior do bairro, mas nós a administração estamos a trabalhar na organização do Belo monte.

Em primeiro lugar água e energia privada, porque nós pensamos que os investidores privados são parceiros do estado a nível do nosso país, desde que os mesmos não especulem os preços.

Jornal A Republica- Sra. Administradora, será que o Cacuaco já tem água para toda a comunidade?

Não, Mas, nós reconhecemos que ainda temos muitos bairros sem água potável, podemos dar água numa determinada comunidade e pode faltar noutra. No programa de investimento público, a administração municipal de cacuaco recebeu da EPAL, a construção de cinquenta mil ligações domiciliárias de água potável e a tendência é continuarmos até 2015 para finalizar. Agora, se há reclamações é normal, porque Cacuaco é um município que recebe um cidadão novo por dia e a maior parte da população tem o hábito de construir desordenadamente. Nós não podemos partir as casas dos municípios sem negociar com os mesmos, porque Cacuaco já deve ter aproximadamente um milhão de habitantes e não é só o Cacuaco que tem estas reclamações.

Jornal A Republica- Sra. Administradora, o orçamento que o município recebe chega para resolver as preocupações das comunidades?

Os valores que a administração recebe do orçamento geral do estado, não podemos dizer que é pouco ou chega, mas pensamos que poderia ser mais, porque a gestão do município é extensa e quando fazemos investimentos não é visível, porque a comunidade é grande, e aquilo que costumamos a dizer que quando

um bem público é inaugurado para o bem da comunidade, é preciso cuidar, porque se hoje metermos água e porque amanhã venha a energia é muito mais.

Rosa Janota disse ainda que o orçamento do município é de 235 milhões de Kwanzas, "e fizemos os investimentos por etapas, por exemplo o ano passado compramos os PTS para a distribuição de energia à população e este ano de 2014 estamos a construir cinco escolas, e cada uma delas custa 37 milhões de Kwanzas construídas e equipadas para o número de crianças que ainda não estão no sistema de ensino, esta é a nossa preocupação. Para não falarmos da compra de medicamentos e a manutenção das escolas e não só".

Jornal A Republica- Sra. Administradora, será que as eleições autárquicas são importantes para a minimização das preocupações das populações, visto que o município vai poder gerir os seus próprios recursos?

Eu penso que as eleições autárquicas neste momento dependem daquilo que vai ser o orçamento do município, porque participando só nas eleições e depois não ter onde ir buscar os recursos para meter em Acção as promessas eleitorais que o candidato apresentou nas eleições não interessa. Para gerir um município não é pouco dinheiro que se gasta, porque é preciso fazer manutenção nas estradas, saúde, educação, saneamento básico e muito mais, então eu penso que é preciso estudar mais este programa para sabermos como meter isso a funcionar.

Jornal A Republica- Sra. Administradora Rosa Janota, o Cacuaco está a crescer em termos de infraestruturas, porque acontece a construção de armazéns nas curvas e a beira da estrada! A fiscalização está a dormir?

Eu penso que a fiscalização não está a dormir, nós já tivemos reunião com a fiscalização e com a direcção do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA) para abordarmos esta situação, porque o que está na lei é, ao construir-se um empreendimento deve-se deixar cinquenta (50) metros da estrada e garantir que muitas empresas vão ser destruídas.

Só estamos ainda a trabalhar com o gabinete jurídico, a fiscalização e preparando as populações, porque de um dia para o outro, os armazéns podem desaparecer. Estes armazéns surgiram quando as pessoas vieram aqui tratar documentos para a construção de casas e depois construíram armazéns, e estas pessoas serão punidas por lei, porque estão a enganar a administração, isto é que aconteceu no Hoji-Ya-Henda e Mártires do Kifangondo e o que

esta a chegar aqui, e isso tem mãos de estrangeiros e angolanos.

Sra. Administradora- Há intolerância política aqui em Cacucaco?

Em política, cada partido tem a sua visão e procuram encontrar uma defesa própria, porque até quando estamos a fazer o concurso público ou uma atividade do partido, nos não damos boletins de inscrições, onde pede a identificação do partido a que pertence o candidato. Há pouco, fizemos o concurso público da Educação e da Saúde e passaram os que tiveram competência, e é assim em qualquer parte do mundo.

Aqui em Cacucaco, não há intolerância política, nos damos emprego a todos, dependentemente das capacidades intelectuais, aqui não se é do partido A ou B. e eu aqui na administração não venho fazer política, mas sim atender todo o cidadão que precisar dos nossos serviços.

Jornal A Republica- Sra. Administradora, como esta a população do bairro Mayombe?

Nos estamos a preparar todo o processo para a organização do bairro Mayombe, visto que quando se criou o bairro houve muito aproveitamento por parte de pessoas de má fé e de alguns partidos políticos, porque muita gente que ocupou os terrenos não vivia lá.

Agora, para melhor controlarmos a população que tem terrenos no Mayombe, contratamos uma empresa para o castramento fotográfico. Para uma base de dados com muita segurança, porque no futuro o Mayombe vai ser um bairro de luxo e a população já está a pagar o dinheiro na administração para o serviço de emolumentos de construção, implementação da sua obra, e esse dinheiro paga-se diretamente na tesouraria, porque se forem pagar diretamente ao banco, muitos podem pagar e não estarem inscritos e aí provoca conflitos.

Jornal A Republica- Quando e que a população do Mayombe terá energia e água, Sra. Administradora?

Estamos a trabalhar com a Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), para a construção de chafarizes e a distribuição de água potável para toda a população do Mayombe, e agora a energia só não estamos a por já, porque a maioria das casas são de chapas, estamos a trabalhar por fases e o bairro Mayombe será uma grande cidade no futuro. Jornal A Republica Sra. Administradora, para quando a construção de pontes aéreas no município?

Se dependesse da administração de Cacucaco, as pontes já estariam construídas, e repita que a energia

e a água não dependem da administração de Cacucaco, e como as pontes. E nós não estamos com os braços cruzados, estamos sempre a informar ao governo provincial.

Estamos a esperar e já fomos informados que vão construir as pontes, vimos que estão a montar uma ponte na nova centralidade de Cacucaco e vamos esperar, é uma responsabilidade dizer que vamos construir pontes aéreas já... porque não é da responsabilidade da administração.

Jornal A Republica- Sra. Administradora, como esta a distribuição da merenda escolar em Cacucaco?

Estamos no bom caminho, visto que este ano estamos a fazer a distribuição da merenda escolar com 80 milhões de Kwanzas e a tendência é crescer. Estamos a distribuir a merenda em 22 escolas, e se as empresas que tem contrato com a administração e não distribuírem a merenda nos não vamos pagar.

E verificamos que desde que começamos a dar a merenda escolar, o nível de aproveitamento por parte dos alunos é positivo, e a partir da próxima semana vamos começar a visitar as escolas para sabermos como e que esta a decorrer o processo.

Jornal A Republica Sra. Administradora, a escola do Fundo de Apoio Social (FAS), no bairro da Vidrul esta parada há muito tempo, para quando a reabilitação da mesma?

Risos! Aquela escola esta a precisar de demolição e nos já temos a planta da mesma e vamos construir uma escola de raiz no mesmo local, isto é, no próximo ano.

Jornal A Republica- Como esta a delinquência no município, Sra. Administradora?

A delinquência em Cacucaco esta a diminuir consideravelmente, porque nos tempos passados, a população não conseguia chegar até aos mercados normalmente e chocavam-se com os marginais, e nós não podemos falar que a delinquência vai acabar, porque os mesmos que praticam estes actos são filhos de todos nos, agora, nos e que temos que reflectir o que temos que fazer. Os pais são os que tem que denunciar os delinquentes para diminuir a delinquência.

Jornal A Republica- Sra. Administradora, os terrenos tem sido um problema grave por parte dos camponeses que são expropriados sem indemnização. A que e que esta na base disso?

Estamos a trabalhar e vamos continuar, já criamos uma equipa para fazermos patrulhamento em toda a

extensão do município, para apanharmos estas pessoas que tem ocupado ilegalmente terrenos e causam agressões físicas e morais aos camponeses do Cacuaco.

Os cidadãos que veem ocupar ilegalmente os terrenos são provenientes do município de Viana, Belo Monte, e em varios pontos da cidade de Luanda, e nos vamos identificar estes indivíduos e consequentemente serem julgados no tribunal municipal.

Jornal A Republica Que projetos a administração tem para desencorajar a prostituição em cacuaco (estragal)?

A prostituição é uma atividade muito antiga e isto é uma responsabilidade dos encarregados de educação, porque uma mulher que cresce no seio da sua família, não pode meter-se na prostituição, e se elas fazem e porque elas acharam que é a única atividade que podem fazer, e o que a administração pode fazer e desencorajar elas a não fazerem na via pública.

Rosa Janota disse ainda que a feira estragal é uma denominação dada pelos munícipes, e "nos estamos a fazer um estudo e vamos tirar esta mini-feira para transferirmos num outro local que será mais controlado e com um horário próprio para as vendas e já não haverá um índice de prostituição como tem havido no estragal". Terminou a administradora de Cacuaco Rosa Dias dos Santos Janota.

4.3 Orçamento de 2013 registou saldo positivo

Jornal de Angola

19 De Setembro de 2014

Texto: Kumuêho Da Rosa

A execução do OGE de 2013 registou um saldo positivo na ordem dos 0.3 por cento, segundo o relatório da Conta Geral do Estado do ano de exercício, apresentado ontem, durante a 15ª sessão da Comissão Económica do Conselho de Ministros, na qual foi apreciado o Plano de Caixa do mês de Agosto e o Memorando da Evolução dos Mercados Cambial e Monetário da última quinzena.

O ministro das Finanças, Armando Manuel, disse no final da reunião, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que o resultado superavitário, que resultou de uma execução cautelosa do Orçamento Geral do Estado, contrariou a perspectiva inicial de défice orçamental.

Segundo o ministro, numa abordagem geral, o balanço da execução do OGE de 2013 permitiu

identificar o crescimento dos activos do Estado, da situação patrimonial e financeira e de certo modo uma maior abrangência dos órgãos do Estado no exercício da inventariação dos activos públicos.

Outro documento analisado durante a sessão da Comissão Económica foi a programação financeira para a execução do OGE no quarto trimestre de 2014.

De acordo com Armando Manuel, o documento apresenta a perspectiva de arrecadação de receitas no período e a garantia da execução da despesa pública.

"Está assim perspectivado, em termos de pressupostos, a execução da despesa com o pessoal, a garantia de funcionamento das instituições públicas em matéria de despesa, quer as ligadas a bens e serviços, quer de reembolso das obrigações do Estado, isto em termos de dívida pública, e também daquela necessária à criação de condições que permitam corrigir externalidades e criar um ambiente propício para o relançamento da actividade económica", sublinhou o ministro das Finanças.

Administração Tributária

Ainda no que diz respeito à programação financeira para a execução do OGE no quarto trimestre de 2014, disse o ministro, foi analisado "com bastante atenção o quadro actual do mercado internacional, em que se assiste a uma baixa do preço do petróleo fruto do aumento da produção".

Armando Manuel disse que essa quebra no preço do petróleo no mercado internacional tem entre os factores de terminantes o facto de os EUA se ter tornado actualmente um exportador. "Isso de certo modo despertou no Executivo a necessidade de olhar com bastante atenção o potencial doméstico da receita não petrolífera", afirmou. Essa situação, frisou o ministro, acresce de importância outro documento ontem aprovado pela Comissão Económica: o decreto que aprova a Administração Geral Tributária (AGT), um diploma que se inscreve no quadro do Programa de Reforma Tributária, criando um órgão que agiu tina o Serviço Nacional das Alfândegas (SNA) e a Direcção Nacional dos Impostos (DNI) do Ministério das Finanças.

Com essa medida, referiu Armando Manuel, ganha-se mais eficiência no processo de colecta dos impostos, minimizando custos de funções que são hoje duplicadas, simplificando processos de modo a potenciar a receita proveniente de sectores de recursos renováveis.

O Programa de Reforma Tributária, em curso desde 2011, melhorou a gestão dos impostos, disseminando

as boas práticas em todas as províncias do país. O processo de expansão da reforma tributária permitiu fortalecer os recursos humanos, com recrutamento e plano de formação especializada e o alargamento da rede de atendimento ao contribuinte, inclusive apetrechando os imóveis já existentes.

Com o Programa de Reforma Tributária, o Executivo pretende reformar o quadro da tributação em Angola, concebendo por tributo os impostos, as taxas e as contribuições especiais, com o objectivo de aumentar a arrecadação de receitas para o Estado, de modo a utilizá-las no desenvolvimento do país, criando ou melhorando infra-estruturas, empregos, abrindo escolas e hospitais.

4.4 FMI contra subsidios aos combustives

Jornal A Capital

20 De Setembro de 2014

Texto: Presbítero Lundange

Fundo Monetário Internacional voltou a questionar a manutenção pelo Estado angolano dos subsídios aos combustíveis, opção que, segundo o diretor adjunto daquele organismo, representa um encargo bastante pesado na estrutura de despesas suportadas pelo Estado. Números apresentados esta semana permitem ter uma ideia mais exata da dimensão do peso que os subsídios aos combustíveis constituem no conjunto de gastos do país, onde, segundo Naoyuki Shinohara, a despesa com esta componente absorve 4% do Produto Interno Bruto angolano. Ou seja, metade daquilo que se gasta como nos sectores da saúde e da educação no seu todo.

Mas esses não são os únicos indicadores que permitem dimensionar a grandeza da despesa com os subsídios aos preços dos combustíveis, depois desse economista ao serviço do FMI ter constatado que tais subvenções ultrapassam igualmente um terço da despesa em investimentos públicos e 16 vezes mais que a soma de todas as despesas do país com programas de segurança social.

Olhando para o impacto de tal opção, Shinohara sugeriu a maior racionalização dos subsídios aos combustíveis, acreditando que o abandono da política das subvenções produziria recursos para expandir a rede de segurança social, da mesma forma que reforçaria a posição fiscal do país a medio prazo.

Por essas mesma razão, a posição do FMI é clara: que se comece a por um ponto final a manutenção dos subsídios aos preços, na senda do que os industriais angolanos vêm, a muito defendendo.

A AIA entende que o país tem possibilidades de obter mais recursos financeiros para fins de carácter social. Segundo aquela entidade, bastaria que o Estado procedesse a redução em 25% dos subsídios aos preços dos combustíveis.

Nos cálculos daquele organismo, a redução dos subsídios em tal percentagem permitiria ao Estado poupar qualquer coisa como 1,5 mil milhões de dólares, Montante que, no entender da AIA, seria de grande valia para sectores carentes como o da agricultura.

A AIA justifica a sua proposta com o facto dos custos com os subsídios estarem a revelar-se em encargos demasiado pesados para o estado, que tem sobre si múltiplas responsabilidades, como e o provimento de serviços sociais necessários, nomeadamente saúde e educação mais eficientes preços, Tal facto da razão a posição do FMI que, como já o fez em varias ocasiões, reafirma ser hora do Estado demitir-se dessa sua intervenção nos preços, defendendo a manutenção das subvenções apenas ai onde e estritamente necessária.

Uma alusão a sectores como o da agricultura, considerado dos mais carentes em recursos financeiros suficientes para aquilo que e a sua natureza.

No passado mês de Marco, o Fundo já terá avançado uma proposta a respeito dos subsídios, tendo sugerido a sua substituição por "transferências dirigidas para os setores mais vulneráveis".

A proposta defendida esta, no fundo, em consonância com o que e desejo antigo das companhias a quem o Estado encarregou o compromisso de prestar serviços a preços subvencionados.

E que, para essas empresas, os preços dos bens e serviços que gozam de subvenções do' Estado já estão longe de compensar os custos operacionais, tao pouco os de produção, Por isso, as empresas envolvidas no negocio defendem, elas também, a liberalização de preços, para libertar o Estado de encargos que podem bem ser assumidos pelos respetivos consumidores, permitindo que tais preços se formem com base nas leis do mercado.

O peso das subvenções

Os números são, em relação a isso, bastante elucidativos. Dizem que este ano, por exemplo, o Estado prevê gastar só com subsídios a preços pouco mais de 393 mil milhões de kwanzas, ou seja, cerca de 5,42 por cento do total da rubrica "subsídios"

prevista no Orçamento Geral do Estado aprovado para 2014.

No exercício antecedente, os custos com este encargo representavam 6,94 por cento do global de despesas associadas as subvenções contempladas no OGE correspondente.

O Ministério das Finanças diz ter consciência de que os custos com os subsídios a preços começam a ser insuportáveis, factor que, alias, teria forçado o Governo a iniciar cortes nas despesas com essa componente deixar o encargo total a responsabilidade de quem usufrui do bem ou serviço ate agora subsidiado pelo Estado.

Esta e, aliás, uma decisão que havia já sido anunciada pelas anteriores direcções do Ministério competente, reportando-se a bens como os combustíveis derivados de petróleo, agua e energia eléctrica,

Na consequência disso, uma nova política de subsídios directos aos consumidores, aplicáveis aos combustíveis, agua, electricidade e transportes públicos tem estado em estudo. Por aprovar esta também Regulamento Tarifário para o sector eléctrico, num exercício que levara ainda a reestruturação da ENE e da EDEL, para dar lugar a três novas empresas, como referiu esta semana o titular do pelouro de Energia e Aguas.

4.5 Desconcentração administrativa profunda

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2014

Texto: Kumuenho Da Rosa

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foi ontem à sede do Governo Provincial de Luanda, e tal como prometeu precisamente 30 dias atrás, na cidade do Kilamba, durante uma reunião de trabalho destinada a discutir o modelo de organização administrativa das centralidades em construção na capital do país, enunciou "orientações e decisões" com vista a melhorar a governação da província.

O arranque do processo de desconcentração administrativa de Luanda, de uma maneira profunda e mobilizadora, foi o principal foco da reunião. Segundo o Presidente da República, o grande desafio é pôr a funcionar o aparelho da administração provincial e das administrações municipais em pleno, de modo a superar o atraso em que Luanda se encontra, e ajustar o passo da governação ao crescimento da procura dos serviços públicos.

"Precisamos de um esforço acima da média para podermos atender às necessidades básicas de toda a sociedade, precisamos também de ordem e disciplina em toda a província para que cada um saiba o seu lugar e o seu papel e possa dar a sua contribuição".

Governador experiente

O Chefe de Estado começou a reunião felicitando a nova direcção do GPL, o presidente da Comissão Administrativa de Luanda e os administradores municipais recém nomeados. E fez uma saudação especial ao governador Graciano Domingos, a quem reconhece "grande experiência administrativa e que, em momentos difíceis, já governou interinamente esta província".

Sobre o estado de coisas na província de Luanda, José Eduardo dos Santos reconheceu "algumas melhorias", principalmente em relação a reabilitação e modernização de infra-estruturas, a construção de edifícios e instalações para melhorar a prestação de alguns serviços públicos, mas, como disse, "é evidente que existem muitos problemas por resolver e quê criam muitas dificuldades".

O Presidente da República defendeu uma governação actuante, totalmente disponível e à altura dos cada vez maiores e mais complexos problemas da cidade de Luanda, que decorrem, essencialmente, do êxodo populacional que vem desde o período da guerra, quando Luanda era vista como o lugar mais seguro.

Mas, referiu o Presidente, com fim do conflito armado em 2002 o êxodo de outras províncias para Luanda continuou. "Dos cerca de um milhão de pessoas em 1991, Luanda passou a ter mais de cinco milhões em 2002 e hoje já tem mais de sete milhões de habitantes", assinalou.

Mais musseques

Com o aumento da população e sem infra-estruturas para acolher um fluxo tão grande de pessoas, multiplicaram-se os problemas em Luanda: "Aumentou a construção informal de bairros periféricos sem infra-estrutura mínima indispensável e sem condições de habitabilidade e salubridade. Muitos bairros com carência de serviços básicos como saúde e educação, abastecimento de água potável e energia eléctrica, esgotos, limpeza regular e recolha do lixo". Resumindo: "aumentaram os musseques que herdamos do tempo colonial".

Separar as águas

O Chefe de Estado defendeu que, face à conjuntura de Luanda, quem dirige a província deve estar à frente dos acontecimentos. (O governador) tem de

estar completamente disponível, ter grande capacidade e mesmo qualidades especiais para prever a situação da evolução, saber orientar os subordinados e saber tomar medidas pertinentes.

Por isso decidimos fazer cessar a acumulação do cargo do governador provincial com o de primeiro secretário do Comité Provincial do MPLA", realçou.

Reestruturação

Na reunião, em que também participaram os membros da comissão de reestruturação do Governo Provincial de Luanda, dirigida pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, o Presidente da República anunciou para dentro de dois anos o início da implementação do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, um documento que deve abranger todas as vertentes do desenvolvimento económico e social, o ordenamento do território e a mobilidade na província, e que vai estender-se até 2030.

"A elaboração deste importante documento será feita com base na consulta e concertação entre os organismos públicos e privados e a sociedade civil", disse o Presidente, lembrando ser desnecessário esperar pelo Plano Director Geral de Luanda para arrancar com o processo de reestruturação da Administração Local na província.

Na verdade, assinalou o Presidente, o processo começa agora com a implementação das "medidas de carácter normativo" que, em conformidade com a Constituição da República, estabelecem uma maior desconcentração administrativa dos poderes do Governo Provincial para a Administração Municipal, "tornando assim quem dirige e governa, mais próximo dos problemas e do cidadão, e definindo a necessária coordenação provincial e a articulação com a estrutura central".

Estatuto diferenciado

De acordo com o Chefe de Estado, esse conjunto de acções tem por objectivo otimizar a organização e o funcionamento do Governo Provincial de Luanda, justamente por ser a província mais povoada, mais urbanizada e a que alberga a cidade capital do país, que justifica, no futuro, um estatuto diferenciado, tal como tem Brasília, no Brasil, ou Washington DC, nos EUA.

"Preconizamos para a província de Luanda um modelo de desconcentração administrativa profunda, através de uma delegação legal de competências que hoje são atribuídas ao Governo Provincial e que passam para as Administrações Municipais, incluindo o caso específico do município de Luanda", frisou.

Equiparados a províncias

Antes de passar a palavra ao jurista Carlos Feijó, para explicações mais técnicas sobre as linhas estruturantes do processo de desconcentração administrativa, o Presidente da República fez saber que a ideia é fazer com que os municípios de Luanda fiquem equiparados às províncias, na medida em que lhes serão aplicáveis os procedimentos referentes ao regime financeiro e orçamental, podendo executar despesas até ao mesmo limite definido por Lei para o governador provincial.

Quem é quem

O Presidente adiantou-se em esclarecer que estas medidas em nada alteram o estatuto do governador provincial como representante da Administração Central, em obediência à estrutura definida na Constituição da República. Disse esperar que a curto e médio-prazos, as medidas adoptadas possam resultar num fortalecimento da capacidade das Administrações Municipais de planificar e gerir melhor as zonas urbanas da sua circunscrição e responder com efectividade às necessidades dos cidadãos.

Com a desconcentração administrativa profunda o Executivo espera ainda que as administrações municipais estejam em condições de promover e gerir o desenvolvimento social e económico local e responder ao impacto de eventuais ocorrências negativas naturais, e contribuir para a melhoria da prestação de serviços públicos nos domínios da saúde, da educação, fornecimento de água e energia eléctrica, saneamento básico e gestão do lixo; na transformação do mercado informal para o formal e o respeito pela ordem e a disciplina.

O Presidente insistiu na governação participativa, como um dos objectivos a atingir pela via do diálogo e da participação dos cidadãos na resolução dos problemas e no desenvolvimento do seu município.

Programa especial

A necessidade de mudar o actual quadro de Luanda e atendendo o processo em curso de desconcentração profunda estão na base de um conjunto de medidas instrumentais lançadas ontem pelo Presidente da República e titular do Poder Executivo.

José Eduardo dos Santos anunciou que a Administração Municipal vai ter um Programa de Desenvolvimento, um Orçamento e um Programa Municipal de Investimento Público a partir de Janeiro de 2015. Mas para já, deve ser aprovado um programa de impacto social para os últimos três meses deste ano.

O Presidente da República também fez alusão ao programa de expansão da rede viária e ferroviária da província de Luanda, a ser aprovado em Outubro e cuja execução começa imediatamente a seguir à sua aprovação. O referido programa vai permitir melhorar a mobilidade na zona sul, disse o Presidente, que citou como exemplo, o projecto de construção de três avenidas na zona da Corimba, uma delas (Marginal da Corimba) com um metro de superfície e mais de cinco quilómetros de praia à frente.

Segundo o Presidente da República, o programa de expansão da rede viária e ferroviária da província de Luanda prevê também melhorar a acessibilidade da zona norte e do novo aeroporto internacional ao centro da cidade.

Seminário

Para discutir a questão da atribuição e ocupação de terrenos urbanos ou para outros fins, o Presidente sugeriu a realização de um seminário nacional. "Sugiro que seja realizado um seminário sobre este tema em Luanda, em que, além da auscultação e debate, os especialistas possam falar sobre a Lei de Terras e sobre a Lei do Ordenamento do Território e respectivos regulamentos".

4.6 Angola gasta mais a subsidiar combustíveis do que com a educação ou a saúde

Semanário Expansão

26 De Setembro de 2014

Texto: Francisco Andrade

Angola gasta mais a subsidiar combustíveis do que com a saúde ou educação, Com os preços actualmente praticados, Angola figura entre os 10% de países que apresentam preços baixos a nível mundial, indica o Fundo Monetário Internacional (FMI), num relatório publicado na passada semana, no final de mais uma consulta ao País, ao abrigo do Artigo IV.

A despesa com os subsídios aos combustíveis, avança a instituição de Bretton Woods, equivale a 4% do PIB. Feita as contas com base no PIB de 2013, o País gasta 479 mil milhões Kz para cobrir a diferença entre o custo real dos combustíveis e os preços cobrados nas bombas.

Este valor representa mais de metade dos gastos com educação (448 mil milhões Kz) e saúde (316 mil milhões) juntas, um terço dos gastos com investimentos públicos, ou 16 vezes a soma de todos

os gastos do País com programas de redes de protecção social.

Por essa razão, o FMI sugere que os subsídios aos combustíveis, que tendem a beneficiar desproporcionalmente as camadas mais abastadas, devem ser revistos e progressivamente reduzidos, indicando inclusive alguns caminhos para se chegar a este desiderato.

"Isto pode ser feito através da institucionalização de um mecanismo de transferência social condicional bem direccionado para proteger os menos favorecidos, com um subsídio equivalente a 50% da linha de pobreza, o que implicaria um custo anual de cerca de 0,5% do PIB, ou oitavo do actual nível de gastos com os subsídios aos combustíveis", lê-se no documento.

A implementação do referido mecanismo de transferência, explicam os técnicos do FMI, deve ser precedida de uma campanha pública e consultas abertas com os principais interessados para se expor os motivos que fundamentam a eliminação dos subsídios aos combustíveis.

Segundo a instituição, o custo orçamental dos subsídios aos combustíveis em Angola tem estado a subir nos últimos anos devido também ao aumento dos preços internacionais dos combustíveis, Governo concorda, mas...

As autoridades, conforme indica o relatório, concordam com a necessidade de se reduzir gradualmente os subsídios aos combustíveis, mas questionam se a introdução de um mecanismo de transferência social condicional seria uma opção válida para as actuais circunstâncias do país.

Na visão do FMI, a racionalização dos subsídios aos combustíveis não apenas geraria recursos para a ampliação da rede de segurança social, mas poderia também fortalecer a posição fiscal a médio prazo.

"Assim como se verifica noutros países, parte dos recursos poderia ser utilizada para financiar um programa de transferência social condicional para reduzir a pobreza e gerar oportunidade para os menos favorecidos", lê-se no relatório.

No caso de Angola, um programa de transferência social para os pobres equivalente a 50% da linha de pobreza (ou seja, 40,5 USD por mês para uma família de 5 pessoas) custaria apenas 0,5% do PIB, ou um oitavo do custo actual dos subsídios aos combustíveis, referem os autores do documento.

4.7 Rigorosidade e responsabilização

Semanário Angolense
27 De Setembro de 2014

Os luandenses (e não só, já que Luanda, no fundo, toca mais ou menos a todos angolanos) reagiram com satisfação ao anúncio feito pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em relação à desconcentração dos orçamentos e execução financeira dos municípios de Luanda a partir de 2015.

Uma das causas apontadas para a má governação de Luanda, ao longo dos anos, tem a ver com a forma de trabalho das administrações municipais e comunais. Geralmente, os governadores, que são sempre os sacrificados, quais treinadores de futebol quando as

suas equipas são derrotadas, baixam orientações aos seus subordinados que, na sua presença, dão a entender que as acataram, mas o que vai sendo feito nas suas costas é totalmente o contrário do que se orientou.

Assim sendo, tal como foi orientado pelo Chefe de Estado, é necessário que se escute mais a população para se poder saber o que realmente fazem os administradores nas suas áreas.

No entanto, até aqui, os seus relatórios e demais apresentação dos problemas administrativos locais são simplesmente truncados e redigidos no sentido de camuflar as ilegalidades que vão sendo cometidas e que criam grandes dissabores à população.

Apesar das verbas disponibilizadas, muitas vezes solicitadas pelos próprios administradores, os bairros das diversas comunas dos municípios e ou distritos, ao invés de registarem algum desenvolvimento, foram piorando a cada dia.

Não se pode conceber que as administrações, com gabinetes técnicos apetrechados de máquinas e pessoal, não consigam fazer trabalhos para melhorar o saneamento básico ou efectuar uma simples operação de terraplanagem e tapa-buracos nas ruas das suas jurisdições.

Há conhecimento de que, em algumas circunscrições, os administradores comunais eram simplesmente ignorados pelos seus superiores hierárquicos, não recebendo qualquer verba nem meios para efectuar trabalhos nas suas áreas, o que resultava em verdadeiros «braços de ferro» entre uns e outros.

Em face disso, a população foi perdendo, cada vez mais, a esperança de melhorias na vida das suas circunscrições.

«Os governadores têm caído por quezílias e intrigas políticas, mas, sobretudo, por culpa do mau trabalho dos seus administradores municipais, distritais e comunais. As ideias que o PR está a introduzir agora, já, deviam ter sido lançadas há mais tempo. Já não bastava a simples substituição dela por ela, que nunca melhorou nada. Também não basta trocar os quadros e injectar novas orientações, tem que haver penalização; os actuais administradores têm que prestar contas e serem levados a tribunal quando prevaricarem», defendem algumas vozes entre a população.

Resumindo, os governadores de Luanda foram caindo, não só por obra de quem deveria dar a sua contribuição para uma boa governação, neste caso os administradores municipais e outros, mas também pelo «deixa andar» a que se consagram, por falta de autoridade e possível conivência nas «engenharias» perpetradas pelos seus colaboradores.

Para os luandenses, não basta só passar os municípios para a categoria equivalente a governos provinciais. Tem que haver, acima de tudo, rigor e responsabilização, com penalizações para quem trabalhar mal. «Só assim os investimentos públicos preconizados vão possibilitar a rápida solução dos problemas básicos que afectam as populações, com realce para a periferia da cidade», defende um cidadão com quem conversamos.

4.8 Formação dos gestores públicos no Huambo

Jornal de Angola
29 De Setembro de 2014
Texto: Victoria Quintas

Os gestores públicos das unidades orçamentais da província do Huambo estão a ser capacitados sobre a execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), num seminário promovido pelo Instituto de Formação de Finanças Públicas do Ministério das Finanças.

O evento, que conta com a participação de técnicos do Ministério das Finanças, diretores provinciais, administradores municipais e representantes do sector privado, esta também a abordar as normas e os procedimentos de inventariação geral dos bens do Estado.

O vice-governador do Huambo para o Sector Económico, Joaquim da Conceição, disse que, no contexto da economia, as despesas públicas absorvem mais de 45 por cento no Programa de Investimentos Públicos (PIP), onde o Estado ainda

se constitui como maior empregador e principal adquirente de bens e serviços.

"A boa gestão financeira e orçamental constitui uma prática indispensável, não só para os profissionais de finanças públicas, como para os do sector empresarial privado contratante de bens: e serviços, para quem o conhecimento das regras de realização de despesas e um marco decisivo para a boa gestão e governação", disse o vice-governador.

Joaquim da Conceição recomendou aos administradores municipais e adjuntos a engajarem-se no aperfeiçoamento sobre execução do OGE, tendo em atenção as novas metodologias adaptadas para o desempenho do Orçamento Geral do Estado. O seminário enquadra-se nas Ações em curso com vista a descentralização e a modernização das finanças públicas levadas a cabo pelo Executivo em todo o país, cujo objetivo é capacitar os gestores e técnicos das unidades orçamentais e dos órgãos dependentes de maiores habilidades técnicas, com vista a superação das dificuldades que ainda se verificam.

O técnico do Instituto de Formação de Finanças Públicas, Délcio Ribeiro Pedro, augura com o seminário que os gestores públicos possam gerir o erário da melhor forma, usando as ferramentas de gestão orçamental pública apropriadas. Durante três dias, os gestores públicos apreenderam noções sobre o sistema integrado de gestão financeira do Estado, que responde pelo registo contabilístico da execução orçamental financeira e patrimonial do Estado e sobre a tributação na receita pública, cujo objetivo é densificar as fontes de receitas do Estado angolano, criar condições para o desenvolvimento económico harmonioso e sustentado, garantir uma maior justiça tributária e social e uma redistribuição equitativa da riqueza. Entre outros temas, os participantes falaram sobre a "Aquisição no sector público",

O "Sistema integrado de gestão patrimonial do Estado", a "Contabilidade pública" e sobre a "Prestação de contas e Tópicos do Orçamento público".

4.9 Municípios de Luanda ganham estatuto de província

Seminário Expansão

26 De Setembro de 2014

Texto: César Silveira

Os municípios de Luanda poder ao vir a ter um estatuto equiparado ao das províncias no que diz respeito aos orçamentos, anunciou esta semana o

Presidente da República, José Eduardo dos Santos, explicando que esta é uma das alterações no figurino administrativo e financeiro da capital.

"Os municípios de Luanda ficam equiparados as províncias, no sentido em que lhes serão aplicáveis os procedimentos referentes ao regime financeiro e orçamental, podendo executar despesas até ao mesmo limite definido por lei para o governador provincial", disse O Presidente, em reunião de trabalho na sede do governo da província.

Garantindo que o governador de Luanda continuará a ser o representante da Administração Central, José Eduardo dos Santos disse que o objectivo é fortalecer a capacidade das administrações municipais para planificarem e gerirem melhor as zonas urbanas das suas circunscrições e responderem com efectividade as necessidades dos cidadãos.

No futuro, explicou, a cidade capital poderá mesmo vir a ter um estatuto especial, como tem Brasília, no Brasil, ou Washington, DC, na EVA. As mudanças, contudo, levantam dúvidas junto de analistas ouvidos pelo Expansão, que receiam que este reforço de poder dos municípios de Luanda venha a agravar ainda mais a assimetria existente face as demais províncias.

Há quem tema que sejam agravadas as assimetrias de Luanda face ao resto do País. A luz do novo figurino, as administrações municipais deverão ter um programa de desenvolvimento, um orçamento e um programa municipal de investimento público a partir de Janeiro de 2015, segundo José Eduardo dos Santos.

Entretanto, nos últimos três meses de 2014, acrescentou o Presidente, será aprovado e executado um programa provincial especial de impacto social, para além do plano provincial e do orçamento.

Para o arranque pleno do novo figurino, José Eduardo dos Santos criou uma Comissão de Reestruturação do Governo da Província de Luanda que deve acompanhar a implementação do processo de reestruturação do governo provincial, e orientar e organizar de acordo com o novo quadro legal o funcionamento dos órgãos da administração local.

A Comissão, que recebeu um prazo de 90 dias desde a criação - a 12 de Setembro - para par o plano em marcha, deve ainda acompanhar a elaboração de toda a legislação referente a administração dos municípios e também do orçamento, dos planos e programas económicos e sociais e da programação financeira dos municípios.

Entretanto, foi nomeado um novo governador, em substituição de Bento Bento. Trata-se de Graciano Domingos, que assim se tornou no 18.º governador de Luanda e no primeiro que governara sem a responsabilidade de gerir as verbas destinadas aos municípios. Foram, ainda, nomeados novos administradores municipais.

Os analistas ouvidos pelo Expansão temem também, no entanto, que haja falta de capacidade técnica e humana das administrações para responderem aos desafios que se adivinham num curto espaço de tempo.

A descentralização dos municípios em que as administrações municipais recebiam uma verba directa do orçamento Geral do Estado iniciou-se em 2008. Na altura, ensaiou-se o programa de cabimentação directa dos municípios, com 68 seleccionados a beneficiarem naquele ano de uma verba de 5 milhões USD. Tratou-se da maior verba da história da gestão das administrações municipais.

No entanto, dois anos depois, o referido programa foi interrompido pelo Tribunal de Contas, que apresentou como razão "anomalia na gestão dos fundos" que visava dotar as administrações municipais de recursos financeiros para resolverem, com rapidez e eficácia, problemas que visam a melhoria do bem-estar das populares. Considerado insuficiente pelos gestores, havia, no entanto, a possibilidade de anualmente crescer em das necessidades, conforme explicou na ocasião o antigo vice-ministro das Finanças Severim de Morais. "Temos um fundo inicial de 5 milhões USD para cada município, e anualmente será dotado de mais verbas em função das necessidades", explicou na altura.

Agora, alguns municípios poderão beneficiar de um orçamento equivalente, por exemplo, a 1.24% ou 0,46% do 00. Estas foram, respectivamente, as percentagens máximas e mínimas destinadas as províncias no orçamento do ano em curso, com excessão de Luanda, que beneficiou de 2,87%.¹⁶

A questão que se levanta e quais seriam os municípios com maior dotação. Existe alguma convergência de que poderá ser o de Luanda, que, de resto, serviu de balão de ensaio para o modelo ora anunciado.

No ano em curso beneficiou de um orçamento de cerca de 34,5 mil milhões Kz que, segundo o presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares, seriam canalizados para a construção, reabilitação e apetrechamento de escolas, centros de

saúde, administrações distritais e comunais, entre outros.

o municipal de Luanda resultou da junção de seis anteriores municípios (Maianga, Rangel, Sambizanga, Ingombota, Kilamba Kiaxi, Samba) que passaram a denominar-se distritos, na sequência da divisão administrativa. Aprovada em Julho de 2011. Como resultado, Luanda passou a ter 7 ao invés dos anteriores 9 municípios os com a integração do Icolo e Bengo (Catete) e Quissama, que pertenciam a província do Bengo. Assim Luanda é constituída pelos municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Icolo e Bengo (com sede em Catete), Viana, BeIas (com sede na centralidade do Kilamba) e Quissama (com sede na Muxima).

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 AUTARQUIAS Juventude do PRS realiza conferência

Jornal de Angola
05 De Setembro de 2014

A Juventude de Renovação Social (JURS), organização juvenil do Partido de Renovação Social (PRS), realiza sábado e domingo, em Luanda" uma conferência sobre as autarquias locais e o papel da juventude no processo de organização, Em declarações terça-feira á Angop a propósito do evento, o secretário provincial da JURs, Gaspar dos Santos Fernandes, reconheceu que as autarquias "foram sempre, em todo o mundo, uma janela para o grito da liberdade das comunidades locais e o ponto fulcral para catapultar o desenvolvimento dos países".

Reforçou que as autarquias locais são "uma plataforma para o lançamento de iniciativas locais tendentes a promover o crescimento e criar sinergias entre as comunidades e o Estado".

Para ele, uma maior aproximação dos serviços a população precisa da institucionalização das autarquias locais, pois estas entidades permitem que haja " uma participação direta dos particulares nos órgãos administrativos locais".

As autarquias, disse, além da eleição dos órgãos dirigentes, terão uma assembleia e um órgão administrativo local, que serão "a porta aberta á participação dos particulares".

"O Facto das autarquias serem entidades com uma certa autonomia administrativa e financeira, vai permitir que os seus órgãos locais possam dispor de meios para poder atender imediatamente as necessidades dos particulares", sublinhou.

5.2 Mulheres defendem autarquias

Jornal de Angola
05 De Setembro de 2014

A coordenadora da Rede para O Desenvolvimento do Género no município do Cazenga, Maria Mateus Julho, defendeu, ontem, em Luanda maior envolvimento das mulheres no processo de implementação das autarquias locais.

A responsável, citada ontem pela Angop, disse que muitas organizações de mulheres desconhecem o que esta a ser feito no domínio da preparação das autarquias locais.

Disse que as mulheres não têm a informação oficial sobre o que esta a ser feito sobre o processo, facto que tem limitado o seu contributo na sociedade.

Na quarta Conferência sobre Género e Desenvolvimento, Maria Mateus Julho apresentou um resumo das conferências municipais sobre mulher, descentralização e autarquias.

Maria Mateus Julho defendeu a necessidade da sociedade civil promover a realização de palestras nas comunidades que permitam divulgar informação sobre a importância das autarquias.

Defendeu ser necessário que as organizações da sociedade civil ao nível local dominem e aproveitem da melhor forma os mecanismos de participação para que aprendam a ser verdadeiros cidadãos que servem os interesses do Estado. De acordo com a coordenadora, o nível de participação das mulheres nos cargos de decisão ainda é um desafio.

Destacou que as organizações da sociedade civil, principalmente as que lidam com questões do género, devem continuar a apostar na promoção de vários encontros nas comunidades. No encontro foi recomendado que as conferências do género devam ter réplicas em outros municípios e distritos para que as mulheres estejam elucidadas sobre processo das autarquias. A conferência decorreu sobre o tema "O contributo e a participação das mulheres no processo de descentralização e autarquias em Angola", numa promoção da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

5.3 Autarquias vão permitir maior desenvolvimento do país

Jornal Semanário Angolense
06 De Setembro de 2014
Texto: Maria Kiluanji

Angola está a viver um processo de descentralização e governação local. O mesmo tem por objectivo o estabelecimento de um quadro legal e institucional que clarifique as relações funcionais e fiscais entre os diferentes intervenientes da governação local, a melhoria da capacidade das autoridades locais para o planeamento e a gestão de recursos, a promoção da participação democrática e a implementação da descentralização financeira para que o desenvolvimento municipal seja uma realidade.

O director-geral da ADRA Belarmino Gelembé disse que a Criação das autarquias locais deve implicar um processo e decisão responsável e a sua Criação não deve estar dissociada de uma autonomia maior dos municípios, de uma maior intervenção das comunidades locais nas decisões de seu interesse e na emergência de uma economia local não petrolífera forte.

O número um da ADRA, referiu ainda que o Parlamento e o Executivo têm responsabilidades na produção legislativa e na Criação de condições materiais e institucionais, para que esse processo seja efectivo.

Belarmino Gelembé, e de opinião que o povo angolano esta diante de um dos mais importantes processos político-social. «Trata-se de um benefício que deve engajar todos, porque os cidadãos não estão diante de um mero acto de votar, mas sim de um passo importante para a modernização da democracia angolana», esclareceu.

O também engenheiro agrónomo, realçou que o modelo rural liderado pelo Executivo promove efectivamente a participação das mulheres com muita responsabilidade. «Temos que aprender que construir Angola também é construir um capital social, de relações de confiança e não apenas uma série de edifícios. Esta confiança só é possível quando se tem a grandeza e a elevação para colocar em cima da mesa as diferenças de cada cidadão e debate-las em nome do desenvolvimento do país. Não é um desenvolvimento qualquer, mas o que proporciona emancipação de homens e mulheres dos mais variados grupos que constituem esse mosaico que se chama Angola», frisou.

Falta de informação dificulta processo

A coordenadora da Rede de Desenvolvimento do Género do município do Cazenga, Maria Júlio, disse que apesar das mulheres no Cazenga mostrarem-se interessadas em saber mais sobre o processo de descentralização das autarquias locais, defendem a necessidade da sociedade civil fomentar a realização de palestras e outros encontros nas comunidades, que permitam divulgar informação sobre a importância das futuras autarquias, reforçando a importância desses encontros serem replicados em outros municípios e distritos para que as mulheres estejam esclarecidas sobre o processo das autarquias locais em Angola.

De acordo com a coordenadora, o nível de participação das mulheres nos cargos de decisão ainda é um desafio e há uma diferença entre homens

e mulheres por causa da feminização por parte dos homens.

A falta de água canalizada em alguns bairros do Cazenga, a carência dos serviços de saúde materno infantil, por causa do encerramento dos Centros de Saúde do Asa Branca e Hoji-Ya-Henda, energia eléctrica, educação, uma vez que município conta apenas com dois institutos médios, são dos maiores problemas que afectam as mulheres daquele município, assegura Maria Júlio.

Aquela responsável espera que depois dos varios encontros realizados pela ADRA em prol do

desenvolvimento de Angola, haja um dialogo aberto, franco e permanente com o Governo, para que todos os cidadãos entendam que o processo de autarquias locais pode ser um processo que torna o cidadão autónomo.

Participação da mulher na governação local

A deputada e presidente das Mulheres Parlamentares da CPLP, Cândida Celeste, entende que a participação das mulheres na administração local não é muito boa porque ainda não se atingiu os níveis que se pretende. Mas apesar disso, considera positiva a sua posição nos lugares que ocupam hoje porque, explicou, «se a mulher consegue gerir a sua casa, a família, uma vez que as famílias africanas são alargadas, se ela consegue gerir um lar, melhor ainda para gerir uma administração municipal».

A ex-governadora do Namibe afirmou que tem visto muitas administradoras municipais, embora sejam em numero moderado, a prestarem muito bem o seu trabalho e melhor que certos homens. «Ate ao momento em que se começou a nomear administradoras municipais, ainda não encontraram muitos problemas na gestão e tem sido elogiadas pela forma como dedicam-se no seu trabalho», disse.

A deputada pensa que a administração, na questão do género, tem sido boa e participativa por parte das mulheres, «pese embora não serem bem aceites a nível sociedade, porque ainda existe uma certa feminização da parte masculina e então não há ideias de eleger mulheres». Cândida Celeste acredita que existem mulheres mais capazes do que os homens, em termos de capacidade administrativa.

Cândida Celeste afirma que as mulheres estão a lutar para que este quadro mude cada vez mais e, nas próximas eleições, haja mais mulheres em cada partido, porque se cada partido eleger mulheres nos seus órgãos de direcção, também mais fácil vai ser nomeá-las para a liderança.

«Se o partido não elege mulheres, elas não podem gerir, não aparecem na Liderança, não podem ser administradoras, governadoras, directoras, enfim, não aparecem», considerou, realçando que «as mulheres angolanas estão a trabalhar no sentido de sensibilizar as próprias mulheres para participarem activamente na sociedade».

Assegurar o processo

Belisário dos Santos, director geral da administração do Ministério da Administração do Território defende maior inclusão dos cidadãos nos processos da realização das autarquias locais, uma vez que o grau de conhecimento por parte dos cidadãos a este respeito ainda é muito fraco.

O responsável, pensa que neste momento Angola esta num processo efectivo desconcentração e a descentralização vai avançando na medida em que determinadas iniciativas, como projectos específicos, vão sendo cada vez mais desconcentrados e transferidos do nível central para uma gestão mais directa das administrações municipais, por exemplo, o programa de municipalização dos serviços de saúde, que mostra claramente que ha um esforço para que os programas sejam geridos directamente nas administrações locais.

«Há todo um conjunto de questões legislativas em termos de produção de leis para assegurar este processo e vai se fazendo todo um trabalho de diagnostico profissional a todos os municípios, a fim de aferir quais os municípios que a partida reuniram alguns critérios e condições para que, numa perspectiva de ensaios, se realize este processo que deve ser implementado de forma responsável no sentido de evitar colapsos administrativos com desconcentrações radicais», afirmou.

Belisário dos Santos assegura que o nível de conhecimento dos cidadãos nesse processo ainda e muito fraco e há necessidade de avançar com acções de educação cívica e comunitária no sentido de partilhar mais sobre a importância das autarquias locais para a vida dos cidadãos e sua importância na vida publica.

«O acesso à informação ainda é deficitário: as mulheres perguntam o que e isso de autarquias, se vão votar mais num presidente e isso demonstra que e preciso começar com um processo de informação, mobilização e sensibilização dos cidadãos, sobre a importância dessa ferramenta de governação que todos os angolanos querem que seja utilizada, para facilitar a participação directa das pessoas no processo de tomada de decisões de assuntos que afectam positivamente as suas vidas», ponderou,

realçando ser importante que as pessoas saibam porque que estão a participar e que importância e que a sua participação terá.

«Para efectivação desse processo, o Ministério da Administração do Território (MAT) tem estado a realizar conferências, buscando experiências de outros países, no sentido de seleccionar boas praticas e adapta-las ao contexto angolano», reiterou.

Os conferencistas teceram estas declarações na IV Conferencia sobre Género e Desenvolvimento to, a luz do terna «0 contributo e a participação das mulheres no processo de descentralização e autarquias em Angola», numa promoção da ADRA. o objectivo e ajudar as mulheres a compreender a importancia da descentralização e do poder local no desenvolvimento das suas comunidades, para que possam ter uma participacao social mais activa.

A ADRA e uma organização que procura contribuir para um desenvolvimento rural democrático e sustentável, social e ambientalmente justo, para o processo de reconciliação nacional e a paz em Angola.

5.4 AIUÉ SAMBILÉ!

Jornal O País

12 De Setembro de 2014

Texto De: Pascoal Mukuna

Este grito pode ser de saudade, nostalgia, dó, pena, desgosto, enfim, um sentimento que serve para exprimir sentimentos, normalmente tristes, de cortar o coração. O Sambizanga é dos mais antigos musseques da cidade de Luanda, remontando o seu surgimento da década de 20.

Remonta a essa década, quando velhos pescadores – entre os quais o meu saudoso pai, Buiti dyá Passu, começaram a montar arriais no Sambila, vieram da Ilha de Luanda. Os irmãos Pascoal dividiram-se entre a Ilha de Luanda e o Sambizanga, depois de terem vindo do Mussulu.

Como já devem saber, os velhos foram, maioritariamente, pescadores e peixeiras, tendo o meu velho sido Cabo do Mar da praia da Boavista, até que na década de 60 viria a falecer. E o Sambila foi crescendo, foram-se erguendo edifícios, estradas, energia eléctrica, telefone, escolas, enfim o sambila cresceu.

Veio a Revolução, que levou inúmeros filhos da Pátria, cada um fez as suas opções políticas, inúmeros faleceram, outros emigraram, outros ainda foram

desta para melhor. Mas o mais importante é que veio a independência, a paz veio para ficar.

Os irmãos angolanos vivem em harmonia, trilham os caminhos do progresso, processo em que entra o Sambizanga. A requalificação do Sambizanga começou a ser referida há mais de 20 anos, o primeiríssimo a ser citado que seria alvo desse processo de renovação.

O que é a obra no antigo Santeiro?

E quando se esperava que o processo nascesse no coração do Sambila, eis que o primeiro edifício do «Sambizanga» (os mais desprotegidos) vêm surgir um edifício para acolher populações do Bairro Operário. Enquanto isso, o Sambizanga vai-se degradando cada vez mais.

No ex-mercado Roque Santeiro, está a erguer-se uma obra, que ninguém ousa decifrar de quem é a empreitada, pois está rodeada de muito secretismo. O que é certo é que, os trabalhos correm e os chinocas dão o melhor de si.

Mas não colhe, em pleno século 20, uma obra daquela magnitude ter proprietários não identificados, desde que o processo seja limpo e lícito mas os municípios pretendem um Sambizanga renovado e um bairro velho com alguns remendos.

E se a ordem for um edifício por ano, até quando se vai estender a requalificação do Sambizanga? A população desse subúrbio merece maior atenção por parte das autoridades, por isso acelere-se os trabalhos da requalificação, para conferir maior dignidade aos municípios.

Já na passada edição, escrevemos que está a conferir toda a importância às centralidades e quase nenhuma às requalificações, daí que se deva reverter o actual quadro, acabando-se com as cubatas de lata nos actuais musseques. Cheios de esperança é preciso remover os factores

que estejam a emperrear os processos de requalificação, que são tão valiosos quanto os das centralidades, pois ambas revestem-se de vital importância. Daí a emergência de se erguer os complexos residenciais, Pelos valiosos filhos e filhas que gerou, o Sambizanga merece isso e muito mais. É preciso, pois, colher os frutos da liberdade, que custou muitas vidas, destruições. O Sambila merece outro olhar, uma atenção especial.

Um dia, a população do Sambizanga estará, mais uma vez, grata por mais esse gesto, não caberá em si de gratidão e satisfação. Estamos cheios de esperança de que tão breve quanto possível uma luz de esperança

se venha a acender e tão breve quanto possível ganhe outra dinâmica.

Em próximas edições contamos inserir uma matéria de reacções de cidadãos sobre ao processo de requalificação do Sambizanga.

5.5 Presidente da república cria comissão de reestauração do governo da província de luanda

Jornal Continente

12 De Setembro de 2014

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou uma Comissão de Reestruturação do Governo da Província de Luanda, considerando a necessidade urgente da desconcentração administrativa e da adopção de um modelo de administração local diferenciado para esta província.

De acordo com uma nota de imprensa da Casa Civil do Presidente da República distribuída hoje, sexta-feira, esta comissão foi criada pelo facto da província de Luanda albergar a capital e se tratar da mais povoada, mais urbanizada e mais estruturada do país.

No referido Despacho, o Titular do Poder Executivo realçou que o modelo de desenvolvimento do espaço urbano da Província de Luanda assenta em novos entes territoriais e em diferentes modelos de gestão, exigindo a prestação de um serviço público mais eficiente às populações e a criação das melhores soluções para a futura administração autárquica.

A Comissão ora criada é coordenada pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, tem como coordenador-adjunto o Ministro da administração do território e integra os Ministros das finanças e do planeamento e Desenvolvimento Territorial, o Secretário do presidente da República para ao Assuntos Económicos, o jurista Carlos Feijó e o engenheiro Manuel Van-Dúnem.

Entre as suas atribuições, a Comissão deve acompanhar a implematação do processo de reestruturação do Governo provincial de Luanda; orientou e organizar de acordo com o novo quadro legal o funcionamento dos órgãos da administração local na província de Luanda.

Acompanhar a elaboração de toda a legislação referente á administração dos municípios e também do orçamento, dos planos e programas económicos e sociais e da programação financeira dos municípios, são outras das atribuições da referida Comissão.

o coordenador da Comissão deve informar pontualmente o Presidente da República.

5.6 Se os resultados preliminares forem contrários aos do censo-piloto alguma coisa correu mal

Jornal Novo Jornal

12 De Setembro 2014

Texto: António Nogueira

O Instituto Nacional de Estatística (INE) prometeu publicar os resultados preliminares do Censo 2014 no final do censo. Que tipo de informação acha que deveria ser privilegiada nesta fase?

No meu entender, o INE vai tentar dar uma panorâmica sobre o quadro em que o Censo se realizou, e apontar as principais metas atingidas. Sabemos por exemplo, que houve perguntas que não foram respondidas, por desconhecimento ou porque alguns populares não foram consultados pelos inquiridores. Depois de oficialmente se ter dado o Censo por terminado, havia ainda populares que afirmavam não terem sido consultados pelos inquiridores. O próprio INE deve estar consciente que houve pessoas que não foram consultadas. Por isso, acredito que o INE vai dar, já nesta fase, urna informação daquilo que foi feito e o que falta fazer. Na fase final, essa informação deveria ser mais completa. Ou seja, haverá urna informação a indicar o que foi possível fazer com os recursos financeiros e humanos disponibilizados.

Os processos censitários apresentam normalmente uma margem de erro nos resultados. Qual acha que deveria ser esta margem no nosso caso?

Primeiro temos de saber a que se deveu o erro. Se foi por causa do inquiridor, que nunca encontrou um determinado cidadão em casa sempre que o tentou apanhar, ou se as respostas dadas pelo cidadão não corresponderam as questões formuladas. Neste caso, se for necessário pode-se repetir a entrevista para que na fase final de apresentação dos resultados este dado seja corrigido. A ideia é corrigir o máximo a margem de erro.

É possível ter-se já a ideia de alguns indicadores, por exemplo sobre a população, na fase preliminar de apresentação dos resultados do Censo?

Sim. Já da para se ter urna ideia sobre as percentagens atingidas e quais as tendências em termos da faixa etária da população. Na verdade, esse indicador em termos de tendência já saiu no Censo-piloto. Não sei se toda a gente teve acesso aos resultados do Censo-

piloto, mas eu tive e tomei conhecimento por exemplo, que a etnia dos bacongos esta em segundo lugar, depois dos kimbundus. Entre as línguas mais faladas, primeiro esta o português, com 40%; depois vem o umbundu, com 26%, depois o kikongo, com 14%, mais que o kimbundu. Na minha opinião, este cenário e consequência da imigração bacongo que ocorreu desde a Independência.

Mas os indicadores avançados na fase preliminar ainda podem ser alterados?

Sim, mas tem de ser na perspectiva de aumento. Caso contrario, significa que alguma coisa esta mal. Se os resultados preliminares e os finais do Censo forem contraries aos do Censo-piloto significa que alguma coisa correu mal durante o Censo-piloto.

É possível alterar já alguma coisa, em termos de politicas públicas, só com os resultados preliminares do censo?

Sim! No caso concreto, como se tratou de um Censo da população e da habitação. Os nossos administradores municipais, por exemplo, não se podem mais queixar, com a desculpa de que desconhecem a composição dos seus municípios. A partir destes resultados é possível ter-se uma ideia sobre a quantidade da população jovem e velha do respectivo município. Inclusivamente, há a informação do agregado que existe em cada rua. o Administrador com base na informação censitária, consegue saber quem é o inquilino e quem é o proprietário de um determinado imóvel, Com essa informação pode também, por exemplo, organizar-se em termos de cobrança de tributação. Em termos de SISA e taxa imobiliária, Este quadro é valido também para a iniciativa privada? Sim. Se eu tenho a intenção lançar uma oficina, mas preciso de mecânicos que vivam somente no bairro em que habito, a partir da informação avançada pelo Censo posso aperceber-me se existem aos não mecânicos no bairro. Posso igualmente saber quantos electricistas, carpinteiros e canalizadores existem.

Como demógrafo, qual é a apreciação que faz do recente processo censitário que ocorreu em Angola?

O processo foi um êxito. Conseguiu-se cobrir praticamente toda a extensão dos pais. Foi a primeira vez que o país realizou um processo do género desde que se tornou independente. Angola, embora tenha necessitado do apoio técnico de alguns países como o Brasil e Portugal não solicitou apoio financeiro a nenhuma entidade estrangeira. Financiou-se internamente com fundos próprios.

São poucos os países que conseguem este feito. A única coisa que lamento é o facto de ainda haver pessoas que trabalharam no Censo a reclamar que não receberam os subsídios.

A técnica utilizada para a formulação das questões à população e a recomenda internacionalmente?

Não é a mesma formulação, mas as questões essenciais como a idade, o sexo, o estado civil, a profissão e a religião são questões relevantes.

Basta conhecer a idade e o sexo da população para poder construir a pirâmide da população?

Quer dizer, então, que somente com os resultados preliminares e possível saber como esta constituída a população?

Sim. Mas no nosso caso concreto, este quadro não altera muito, porque é dado assente que a nossa população é maioritariamente jovem. A fertilidade é alta e a estimativa de esperança de vida não mudou muito em relação aos dados apresentados no 1BEP (Inquérito sobre o Bem-estar da População).

Isto vale também para a quantidade da população?

Se partirmos da taxa de crescimento, as estimativas dizem que somos entre 15 a 22 milhões de habitantes. Mas isto vai já estar confirmado com a operação censitária feita no terreno.

Existem tendências que " nos dizem que a maior concentração da população verifica-se em Luanda.

Paradoxalmente daquilo que se pensava que o fim da guerra descongestionaria Luanda, na verdade o que se está a verificar é o contrário. Isso vê-se todos os dias. As ruas de Luanda estão cada vez mais cheias.

Pode-se já efectuar algum estudo de mercado. só com os resultados preliminares do Censo?

Pode-se fazer, por exemplo, estudos parciais sobre desemprego e outras tantas áreas de actividade.

Tem alguma obra publicada sobre a população?

Alem de artigos escritos em jornais, tenho dois manuais preparados para serem publicados. Um desses manuais é sobre o recenseamento populacional. Esta obra, em termos de abordagem não é uma descrição da operação censitária em si. Retrata os conceitos, a teoria, a organização e os aspectos metodológicos que uma operação do género incorpora. A obra conta com a intervenção de outros especialistas e algumas entrevistas realizadas na rádio Ecclesia.

O INE diz que os resultados finais do Censo 2014 deverão ser oficialmente publicado em: 2015. Este timing vai ao encontro das regras internacionais?

Sim, claro. Alem da elaboração dos gráficos, os resultados do Censo precisam de ser interpretados. Como já referi anteriormente, por que razão será que os bacos aparecem como maioria, em termos de grupo étnico, no Censo-piloto? Como vou dizer que o nível de pobreza extrema reduziu? Alguém tem de interpretar isso. Além dos dados quantitativos tem de haver uma explicação deste tipo de informação.

5.7 “Plano F” de JES para salvar Luanda

Jornal A Capital

13 De Setembro de 2014

Texto: José Dos Santos

Sem se saber se numa perspectiva das autarquias, mas o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou ontem (sexta-feira) uma Comissão de Reestruturação do Governo da Província de Luanda, onde sintomática e curiosamente não integra o actual governador de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento.

A mesma é coordenada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, que terá como adjunto o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, integram ainda os ministros das Finanças (Armando Manuel), do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça. Fazem ainda parte da equipa, o secretário do PR para os Assuntos Económicos, Sérgio de Sousa Mendes dos Santos, o engenheiro Manuel Van-Dúnem. A assinalar o regresso à ribalta, por meio desta comissão, do jurista Carlos Feijó.

A referida 'task force' surge da urgente necessidade da desconcentração administrativa e da adopção de modelo de administração local diferenciado para a capital angolana. Assim, se não estivermos equivocados, a entrada em campo deste "dream team" é prenúncio do início da morte de um "artista"; Bento Bento. Com esta demonstração clara da força, o actual governador de Luanda fica praticamente de mãos atadas, uma vez que a acção do grupo criado pelo PR incidirá, sobretudo, para aquilo que é o seu pelouro. Resultado: se não tanto, a cama feita.

Do que se depreende pelo despacho do titular do poder executivo estão, desde já, esgotados todos os argumentos que nortearam a indicação do também primeiro secretário de Luanda do MPLA. É que de acordo com o despacho de JES, o modelo de

desenvolvimento dos espaços urbano da província de Luanda assenta em novos entes territoriais e em diferente modelo de gestão. Trocado em miúdos tal significa que este expediente exige a intervenção de tecnocratas, gente com argumentos técnicos, talhada para lidar com os novos tempos. Por isso, o despacho presidencial fala da exigência de prestação de um serviço público mais eficiente ás populações e a criação das melhores soluções para a futura administração autárquica.

Luanda é tão-somente a “menina bonita da governação”, não fosse ela a capital do país, sendo também a mais povoada, urbanizada e, claro está, a mais estruturada. A ideia é que a comissão ora criada seja capaz de encontrar antídoto bastante para conferir a mesma um rosto a condizer, muito distante da maquilhagem e outros exercícios paliativos.

Alem de acompanhar a implementação do processo de reestruturação do Governo Provincial de Luanda, será competência desta comissão orientar e organizar o funcionamento dos órgãos da administração local na capital, de acordo com o novo quadro legal. Mais do que isso, será também sua incumbência a elaboração de toda legislação referente a administração dos municípios e também do orçamento, dos planos e programas económicos e sociais e da programação financeira dos municípios.

Chegado ate aqui, há uma pergunta que não quer se calar: o que sobrará a Bento Bento? A resposta não se faz rogada: o seu poder está, doravante, completamente esfarelado. Ou seja, a sua permanência no cargo de governador provincial está cada vez mais tremida. Aliás, a criação desta comissão vem confirmar o que há muito se ventila nos corredores do poder político angolano, que se referiam já à pretensão do Chefe do Executivo de um reajuste a nível da gestão de Luanda, um expediente que culminaria com a substituição de Bento Bento, no que se presume ser por um quadro mais técnico do que político.

Os sinais dos tempos foram sendo lançados fazem tempo. Em Janeiro de 2013, à margem de uma reunião do Comité Central do MPLA, o presidente do partido terá emitido publicamente claros indícios de como andaria agastado com a actual governação da capital do país, sobretudo quando se referiu ao conflito de interesses entre quadros do MPLA e da administração pública.

"Esta situação é demasiada evidente ao nível dos municípios e comunas, particularmente nos grandes centros urbanos como Luanda. Por outro lado, alguns militantes que ocupam funções partidárias e político-administrativas não tratam no exercício das

suas obrigações os assuntos de forma objectiva, na base das leis e dos regulamentos do Partido, e colocam questões subjectivas e pessoais, acima dos interesses gerais gerando contradições, atritos e incompatibilidades com outros quadros", criticou o presidente do MPLA, durante o referido conclave do CC dos 'camaradas'.

E para quem "estas contradições e incompatibilidades do género estão a prejudicar o trabalho do Partido e do Estado", JES revelara o desenrolar de um estudo sobre o assunto tendente a tomada de medidas que se impunham. Com o surgimento desta 'task force' parece estar anunciado o início de uma “chicotada psicológica”. Mais tempo, menos tempo.

Uma quase fotocópia

Embora com argumentos mais ou menos sofisticados, esta nova comissão pouco difere das atribuições da afamada Comissão de Gestão do Governo Provincial de Luanda integrada pelo triunvirato Higino Carneiro, job Capapinha e António Van-Dúnem, nomeada na sequência da exoneração do então governador provincial, Simão Paulo, cujo objectivo, quase à semelhança desta, passava por resolver alguns dos principais problemas da capital angolana.

Embora nem todos tenha estado de acordo, o Presidente da República considerou o trabalho de Higino e pares como tendo satisfeito as expectativas, daí que tenha prolongado a vigência do seu mandato para mais seis, meses após um igual período de tempo inicial.

5.8 Comissão de reestruturação para Luanda

Jornal De Angola

13 De Setembro de 2014

O Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, criou ontem, por despacho, uma comissão de reestruturação do Governo da Província de Luanda, considerando a necessidade urgente da desconcentração administrativa e da adoção de um modelo de administração local diferenciado para esta província, pelo facto de albergar a capital e se tratar da mais povoada, mais urbanizada e mais estruturada do país.

No referido despacho, O titular do poder Executivo realçou que o "modelo de desenvolvimento do espaço urbano da província de Luanda assenta em novos entes territoriais e em diferentes modelos de gestão, exigindo a prestação de um serviço publico

mais eficiente as populações e a criação das melhores soluções para a futura administração autárquica".

A comissão de reestruturação do Governo da Província de Luanda e coordenada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, e tem como coordenador-adjunto o ministro da Administração do Território. Integram a referida comissão os ministros das Finanças e do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, o secretário do Presidente da República para os Assuntos Económicos, o jurista Carlos Feijó e o engenheiro Manuel Van-Dunem. Entre as suas atribuições, indica o despacho, a comissão deve acompanhar a implementação do processo de reestruturação do Governo Provincial de Luanda, orientar e organizar de acordo com o novo quadro legal o funcionamento dos órgãos da administração local na província de Luanda, acompanhar a elaboração de toda a legislação referente a administração dos municípios e também do orçamento, dos planos e programas económicos e sociais e da programação financeira dos municípios.

Segundo o despacho, o coordenador da comissão deve informar pontualmente o Presidente da República sobre o andamento dos trabalhos e apresentar um relatório final no prazo de noventa dias, considerando-se mesma extinta logo após a aprovação desse documento.

5.9 Governadores formados em gestão de Cidades

Jornal: Jornal de Angola
14 De Setembro de 2014

Os governadores das províncias do Bié, Huila, Cuando Cubango e Namibe concluíram sexta-feira uma formação para melhorar a gestão das cidades. O porta-voz do encontro, o governador da Huila, Marcelino Typinge, disse no final da acção formativa ser possível com as novas tecnologias organizar as actividades com as verbas alocadas aos governos provinciais.

"Com o suporte de conhecimentos adquiridos, a requalificação das cidades vai ser mais cuidada", afirmou o governador, realçando como prioridades do programa a reabilitação das infra-estruturas, vias de acesso e abertura de novas estradas com redes técnicas completas.

A gestão das cidades, as vantagens da aplicação dos sistemas inteligentes para o planeamento urbano, foram alguns temas abordados no seminário, que contou com a participação dos governadores Boavida

Neto (Bié), Higinio Carneiro (Cuando Cubango), João Marcelino Typinge (Huila) e Rui Falcão (Namibe).

No mês passado, os governadores das províncias de Malanje, Cuanza Norte, Luanda e Benguela receberam formação sobre novas tecnologias de informação, no âmbito do projecto denominado "Academias de Liderança".

A acção, promovida pelo Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), teve como objectivo reforçar a capacidade dos governadores provinciais sobre o impacto do uso das tecnologias de informação, troca de experiências sobre a sociedade digital e a aplicação das tecnologias mais avançadas.

Os participantes abordaram temas relacionados com as estratégias de sucesso na promoção da inclusão socio-digital de tecnologias de informação, papel das cidades inteligentes na promoção da inclusão social dos seus habitantes, política angolana de inclusão social, assim como o caso das mediatecas e alfabetização digital. Um dos objectivos deste órgão afecto ao Ministério da Administração do Território e organizar cursos de formação e seminários de aperfeiçoamento destinados aos dirigentes e funcionários da Administração Local do Estado. Entre os benefícios da formação para os responsáveis e funcionários públicos está o facto de proporcionar competências no desempenho profissional.

O portal do instituto formação da Administração Local refere que até 30 de Novembro vai decorrer, em três fases, um curso sobre Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, abrangendo cada uma das etapas seis governadores.

O curso é composto de vários módulos semanais. Os módulos são ministrados às sextas-feiras à tarde e aos sábados de manhã. Os formandos vão participar em cada uma das três fases, sendo que a primeira teve lugar em Malanje, após a cerimónia de abertura no dia 18 de Julho, com a participação, na primeira fase, dos governadores de Malanje, Luanda, Bengo, Benguela, Cuanza Sul e Cuanza Norte.

A formação, inserida no Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ), tem a finalidade de munir os governadores de conhecimentos e instrumentos capazes de ajudá-los na tomada de decisões e melhoria da gestão do serviço público.

O Instituto de Formação da Administração Local e uma instituição adstrita ao Ministério da Administração do Território (MAT) e tem a missão de organizar e realizar cursos de formação, seminários de aperfeiçoamento técnico e estágios destinados a dirigentes, responsáveis, quadros e

funcionários da administração local do Estado e autárquica.

5.10 Autarquias são a melhor forma para governar Luanda

Novo Jornal

19 De Setembro de 2014

A UNITA apresentou a algum tempo as suas ideias sobre como governar de forma sustentável, a cidade de Luanda propondo, para o efeito, a Criação e transformação da urbe numa região administrativa autónoma.

Essa posição foi defendida, pelo porta-voz da UNITA, Alcides Sakala, salientando que a cidade deveria ser gerida por órgãos próprios, eleitos pelos cidadãos, além da Criação das autarquias locais.

"Seria, deste modo, a consagração do princípio das autarquias, como dita a Constituição do nosso país. Este debate sobre a gestão da cidade de Luanda já se arrasta há bastante tempo", acrescentou.

Referiu que a governabilidade de Luanda por comissões, com forte interferência do Executivo, provou, uma vez mais, não ser a melhor solução para Luanda. "Haja, assim, coragem e vontade política suficientes para se iniciar a descentralização política e administrativa, não só para Luanda, mas em todo o país, para a consagração do poder local", precisou.

o político lembrou que "ao nível da região da SADC, só Angola e que não tem ainda autarquias, que têm atribuído importantes nos vários domínios da educação, saúde, energia, águas, equipamento rural e urbano transportes e comunicações, desportos e habitação, para citar apenas estas áreas".

"As autarquias são, assim, um factor essencial para a promoção do desenvolvimento das comunidades, de estabilidade e de combate a pobreza", considerou.

Para finalizar adiantou que "qualquer um que seja eleito procurara dentro dos limites do seu mandato fazer o melhor, no âmbito das suas atribuições, para a sua reeleição".

O porta-voz do PRS, Joaquim Nafóia, partilha a mesma opinião. Segundo ele, as autarquias "são única solução para gerir grandes e pequenas cidades. Com federalismo que o PRS sempre defendeu, a gestão das cidades e vilas encontra uma solução.

O seu colega da FNLA, Ndonga Nzinga, segue a mesma rota: "Sempre dissemos, as autarquias são o melhor caminho para o desenvolvimento do país",

afirmou acrescentando que se a situação continuar como esta. Luanda terá milhares de governadores e os problemas serão os mesmos. O sociólogo mbongui Sebastião entende que conceber a cidade como bem público envolve os diferentes actores sociais em torno de processos participativos e deliberativos, que tornem os espaços de convivência urbanos mais democráticos, dinâmicos e acolhedores da diversidade.

"Gerir cidades e fazer escolhas.

É a acção do poder público, enquanto resposta social diante dos problemas da população. Gerir cidades e cuidar das pessoas, aprofundando os mecanismos de democracia participativa e controle social", disse.

De acordo com Mbongui, nas cidades com boa gestão a qualidade de vida e um bom indicador, o que mostra que é possível combinar uma boa administração as contas. o arquitecto Teófilo Sakila advertiu que as cidades capitais de muitos países posicionam-se mal, em termos de governação, capital humano e, principalmente, a nível da gestão pública. "São cidades com problemas de gestão, falta de identidade e posicionamento, com dificuldades em gerar qualidade de vida a seus moradores"

5.11 Desvios chorudos de milhões de dólares no GPL

Jornal Continente

19 De Setembro de 2014

Uma sofisticada rede de desvio de dinheiro faz morada no Governo Provincial de Luanda que redundou em atritos profundos com o antigo director do GEPE (Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas).

Mário Jorge de Carvalho, que apresentou um projecto de reestruturação do sector para tentar conter a enorme sangria de recursos públicos que LUANDA vem sofrendo com o beneplácito do governador.

Desentenderam-se as comadres e nestas coisas de poder como na vida a corda rebenta sempre para o lado mais fraco, e Mário Jorge de Carvalho. o jovem filho do kota Mendes de Carvalho. Distinto político e escritor de Catete, bateu com a porta e furioso deixou de aparecer no GPL.

Depois duma reunião explosiva com o núcleo duro da cúpula de Bento Bento no GPL onde foi achincalhado, humilhado e vilipendiado porque tentou desafiar o poder subterrâneo e onnipresente da vice-governadora para área económica e

produtiva, Dr. Judite, o mais poderoso membro do governo da capital, depois do Governador. Ao invés de procurar ultrapassar a feia querela de ocasião porque os interesses em jogo eram enormes com muito dinheiro no meio e todos os intervenientes com telhados de vidro. Mário de Carvalho, foi abruptamente exonerado com acusações de ter desviado 20 milhões de dólares durante o seu curto e meteórico consulado.

"Bento Bento comeu muito mais do que o Mário de Carvalho. Muito mais do que o dobro e não tinha motivos para se atirar ao puto, que até nem quer mais falar do assunto e quer que lhe deixem em Paz. Ele como director do GEPE tentou mudar a situação do GPL. O plano de reorganização do

GEPE que apresentou foi chumbado por Bento Bento. O erro dele é que ele aparecia no GPL com uns brancos tucas, que também já queriam mandar e usava o nome do Governador sem autorização, sinónimo de malandrice e arrogância. E além disso, não compreendeu a cultura institucional do GPL, completamente avessa à reformas. Aquilo agora é uma empresa do «safe-se quem puder». Foi por isso, que ele “morreu na praia”, isto é, durou pouco, menos de 6 meses à frente do GEPE. O GEPE é o cérebro do GPL, tudo passa por lá. Revelou-nos uma fonte sénior da instituição.

Um dos exemplos mais flagrantes desta autêntica lavandaria de dinheiro do GPL é a empresa FERMAS que é paga por trabalhos que nunca realiza, e sonega mensalmente milhões de dólares aos cofres do GPL.

"Quem dá uma olhada aos pagamentos feitos pelo GPL à FERMAS fica impressionado com os milhões de dólares que entram na mesma e vão parar aos bolsos dos dirigentes. É um autêntico "EI dorado" com obras que nunca realizou e mercadorias que nunca vendeu. Quem diz a FERMAS diz outras que a seu tempo apresentaremos. Trimestralmente são desviados milhões de dólares do GPL.

Fala-se por alto ou empiricamente em cerca de 100 milhões de dólares. TRIMESTRALMENTE!!! Uma fortuna que daria para tirar muita gente da pobreza." Negócios Milionários no GPL O GPL tem um orçamento bilionário devido as responsabilidades que tem como suprema edilidade luandense, e representa mais de 6 milhões de angolanos, um terço da população do País. e o grosso das empresas nacionais. Por esse motivo, a quantidade de negócios que se realizam na capital, permite uma quantidade de receitas sem paralelo. que nos permitem afirmar que "o GPL é a 2a empresa pública com mais receitas no País, só ultrapassada pela Sonangol. " Mas isto do ponto de vista empresarial, porque do ponto de vista

institucional é a 1a instituição do País, ultrapassando todas as províncias e qualquer ministério, em grau de importância, funcionamento e responsabilidade social. O GPL é um Estado dentro dum Estado. A maka é que tem uma gestão descontrolada agravada pelo facto de o 10 secretário provincial do MPLA ser também o governador de Luanda, o que agrava a promiscuidade, os interesses de cúpula e os desvios. Aumenta a ganância e a prepotência e Luanda vive apenas com os interesses imediatos e de ocasião. E digo-te: com Bento Bento não vamos lá porque quer comer sozinho." ressaltou a mesma fonte.

As Comissões do Governador Muitas empresas queixam-se em privado de que a assinatura do governador de Luanda vale milhões. Ou seja, para se ter acesso a determinado negócio em Luanda, o Governador Bento Bento tem que lucrar com a mesma.

"Um empresário português ligado à Sonangalp perfeitamente identificado queixou-se da verdadeira promiscuidade que é a assinatura do chefe da edilidade Luandense.

"Sem ele não se faz nada. Se ele não comer trava tudo. e bloqueia. Temos projectos importantíssimos para Luanda que ele bloqueou e são conhecidos do público. Mas não pago aquela percentagem!!! Eu sei que quem governa uma cidade como Luanda fica rico, milionário, mas assim não!!! É demais." Revelou o português que dirige uma empresa sénior da praça luandense e tem ganas de falar em discurso directo à comunicação social nacional, mas tem receio das represálias do GPL.

5.12 Luanda com Novo “Salvador”

Novo Jornal

19 De Setembro de 2014

A cidade de Luanda continua a ser considerada, quer pelas autoridades nacionais, quer pelos seus cidadãos, como um osso duro de roer", do ponto de vista de gestão.

Os grandes problemas de que padece são inúmeros vão desde o lixo à construção anárquica em zonas de risco, das infra-estruturas degradadas a explosão democrática.

Nas últimas décadas a população de Luanda aumentou exponencialmente como consequência do êxodo massivo das populações rurais para a capital, motivado pelo conflito armado.

De acordo com dados oficiais, a população luandense passou de 189.500, em 1960, para 475.328

em 1970, altura em que se realizou o último censo populacional E de 898 mil, em 1983, para 5 milhões, em 2010, um aumento de 456% em 27 anos. Ou seja, um crescimento médio anual de quase 17%, considerado recorde, quando comparado ao crescimento populacional de outras cidades do mundo.

Este quadro tem provocado sérios problemas, nomeadamente escassez de habitantes, deficiente saneamento básico, défice no abastecimento de água e energia eléctrica, insuficiência de estradas, desemprego e, conseqüentemente, o aumento dos índices de pobreza e criminalidade.

Só a nível da criminalidade, os dados da Polícia Nacional, referente a 2013, indicam que foram registados, em todo o país, mais de 35 mil crimes. Luanda liderou a lista, com uma média de 19 crimes por dia. Para dirimir estes e outros tantos problemas de que Luanda enferma, o governo central tem ensaiado varias estratégias. A nomeação de diferentes entidades Para dirigir Luanda tem sido uma delas.

Porém, a estática, ao que parece, não tem estado a resultar em pleno. Luanda, até antes da nomeação de Graciano Domingos, já contou com 18 entidades governativas, incluindo uma Comissão de Gestão, mas os seus problemas habituais perduraram no tempo. Na lista de entidades que já estiveram afrente dos destinos de Luanda figuram os nomes de Pedro Fortunato Luís Manuel, um dos primeiros a assumir o cargo, em 1976; Por força das alterações administrativas efectuadas na altura, Kundi Paihama, que dirigiu a província entre 1991 e 1993, foi considerado o primeiro governador de Luanda, sendo que os seus antecessores desempenharam as funções ou de Comissário Municipal ou de Comissário Provincial Kundi Paihama deu lugar a Rui Óscar de Carvalho que governou Luanda de 1993 a 1994. Seguiram-se Justino José Fernandes (1994-1997); José Aníbal Rocha (1997-2002) e Simão Mateus Paulo (2002-2004)

Após a exoneração de Simão Paulo, em 2004, o Presidente da Republica nomeou uma Comissão de Gestão para governar Luanda. A comissão, então criada, era composta por Higinio Carneiro (coordenador), António Van-Dúnem e Job Capapinha.

Neste mesmo ano, a aludida Comissão de Gestão foi extinta e Job Capapinha nomeado governador Capapinha resistiu sensivelmente por quatro anos, mas, em 2008, viria rito Santo, que chegou a conseguir urn assento nas sessões do Conselho de Ministros. Nem mesmo o estatuto de "super-governadora", por ter a possibilidade de colocar os

seus problemas directamente no órgão colegial do Governo, foi suficiente para manter "Tia Chica" - como era carinhosamente chamada no trono.

Em 2010, "Tia Chica" deixaria o cargo para José Maria dos Santos. Mas também este só duraria um ano a frente dos destinos de Luanda. Na altura, a imprensa atribuía o insucesso de José Maria a alegados "descuidos políticos", devido a "algumas falhas cometidas que terão causado problemas no seio do MPLA e do Executivo central".

Contudo, um comunicado do Executivo publicado no Jornal de Angola justificava que a exoneração de José Maria dos Santos resultou "da necessidade de se materializar um conjunto de tarefas administrativas e institucionais, a adequação das funções dos governos provinciais e municipais, atendendo a realidade imposta pela recente aprovação da Lei sobre a Alteração da Divisão Político-administrativa das Províncias de Luanda e Benqo".

No mesmo comunicado estava nomeado como governador interino, Graciano Domingos, que tinha como função trata da gestão corrente do Governo Provincial de Luanda (GPL) tendo em conta as novas alterações que o Executivo previa.

Neste mesmo ano. em 2011, e nomeado, por despacho presidencial, Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento "Bento Bento", como governador de Luanda.

Tal como a maioria dos seus antecessores, Bento Bento permaneceu pouco tempo (2011-2014) como governador. Foi exonerado esta segunda-feira, 15, pelo Presidente da Republica. A decisão abrange ainda os vice-governadores Adriano Mendes de Carvalho, ate então responsável pela área politica e social e Judite Armando Pereira, do sector económico.

Para o lugar de Bento Bento, o Chefe de Estado nomeou Graciano Francisco Domingos. Para a área politica e social nomeou Jovelina Alfredo António Imperial, enquanto vice-governadora provincial.

Recentemente, a Casa Civil do Presidente da Republica, divulgou, em comunicado, que o Governo da Província de Luanda iria ser reestruturado face a "necessidade urgente da desconcentração administrativa" e "da adopção de um modelo de administracao local diferenciado" .

Segundo a mesma informação de 12 de Setembro, o Presidente da Republica criou, através de despacho, uma comissão de reestruturação do GPL, que deve apresentar um relatório final dentro de 90 dias.

A decisão é justificada, além da desconcentração administrativa, com a "adopção de um modelo de administração local diferenciado para esta província, pelo facto de albergar a capital e se tratar da mais povoada, mais urbanizada e mais estruturada do país".

No mesmo despacho da Casa Civil do Presidente é realçado que o modelo de desenvolvimento do espaço urbano da Província de Luanda "assenta em novos entes territoriais e em diferentes modelos de gestão", exigindo-se "a prestação de um serviço público mais eficiente às populações e a Criação de melhores soluções para a futura administração autárquica", Entre as suas atribuições. A Comissão deve acompanhar a implementação do processo de reestruturação do governo provincial e orientar e organizar", de acordo com o novo quadro legal, o funcionamento dos órgãos da administração local na província capital.

Deve ainda acompanhar a elaboração "de toda a legislação referente a administração dos municípios e também do orçamento. dos planos e programas económicos e sociais e da programação financeira dos municípios".

EXONERACAOESPERADA

As notícias sobre uma possível exoneração de Bento Bento do cargo de governador de Luanda há muito que eram ventiladas por alguma imprensa nacional. De entre as justificações apresentadas pontificavam alegadas fricções na relação entre o ex-governador e o presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares.

Aliás, terá sido por isso que Presidente José Eduardo dos Santos convocou pela primeira vez, em Fevereiro de 2013, o então governador da província de Luanda, Bento Bento, e o presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Ferreira Tavares, para esclarecer alegadas fricções internas.

Reunidos durante uma hora na sede do partido, José Eduardo dos Santos ouviu a versão de cada um, tendo na oportunidade aconselhado aos dois levar a bom porto o programa de governação do MPLA a nível da província de Luanda.

Na altura, uma fonte, que preferiu anonimato, disse ao Novo Jornal que o mau clima despoletou quando um grupo de intriguistas começou a especular que José Ferreira Tavares ambicionava o posto de governador provincial de Luanda.

Recorde-se que na última reunião do Comité Central do MPLA, o presidente José Eduardo dos Santos, admitiu haver problemas de relacionamento entre os

milитantes do MPLA que ocupam funções partidárias e político-administrativas, particularmente em Luanda, onde disse "a situação é muito mais grave".

"A situação mais grave é a que temos hoje na cidade de Luanda, onde estas contradições e incompatibilidades do género estão a prejudicar o trabalho do partido e do Estado", afirmou na ocasião.

Segundo o líder do MPLA, a situação é demasiado evidente ao nível dos municípios e comunas, particularmente nos grandes centros urbanos e nas grandes cidades revelando que já houve problemas no Uíge, na Lunda-Norte e mais recentemente, em Cabinda e no Kuando-Kubango.

5.13 Presidente da República exonera Bento Bento e nomeia novo Governador de Luanda

Jornal Continente

19 De Setembro de 2014

Segundo uma nota da Casa Civil do Presidente da República, o titular do Poder Executivo nomeou também Jovelina Alfredo António Imperial para o cargo de vice-governadora da província de Luanda para o Sector Político e Social.

No uso das prerrogativas que lhe confere a Constituição, José Eduardo dos Santos exonou, além de Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento, Adriano Mendes de Carvalho, do cargo de vice-governador da província de Luanda para o sector político e social.

De igual modo, exonou Judite Armando Pereira, do cargo de vice-governadora de Luanda para o Sector Económico.

De recordar que o governador ora exonado havia sido nomeado quando o seu antecessor Zé Maria entrou em desgraça ao ser acusado de vários casos de probidade administrativa e corrupção, acusações porém até ao momento não provadas.

Apesar do Decreto Presidencial não fazer qualquer referência sobre as razões que estiveram na base da sua exoneração pelo Chefe do Executivo angolano, cogita-se em vários sectores políticos e sociais que o afastamento de Bento Bento já era previsível principalmente após a derrotada do MPLA em Luanda nas eleições de 2012, apesar da maioria qualificada alcançada pelo partido dos camaradas. Outros acrescentam de que tal exoneração peca por ser tardia, uma vez que além do fracasso eleitoral referenciado, Bento Bento apesar da sua oratória

política não deu conta do recado tendo em conta o agravamento a cada dia que passa das condições de vida dos luandenses.

Outros factores que terão pesado na decisão do Presidente da República também têm a ver, acrescentam os observadores, com as constantes denúncias sobre actos de corrupção, proibidade administrativa, abuso de autoridade e deselegância na relação com os seus inferiores hierárquicos e camaradas de partido.

Outras razões evocadas pelos nossos comentaristas, entretanto não confirmadas, avançam debilidade física de BB provocadas por uma alegada questão de saúde.

Com a sua exoneração como Governador de Luanda, Bento Francisco Sebastião Bento vai dedicar-se apenas ao Comité Provincial de Luanda do MPLA do qual é primeiro Secretário, além do seu assento parlamentar enquanto deputado eleito nas eleições de 2012. Há quem diga que BB não está de tudo ilibado das acusações de corrupção e de tráfico de influência que pesam sobre si, pelo que caso o Tribunal de Contas queira levantar alguma sindicância na governação do ora exonerado governador, o mesmo poderia aparecer nas barras do Tribunal.

5.14 Desconcentração administrativa profunda

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2014

Texto: Kumuenho Da Rosa

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foi ontem à sede do Governo Provincial de Luanda, e tal como prometeu precisamente 30 dias atrás, na cidade do Kilamba, durante uma reunião de trabalho destinada a discutir o modelo de organização administrativa das centralidades em construção na capital do país, enunciou "orientações e decisões" com vista a melhorar a governação da província.

O arranque do processo de desconcentração administrativa de Luanda, de uma maneira profunda e mobilizadora, foi o principal foco da reunião. Segundo o Presidente da República, o grande desafio é pôr a funcionar o aparelho da administração provincial e das administrações municipais em pleno, de modo a superar o atraso em que Luanda se encontra, e ajustar o passo da governação ao crescimento da procura dos serviços públicos.

"Precisamos de um esforço acima da média para podermos atender às necessidades básicas de toda a

sociedade, precisamos também de ordem e disciplina em toda a província para que cada um saiba o seu lugar e o seu papel e possa dar a sua contribuição".

Governador experiente

O Chefe de Estado começou a reunião felicitando a nova direcção do GPL, o presidente da Comissão Administrativa de Luanda e os administradores municipais recém nomeados. E fez uma saudação especial ao governador Graciano Domingos, a quem reconhece "grande experiência administrativa e que, em momentos difíceis, já governou interinamente esta província".

Sobre o estado de coisas na província de Luanda, José Eduardo dos Santos reconheceu "algumas melhorias", principalmente em relação a reabilitação e modernização de infra-estruturas, a construção de edifícios e instalações para melhorar a prestação de alguns serviços públicos, mas, como disse, "é evidente que existem muitos problemas por resolver e que criam muitas dificuldades".

O Presidente da República defendeu uma governação actuante, totalmente disponível e à altura dos cada vez maiores e mais complexos problemas da cidade de Luanda, que decorrem, essencialmente, do êxodo populacional que vem desde o período da guerra, quando Luanda era vista como o lugar mais seguro.

Mas, referiu o Presidente, com fim do conflito armado em 2002 o êxodo de outras províncias para Luanda continuou. "Dos cerca de um milhão de pessoas em 1991, Luanda passou a ter mais de cinco milhões em 2002 e hoje já tem mais de sete milhões de habitantes", assinalou.

Mais musseques

Com o aumento da população e sem infra-estruturas para acolher um fluxo tão grande de pessoas, multiplicaram-se os problemas em Luanda: "Aumentou a construção informal de bairros periféricos sem infra-estrutura mínima indispensável e sem condições de habitabilidade e salubridade. Muitos bairros com carência de serviços básicos como saúde e educação, abastecimento de água potável e energia eléctrica, esgotos, limpeza regular e recolha do lixo". Resumindo: "aumentaram os musseques que herdamos do tempo colonial".

Separar as águas

O Chefe de Estado defendeu que, face à conjuntura de Luanda, quem dirige a província deve estar à frente dos acontecimentos. "(O governador) tem de estar completamente disponível, ter grande capacidade e mesmo qualidades especiais para prever

a situação da evolução, saber orientar os subordinados e saber tomar medidas pertinentes.

Por isso decidimos fazer cessar a acumulação do cargo do governador provincial com o de primeiro secretário do Comité Provincial do MPLA", realçou.

Reestruturação

Na reunião, em que também participaram os membros da comissão de reestruturação do Governo Provincial de Luanda, dirigida pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, o Presidente da República anunciou para dentro de dois anos o início da implementação do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, um documento que deve abranger todas as vertentes do desenvolvimento económico e social, o ordenamento do território e a mobilidade na província, e que vai estender-se até 2030.

"A elaboração deste importante documento será feita com base na consulta e concertação entre os organismos públicos e privados e a sociedade civil", disse o Presidente, lembrando ser desnecessário esperar pelo Plano Director Geral de Luanda para arrancar com o processo de reestruturação da Administração Local na província.

Na verdade, assinalou o Presidente, o processo começa agora com a implementação das "medidas de carácter normativo" que, em conformidade com a Constituição da República, estabelecem uma maior desconcentração administrativa dos poderes do Governo Provincial para a Administração Municipal, "tornando assim quem dirige e governa, mais próximo dos problemas e do cidadão, e definindo a necessária coordenação provincial e a articulação com a estrutura central".

Estatuto diferenciado

De acordo com o Chefe de Estado, esse conjunto de acções tem por objectivo otimizar a organização e o funcionamento do Governo Provincial de Luanda, justamente por ser a província mais povoada, mais urbanizada e a que alberga a cidade capital do país, que justifica, no futuro, um estatuto diferenciado, tal como tem Brasília, no Brasil, ou Washington DC, nos EUA.

"Preconizamos para a província de Luanda um modelo de desconcentração administrativa profunda, através de uma delegação legal de competências que hoje são atribuídas ao Governo Provincial e que passam para as Administrações Municipais, incluindo o caso específico do município de Luanda", frisou.

Equiparados a províncias

Antes de passar a palavra ao jurista Carlos Feijó, para explicações mais técnicas sobre as linhas estruturantes do processo de desconcentração administrativa, o Presidente da República fez saber que a ideia é fazer com que os municípios de Luanda fiquem equiparados às províncias, na medida em que lhes serão aplicáveis os procedimentos referentes ao regime financeiro e orçamental, podendo executar despesas até ao mesmo limite definido por Lei para o governador provincial.

Quem é quem

O Presidente adiantou-se em esclarecer que estas medidas em nada alteram o estatuto do governador provincial como representante da Administração Central, em obediência à estrutura definida na Constituição da República. Disse esperar que a curto e médio-prazos, as medidas adoptadas possam resultar num fortalecimento da capacidade das Administrações Municipais de planificar e gerir melhor as zonas urbanas da sua circunscção e responder com efectividade às necessidades dos cidadãos.

Com a desconcentração administrativa profunda o Executivo espera ainda que as administrações municipais estejam em condições de promover e gerir o desenvolvimento social e económico local e responder ao impacto de eventuais ocorrências negativas naturais, e contribuir para a melhoria da prestação de serviços públicos nos domínios da saúde, da educação, fornecimento de água e energia eléctrica, saneamento básico e gestão do lixo; na transformação do mercado informal para o formal e o respeito pela ordem e a disciplina.

O Presidente insistiu na governação participativa, como um dos objectivos a atingir pela via do diálogo e da participação dos cidadãos na resolução dos problemas e no desenvolvimento do seu município.

Programa especial

A necessidade de mudar o actual quadro de Luanda e atendendo o processo em curso de desconcentração profunda estão na base de um conjunto de medidas instrumentais lançadas ontem pelo Presidente da República e titular do Poder Executivo.

José Eduardo dos Santos anunciou que a Administração Municipal vai ter um Programa de Desenvolvimento, um Orçamento e um Programa Municipal de Investimento Público a partir de Janeiro de 2015. Mas para já, deve ser aprovado um programa de impacto social para os últimos três meses deste ano.

O Presidente da República também fez alusão ao programa de expansão da rede viária e ferroviária da província de Luanda, a ser aprovado em Outubro e cuja execução começa imediatamente a seguir à sua aprovação. O referido programa vai permitir melhorar a mobilidade na zona sul, disse o Presidente, que citou como exemplo, o projecto de construção de três avenidas na zona da Corimba, uma delas (Marginal da Corimba) com um metro de superfície e mais de cinco quilómetros de praia à frente.

Segundo o Presidente da República, o programa de expansão da rede viária e ferroviária da província de Luanda prevê também melhorar a acessibilidade da zona norte e do novo aeroporto internacional ao centro da cidade.

Seminário

Para discutir a questão da atribuição e ocupação de terrenos urbanos ou para outros fins, o Presidente sugeriu a realização de um seminário nacional. "Sugiro que seja realizado um seminário sobre este tema em Luanda, em que, além da auscultação e debate, os especialistas possam falar sobre a Lei de Terras e sobre a Lei do Ordenamento do Território e respectivos regulamentos".

5.15 Diálogo e participação

Jornal de Angola

24 De Setembro de 2014

O processo de profunda desconcentração administrativa na província de Luanda, anunciada esta semana pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pode gerar uma maior aproximação entre governantes e as populações, numa altura em que trabalhar para o povo é a palavra de ordem. Com diálogo e uma permanente interacção entre os detentores de cargos públicos, particularmente ao nível das administrações municipais de Luanda, e as famílias, poderá passar a existir melhor articulação na execução dos projectos de desenvolvimento para esta populosa província.

Está em marcha em Luanda um processo de reestruturação da Administração Local que vai no sentido de assegurar também um maior envolvimento dos governantes em assuntos relevantes para a vida dos governados. Por razões bem conhecidas, Luanda tem problemas que importa ultrapassar para que, por exemplo, a mobilidade humana e a sua sustentabilidade sejam uma realidade. A estratégia passa por equacionar os problemas actuais da província na perspectiva de que quantos mais desconcentrados forem os espaços territoriais por

administrar na província de Luanda melhor servidas estarão as populações.

Problemas como o do abastecimento de água potável e de energia eléctrica, da falta de esgotos, de limpeza regular e recolha do lixo e de serviços de saúde, de educação, podem ser rapidamente resolvidos com a estratégia a ser adoptada à luz das orientações expressas pelo Presidente da República. Não há dúvida de que em Luanda os desafios redobram, podendo-se mesmo dizer que a província foi o espaço que conheceu acentuados níveis de crescimento desordenado. A esta realidade acrescenta-se o facto de ter sido também a província que mais conheceu elevados níveis de degradação das suas infra-estruturas, com um nível de oferta de bens e serviços que não acompanhava o grande afluxo de pessoas à capital. A governação em Luanda deve ir ao encontro das expectativas das populações. O diálogo permanente com as populações, tal como salientou o governador da província, Graciano Domingos, deve ser a melhor estratégia para sucesso da administração do maior território de Angola em termos populacionais. Conhecer bem os problemas das populações deve constituir prioridade para aqueles que têm a missão de fazer opções no exercício da governação.

A capital de Angola, atendendo à dinâmica do seu crescimento a todos os níveis, tem merecido da parte do Executivo a atenção necessária para torná-la numa metrópole com infra-estruturas modernas que facilitem a vida e a mobilidade das pessoas. Ao se equiparar os municípios de Luanda às províncias em termos de regime financeiro e orçamental, está-se a proceder a uma inovação de grande alcance no que à gestão e administração dos municípios diz respeito, realidade que exigirá dos detentores de cargos públicos maior profissionalismo e capacidade de execução dos projectos. Será ainda necessário que as administrações municipais de Luanda estejam dotadas de quadros tecnicamente bem preparados para estarem à altura dos novos desafios emergentes do processo de desconcentração administrativa. O processo de desconcentração vai implicar o domínio por parte de quem governa em Luanda de ferramentas de gestão administrativa e financeira capazes de imprimir celeridade e eficiência na resolução dos problemas das populações. Temos fundado expectativas de que com a delegação de competências legais, até então atribuídas ao Governo da Província de Luanda, que passam a se estender para as administrações municipais, estamos a ensaiar um modelo de desconcentração que ajuda no desenvolvimento.

As populações de Luanda não têm ficado alheias aos problemas da província, dando sinais, por diversas

vias, de que querem que as coisas marchem no sentido de melhorias significativas na sua vida a todos os níveis.

E entretanto necessário que as comunidades se mobilizem para, de forma organizada, darem os seus subsídios para resolver os problemas. Os municípios devem ser, também eles, agentes de mudanças. Colaborar com as autoridades com gestos simples, tais como respeitar as leis, conservar os equipamentos sociais, cooperar com as forças da manutenção da ordem e tranquilidade, concorrer para facilitar a recolha de lixo, usar sem desperdícios recursos como a energia eléctrica e a água, contribuem para uma sã convivência em sociedade. A haver diálogo permanente entre governantes e governados, mais facilitada ficará o exercício de busca de soluções para os problemas. Neste processo de organização dos municípios de Luanda, temos todos, governantes e governados; de caminhar juntos para atingirmos os objectivos desejados por toda a sociedade. Queremos todos viver numa sociedade em que haja ordem, disciplina e progresso, pelo que temos de nos sentir no dever, enquanto cidadãos, de aderir aos grandes esforços que são empreendidos para o melhoramento de Luanda, considerada a nossa casa comum.

5.16 Governadores provinciais deixam de ser primeiros secretários do MPLA

Jornal: Manchete

26 De Setembro 2014

Texto: Flash Mino

Há muito que se vem clamando, nos mais variados segmentos da política doméstica e no seio da sociedade civil angolana, sobre a partidarização das instituições do Estado, com realce para os governos provinciais, cujos titulares das pastas são, igualmente, 1º secretários do MPLA, partido que governa o país, desde 1975.

Esta situação, acumulação dos dois cargos, fez com que muitos dos elementos nesta condição perdessem o norte, não sabendo em que circunstância estavam a se dirigir, se na qualidade de governador ou de 1º secretário, confundindo-se "pedras com bugalho".

Muitos até agiam de forma propositada, no sentido de obter benefícios, tal como ocorreu, algumas vezes, durante as campanhas eleitorais, onde foram utilizados meios financeiros, rolantes, técnicos e até logísticos dos governos provinciais para apoio ao MPLA, sob o olhar impávido da oposição e da comunidade internacional.

Vistas bem as coisas, apesar dos benefícios, esta condição acumulação dos dois cargos não ajudou em nada o próprio MPLA, razão porque o seu presidente, José Eduardo dos Santos, quando presidiu, recentemente, a reunião no Governo Provincial de Luanda, na totalidade de PR ou presidente do MPLA? Anunciou que se deveria cessar a acumulação do cargo de governador provincial, com o de primeiro secretário provincial do MPLA.

"Decidimos fazer cessar a acumulação do cargo de governador provincial, com o de primeiro secretário do comité provincial do MPLA", disse José Eduardo dos Santos, acrescentando que "O nos só grande desafio, e par a funcionar o aparelho da administração provincial e das administrações municipais em pleno, para superarmos o atraso, em que nos encontramos, e ajustar o passo da governação ao crescimento da procura dos serviços públicos", acrescentou o chefe do Executivo angolano.

LUTA DE GALOS

Depois do anúncio desta medida, assiste-se a uma luta de "galos" e jogos de bastidores. O cerne da questão está no facto de quem fica com o cargo de governador provincial, sendo desprovido do de 1º secretário ou, quem fica com a pasta de 1º secretário, depois de apeado no governo provincial. Cada um esta a fazer a leitura à sua maneira no sentido de se tirar vantagens, sobretudo financeiras.

Recentemente, quando questionados pelo Manchete, a maioria dos governadores provinciais defendeu a continuidade da acumulação dos dois cargos.

5.17 Governo inventa novo procedimento para fugir autarquias

Jornal: A República

26 De Setembro 2014

Com a designação do novo Governador Provincial de Luanda, Graciano Francisco Domingos nomeado pelo Presidente da República, segunda feira, passada 20/09/2014, o Governo Central, cria novo procedimento administrativo Municipal, na Província de Luanda, Capital Angolana, refugiando-se e atrasando mas uma vez, a consciência e implementação, da execução das Autarquias. Claramente que estamos na mesma, os Administradores Municipais, não terão poder efectivo, não concorreram para administrar o município, alguns deles nem tem vocação para tal, nem conhecem as localidades dos municípios, muito

menos os seus problemas, as suas especificidades, não convergiram a nenhuma eleição, foram indicados, mantendo subserviência ao Poder Central, voltando a mesma, a estaca zero. No que tange a descentralização financeira nos Municípios, todos os Angolanos sabem e reconhecem, que os Senhores Gerais, Ministros e os seus familiares," indivíduos do Poder Central, vão seguir o dinheiro, impondo aos Administradores Municipais, como devem trabalhar e, impingindo que suas empresas sejam atribuídas obras ou serviços, para poderem auferir ganhos chorudos sem por isso terem que prestar um serviços eficiente, como se vê neste momento.

Reparem que as empresas de limpeza de resíduos nas estradas asfaltadas, colocam os resíduos "área" em cima dos passeios, retiradas das estradas A construção das estradas secundária e terciária, e uma roubalheira ao Estado mas, ninguém se opõem a tal acto criminal, porque sabemos que as empresas saca dos indivíduos e de seus familiares, com bastante influencia no Poder Central, amedrontando, queixando, sugerindo exonerações, quem se opuser a eles e, aos seus interesses no negocio do roubo ao Estado.

Será que os Administradores Municipais terão capacidade de actuação contra estas referidas empresas dos Senhores Ministros ou Gerais e seus familiares do Poder Central? Sem correrem o risco de serem exonerados? Será que serão eles por si só, que irão gerir to do este dinheiro, sem oposição Partidária? Sem Assembleia Municipal?

Porque que o Poder Central tem me do das Autarquias? Se são eles detentores do dinheiro publico? Meu Deus qual e o medo? Não tem consciência que estão a retardar e adiar o Pais?

Não tenhamos ilusões, tudo já foi inventado, agora e só imitar! Autarquias e o resultado de estudo científico, do melhor procedimento da Administração e Governação Local. E o escrutínio popular, sem ela não se vai conseguir nunca o desiderato desejado, alias, reconhecesse muito bem, o critério de nomeação, bastante altruísta

Dos indivíduos nomeados, a menos que seja do ponto de vista da segurança politica interna, talvez seja unicamente este proposito, descurando objectivamente o interesse na resolução dos problemas do povo, em resolver sinceramente e objectivamente os seus problemas. Só se consegue resolver tudo isto com eleições autárquicas, de maneira a penalizar, quem não for de encontro aos interesses das populações locais, ou não cumprir com o prometido.

O novo Governador da Província e Capital Angolana, Luanda, disse na sua primeira comunicação aos Luandenses, que quer acabar com a "desordem" mas, estranhamente, não disse como!

E importante salientar que quem desordena a Cidade Capital e o proprio Governo, com a sua ausência, principal mente nos bairros ou nos Musseques da Província de Luanda. Não existe Governo! Onde falta tudo, desde instituições de solidariedade social, escolas, hospitais, campos para pratica desportiva, iluminação publica, etc., etc.

Estamos prestes no começo de época de chuvas, ate hoje nunca houve interesse em terraplenar as ruas dos bairros, para facilitar a mobilidade que senhor Governador defendeu. Repararam que as empresas que mas destroem os passeios e estradas da Província de Luanda são: EPAL e a EDEL, o Senhor Governador terá capacidade de impedir este mau procedimento cultural destas empresas? Como? o Facto de ter sido nomeado, não lhe torna submisso dos interesses instalados?

Outra preocupação dos Luandenses, são as enormes filas de transito, Província de Luanda precisa de mas de cerca de 500 Quilómetros de estrada asfaltada, retirando e dificultando mobilidade

aos Luandenses. Ainda assim, a inoperância da Policia de Transito, em não regular devidamente o transito na Capital, refugiando-se das zonas verdadeiramente complicadas, locais onde os taxistas

fazem as largadas e subidas dos passageiros, zonas onde normalmente também existem pequenos mercados de venda de produtos, em cima de passeios e propriamente na estrada, devido ao bastante fluxo de indivíduos, afastando-se destes locais para outros, onde os agentes da policia, conseguem interpellar os condutores, de maneira a poderem negociar melhor, os subornos dos automobilistas transgressores.

Curiosidade e que Luanda não tem paragens para transportes públicos, E uma vergonha! Muito menos estradas apropriadas, e 6, para transportes públicos, como acontecem em qualquer parte do Mundo.

Como disse o Senhor Governador e bem, a saúde dos Luandenses e sua prioridade, pois, existe um problema gravíssimo de saúde publica, provocado pelo próprio Governo, em não concluir ate hoje, as obras das valas de drenagem da Província de Luanda, causando enormes pragas de mosquitos na Província de Luanda, consequentemente a doença da malária, que e a maior causa de morte dos Luandenses e dos Angolanos. Ainda assim, este modelo de construção de valas de drenagem a céu aberto, e erroneo, arcaico,

não usual no Mundo civilizado. Em Portugal, Estados Unidos, Dubai, existe valas de drenagem a céu aberto? Claramente que não, por que causa doenças endémicas, como acontece evidentemente com o aumento do paludismo nas épocas

chuvosas, na nossa Província Capital Angolana.

"Outro factor bastante inibidor e o facto dos actuais nomeados não saberem, quanta o seu tempo terá os seus respectivos mandatos, neste momento estão a ser encorajados a roubar, dizendo-lhes que, cuidado seja esperto, você não sabe quando e que te vão tirar, aproveita não seja burro! Olha o fulano agora esta na miséria! Foi honesto e agora esta a pedir e, ninguém lhe da confiança",

Se as eleições Autárquicas conseguirem moderar tais perspectivas de pensamento e procedimento humano da nossa gente.

5.18 Mudanças administrativas. A fuga para a modernidade para ser igual a Washington

Jornal Agora

26 De Setembro de 2014

Texto: Ramiro Aleixo

Depois do anúncio antecipado de que se deslocaria ao Governo Provincial de Luanda para arrumar a "nossa casa comum", numa atitude pouco habitual no seu estilo de gestão, o Presidente da República (PR), acompanhado de uma considerável equipa de ministros e assessores, foi ao Palácio da Mutamba para apresentar o novo governador, Graciano Francisco Domingos, a quem já havia conferido posse.

Acto contínuo, como o próprio prometeu, anunciou um conjunto de orientações e decisões, com vista a melhorar, progressivamente, a governação da capital do país. A atitude causou alguma estranheza a vários círculos que reflectiram sobre as medidas tomadas e que são já do conhecimento público, tendo em conta que, a 12 de Setembro último, o PR havia criado uma Comissão de Reestruturação do Governo da Província de Luanda, considerando a necessidade urgente da desconcentração administrativa e da adopção de um modelo de administração local diferenciado para esta

província, que não chegou sequer a completar os 90 dias para apresentar um relatório.

Como referimos citando o documento distribuído a partir da Presidência, a Comissão é coordenada pelo

ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, tem como coordenador-adjunto o ministro da Administração do Território e integra os ministros das Finanças e do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, o secretário do PR para os Assuntos Económicos, o jurista Carlos Feijó e o engenheiro Manuel Van-Dúnem.

Entre as suas atribuições, a Comissão deve acompanhar a implementação do processo de reestruturação do GPL; orientar e organizar, de acordo com o novo quadro legal, o funcionamento dos órgãos da administração local na província de Luanda; acompanhar a elaboração de toda a legislação referente à administração dos municípios e também do orçamento, dos planos e programas económicos e sociais e da programação financeira dos municípios, são outras das atribuições da referida Comissão.

O que se pode aferir é que, ao criar a referida Comissão, que acaba por ser ultrapassada em vários domínios, o PR tinha próprias ideias. Não aguardou e, como prometeu, foi ao GPL expô-las.

ESTATUTO DIFERENCIADO. A perspectiva que ficou subjacente num quadro combinado entre a realidade e os projectos em curso, ou já identificados até 2030, é que, como disse o PR, "no futuro, a cidade capital poderá vir a ter um estatuto diferenciado, tal como tem Brasília, no Brasil, ou Washington OC, nos Estados Unidos da América".

O grande desafio passa por pôr a "funcionar o aparelho da administração provincial e das administrações municipais em pleno, para superarmos o atraso em que nos encontramos e ajustar o passo da governação ao crescimento da procura dos serviços públicos".

Causou, também, algum cepticismo o facto de quase se ter ignorado o Plano Director Geral que já se encontra na posse do PR, que, como disse, "passará agora para a fase de implementação das medidas de carácter normativo que, em conformidade com a Constituição da República, estabelecem uma maior desconcentração administrativa dos poderes do Governo Provincial para a Administração Municipal, tornando assim quem dirige e governa mais próximo dos problemas e do cidadão e definindo a necessária coordenação provincial e a articulação com a Estrutura Central".

Pelos vistos, José Eduardo dos Santos não quer esperar e fez questão de frisar este aspecto, ao dar o pontapé de saída do processo de reestruturação da administração local na província de Luanda.

PROMOVER A GOVERNAÇÃO PARTICIPATIVA. As grandes linhas orientadoras deste novo processo assentam na preconização de um modelo de "desconcentração administrativa profunda, por meio de uma delegação legal de competências que hoje são atribuídas ao GPL e que passam para as Administrações Municipais, incluindo o caso específico do município de Luanda". E sublinhou que "os municípios da capital do país ficam equiparados às províncias, no sentido de que lhes serão aplicáveis os procedimentos referentes ao regime financeiro e orçamental, podendo executar despesas até ao mesmo limite definido por Lei para o governador provincial".

Tirando eventuais dúvidas sobre eventual esvaziamento dos poderes do governador provincial, o PR esclareceu que "continuará a ser o representante da Administração Central, em obediência à estrutura definida na Constituição da República", argumentos que não foram convincentes, porque a aplicabilidade destas decisões pode ter efeito diferente, devido às dificuldades criadas pela máquina burocrática, mas também por interferências 'estranhas' do próprio poder na gestão dos municípios. Agora que receberão orçamento apetecíveis, como disse um analista económico, mais abelhas passarão a rondar estas colmeias. "Haverá mel em abundância e, certamente, mais oportunidades de negócio".

De acordo com a visão do PR, a sua pretensão e, concomitantemente do Executivo, é que a curto e médio-prazos, se atinjam os quatro seguintes objectivos: O primeiro é o de fortalecer a capacidade das administrações municipais de planificar, gerir, melhorar as zonas urbanas da sua circunscrição e responder, com efectividade, às necessidades dos cidadãos;

O segundo é a de promover e gerir desenvolvimento social e económico local e responder ao impacto de eventuais ocorrências negativas naturais; O terceiro consiste em contribuir para a melhoria da prestação de serviços públicos nos domínios da saúde, da educação, do fornecimento de água e energia eléctrica, do saneamento básico e da gestão do lixo, da transformação do mercado informal para o formal e do respeito pela ordem e a disciplina;

O quarto e último, promover a governação participativa através do diálogo e da participação dos cidadãos na resolução dos problemas e no desenvolvimento do seu município.

PROGRAMA ESPECIAL DE IMPACTO SOCIAL. Nesta perspectiva, orientou que cada administração municipal "deverá assim ter um Programa de Desenvolvimento, um Orçamento e um Programa

Municipal de Investimento Público a partir de Janeiro de 2015". E, para os últimos três meses deste ano, será aprovado e executado um programa provincial especial de impacto social, além do plano provincial e do orçamento em curso.

Em contrapartida, o Executivo apreciará e aprovará, no próximo mes, um programa de expansão da rede viária e ferroviária da província de Luanda, cuja execução começará imediatamente a seguir e vai permitir melhorar a mobilidade significativamente na zona Sul, por exemplo além da Avenida da Corimba. Surgirão mais duas, uma da qual será a Marginal da Corimba, que será transformada numa avenida moderna, com um metro de superfície, com mais de cinco quilómetros de praia à frente.

Este programa, segundo o Mandatário da Nação, prevê também melhorar a acessibilidade da zona Norte e do novo Aeroporto Internacional de Luanda ao centro da cidade capital.

Por outro lado, urna atenção especial vai merecer a distribuição e a ocupação de terrenos urbanos ou para fins agrícolas. Sugeriu mesmo que seja realizado um seminário sobre este tema em que, além da auscultação e debate, os especialistas poderão falar sobre a Lei de Terras e sobre a Lei do Ordenamento do Território e respectivos regulamentos certamente.

A terminar, o Presidente recordou a todos que o "dever é trabalhar para o povo, é trabalhar para satisfazer as necessidades crescentes do povo" e que esta "é a orientação lapidar do programa de governação do MPLA proposto aos eleitores nas eleições gerais de 2012", que, como deixou claro, têm "assim obrigação de cumpri-la".

Como recordou na parte inicial da sua intervenção, quem dirige Luanda "tem de estar à frente dos acontecimentos". Ou melhor: "Tem de estar completamente disponível para ter grande capacidade e mesmo qualidades especiais, saber prever a situação da evolução, saber orientar os subordinados e saber tomar medidas pertinentes". E, para a separação das águas, também anunciou a decisão de fazer "cessar a acumulação do cargo do governador provincial com o de primeiro-secretário do Comité Provincial do partido". Uma boa nova que há muito tem sido reclamada pela oposição, que deve ser extensiva às demais províncias.

5.19 Novas medidas dividem os habitantes

Novo Jornal

26 De Setembro de 2014

Texto: David Filipe

AS NOVAS MEDIDAS administrativas para melhorar a governação de Luanda deixaram algumas pessoas incrédulas e outras otimistas.

Os luandeses esperam que estas medidas venham a trazer benefícios a população. Vários cidadãos interpelados pelo Novo Jornal congratulam-se com as medidas anunciadas, mas avisam que elas não podem cair em letra morta.

"Já foram criadas milhares de comissões interministeriais e no fim não funcionaram. Vamos ver como e que isso vai ficar", afirmou o funcionário público Domingos Massumo João.

O carpinteiro Neves Paulo disse estar séptico, tendo em vista a desorganização que se observa na Administração do Estado.

"O Chefe do Executivo tem boas ideias, mas os que o rodeiam sabotam tudo. Espero que os elementos indicados para governarem os municípios de Luanda colaborem", considerou.

A zungueira Maria José previu dias difíceis na sequência das medidas anunciadas. "São locais para vendermos que não aparecem, daqui para diante teremos momentos difíceis com os fiscais", argumentou.

A vendedora não se opõe a nova ordem, mas rogou que os administradores municipais que terão em 2015 um estatuto. Equivalente a governadores provinciais, sejam flexíveis.

"Defendo uma cidade organizada", Acrescentou Maria José, suspeitando que os antigos vícios possam vir a minar a nova forma de governar.

Durante o encontro no Governo Provincial de Luanda (GPL), José Eduardo dos Santos anunciou igualmente a promoção da governação participativa, através da mobilização dos cidadãos para a resolução dos problemas e desenvolvimento dos despectivos municípios.

"A administração municipal devera assim ter um Programa de Desenvolvimento, um Orçamento e um Programa Municipal de Investimento Publico, a partir de Janeiro de 2015", revelou e acrescentou que, para os últimos três meses deste ano esta prevista a aprovação e execução de um Programa Provincial

Especial de Impacta Social, além de um Plano Provincial e do Orçamento em curso.

José Eduardo dos Santos anunciou ainda que o Executivo vai apreciar e aprovar, já em Outubro, um programa de expansão da rede viária e ferroviária da Província de Luanda, cuja execução começara imediatamente, para melhorar a mobilidade, particularmente na zona sul.

O Presidente da Republica referiu que alem da Avenida da Corimba, surgirão mais duas, uma das quais a marginal da Corimba, que se pretende uma avenida moderna, com uma maior superfície e mais de cinco quilómetros de praia.

Realçou que este programa também visa melhorar a mobilidade da zona Norte e do novo Aeroporto Internacional de Luanda ao centro da capital.

José Eduardo dos Santos afirmou que, com as medidas acrescidas dos instrumentos de trabalho de que Executivo dispõe para a província de Luanda, pode-se, a curto e medio prazos, atingir vários objetivos com vista a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Entre as medidas anunciadas destacam-se o objetivo de promover e gerir o desenvolvimento social e económico local e responder ao impacto de eventuais ocorrências negativas naturais.

Contribuir para a melhoria da prestação de serviços públicos nos domínios da saúde, da educação, do fornecimento de água e energia elétrica, do saneamento básico e da gestão do lixo, da transformação do mercado informal para o formal e o respeito pela ordem e a disciplina foram outras das medidas apontadas pelo Titular do Poder Executivo.

5.20 Oposição no Uíge, defende eleições autárquicas para o desenvolvimento da província

Jornal: A República

26 De Setembro 2014

Texto: José Mendes

Nos, a UNITA, aqui no Uíge defendemos as eleições autárquicas, porque as mesmas permitem o desenvolvimento de cada Município, através da autonomia financeira. Os munícipes são chamados para analisarem em conjunto, as dificuldades que vivem nas suas localidades, disse o secretário Provincial da UNITA no Uíge, Félix Simão Lucas ao Jornal A Republica, na penúltima quinta-feira.

O secretário disse ainda que as eleições autárquicas dão poder aos administradores locais e quem esta no município, conhece melhor as dificuldades vividas nas suas localidades. Assim as soluções dos problemas serão de mais fácil solução, melhor do que se tem constato com a centralização do poder.

Félix disse ainda que o governador controla todos os municípios, como e que vai tomar as decisões urgentes daquelas comunidades que se encontram em péssimas condições. Nos achamos que se houver eleições autárquicas, os municípios vão desenvolver-se em termos de infra-estruturas em todos os sentidos.

O secretário afirmou ainda ao Jornal A Republica, que os recursos humanos e financeiros da província são suficientes para o desenvolvimento do Uíge, e "nos não temos dificuldades para qualquer desafio que vir, porque até os quadros são do país".

Os jovens de outros partidos políticos não tem beneficiado dos projectos de combate a pobreza, como créditos e meios de transportes que te dado aqui na província, porque se virmos, são sempre os mesmos que recebem os créditos e muito mais, e também os benefícios não se fazem sentir nas zonas rurais. Acrescentou aquele dirigente.

As populações nas zonas rurais, não tem água potável, energia eléctrica e saúde, A população ainda esta numa extrema pobreza. Vimos o presidente da república José Eduardo dos Santos, estava aqui recentemente e avançou alguns investimentos num grupo devidamente restrito que são da JMPLA, e não e a população, nem a Juventude da província mais do MPLA. Disse Félix. Acima de tudo nos gostaríamos que quem esta a governar o país, olhasse para os angolanos e não pela cor partidária, devia reflectir mais os nossos problemas, para tirarmos os angolanos do desemprego, deixarem livres os jornalistas a exercer as suas funções e os partidos políticos a desenvolverem as suas actividades.

5.21 Para a UNITA, PR confundiu descentralização com desconcentração

Jornal Agora

26 De Setembro de 2014

Em resposta à iniciativa do Presidente da República (PR), o líder da UNITA, Isaias Samakuva, convocou ontem a imprensa para dar conta da posição do seu partido sobre as medidas administrativas anunciadas para Luanda,

Num extenso pronunciamento, Samakuva começou por dizer que, no entender da direcção desta formação política, "as medidas anunciadas pelo PR violam a Constituição por omissão, são insuficientes, chegam muito tarde e não irão resolver os problemas dos municípios". Como justificou, José Eduardo dos Santos falou da "promoção da governação participativa, através da participação dos cidadãos na resolução dos problemas e no desenvolvimento do seu município", mas a Constituição "estabelece que esta participação é feita no quadro da concretização do princípio da autonomia local",

Para este partido, nos termos do artigo 214^a, a autonomia local compreende o direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais gerirem e regulamentarem, nos termos da Constituição e da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais", E este direito, referem "só pode ser exercido pelas autarquias locais e não pelos governos provinciais nem pelas administrações municipais",

A UNITA defende, igualmente, que "as autarquias locais são entidades distintas da Administração Pública, São pessoas colectivas territoriais autónomas, quer dizer, distintas do

Estado, Elas correspondem ao conjunto de residentes em certas circunscções do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações",

Para o 'Galo Negro', na voz do seu presidente, "os assuntos específicos locais relativos ao saneamento básico, à gestão das redes públicas de água, à gestão do lixo, à educação das crianças, à saúde, etc, não são da competência do poder executivo do Estado, mas sim da Administração autónoma, que é constituída pelos cidadãos organizados em autarquias locais, A inexistência da administração pública autónoma constitui uma inconstitucionalidade por omissão",

A declaração da UNITA dá igualmente conta que, "ao procurar resolver os problemas dos municípios de Luanda, no quadro dos interesses da Administração central do Estado e não no quadro da administração pública autónoma, ou seja, e não no quadro dos interesses específicos das pessoas residentes nos municípios", o PR vem "prejudicar e protelar a criação efectiva das autarquias locais, ofendendo, desta feita, o princípio constitucional da autonomia local".

Nesta concordância, consideram que "as medidas anunciadas para Luanda ofendem também o princípio democrático". Nos termos do artigo 213^o

da Constituição, referem, "a organização democrática do Estado a nível local estrutura-se com base no princípio da descentralização político-administrativa...", e não com base no princípio da desconcentração administrativa. A UNITA considera que as medidas anunciadas pelo Presidente da República visam a "desconcentração dos serviços públicos e não a sua descentralização efectiva, como manda a democracia", recordando que não se deve confundir "descentralização com a desconcentração".

A direcção do maior partido na oposição defende que "não deve haver mais administrações municipais dependentes do Titular do poder Executivo ou do governador provincial. É preciso cumprir a constituição, concretizando o princípio da separação vertical de poderes entre o Governo Central e os executivos de novos entes territoriais que a Constituição manda a Assembleia Nacional criarem".

A UNITA considera também que estas medidas chegam tarde, referindo que, em Maio de 2010, "depois de termos visitado durante seis semanas dezenas de empreendimentos e instituições nas nove municipalidades de Luanda e completado um diagnóstico preliminar, apresentámos ao Governo de Luanda a "Contribuição do 'Galo Negro' para a Gestão Sustentável da capital" e continuam válidas as suas constatações e contribuições, ou seja: Luanda tornou-se ingovernável no quadro institucional actual, não tinha e não tem um Plano Director, não tem fiscalização à altura. O seu desordenamento propicia construções anárquicas e outros esquemas de sobrevivência.

Concluiu que passaram quatro anos, e o Governo não foi capaz de elaborar um Plano Director. "O sistema de ensino, de produção, a saúde, a recolha de lixo, de distribuição de água e luz, as redes públicas e a circulação rodoviária estão todos engarrafados.

Passaram quatro anos, mudaram-se os governadores, mudaram-se os administradores, mas o chefe dos governadores não foi capaz de resolver estes problemas".

5.22 UNITA defende autarquias urgente

Jornal de Angola

26 De Setembro de 2014

Texto: Bernardino Manje

A UNITA defende a criação de duas ou mais autarquias de nível supramunicipal em Luanda para fazer face aos problemas que se vivem na província. A posição foi avançada ontem pelo presidente do

partido, Isaiás Samakuva, durante uma conferência de imprensa que serviu para rebater as medidas administrativas anunciadas segunda-feira pelo Presidente da República para melhorar a governação na capital do país.

O líder do maior partido na oposição disse não ser possível governar Luanda sob a dependência do Poder Central. "A gestão dos municípios de Luanda e de todos os outros municípios do país tem de sair da alçada do Poder Executivo central. Deve passar para os cidadãos, sem mais demora", defendeu.

Para Samakuva, a dimensão dos problemas de Luanda exige a criação de duas ou mais autarquias de nível supramunicipal, com atribuições nos domínios da educação, saúde, energia, águas, equipamento rural e urbano, património, cultura e ciência, transportes e comunicações, tempos livres e desportos, habitação, Acção social, protecção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor e policia municipal, como estabelecem os artigos 218º e 219º da Constituição da República.

"Angola precisa de organizar as suas autarquias locais e de eleger com urgência os três órgãos do poder autárquico, que a Constituição prescreve no seu artigo 220º, que são as assembleias municipais, dotadas de poderes deliberativos, os órgãos executivos colegiais e os presidentes das autarquias", insistiu Samakuva, para quem país também precisa de cumprir a sua própria Constituição para efetivar a descentralização.

a presidente da UNITA defendeu a substituição da Administração Local, segundo ele "subordinada a um só homem", pelo Poder Local, que tem órgãos próprios, representativos das respetivas populações e eleitos por elas. "Sem autarquias com órgãos eleitos pelo povo, com recursos financeiros próprios, e autonomia de gestão administrativa, os problemas de Luanda e do país não serão resolvidos", disse o líder da UNITA. Segundo Samakuva, o anúncio feito pelo Titular do Poder Executivo de que "a administração municipal deveria ter um Programa de Desenvolvimento, um orçamento e um Programa Municipal de Investimento Público, a partir de Janeiro de 2015", não é suficiente, disse o líder da UNITA.

Acrescentou que quem deve elaborar e aprovar os programas de desenvolvimento municipal são os cidadãos de cada município, através dos seus representantes eleitos nos órgãos das autarquias locais, que não dependa em do Presidente da República.

Acusação aos governadores o líder da UNITA aplaudiu a decisão do Presidente da República segundo o qual o governador de

Luanda não deve acumular com as funções de primeiro secretário do MPLA. Samakuva defendeu que a medida deve ser alargada para todo o país.

a político e de opinião que, enquanto se aguarda pela aprovação da Lei das Autarquias Locais, os governadores provinciais devem concentrar-se apenas em questões de governação, Acusou os governadores provinciais de serem "agentes promotores da intolerância e da exclusão",

Na conferência de imprensa de ontem, Isaiás Samakuva exortou também o Presidente da República, que é igualmente líder do MPLA, a libertar-se das funções partidárias, "para servir o país de forma apartidária, como presidente de todos".

5.23 Bases para o quadro autárquico

Semanário Angolense

27 De Setembro de 2014

Em relação às mudanças do modelo de governação da província de Luanda, a sociedade angolana, quase que em geral, aguarda com ansiedade que a dinâmica implementada pelo Executivo surta os efeitos esperados, alinhando com as vozes que reclamam pela realização das eleições autárquicas como um dos pressupostos para o esbatimento dos problemas seríssimos que a província capital e o resto do país enfrentam.

Ao pronunciar-se sobre o assunto, durante o encontro do PR com os responsáveis do Governo Provincial de Luanda, administradores municipais e outros quadros, para dar orientações sobre a melhoria da governação da capital do país, à ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, afirmou nesta segunda-feira (22) que o processo de desconcentração profunda que se inicia na capital angolana inspirará soluções para o futuro processo autárquico no país.

Bornito de Sousa realçou que o processo (da nova governação) assenta nas linhas de base traçadas superiormente e que nos próximos 90 dias será acompanhado pela «comissão de reestruturação» e posteriormente pelo seu ministério.

A base do processo consubstancia-se na aplicação de uma estrutura de organização do aparelho de governação provincial e municipal que reserva ao governador um papel de coordenação geral, enquanto os municípios passam a ter uma responsabilidade

mais directa e acrescida na execução das competências e atribuições voltadas para a realização dos serviços comunitários e na prestação dos serviços básicos.

Segundo Bornito de Sousa, a estrutura de apoio ao governador provincial e a orgânica das administrações municipais estão ajustadas a esta nova visão. A educação, a saúde, o saneamento básico, a recolha dos resíduos sólidos, a acção social e o abastecimento de água potável e de energia eléctrica, em articulação com as empresas vocacionadas são algumas tarefas enumeradas.

«A recente designação do governador provincial, dos vice-governadores, do presidente da Comissão Administrativa de Luanda e dos administradores municipais da província e a realização desta reunião criam as bases para o início de um novo momento na organização administrativa e na prestação dos serviços essenciais aos cidadãos que acompanham com ansiedade e esperança», elucidou, acrescentando que «a ideia de base subjacente é transformar os municípios no centro privilegiado de resolução dos problemas e da prestação dos serviços básicos, dada a sua proximidade com os cidadãos».

O ministro da Administração do Território explicou, por outro lado, que a resolução de questões ligadas à gestão financeira e dos projectos de investimento público justificam a intervenção directa dos ministros das Finanças e do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. «O processo de desconcentração profunda vai ainda prestar atenção à criação de capacidades de gestão técnica, administrativa, financeira e em termos de capital humano que se ajustem ao novo momento, sendo a selecção de quadros capazes um dos desafios», sublinhou.

5.24 «Caminhos grácianos» para a nova Luanda

Semanário Angolense

27 De Setembro de 2014

Fazendo uso de todos os «sacerdócios» que legitimamente lhe são conferidos, José Eduardo dos Santos, o Presidente da República, tão «fatigado» com todas as situações purgatórias de Luanda, como qualquer luandense que se preze, enquanto habitante dessa urbe, chamou Graciano Francisco Domingos, então Vice-Governador para a Área Administrativa do Governo Provincial de Luanda, para substituir o seu até então chefe, Bento Bento, no posto de Governador.

Dos Santos crê que, dessa vez, e a partir de agora, é realmente possível o milagre de transformar a sede política, económica e administrativa do país numa cidade condigna para os seus moradores e visitantes, em todos os aspectos, ou pelo menos melhorar nas preocupações mais candentes.

As makas não são poucas, nem pouco crónicas, ao ponto de formar uma cadeia de sinistralidades

que contribui significativamente para o minguado bem-estar da maioria absoluta da população. «Na realidade, a cidade de Luanda está a crescer muito rápido e os seus problemas são cada vez maiores e mais complexos», reconheceu o Presidente na última segunda-feira quando visitou o Palácio da Mutamba.

Na ocasião, o mandatário do país fez alusão às precariedades que imperam em Luanda: aumentou a construção informal de bairros periféricos sem infra-estrutura mínima indispensável e

sem condições de habitabilidade e salubridade. Passaram a faltar todos os serviços básicos, tais como o abastecimento de água potável e de energia eléctrica, rede de esgotos, de limpeza regular e recolha do lixo, serviços de saúde, de educação, etc. Aumentou também o desemprego, a desorganização da cidade e a taxa de criminalidade.

Com isso, o Presidente assentiu facto de que para se poderem atender as necessidades básicas de toda a sociedade, «precisamos de um esforço acima da média» e «também de ordem e disciplina para que cada um saiba o seu lugar e papel e possa dar a sua contribuição».

Para dar sustentabilidade à sua crença de que está fazendo a coisa certa, alguns dias antes de nomear Graciano Domingos, Zedú criara já uma Comissão de Reestruturação do GPL composta por nomes titânicos do meio governamental

O grupo de elite foi constituído diante da «necessidade urgente da desconcentração administrativa» e «da adopção de um modelo de administração local diferenciado».

As intenções presidenciais ode até «dar zebra», porque resultados inesperados acontecem. Mas, a prior, estão longe do juízo quando se escala uma equipa dessas: o Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil - Edeltrudes Costa, como «capitão»; os ministros da Administração do Território - Bornito de Sousa; do Planeamento e Desenvolvimento Territorial - Iob Graça; e das Finanças - Armando Manuel; além do Secretário do PR para Assuntos Económicos - Sérgio de Sousa Mendes dos Santos; o

engenheiro Manuel Van-Dúnem; e o jurista e consultor Carlos Feijó.

Não se pode negar a constatação de que Luanda está a ficar mais bela, mas isso quando contemplada a partir de pontos como a Ilha do Cabo, dentro de molduras, sobretudo, aéreas e longínquas, numa perspectiva dos cartões postais modernos das grandes metrópoles do mundo.

No horizonte, o crescimento imponente que se expressa através de novas e sofisticadas edificações mostra que há uma transformação em curso, no âmbito do processo de desenvolvimento que o país, no todo, está a viver.

Dos Santos, que fala das «melhorias em alguns aspectos, como a reabilitação e modernização de infra-estruturas, construção de edifícios e instalações para melhorar a prestação de alguns serviços públicos», mostra-se até modesto quando afirma ser «evidente que existem muitos problemas por resolver e que criam muitas dificuldades».

Realmente, basta pôr os olhos e os pés no chão dessa urbe, seja na Baixa «nervosa», como principalmente nos musseques empoeirados, para que a visão paradisíaca seja completamente ofuscada por outras molduras caóticas em tudo. A partir daí, as poucas referências pelas quais os luandenses verdadeiramente se podem orgulhar não passam de ilhas nesse mar de precariedades.

Graciano Francisco Domingos é o homem que agora tem a missão de comandar uma mudança nesse cenário. Formado em Direito pela Universidade Agostinho Neto, autor do livro «Poder Local em Angola, na Constituição e nas Leis Ordinárias», já foi vice-ministro do Urbanismo e Ambiente.

Em 2011, depois da queda de José Maria dos Santos como Governador, foi-lhe dado a assumir o comando interino do GPL. Na década de 1990, fez parte do grupo técnico de reflexão sobre o planeamento urbanístico de Luanda.

Portanto, não se trata de um peixe fora da água. O quilate técnico que mostra ter, somado ao facto de o Chefe do Executivo ter constituído a Comissão de Reestruturação do GPL «com vista a melhorar progressivamente a governação da província», passa a mensagem de que José Eduardo dos Santos está mesmo a apostar nesse «camarada». E a sua aparição na sede do GPL, na segunda-feira, com o elenco reestruturador e as últimas recomendações, só veio a consagrar essa confiança.

Metas sempre urgentes

O que o sumo-mandatário do país quer ver acontecer, «a curto e médio prazo», deixou expresso no acto da visita ao Palácio da Mutamba: «fortalecer a capacidade das Administrações Municipais de planificar e gerir melhor as zonas urbanas da sua circunscrição e responder com efectividade às necessidades dos cidadãos» e «promover e gerir o desenvolvimento social e económico local e responder ao impacto de eventuais ocorrências negativas naturais».

No mesmo espaço de tempo, Dos Santos espera que Graciano Domingos e companhia venham a conseguir «melhoria da prestação de serviços públicos nos domínios da saúde, da educação, do fornecimento de água e energia eléctrica, do saneamento básico e da gestão do lixo, da transformação do mercado informal para o formal e do respeito pela ordem e a disciplina» assim como poder «promover a governação participativa através do diálogo e da participação dos cidadãos na resolução dos problemas e no desenvolvimento do seu município».

Como suporte para o alcance desses desígnios, o Presidente fez saber que «está em elaboração o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, que deverá ser implementado no período de 2016 à 2030, e abrange todas as vertentes do desenvolvimento económico e social, o ordenamento do território e a mobilidade na província de Luanda».

Em conformidade com esse guia, «a Administração Municipal deverá assim ter um Programa de Desenvolvimento, um Orçamento e um Programa Municipal de Investimento Público, a partir de Janeiro de 2015», indica o Chefe do Executivo. Ele deu a conhecer ainda que «para os últimos três meses deste ano será aprovado e será executado um Programa Provincial especial de Impacto Social, além do Plano provincial e do orçamento em curso».

5.25 Entre a inesperada promoção de Cavuquila e a contestada insistência em Tony Narciso

Semanário Angolense

27 De Setembro de 2014

Texto: Kim Alves

A população está de olhos postos em alguns dos administradores municipais, pelo menos entre os que sobreviveram às mudanças, a quem atribuem as culpas pela desgovernação da província.

Depois da formação da equipa de Graciano Domingos, algo chamou a atenção da sociedade e, em certa medida, desiludiu grande parte dos cidadãos. «Quando um saco de batatas tem uma ou duas podres, corre-se o risco de que todas apodreçam. A solução é deitar fora todas as estragadas para preservar as boas. Não é isto que aconteceu com as exonerações e nomeações dos administradores.

Todos, sem excepção deviam ser exonerados e substituídos», diz a «vox populi».

Para os populares, Tany Narciso e José Tavares deveriam ser exonerados e nunca reconduzidos aos mesmos cargos. A população não acredita em José Tavares, porque, afirmam, já foi administrador municipal do Sambizanga e, à semelhança de todos os outros, nada fez por aquela edilidade.

Apesar de tudo, ainda foi guindado à presidente da Comissão Administrativa da cidade de Luanda e, a sua passagem por este órgão, não trouxe nada de novo: apenas, se falava de quezílias e demonstração de competências entre ele e o então governador, Bento Bento.

Incredulidade no Cazenga o mesmo vai para Tany Narciso, considerado o administrador «mais contestado» de Luanda, pela população do próprio município que dirige. O homem é apontado como muito dado a compadrios, governando o município mais populoso da província à seu bel prazer. Para os moradores do Cazenga, Tany Narciso serve simplesmente os seus interesses e não é sério com as palavras. A reclamação mais recente recai para os ditos «snack-bar's que a administração construiu próximo de diversas escolas, proliferando ainda mais o alcoolismo entre a camada jovem.

Os bares estão todos localizados próximos das principais escolas e um mesmo defronte do edifício onde funciona a administração.

Inaugurados em Novembro do ano transacto, lá se comercializa bebidas alcoólicas, sobretudo cerveja a copo, e petiscos, a preços de chuva, para desgraça da juventude local, que assim se perde ainda mais.

Um munícipe que se identificou simplesmente como «Cavalheiro», disse que foram enganados por Tany Narciso. «O administrador mentiu porque antes da inauguração destes bares, ele deu uma entrevista à Rádio Cazenga dizendo que seriam quiosques. Como é que alguém que sempre disse que iria lutar contra o fenómeno das bebidas alcoólicas entre a juventude no Cazenga, não deveria criar bares para propagar ainda mais o alcoolismo? Penso que o que mais lhe interessa é encher os seus bolsos», acrescentou.

Assim, ao tomarem conhecimento de que as mudanças para Luanda não afectaram a sua administração, a população do Cazenga não acredita tanto no seu efeito. «Quando se quer mudar algo com eficiência, a mudança deve ser total, para que as 'batatas não apodreçam todas'», ironizou um outro munícipe, do Cazenga ouvido pelo SA.

Cacuaco céptico

Outra nomeação recebida com reticências foi a do novo administrador de Cacuaco, Carlos Alberto Cavuquila, um «de já vu» bastante conhecido no município, considerando que já foi o adjunto de anteriores administradores daquela circunscrição.

A população local e a Associação dos Camponeses do Rio Seco apontam-lhe o dedo, acusando-se de ter procedido à venda ilegal de terrenos, assunto que há algum tempo atrás foi muito debatido pela comunicação social. «Quando foi adjunto fez o que fez e agora que vai ser o chefe máximo como será a nossa vida?», é a questão que alguns populares de Cacuaco deixam no ar.

Para as restantes nomeações, duas saltam de imediato à vista e, de alguma forma, terão suscitado a curiosidade geral. Uma é a nomeação de Adriano Mendes de Carvalho para o município de Icolo e Bengo. Para os analistas, o facto do homem ter saído do Palácio da Mutamba como «vice» para ser «atirado» em Catete terá sido um «castigo». Entretanto, os mais sensatos dizem não ser bem assim, porquanto, considerando que dentro em breve os municípios luandenses serão equiparados a províncias, a sua nomeação para administrar o território de onde é natural é um desafio para as suas capacidades de gestor e político. Aliás, o município de Icolo e Bengo é praticamente «virgem», devendo assim contar com vários projectos do Executivo no sentido do seu desenvolvimento socioeconómico.

A outra nomeação que suscitou curiosidade é a de Filipe Barros Espanhol, para o cargo de administrador municipal de Belas. Este personagem, um estudioso por excelência, foi comissário político e

oficial superior das extintas Fapla, antes de ser colocado na Polícia Nacional na qual já chegou a comissário, tendo exercido há tempos as funções de comandante provincial do Moxico. Pelo bom desempenho que já teve nos cargos públicos que já ocupou, espera-se que não desmereça a confiança depositada em si como administrador municipal, numa circunscrição de criação recente, portanto, com desafios difíceis pela frente:

As outras caras novas promovidas por Graciano Domingos são mesmo novas, enquanto desconhecidas do grande público. Por isso, é grande a expectativa dos cidadãos quanto ao que virão a fazer como administradores municipais, mais ainda por o fazerem no novo modelo de gestão projectado pelo Chefe do Executivo.

Nota: o SA, apesar dos esforços que fez, não conseguiu nenhuma fotografia do administrador municipal de Viana, Manuel Mateus Caterça.

5.26 PR quer mais eficiência

Semanário Angolense

27 De Setembro de 2014

Texto: Kim Alves

A o longo dos anos pós independência, a província de Luanda, devido às suas especificidades, tem sido cenário em que mais políticos já «desfilaram», mas também o que mais «carecas» destapou, ressaltando-se um ou outro desde os tempos dos então comissários provinciais aos governadores.

Com o actual, ora nomeado, são já 19 o nomes que ocuparam o mais alto cadeirão de Luanda, a que se acresce a comissão de gestão que antecedeu o mandato de Francisca do Espírito Santo.

No entanto, o problema da governação de Luanda não tem estado só nas pessoas que,

governaram, umas mais competentemente que outras, mas sobretudo na falta de um modelo de governação próprio, desconcentrado e equidistante, com questões administrativa que não deviam ser misturadas com outras de derivadas do Executivo Central e muito menos submeter-se à esta ou àquela decisão política, por «obediência» hierárquica ou partidária.

Assim, tentando desenhá-lo do emaranhado político-administrativo em que se envolveu esta importante parcela do território nacional e aspirando corrigir os «desvios» detectados, o Chefe de Estado, criou, através de despacho, uma comissão de reestruturação do Governo da Província de Luanda, que deverá apresentar um relatório final sobre o assunto dentro de 90 dias a contar da data da sua nomeação, na semana passada.

Além da referida desconcentração administrativa, o «Chefe» quer que se adopte um modelo de administração local diferenciado para Luanda, pelo facto de albergar a capital e se tratar da mais povoada, mais urbanizada e mais estruturada (mas também mais complicada) província do país.

Conforme o documento da Casa Civil, o PR realça que o modelo de desenvolvimento do espaço urbano da província de Luanda assenta em novos entes territoriais e em diferentes modelos de gestão, exigindo-se a prestação de um serviço público mais eficiente para as populações e a criação das melhores soluções para a futura administração autárquica.

A comissão criada é coordenada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, e fazem parte dela os ministros da Administração do Território, das Finanças e do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, assim como por Sérgio dos Santos, secretário do Presidente da

República para os Assuntos Económicos e pelo consultor e jurista Carlos Feijó, entre outras figuras, que deverá acompanhar a implementação do processo de reestruturação daquele governo provincial, orientando e organizando, de acordo com o novo quadro legal, o funcionamento dos órgãos da administração local na província da capital.

A comissão deverá, ainda, acompanhar a elaboração de toda a legislação referente à administração dos municípios e também do orçamento, dos planos e programas económicos e sociais e da programação financeira dos municípios, refere o documento.

5.27 Rigorosidade e responsabilização

Semanário Angolense
27 De Setembro de 2014

Os luandenses (e não só, já que Luanda, no fundo, toca mais ou menos a todos angolanos) reagiram com satisfação ao anúncio feito pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em relação à desconcentração dos orçamentos e execução financeira dos municípios de Luanda a partir de 2015.

Uma das causas apontadas para a má governação de Luanda, ao longo dos anos, tem a ver com a forma de trabalho das administrações municipais e comunais. Geralmente, os governadores, que são sempre os sacrificados, quais treinadores de futebol quando as

suas equipas são derrotadas, baixam orientações aos seus subordinados que, na sua presença, dão a entender que as acataram, mas o que vai sendo feito nas suas costas é totalmente o contrário do que se orientou.

Assim sendo, tal como foi orientado pelo Chefe de Estado, é necessário que se escute mais a população para se poder saber o que realmente fazem os administradores nas suas áreas.

No entanto, até aqui, os seus relatórios e demais apresentação dos problemas administrativos locais são simplesmente truncados e redigidos no sentido de camuflar as ilegalidades que vão sendo cometidas e que criam grandes dissabores à população.

Apesar das verbas disponibilizadas, muitas vezes solicitadas pelos próprios administradores, os bairros das diversas comunas dos municípios e ou distritos, ao invés de registarem algum desenvolvimento, foram piorando a cada dia.

Não se pode conceber que as administrações, com gabinetes técnicos apetrechados de máquinas e pessoal, não consigam fazer trabalhos para melhorar o saneamento básico ou efectuar uma simples operação de terraplanagem e tapa-buracos nas ruas das suas jurisdições.

Há conhecimento de que, em algumas circunscrições, os administradores comunais eram simplesmente ignorados pelos seus superiores hierárquicos, não recebendo qualquer verba nem meios para efectuar trabalhos nas suas áreas, o que resultava em verdadeiros «braços de ferro» entre uns e outros.

Em face disso, a população foi perdendo, cada vez mais, a esperança de melhorias na vida das suas circunscrições.

«Os governadores têm caído por quezílias e intrigas políticas, mas, sobretudo, por culpa do mau trabalho dos seus administradores municipais, distritais e comunais. As ideias que o PR está a introduzir agora, já, deviam ter sido lançadas há mais tempo. Já não bastava a simples substituição dela por ela, que nunca melhorou nada. Também não basta trocar os quadros e injectar novas orientações, tem que haver penalização; os actuais administradores têm que prestar contas e serem levados a tribunal quando prevaricarem», defendem algumas vozes entre a população.

Resumindo, os governadores de Luanda foram caindo, não só por obra de quem deveria dar a sua contribuição para uma boa governação, neste caso os administradores municipais e outros, mas também pelo «deixa andar» a que se consagram, por falta de autoridade e possível conivência nas «engenharias» perpetradas pelos seus colaboradores.

Para os luandenses, não basta só passar os municípios para a categoria equivalente a governos provinciais. Tem que haver, acima de tudo, rigor e responsabilização, com penalizações para quem trabalhar mal. «Só assim os investimentos públicos preconizados vão possibilitar a rápida solução dos problemas básicos que afectam as populações, com

realce para a periferia da cidade», defende um cidadão com quem conversamos.

5.28 Rude golpe ao «género»

Semanário Angolense
27 De Setembro de 2014

O novo governador de Luanda, Graciano Francisco Domingos, que volta a um cargo que já ocupou interinamente há três anos, logo depois do seu empossamento, exonerou alguns administradores e de seguida nomeou os substitutos.

O presidente da Comissão Administrativa da cidade de Luanda, que agora passa à categoria de administrador da cidade de Luanda, José Tavares Ferreira, e o administrador municipal do Cazenga, Victor Nataniel Oliveira Narciso, vulgo Tany Narciso, foram os únicos que sobreviveram à «dança das cadeiras» empreendida por Graciano Domingos.

Destaque ainda para a saída de todas as três senhoras que ocupavam o cargo de administradora municipal, ficando assim as mulheres sem qualquer representação a este nível, no que pode ser considerado com um rude golpe ao «género».

Assim, foram nomeados «por conveniência de serviço» e através de despachos assinados por Graciano Francisco Domingos, os seguintes administradores municipais: Filipe Barros Espanhol (Belas), Domingos Assis Fortes (Quiçama), Carlos Alberto Cavuquila (Cacuaco), Manuel Mateus Caterça (Viana), Adriano Mendes de Carvalho (Icolo e Bengo) e Tany Narciso (Cazenga), além de José Tavares, que continua na presidência da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

Os que foram literalmente à vida são: Ana Maria Rodrigues da Silva (Quiçama), José Moreno (Viana), Ioana António Quintas (Belas) e Rosa João Janota Dias dos Santos (Cacuaco).

Prioridades

O novo governador de Luanda definiu como áreas prioritárias de actuação as da saúde pública, saneamento básico e a recolha de lixo, além da mobilidade, face aos casos diários vividos no trânsito automóvel na capital do país.

Graciano Francisco Domingos defende um reforço policial e o apoio da população para travar a criminalidade na capital do país. «Temos de reforçar a Polícia, em agentes. Temos de equipar melhor a Polícia», afirmou, acrescentando que «temos de apelar para que os cidadãos exerçam uma cidadania activa,

comunicando situações, para que os grupos de marginais não tenham muito tempo para se organizarem, para se estruturarem, como por vezes acontece».

Aos jornalistas, o novo governador provincial recordou que Luanda tem hoje entre oito e dez milhões de habitantes, para um número provavelmente insuficiente de agentes da Polícia Nacional. «Quantos polícias temos para controlar, vamos supor, cada milhão de habitantes? Qual é a proporção? Tudo isso pode contribuir para alguma impunidade», reconheceu. Nos últimos meses têm sido relatados casos de criminalidade violenta, incluindo vários homicídios, sobretudo nos arredores da cidade de Luanda.

5.29 As autarquias e sua complexidade

Jornal de Angola
28 De Setembro de 2014

As autarquias não são um negócio de cantina. Realizar eleições autárquicas não é o mesmo que instalar, do dia para a noite, uma cantina e começar a vender os mais variados produtos com a fim de obter lucros imediatos. Qualquer político esclarecido sabe que não é assim que as coisas funcionam, menos, e óbvio, os que querem lucros políticos imediatos.

Com o devido respeito que tenho por todos os pequenos comerciantes e pela função útil que desempenham na sociedade, começar este texto assim não tem por objetivo depreciar a sua profissão, o objetivo é, antes de mais, destrincar a complexidade que vai entre montar um negócio de cantina e a instalação e o exercício do poder autárquico, que não se resume a realização de eleições para urnas quantas pessoas passarem a dirigir os destinos de um determinado município.

Começamos por dizer que quando se fala de autarquias e apenas nas eleições que se concentram os interesses de muitos políticos, não se importando com as grandes questões que se levantam a sua implementação, no caso de Angola agravadas pelos anos de guerra que o país viveu, pelo êxodo populacional que se verificou do campo para a cidade e, sobretudo, pelo crescimento desordenado que a cidade capital conheceu.

De facto, entre outras questões por abordar, aqui começa um dos grandes problemas para a criação das autarquias. Muitos bairros em vários municípios não estão infraestruturados e a sua construção não obedeceu a um plano de urbanização. O número de polícia de incontáveis habitações (que identifica as casas num determinado espaço público) não existe e

em ene casos e impraticável a sua fixação. A guerra empurrou milhares de cidadãos para a capital do país e Luanda não podia negar-lhes abrigo. Quando se pensava que com o fim do conflito militar a situação iria inverter-se, a verdade é que o fluxo não parou e estima-se que Luanda tenha hoje mais de sete milhões de habitantes.

Como frisou o Presidente da República na sua intervenção segunda-feira na sede do Governo Provincial de Luanda, "aumentou a construção informal de bairros periféricos sem infraestrutura mínima indispensável e sem condições de habitabilidade e salubridade. Muitos bairros com carência de serviços básicos como saúde e educação, abastecimento de água potável e energia elétrica, esgotos, limpeza regular e recolha de lixo". É dever do Executivo levar a essas pessoas o bem estar e dar-lhes condições para que possam

Ter uma vida digna.

Precisamos de saber quantos habitantes tem o Cazenga, Sambizanga, o Rangel, o Cacucaco, o Prenda e por aí adiante e só o Censo Geral da População e Habitação nos vai fornecer, nos próximos tempos, números mais fiáveis. Pois é preciso saber também qual a população votante de um determinado município e definir em lei onde ela pode votar nas eleições autárquicas, para garantir que o sufrágio local vai corresponder ao que legalmente foi definido e refletir a expressão da vontade dos eleitores desse espaço.

As autarquias requerem uma reorganização profunda do país e o Executivo está atento a questão, de tal sorte que, de um tempo a esta parte, tem vindo a dedicar horas e horas de palestras e abordagens sobre o assunto, de modo a que a sociedade entenda da melhor forma possível a importância da sua implementação e, em particular, os ganhos que podem ser obtidos para desenvolvimento do país se elas forem implementadas da melhor maneira, da forma mais correta. Assim e que académicos de Portugal, Brasil, Moçambique e Argentina estiveram o ano passado no nosso país. Em conjunto com angolanos foram unânimes em considerar que o processo de concretização das autarquias em Angola deveria ser efetuado de forma gradual e progressiva, respeitando as assimetrias geográficas, culturais e o desenvolvimento económico de cada região.

As palestras foram realizadas porque, como assunto político de certa forma novo para os Angolanos, e porque nem todo o mundo conhece a fundo fenómeno autárquico, e necessário acautelar para que não nos deixemos levar pelas emoções do discurso. Alguns políticos pensam que as autarquias vão reso-

ver todos os seus problemas quando, se o processo não for bem conduzido, pode desembocar no caos com evidentes prejuízos para a população. Este fiapo de introdução tem como propósito trazer à baila as declarações do líder da UNITA que, em conferência de imprensa quinta-feira, afirmou que "Angola

precisa de organizar as suas autarquias locais e de eleger com urgência os três órgãos do poder autárquico que a Constituição prescreve no seu artigo 220". Ao refutar a iniciativa do Presidente da República, de lançarem "processo de desconcentração administrativa de Luanda, de uma maneira profunda e mobilizadora", com o objetivo de "par a funcionar o aparelho da administração provincial e das administrações municipais em pleno, de modo a superar o atraso em que Luanda se encontra e ajustar o passo da governação ao crescimento da procura de serviços públicos", fica evidente que o líder da UNITA preferia ver o Executivo ter uma atitude de imobilismo.

Samakuva considera o passo dado como sendo "inconstitucional", mas a verdade é que a Constituição angolana só é citada em leituras apressadas e quando lhe convém a si e a UNITA. O presidente do maior partido da oposição desdobrou-se mesmo em referências a alguns artigos da Constituição para falar de descentralização e de desconcentração de poderes, fazendo recurso a definições doutrinárias de um e de outro conceito. Porém, preferiu ignorar propositadamente o artigo 215", o qual no seu ponto 2 estabelece que "lida parte dos recursos financeiros das autarquias locais deve ser proveniente de impostos e recursos locais". Ou seja, que é preciso criar condições de autofinanciamento das autarquias

Pois o seu funcionamento não deve depender do Orçamento Geral do Estado. E como disse em tempos uma voz autorizada, "sem orçamento, a autarquia fecha no dia seguinte. E o dinheiro tem de provir da contribuição dos cidadãos e, nesse especto, é importante a arrecadação de impostos". A importância do poder central na viabilização do processo é incontornável, e isso que faz o Executivo estar empenhado, embora Samakuva se tenha esforçado em dar a entender que só há democracia aí onde há descentralização de poder, o que é errado.

Tal como é errado pensar que a instalação das autarquias e, por si, garantia de participação

Democrática dos cidadãos na gestão transparente dos recursos alocados. Os exemplos de recém-

oralização desmentem esse ponto de vista. As autarquias devem servir o progresso e não o

contrário. Defender a instauração do poder autárquico com urgência tem mais de desespero do que de realismo e querer ver Luanda a caminhar para o abismo.

5.30 Fraco conhecimento sobre as autarquias limita contributo da mulher na sociedade

Semanário Agora

05 De Setembro de 2014

O encontro decorreu sob o tema o contributo e a participação das Mulheres no Processo de Descentralização e Autarquias em Angola.

De acordo com a coordenadora da Rede para o Desenvolvimento do Género da ADRA, no Município do Cazenga, Maria Mateus, as organizações sociais focadas nos assuntos de género, devem continuar a promover encontros nas comunidades, pois as mesmas permitirão preparar as localidades para os desafios das autarquias.

"O Fraco conhecimento e as dificuldades que as mulheres encontram em relação as informações sobre o que esta a ser feito quanto as eleições autárquicas tem limitado o seu contributo para com a sociedade", disse Maria Mateus, defendendo a realização de palestras e outros encontros nas comunidades, que permitam a divulgação de Informações sobre a importância do poder autárquico.

Na visão da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), este encontro e mais um contributo no sentido de mostrar que o país continua a dar avances significativos quanta a concretização de questões sobre equidade, igualdade de género, bem como a implementação de programas públicos, programas de auscultação a mulher rural, o aumento significativo de mulheres nos órgão de decisão e os programas de alfabetização.

Por seu lado, o director-geral da ADRA, Belarmino Gelembé disse que a criação das autarquias deve constituir um processo de decisão responsável, e a sua criação não deve estar dissociada de uma autonomia maior dos municípios, e uma maior intervenção das comunidades locais nas decisões do seu interesse e na emergência de uma economia local.

"Falar de descentralização e autarquias e falar das nossas escolhas e futuro como sociedade", lembrou Gelembé, destacando que estas podem constituir um elemento importante para a governação participativa e para desenvolvimento das comunidades.

A 40 Conferencia Nacional sobre Género e desenvolvimento, discutiu temas como o Processo de Descentralização em Angola lições e desafios, O Processo de Institucionalização das Autarquias em Angola e os desafios da participação dos cidadãos e cidades, Experiência da participação da Mulher na Governação local e contou com cerca de 120 participantes provenientes das províncias de Benguela, Cunene, Huila, Malange e Luanda.

5.31 Municípios de Luanda ganham 'estatuto' de província

Semanário Expansão

26 De Setembro de 2014

Texto César Silveira

Os municípios de Luanda poder ao vir a ter um estatuto equiparado ao das províncias no que diz respeito aos orçamentos, anunciou esta semana o Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, explicando que esta e uma das alterações no figurino administrativo e financeiro da capital.

"Os municípios de Luanda ficam equiparados as províncias, no sentido em que lhes serão aplicáveis os procedimentos referentes ao regime financeiro e orçamental, podendo executar despesas ate ao mesmo limite definido por lei para o governador provincial", disse O Presidente, em reunião de trabalho na sede do governo da província.

Garantindo que o governador de Luanda continuara a ser o representante da Administração Central, José Eduardo dos Santos disse que o objectivo e fortalecer a capacidade das administrações municipais para planificarem e gerirem melhor as zonas urbanas das suas circunscrições e responderem com efectividade as necessidades dos cidadãos.

No futuro, explicou, a cidade capital podera mesmo vir a ter um estatuto especial, como tem Brasília, no Brasil, ou Washington, DC, nos EVA. As mudanças, contudo, levantam duvidas junto de analistas ouvidos pelo Expansão, que receiam que este reforço de poder dos municípios de Luanda da venha a agravar ainda mais a assimetria existente face as demais províncias.

Há quem tema que sejam agravadas as assimetrias de Luanda face ao resto do Pais A luz do novo figurino, as administrações municipais deverão ter um programa de desenvolvimento, um orçamento e um programa municipal de investimento publico a partir de Janeiro de 2015, segundo José Eduardo dos Santos.

Entretanto, nos últimos três meses de 2014, acrescentou o Presidente, será aprovado e executado um programa provincial especial de impacto social, para além do plano provincial e do orçamento.

Para o arranque pleno do novo figurino, José Eduardo dos Santos criou uma Comissão de Reestruturação do Governo da Província de Luanda que deve acompanhar a implementação do processo de reestruturação do governo provincial, e orientar e organizar de acordo com o novo quadro legal o funcionamento dos órgãos da administração local.

A Comissão, que recebeu um prazo de 90 dias desde a criação - a 12 de Setembro - para par o plano em marcha, deve ainda acompanhar a elaboração de toda a legislação referente a administração dos municípios e também do orçamento, dos planos e programas económicos e sociais e da programação financeira dos municípios.

Entretanto, foi nomeado um novo governador, em substituição de Bento Bento. Trata-se de Graciano Domingos, que assim se tornou no 18.º governador de Luanda e no primeiro que governara sem a responsabilidade de gerir as verbas destinadas aos municípios. Foram, ainda, nomeados novos administradores municipais.

Os analistas ouvidos pelo Expansão temem também, no entanto, que haja falta de capacidade técnica e humana das administrações para responderem aos desafios que se adivinham num curto espaço de tempo.

A descentralização dos municípios em que as administrações municipais recebiam uma verba directa do orçamento Geral do Estado iniciou-se em 2008. Na altura. Ensaiou-se o programa de cabimentação directa dos municípios, com 68 seleccionados a beneficiarem naquele ano de uma verba de 5 milhões USD. Tratou-se da maior verba da história da gestão das administrações municipais.

No entanto, dois anos depois, o referido programa foi interrompido pelo Tribunal de Contas, que apresentou como razão "anomalia na gestão dos fundos" que visava dotar as administrações municipais de recursos financeiros para resolverem, com rapidez e eficácia, problemas que visam a melhoria do bem-estar das populações. Considerado insuficiente pelos gestores, havia, no entanto, a possibilidade de anualmente crescer em das necessidades, conforme explicou na ocasião o antigo vice-ministro das Finanças Severim de Morais. "Temos um fundo inicial de 5 milhões USD para cada município, e anualmente será dotado de mais

verbas em função das necessidades", explicou na altura.

Agora, alguns municípios poderão beneficiar de um orçamento equivalente, por exemplo, a 1.24% ou 0,46% do 00₴. Estas foram, respectivamente, as percentagens máximas e mínimas destinadas às províncias no orçamento do ano em curso, com excessão de Luanda, que beneficiou de 2,87%.¹⁶

A questão que se levanta e quais seriam os municípios com maior dotação. Existe alguma convergência de que poderá ser o de Luanda, que, de resto, serviu de balão de ensaio para o modelo ora anunciado.

No ano em curso beneficiou de um orçamento de cerca de 34,5 mil milhões Kz que, segundo o presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares, seriam canalizados para a construção, reabilitação e apetrechamento de escolas, centros de saúde, administrações distritais e comunais, entre outros.

o municipal de Luanda resultou da junção de seis anteriores municípios (Maianga, Rangel, Sambizanga, Ingombota, Kilamba Kiaxe, Samba) que passaram a denominar-se distritos, na sequência da divisão administrativa. Aprovada em Julho de 2011. Como resultado, Luanda passou a ter 7 ao invés dos anteriores 9 municípios os com a integração do Icolo e Bengo (Catete) e Quissama, que pertenciam à província do Bengo. Assim Luanda é constituída pelos municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Icolo e Bengo (com sede em Catete), Viana, BeIas (com sede na centralidade do Kilamba) e Quissama (com sede na Muxima).

5.32 PR nomeia novo governador e a novella sobre Bento Bento tem proximos capitulos

Semanario A Capital

19 de Setembro de 2014-10-23

Texro: Ereneu Maquina

No mesmo documento, o Chefe de Estado exonerou Adriano Mendes de Carvalho do cargo de vice-governador para o Sector Político e Social e, para o seu lugar, nomeou Jovelina Alfredo António Imperial, bem como Judite Armando Pereira, da função de vice-governadora para o Sector Económico.

Embora fosse previsível, a exoneração do então governador da província de Luanda vinha sendo adiada há três anos, altura em que, quer nos meios

de comunicação social, quanta na 'vox populi', se propalava a saída do edil, devido ao cenário desastroso a que a capital do país está votada. E voz corrente, por exemplo, que, a par do seu carácter cosmopolita, em que se cruzam interesses políticos, económicos, legislativos e outros, e também a cidade mais cara do mundo, com a rede rodoviária quebrada até ao centro (veja-se a Ngola Kiluanje no S. Paulo e na passagem de nível do troço Cípal Cuca) estradas terciárias inexistentes, com maior índice de criminalidade e maior taxa de desemprego. E também a (má) província cuja capital conheceu um sistema 'sui generis' de governação sobreposto, chegando, por vezes, a criar Central. E tudo isso não ajuda quem governa.

O sinal vermelho de que Bento Bento seria apeado do seu cargo foi aceso no pretérito dia 28 de Agosto, na altura em que o Chefe de Estado anunciou a transferência da gestão imobiliária das novas centralidades da SONIP para a EMOGESTIM, na sua última deslocação ao Kilamba. Na ocasião, o Presidente da República disse, sem entrar em detalhes, que visitaria, brevemente, o Governo de Luanda.

Para analistas, o aviso serviu de alerta à navegação de Bento Bento de que o seu mandato estava preso por um fio e que já não se punham dúvidas sobre a sua exoneração. O que não ficou claro e se esta decisão tocaria também o presidente da Comissão Administrativa de Luanda, em torno do qual também se pde alguma confusão no exercício de responsabilidades entre um e outro,

Este sinal foi reforçado com a criação, na preterita sexta-feira, de uma Comissão de Reestruturação do Governo da Província de Luanda, coordenada pelo Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, e integrada pelo Chefe da Casa Militar, general Helder Vieira Dias 'Kopelipa', pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, pelo jurista Carlos Feijó e pelo engenheiro Manuel Van-Dúem. O documento que cria a comissão evoca como razões de fundo a necessidade urgente da desconcentração administrativa e da adopção de um modelo de administração local diferenciado para esta província e pelo facto de esta albergar a capital e se tratar da mais povoada, mais urbanizada e mais bem estruturada do país.

José Eduardo dos Santos realçou, no documento, que o modelo de desenvolvimento do espaço urbano da província de Luanda assenta em novos entes territoriais e em diferentes modelos de gestão, exigindo a prestação de um serviço público mais eficiente às populações e a criação das melhores

soluções para a futura administração autárquica, a Comissão, que tem vida útil de 90 dias, deverá acompanhar a implementação do processo de reestruturação do Governo Provincial de Luanda, orientar e organizar, de acordo com o novo quadro legal, o funcionamento dos órgãos da administração local na capital.

'QUO VADIS' BENTO BENTO.

Pela 'boca do funil' avanta-se também que Bento Bento deverá sofrer mais uma 'queda'. Desta feita, no seio do partido, mas, de acordo com fontes ligadas ao MPLA, o afastamento de Bento do cargo de primeiro-secretário maioritário só será concretizado na altura da realização da Conferência Provincial que ele próprio deverá convocar.

O assunto está a merecer alguns agitações nos corredores dos camaradas, mas pouco ou nada há a fazer mesmo para os que cobijavam ascender ao cargo, em substituição de Bento Bento, sendo que o modelo vigente no seio do MPLA e de que o governador da província e, em simultâneo, o primeiro-secretário desta formação política.

Desta feita, "O assunto está arrumado", dizem alguns militantes, avançando que o que sucederá e que haverá uma conferência e, dentro dela, um acto de votação, cujo candidato será Graciano Domingos, o novel governador, um 'outsider' nas lides partidárias, onde não se reconhece grande protagonismo.

Conquanto todas as conjecturas apontassem que Bento Bento não sobreviveria por muito mais tempo, a grande incógnita estava no nome do substituto.

Graciano Domingos engrossa, assim, a já longa lista de governadores de Luanda que começa com Pedro Fortunato Luis Manuel, que exerceu o cargo no período de 1976 a 1977. A este seguiram Afonso Van-Dunem 'Mbinda' (1977-1978), Agostinho Andre Mendes de Carvalho (1979-1980), Francisco Romio de Oliveira (1980-1981), Evaristo Domingos 'Kimba' (1981-1983), que foi substituído por Mariano da Costa Garcia 'Puku', seguido de Cristóvão Francisco da Cunha (1986-1988) e depois por Luis Gonzaga Wawuti (1988-1991). Kundi Paihama foi governador de Luanda de 1991 a 1993, tendo sido substituído do cargo por Rui Oscar de Carvalho (1993 a 1994), seguido do antigo presidente da Federação Angolana de Futebol, Justino Jose Fernandes (1994 a 1997).

De entre todos estes, ressalta-se o nome de José Anibal Rocha (1997-2002), que, com outra visão e mais dinheiro à sua disposição, tentou uma viragem na solução dos problemas de Luanda, mas, como os

demais, foi apeado do cargo e tudo permaneceu como antes.

Comentou-se, par esta altura, que a exoneração foi resultado de mais uma intriga palaciana, acabando por ser desterrado para a Cabinda e daí pela acomodação na Assembleia Nacional. Foi substituído no cargo por Simão Mateus Paulo (2002-2004) e este por Job Pedro Castelo Capapinha, Em contrapartida, antes de Capapinha, o Presidente da República tinha nomeado uma Comissão de Gestão liderada pelo general Higino Carneiro, que não conseguiu resolver os principais problemas da época, como sejam a falta de luz, água, lixo, as inundações, bem como o caso das estradas secundária e terciária já esburacadas.

Francisca Espírito Santo rendeu Job Capapinha, que pediu demissão, alegando questões de saúde: mas, alguns dias depois, apareceu a liderar o Movimento Espontâneo de apoio as acções do seu partido.

A verdadeira causa da fuga terá sido para evitar choques com interesses de figuras bem colocadas na governação central e do círculo de influência presidencial.

Na ocasião, o malgrado ancião Mendes de Carvalho defendia que Luanda deveria ser governada por alguém com a categoria e estatuto igual ou superior ao de um ministro. A ideia até foi a debate na Assembleia Nacional, mas não encontrou acolhimento. Um cenário que poderá mudar com a implementação das autarquias.

Francisca do Espírito Santo tentou travar a onda das construções anárquicas na periferia, fazendo das demolições um dos seus cavalos de batalha no reordenamento de Luanda. A população não gostou, começaram as manifestações depois de ter orientado que os barros do Bagdad e Iraque fossem demolidos.

A oposição levou o assunto ao Parlamento, que produziu uma resolução, que, em resumo, define que as demolições só poderiam ocorrer depois de previa concertação com os titulares dos bens a serem destruídos por utilidade pública; mas a deliberação não ter sido respeitada e há factos que confirmam nas províncias de Luanda e da Huila.

Por razões não completamente esclarecidas, Espírito Santo foi igualmente exonerada e esquecida, apesar de não fazer parte do grupo dos que menos fizeram e tiraram o seu quinhão.

O antigo deputado José Maria foi seu substituto. Mais jovem e cheio de fôlego, tentou implementar novo estilo até então não observado e inicialmente de rotura completa com velhos hábitos. Intitulada de governação de proximidade, que consistia em visita as

instituições do Estado mesmo em época chuvosa, por vezes até na calada da noite, teve um período de vigência considerado o mais curto de toda a história de Luanda. Acabou envolvido em casos judiciais, dos quais viria a ser ilibado algum tempo depois pelo Tribunal Provincial de Luanda, mas que, mesmo assim, deixaram marcas e uma grande legião de inimigos. E, se depender deles, continuaria eternamente na 'cela dos condenados a morte, Foi neste contexto que chegou a vez de Bento Bento, cuja nomeação, segundo analistas políticos da nossa praça, foi como que um prémio pelo seu desempenho a frente do Comité Provincial do seu partido e na perspectiva de execução do Programa Eleitoral, tendo em conta que se notabilizou como um grande imobilizador de massas.

Em contrapartida, o seu consulado ficou marcado por intrigas no seio do partido, principalmente em 2012, quando um grupo de administradores municipais se sentiu na obrigação de redigir uma carta para o secretário-geral do MPLA, 'Dino Matross', exigindo que os problemas do partido fossem resolvidos em fóruns próprios, tendo em conta a confusão que Bento Bento fazia entre os assuntos da governação e a formação política.

Por outro lado, o governador recém-exonerado quase que andou em numa 'guerra' aberta com as zungueiras, reforçado com os movimentos reivindicativos dos jovens que desencadearam sucessivas manifestações que, apesar de pacíficas, foram reprimidas pelos órgãos policiais.

Diante desta realidade, o governante foi supostamente conduzido em erro pelo director do Gabinete Jurídico, que o aconselhou a assinar um despacho que proibia as manifestações no centro da cidade, encaminhando-as para a periferia e em locais previamente definidos.

o documento foi vivamente criticado e obrigou que o governador assinasse uma nota de invalidade do mesmo.

Actualmente, fala-se ainda que o político poderá responder como declarante junto do tribunal a quem compete julgar o caso Alves Kamulingui e Isaiás Cassule; mas ainda não há oficial a este respeito.

Quanto ao futuro Bento Bento, as opiniões dividem-se entre a Comissão Provincial Eleitoral, onde poderá substituir Agostinho Miguel ou mesmo provocar novas mexidas no grupo parlamentar do MPLA, sendo que grande parte dos governantes foi alistada como deputados suplentes.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Plano metropolitano de Luanda incompatível com estratégia de desenvolvimento da província

Jornal Expansão

04 De Setembro de 2014

Texto: Estevão Martins

Os detalhes que sustentam a Estratégia de Desenvolvimento tranquilizam-nos em relação a coerência do seu estágio, mas, contudo, são reveladores da exigência e das dificuldades que se antevê, sendo necessário que se construa uma plataforma de entendimento entre todas as entidades com responsabilidade neste desafio, que apelidamos de ambicioso e motivante, mas também de elevada complexidade em termos de operacionalização.

Além dos projetos de investimentos que visam construção e a reabilitação das infraestruturas, o Plano de Desenvolvimento Urbanístico assenta sobretudo no Plano Diretor Metropolitano de Luanda. O que se lhe oferece dizer a respeito?

O Plano Diretor Metropolitano é um instrumento crítico para a exequibilidade da Estratégia de Desenvolvimento pelo facto de incidir sobre uma componente que constitui, no meu ponto de vista,

uma área muito sensível para a implementação do Plano de Desenvolvimento, Estamos perante matérias críticas, cujas maiores dificuldades incidem na criação de inevitáveis rupturas com as práticas de gestão urbanística atual e o entendimento da população em relação as mudanças que terão de ser introduzidas em prol do bem-estar comum.

Que impacto este Plano Metropolitano, que considera crítico, devera produzir até 2017?

O impacto das melhorias que resultarem do Plano Diretor Metropolitano, pressupondo a correta operacionalização das medidas traçadas, devera traduzir-se em resultados numa perspectiva temporal de médio/longo prazo que poderá inviabilizar as metas inscritas no Plano de Desenvolvimento de Luanda, que actua numa óptica de curto prazo, atendendo a que os resultados preconizados deverão ser alcançados em 2017.

Além do OGE, o Plano prevê a utilização de receitas provenientes dos serviços comunitários e dos

diferentes impostos. Uma vez que o governo se tem queixado da falta de verbas para a Implementação dos programas, acredita que esta variante pode resultar numa alternativa a altura?

Embora reconheçamos como positiva a criação de alternativas para a captação de receitas, tendo em consideração que os recursos ordinários do Tesouro não serão suficientes para a implementação das recentes estratégias de desenvolvimento provinciais e sectoriais, é importante garantir o equilíbrio e a equidade entre os serviços públicos, que se pretende que sejam comparticipados financeiramente pelos cidadãos, e a efetiva prestação destes serviços em padrões de qualidade, que se equiparem ao valor que se pretende que seja assegurado pela população.

Por outro lado, as pretensões legítimas dos governos provinciais, no sentido de garantirem a referida componente financeira do desenvolvimento, devem ser precedidas de evidências e de resultados positivos na concretização dos projetos, num contexto de maior rigor e monitorização que será inevitavelmente introduzido a partir do presente exercício orçamental.

Em termos orçamentais, qual é a análise que faz do Plano de Desenvolvimento de Luanda?

O documento tem a 'ousadia' e a pertinência de par em causa o princípio tradicional da questão e execução orçamental, segundo o qual todas as receitas integram obrigatoriamente o Orçamento Geral do Estado (OGE). Creio que ainda durante este período económico estará aprovada e a vigorar a Lei das Finanças Locais, que permitira uma utilização descentralizada de um conjunto de receitas provenientes dos diferentes impostos e taxas.

6.2 Uma nova Luanda se anuncia

Jornal Expansão

04 De Setembro de 2014

O Plano de Desenvolvimento Estratégico da cidade de Luanda 2013/2017 a que o Expansão teve acesso em exclusivo, anuncia profundas transformações na arquitectura urbanística da capital angolana, que a vão tornar numa grande metrópole.

O Plano é justificado com a necessidade da regeneração dos "musseques", convencionalmente chamados no documento como áreas de assentamentos informais, e da recuperação e expansão das redes técnicas de água, energia, saneamento, valas de drenagem e dos equipamentos sociais, que são nos dias de hoje visivelmente deficientes. É só vermos as dificuldades que os cidadãos enfrentam para ter acesso ao precioso

líquido, para não falar do fornecimento de energia eléctrica irregular.

Em tempos de chuvas, a "casa comum" dos angolanos faz-nos lembrar o imponente rio Kwanza, pois que nesta altura a locomoção, quer para piões, quer para automobilistas ou motociclista sem transforma numa verdadeira aventura.

Se executado na sua plenitude, é certo que o plano vai transformar estas e outras tantas dificuldades em qualidade de vida para os cerca de 6 milhões de habitantes espalhados pelos mais de 13 mil quilómetros quadrados que comportam a província.

Infelizmente, somos bons a desenhar as coisas no papel. O grande problema mesmo é transferir do papel para o terreno e, quase sempre quando o fizemos, fizemo-lo mal. Em alguns casos até chegamos a executar bem, mas a questão da manutenção tem sido a grande dor de cabeça. Bem haja Plano de Desenvolvimento da Cidade de Luanda e vamos torcer para que não se fique pela inauguração da primeira fase, como de resto também já nos habituaram, continuando a implementação das fases subsequentes 'engavetadas'.

6.3 Crédito bancário para a construção dirigida no Bocoio

Jornal Continente

05 De Setembro 2014

Alguns dos 60 beneficiários de lotes apontaram que a falta de dinheiro para a compra de material de construção, como cimento, pedras e varões de ferro, se torna um obstáculo para arranque dos trabalhos de autoconstrução dirigida.

Luísa Domingos e José António, ambos funcionários públicos do sector da Educação, admitiram que o salário que auferem é insuficiente, o que os obriga a recorrer ao crédito bancário para tornar realidade o sonho da casa própria.

Cecília Paulo e Joaquim Culembe enaltecem o facto de o governo da província de Benguela e a administração municipal do Bocoio terem distribuído mil metros quadrados de lotes de terrenos e ainda 3.500 tijolos para cada beneficiário naquela região.

Enquanto isto, Domingas Chindembe contou que não começou ainda as obras da sua residência por insuficiência de verbas, razão pela qual pensa num crédito de salário adiantado para reverter essa tendência. Os interlocutores foram unânimes em apontar o empréstimo junto dos balcões do Banco de Poupança e Crédito (BPC) e Internacional de Crédito

(BIC) como a solução alternativa para fazer face as exigências que a edificação de uma casa impõe.

Em Agosto último, 60 residências do tipo T3, das 200 previstas no Bocoio, foram distribuídas a funcionários públicos, agentes da Polícia Nacional (PN), oficiais da Forças Armadas Angolanas (FAA) e entidades religiosas daquele município, no âmbito do programa do Executivo angolano de fomento habitacional e redução da pobreza.

Os beneficiários terão de pagar durante 25 anos um total de quatro milhões de kwanzas por cada residência, com descontos mensais dos salários que auferem.

Escola de condução auto em Caimbambo Uma escola de condução, com capacidade para albergar 30 instruendos, foi inaugurada na sede do município de Caimbambo, província de Benguela, no âmbito das comemorações alusivas ao 43º aniversário daquela região. Localizada no centro da vila de Caimbambo, a nova escola de formação de condutores empregou oito funcionários e, entre outras dependências, possui uma secretaria, sala técnica de condução de aulas de formadores, sala de informática equipada com vinte computadores, assim como área de lazer.

As obras de construção da escola de condução denominada "One-Line Services Word" tiveram a duração de 120 dias.

De acordo com o proprietário do estabelecimento, Isaías Candeeiro, uma viatura ligeira e outra pesada estão disponíveis para garantir a instrução aos formandos interessados em habilitar-se a condução. Salientou que, no quadro do projecto de aproximar os serviços do cidadão, a escola One-Live Services Word projecta disponibilizar uma sala de instrução especialmente para os moto-taxistas na comuna da Canhamela, ainda no município de Caimbambo.

Por sua vez, o administrador municipal de Caimbambo, Jacinto Tomé Amaro, considerou oportuno a abertura do referido empreendimento para a vida dos munícipes, tendo por isso louvado a iniciativa privada.

6.4 PR visita primeiro prédio construído no quadro da requalificação do sambizanga

Jornal Continente
05 De Setembro de 2014

À chegada ao local, onde já se encontrava o vice-presidente da República, Manuel Domingos Vicente, o estadista angolano foi recebido pelo presidente da Comissão Administrativa de Cidade de Luanda, José Tavares Ferreira, que em seguida fez a apresentação do projecto.

O edifício, de 15 pisos, ira albergar, nos próximos dias, as primeiras 150 famílias que serão desapossadas das suas casas erguidas nas áreas contempladas no projecto, para que de forma faseada, as mais de 15 mil famílias do Sambizanga sejam albergadas em apartamentos condignos.

José Tavares lembrou que o plano de urbanização e requalificação do Sambizanga e do bairro Operário foi feito com base nas orientações baixadas pelo Presidente José Eduardo dos Santos, relativamente a este processo, tendo citado um trecho contido numa das suas intervenções feitas em 2001.

"Agora que a vida nacional começa a dar passos firmes para a normalidade, é dever de todos colaborarem e contribuírem para a reorganização, desenvolvimento e o embelezamento das nossas cidades, muitas das quais terão de estabelecer planos de reordenamento e de

desenvolvimento urbano que tenham em conta todos os interesses que possam ser executados sem conflitos", citou.

Nesta jornada, que o levou ao Campo de Futebol Mário Santiago, na circunscrição do Sambizanga, José Eduardo dos Santos fez-se acompanhar da primeira-dama da Republica, Ana Paula dos Santos.

6.5 Milhares de casas prontas

Jornal de Angola
13 De Setembro de 2014
Texto de: Justino Vitorino

O Programa do Executivo de Fomento Habitacional tem nove mil casas sociais prontas a habitar no Lossambo, arredores da cidade do Huambo, e nas centralidades da Caala e Bailundo, anunciou a diretora provincial do Urbanismo e Ambiente.

Ana Paula de Carvalho disse que os interessados podem obter informações nas Administrações Municipais, fazendo-se acompanhar de fotocópia do Bilhete de Identidade, declaração de serviço, atestado de residência, número de conta bancaria e manifestar ao organismo da tutela o interesse em adquirir casa.

As centralidades tem apartamentos com três quartos em edifícios de três pisos e as rendas são resolúveis. O programa de urbanização e construção de fogos habitacionais no Huambo concluiu 200 casas sociais

No Lossambo, que ainda não dispõe de saneamento básico, eletricidade e agua, foram já entregues 200 casas sociais, no âmbito do programa "Angola Jovem". Localizada a 11 quilómetros da cidade do Huambo, a localidade do Lossambo deve receber 500 casas sociais, de acordo com a empreitada que envolve cinco empresas, cada uma encarregada de construir 100 casas do tipo T3 em 18 meses.

6.6 O descalabro da politica Habitacional

Jornal A Capital
13 De Setembro de 2014
Texto de: Marcos António

Os terrenos para a autoconstrução dirigida, adquiridos a troco de 27.000.00 Kwanzas por mil metros quadrados, representam, indiscutivelmente, uma das imagens de marca da governação de Isaac Francisco Maria dos Anjos, mas, em sentido contrário, são elucidativos de uma política sem perspectivas para o fim dos problemas habitacionais, uma vez que as acções nelas inscritas parecem alheias à pressão demográfica. Luísa Domingos e José António, dois funcionários ao serviço da Educação, vivem um drama que, não significando o que se pode chamar de palavra final, ajuda a descortinar as lacunas da estratégia do Governo. Foram agraciados, há já alguns meses, com parcelas de terra para a autoconstrução, fazendo parte de um grupo de sessenta beneficiários do município do Bocoio, a 112 quilómetros da cidade de Benguela, mas não conseguem colocar mãos à obra por falta de dinheiro.

Em declarações à ANGOP, disseram que o início do percurso para o sonho da casa própria passa por um financiamento bancário, capaz de fazer face a despesas inerentes à aquisição de cimento, pedras e varões de ferro. A ronda efectuada pela Agência Angolana de Notícias, para a qual foram chamados dos três outros detentores de lotes, também de mãos atadas, produziu

resultados que fizeram eco no litoral da província, conformando, como é óbvio, um sério aviso à navegação. Teme-se que os cidadãos, sem dinheiro, construam à sua maneira, abrindo portas ao surgimento de moradias desprovidas dos serviços que as autoridades descrevem como condições básicas para uma vida condigna.

O arquitecto Felisberto Amado, conhecido pelas análises que faz sobre questões urbanísticas e ambientais, revela, categórico, que situações como estas são favoráveis a zonas com habitações sem o padrão que se exige. São realidades que, segundo a mesma fonte, podem fomentar o surgimento de moradias equiparadas às que o Governo, em nome de uma melhor organização, tenciona demolir.

Num País com salário médio de 37 mil Kwanzas, conforme apontam estudos da Universidade Católica, parece impossível obter uma residência condigna nestas circunstâncias. Imbuído nesse espírito, Felisberto Amado, professor universitário, estima que a construção de uma casa com todas as condições chegue a custar USD 80 mil, valor para o pagamento da mão-de-obra e aquisição do material de construção.

Em exclusivo ao semanário A Capital, fonte de uma empresa envolvida na elaboração dos Planos Directores Municipais os famosos PDM's, marcadas ressaltou que não basta distribuir terrenos, argumentando que tão ou mais importante, é que a banca abra os cordões á bolsa. "Caso contrário, continuaremos a ter casas como as que vemos sobretudo na periferia.

Com insuficiência de compartimento, alertou, para mais adiante defender a necessidade de um mecanismo que facilite o crédito bonificado.

O nosso interlocutor olha para os Planos Directores Municipais, por intermédio dos quais se pretende encontrar fórmulas para uma melhor gestão territorial, e adianta que não existem sinais que apontem para o fim do problema. "Desta forma, teremos a carência de habitações como um eterno problema", reforçou.

Dos Anjos sonha com o Impossível?

A pensar num "crédito de salário adiantado", à semelhança dos seus companheiros, a cidadã Domingas Chindembe acena para o BIC e o BPC, numa investida que pode lançar as bases para a inversão do cenário de «insuficiência de verbas». Isto acontece numa altura em que o Banco de Poupança e Crédito, onde se encontra alojada a esmagadora

maioria dos funcionários públicos, não está a conceder empréstimos.

6.7 Milhares de habitações em construção

Jornal: Jornal de Angola

14 De Setembro de 2014

Texto: Vitorino Joaquim

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, disse ontem em Luanda que ate 2016 ficam concluídas 150 mil habitações em todo o país, no âmbito dos projectos em curso.

José Silva falava a imprensa, no final de uma jornada de campo que serviu para constatar o andamento das obras de construção de 20 mil habitações no Zango 4, que vão servir para o realojamento das populações retiradas das zonas de risco e a viver em condições precárias.

O projecto conta com uma área de expansão e vai servir também para atender a franja da população que não tem recursos financeiros nem condições para aderir aos projectos habitacionais existentes.

Nos próximos tempos, frisou ministro, e realizado um encontro entre os operadores imobiliários intervenientes no projecto e o Ministério do Urbanismo" e Construção, para discutir as novas tipologias de construção que se pretendem para o futuro, a conservação do ambiente, os preços, quantidade de habitações disponíveis e os critérios de acesso as habitações por parte das pessoas interessadas.

José Silva garantiu que vão ser alteradas as tipologias de habitação a serem construídas futuramente, para melhor racionalização dos espaços, com a construção de habitações de quatro pisos, em vez da construção extensiva.

O ministro considerou positiva a construção de habitações do tipo pré-fabricado, -por meio de usa de aço-galvanizado. "Com este projecto, vamos construir habitações mais rapidamente e com custos mais reduzidos, sem perder a qualidade", salientou.

Das 20 mil habitações em construção no Zango 4,16 mil já estão concluídas e habitadas, enquanto as outras quatro mil ainda estão em obras.

Durante quase quatro horas, José Silva, acompanhado por técnicos do Ministério, percorreu quase toda a extensão do Zango 4, visitou as casas já concluídas e inacabadas e orientou o empreiteiro para

que tudo seja cumprido de acordo com os prazos firmado.

6.8 Moradores do Kilamba estão a desperdiçar água

Jornal de Angola

20 De Setembro de 2014

Texto: Vitorino Joaquim

A Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) está preocupada com o "desperdício de grandes quantidades de água" na Cidade do Kilamba, o que pode levar à restrição no fornecimento se o comportamento dos moradores não se alterar.

O alerta foi feito pelo presidente do conselho de administração da empresa pública, Leonídio Ceitas, quando falava na quinta-feira no final de uma visita de campo às obras em curso nos centros de captação, tratamento e distribuição de água.

O gestor da EPAL disse haver indícios de mau uso da água na Cidade do Kilamba, por os moradores deixarem supostamente torneiras abertas.

Devido ao desperdício de grandes quantidades de água nesta centralidade, salientou o gestor, estão a registar-se níveis mais altos de enchente no sistema de tratamento de águas residuais do que o previsto para toda a população local.

Leonídio Ceitas garantiu melhorias significativas no abastecimento de água ao município de Viana até ao mês de Dezembro, na sequência da entrada em funcionamento, na quinta-feira, do Centro de Distribuição do Pólo Industrial de Viana, que vai reforçar o abastecimento de água aos prédios do Zango e à Zona Económica Especial (ZEE). O arranque das bombas de água do centro foi feito pelo repórter do Jornal de Angola, a pedido do presidente do conselho de administração da EPAL.

Na segunda fase, o centro vai transportar água para o Projecto Morar e a vila de Viana, informou Leonídio Ceitas, que explicou haver uma terceira fase que vai abranger o Zango, depois da entrada em funcionamento da Estação de Tratamento de Água do Calumbo. "A nossa intenção é que esta estação possa produzir água suficiente para abastecer o Zango 24 horas ao dia, pelo que pretendemos aumentar a sua capacidade com mais 400 litros por segundo, uma vez que também vai abastecer o novo aeroporto internacional", acrescentou o gestor da Empresa Pública de Água de Luanda.

Leonídio Ceitas anunciou a construção, no próximo ano, de um centro de formação destinado a pessoas interessadas em trabalhar no ramo das águas, desde técnicos básicos a licenciados. Durante a jornada de campo, de quase cinco horas, Leonídio Ceitas, acompanhado por membros da direcção da empresa, percorreu parte da zona de Luanda sul e sudeste.

Congresso internacional

A EPAL vão estar presente no oitavo Congresso e Exposição Mundial da Água, que decorre entre amanhã e sexta-feira próxima, em Portugal.

O presidente Leonídio Ceitas considerou este encontro, organizado pela Associação Internacional de Água, de "grande valia" para a EPAL e para o país, por ser uma oportunidade de apresentar ao mundo os passos dados até hoje no processo de produção, tratamento e distribuição de água à população em Angola.

"Neste processo queremos apresentar as mais-valias de Angola e o que já fez ao longo desses anos, daí que vamos apresentar os novos projecto aprovados, como o do Bita Quilonga, prestes a arrancar, para dar uma autonomia de abastecimento de água à província de Luanda 24 horas ao dia", explicou.

O Congresso Mundial da Água é bienal e reúne, habitualmente, cinco mil profissionais do sector provenientes de mais de 90 países, com o objectivo de fornecer soluções equitativas e sustentáveis para a água no mundo.

6.9 Ex-combatentes receberam casas

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2014

O vice-governador do Cunene para o sector Político e Social, José Veyalenge, entregou ontem 11 habitações de tipo T3 a igual número de antigos combatentes e veteranos da pátria, no bairro da Caxila III, arredores de Ondjiva.

As moradias, construídas no prazo de 11 meses pela construtora angolana EFH, fazem parte de um lote de 200, a serem erguidas na província para os antigos combatentes e veteranos da pátria.

Ao intervir na cerimónia de entrega das moradias, o vice-governador disse que a edificação das casas vai continuar para apoiar os antigos combatentes, que merecem muito carinho, atenção e reconhecimento, pelo contributo e sacrifício demonstrados no alcance da Independência Nacional e da paz.

Com esta entrega, perfaz um total de 20 casas dadas aos antigos combatentes e veteranos da pátria na província do Cunene.

O ministro dos Antigos Combatentes, Cândido Van-Dúnem, que está no cargo desde Maio, prometeu, na altura da tomada de posse, dar o seu contributo para a melhoria das condições de vida dos antigos combatentes e veteranos da Pátria. Na cerimónia de apresentação aos funcionários, Cândido Pereira Van-Dúnem garantiu que vai dar o seu melhor para materializar as orientações do Presidente da República.

"Em cumprimento da nobre missão que nos foi incumbida, vamos transformar em prática as orientações do Chefe do Executivo, Presidente José Eduardo dos Santos, e criar as condições necessárias para que os antigos combatentes e veteranos da pátria se sintam honrados e dignificados", disse o ministro Cândido Van-Dúnem.

6.10 Metro vai começar a circular em Luanda

Novo jornal

26 De Setembro de 2014

Texto de: António Paulo

NO PROXIMO MES de Outubro, o governo angolano vai aprovar um programa de expansão da rede viária e ferroviária da província de Luanda, que introduz um novo modelo de transporte urbano, designado Metro de Superfície, destinado a melhorar a mobilidade dos cidadãos.

O anúncio foi feito pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na segunda-feira (22), durante um encontro que manteve com os novos membros do governo provincial de Luanda, no conhecido Palácio da Mutamba.

José Eduardo dos Santos anunciou a construção, na zona sul de Luanda, de duas avenidas, sendo uma delas na marginal da Corimba, com um metro de superfície, que vai melhorar a mobilidade urbana.

O mais alto mandatário do país informou que na zona sul, por exemplo, além da marginal da Corimba, serão criadas mais duas avenidas, uma das quais será a avenida da Corimba, que será uma via moderna, com um Metro e superfície e mais de cinco quilómetros de praias a frente.

Há quatro anos, o engenheiro civil Henrique Capaca apresentou um projeto semelhante, destacando então

a necessidade da entrada em circulação de um transporte de metro em Luanda.

VANTAGENS DAREDE

Em entrevista ao Novo Jornal, publicada na edição 129, em Julho de 2010, o especialista apresentou o projeto que se substanciava na construção de uma rede ferroviária, metropolitana e suburbana da cidade.

O interlocutor explicou na ocasião. Que o projeto foi estruturado do ponto de vista académico e que a sua concepção contou com a contribuição do Ministério dos Transportes e do Instituto Nacional dos Caminhos-de-Ferro, Mereceu também uma abordagem e discussões em diferentes universidades.

O engenheiro Capaca deu ainda a conhecer que o seu plano tinha como objetivo fazer o enquadramento da rede ferroviária existente e proceder ao alargamento de mais três linhas centrais, ligando também três pontos principais da cidade, nomeadamente: a sul, o Benfica, passando pela zona do Futungo; a leste, Viana, passando pelo atual centro universitário, o estádio 11 de Novembro, a cidade do Kilamba e o Zango e, para norte, o projeto faria a ligação direta de Viana a Cacucaco.

Outro aspeto, de acordo com o interlocutor, seria a utilização da rede já existente, enquadrando o futuro aeroporto de Luanda.

O interlocutor explicou que as linhas traçadas trariam, como vantagens, o acompanhamento demográfico da cidade de Luanda nos próximos dez anos. "Isso iria aumentar a mobilidade das pessoas, ao mesmo tempo, reduziria os custos em vários aspetos, como carros, com efeito positivo para meio ambiente, pois iria reduzir a poluição sonora e do ar. O projeto fará com que Luanda ganhe uma melhor apresentação ao nível do que é hoje considerado uma capital em qualquer parte do mundo", sublinhou.

O TRAJECTO DO METRO

Henrique Capaca apontava ainda como vias estruturantes do projeto, a criação de uma linha que sairia de Viana, passando pelo centro da cidade, no caso, do 1º de Maio, até ao Aeroporto 4 de Fevereiro, ligando o Futungo e terminando no Benfica.

"Esta via, por exemplo, teria um grande efeito pois reduziria bastante o engarrafamento neste troço que é atualmente bastante frequentado por turistas. Depois, teríamos a segunda linha, que partiria igualmente de Viana a Cacucaco, mas passando igualmente pelo 1º de Maio e que seria, fundamentalmente, frequentada por comerciantes e industriais da zona agroindustrial de

Cacuaco", descreveu o sonhador do Metro para Luanda.

O engenheiro Capaca defendeu ainda a construção do traçado, definindo uma linha do Metro que faria o referido troço até ao 1º de Maio, terminando na zona do Baleizão, "Esta linha ligaria a cidade velha aos centros em crescimento. Podemos ainda avançar com uma quarta linha para ligar os polos universitários de Capalanga, passando pela Universidade Católica, Golfe, Camama e As linhas trariam como vantagem, o acompanhamento demográfico de Luanda nos próximos dez anos que terminaria na cidade universitária. Estes troços seriam construídos em paralelo com as vias expressas da cidade de Luanda", concluiu o entrevistado do NJ que, há quatro anos, desenhava um projeto académico para a circulação de metro com vista a desanuviar o "pesado" trânsito de Luanda.

Refira-se que a necessidade de investir em transportes públicos como forma de "desafogar" o trânsito na capital angolana, nos próximos anos, tem sido a tônica dominante nas discussões do executivo central e de Luanda. A ser cumprida, a aprovação do programa de expansão da rede viária e ferroviária no próximo mês de Outubro, tal como anunciou o presidente José Eduardo dos Santos, os cidadãos poderão finalmente dizer "adeus" ao engarrafamento", tal como já previa, o engenheiro civil Henrique Capaca.

6.11 Transportes. Metro poderá desafogar trânsito complicado

Jornal Agora

26 De Setembro de 2014

Apesar de ter anunciado para Outubro a reunião do Executivo para apreciar e aprovar uma programa de expansão da rede viária e ferroviária da província de Luanda, cuja execução começará, imediatamente, a seguir e vai permitir melhorar a mobilidade significativamente na zona Sul, o Conselho de Ministros já reuniu na passada quarta-feira e aprovou os contratos para a aquisição de 10 automotoras.

Trata-se de um conjunto de 10 composições com capacidade para transportar até 12 mil passageiros por viagem.

Em declarações à imprensa, no final da 8ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, Augusto Tomás, ministro dos Transportes, declarou o projecto estar integrado no Plano Director de Transporte e Logística da cidade capital e que visa

fazer face à procura que se regista na transportação de passageiros.

O plano, disse também o ministro, prevê integrar vários sistemas de transportes, entre os quais o marítimo, ferroviário, rodoviário e aéreo e que é neste quadro em que se insere a construção da segunda linha ferroviária Bungo/Baía, até ao novo Aeroporto Internacional de Luanda.

O ministro dos Transportes prevê, já para o primeiro semestre de 2017, a entrada em operação de Unidades Múltiplas de Diesel, no percurso ferroviário Bungo/Baía, em Luanda.

O projecto prevê, inclusive, a construção de quatro passagens superiores nos cruzamentos ferroviários, com a Ngola Kiluanje, Quarta Avenida, Quinta Avenida e da Sétima Avenida.

Augusto Tomás informou que as passagens superiores em referência vão mitigar o congestionamento do trânsito e acautelar os acidentes entre as composições ferroviárias e os veículos automóveis.

Para a manutenção das composições, que deverão ser adquiridas, foi aprovada a construção de uma oficina adstrita aos Caminhos-de-ferro de Luanda, para garantir a vida útil e económica destes bens.

Com a implementação deste projecto, a construção de uma segunda via ferroviária Bungo/Baía enquadra-se no conjunto de medidas que visam satisfazer a procura existente no eixo entre o Cazenga, Viana, Bungo e Baixa de Luanda.

Augusto Tomás fez saber, igualmente, que a ideia é de atacar o problema do congestionamento do trânsito e também os acidentes, principalmente entre locomotivas e viaturas nas vias rodoviárias.

IMPACTO AMBIENTAL "Com o advento da paz, o país tornou-se num canteiro de obras. Há construções em tudo quanto é canto, projectos de vias de comunicação terrestre, portos, aeroportos, urbanizações e empreendimento hidráulicos, acções que devem ser sujeitas à avaliação de impactes ambientais", alertou o biólogo Filipe Kodo, técnico afecto ao Ministério do Ambiente, em entrevista concedida a Angop.

Filipe Kodo alerta que as empresas devem efectuar tal estudo, porque são vários os danos que têm causado, apontando, no caso da fauna, a morte directa e indirectamente dos animais, afugentamento espécies, alterações fisiológicas e comportamentais dos mesmos, destruição dos habitats, efeito barreira (falta de passagem) e armadilhas.

No caso da flora, o biólogo destaca o 'desmatamento' de importantes comunidades florísticas que, pelo seu valor cultural, ecológico e medicinal, deveriam ser protegidas, como os embondeiros, que têm sofrido grandes impactos negativos durante a construção de projectos habitacionais.

A libertação de poeiras, aerossóis (pequenas partículas em suspensão no ar), queima de combustíveis que lançam para a atmosfera gases como dióxido de enxofre e dióxido de carbono são outros danos atmosféricos causados pelas construtoras, assim como a alteração da paisagem do património arqueológico e natural.

O biólogo defendeu a necessidade de os empreiteiros continuarem a ser obrigados a aplicar um plano de gestão e monitoramento ambiental.

"É no plano de gestão ambiental donde devem constar as acções da empresa para mitigar os efeitos lesivos ao ambiente", disse Filipe Kodo, manifestando a preocupação dos danos que as empresas vão causando ao ecossistema e ao meio ambiente.

A fonte concluiu que as autoridades responsáveis devem prosseguir com a realização de inspecções, auditorias ambientais de conformidade e exigir das empresas o cumprimento da legislação, sob pena de serem sancionadas.

De acordo com a legislação, as infracções são puníveis com multas em Kzs, entre um mínimo equivalente a mil dólares americanos e um máximo de um milhão, consoante a gravidade do caso.

As sanções podem ainda envolver a apreensão de máquinas, encerramento de instalações, privação do direito de participar em arrematações e concursos promovidos por entidades ou serviços públicos como consta do regulamento do Ministério do Ambiente.

SINISTRALIDADE ALTA. Informação veiculada pelo site da VOA dá conta que "os acidentes rodoviários em Angola são a segunda causa de morte depois da malária, e as autoridades receiam que os números da sinistralidade ultrapassem os das doenças".

De acordo com este site, Angola apresenta a terceira mais elevada taxa de sinistralidade rodoviária, tendo atrás de si apenas a Serra Leoa e o Irão. No primeiro trimestre deste ano, o país registou 275 mortos e 866 feridos, vítimas de 1.045 acidentes de viação, tendo havido uma redução da sinistralidade, comparativamente ao mesmo período de 2012, segundo dados oficiais.

No mesmo período, tinham sido registados 800 mortos, 3.103 feridos, segundo dados recentes revelados à imprensa pelo chefe de Departamento Nacional de Prevenção Rodoviária da Direcção Nacional de Viação e Trânsito, superintendente-chefe Edgardo da Silva.

Para aquela patente, os atropelamentos continuam a ser a principal causa de morte nos acidentes rodoviários, devido ao desrespeito das regras de trânsito, quer por peões, quer por automobilistas.

"A violação sistemática das normas e regras do Código de Estrada, motivados pela condução em estado de embriaguez e o excesso de velocidade, estão na base dos acidentes em todo o país", sublinhou o chefe do Departamento Nacional de Prevenção Rodoviária.

O site ressalta também que as autoridades angolanas lançaram uma campanha quinzenal denominada 'Paz nas Estradas de Angola', com o objectivo de mobilizar a sociedade para a redução do alto índice de sinistralidade.

A Campanha Nacional de Prevenção e Sensibilização Rodoviária, que vem na sequência de outra lançada em Outubro passado, visando a sensibilização dos automobilistas, contra o consumo de álcool, para reduzir os acidentes de viação, continuará a vigorar por mais seis meses.

6.12 Exclusão de gastos sobre infra-estruturas habitacionais foi passo á retaguarda

Semanário Expansão

26 de Setembro de 2014

O que diz a lei sobre o papel do FSDEA?

A lei estipula que uma parte (equivalente a 50 mil barris de petróleo por dia) das receitas do petróleo deve ser transferida anualmente para o FSDEA, independente mente de o orçamento anual ser superavitário ou deficitário. Se o orçamento estiver em défice, isto implica que o Governo precisa de fazer empréstamos a mais e, de seguida, depositar as receitas do produto na conta de poupada. Isto pode não ser o meio mais eficaz de gestão de activos e passivos angolanos, e seria aconselhável transferir fundos adicionais para o FSDEA apenas se o orçamento anual for excedentário. Por outro lado, o FSDEA não tem um mandato de estabilização, logo os fundos não seriam prontamente alocados ao Tesouro se forem requeridos.

E é bom que assim seja?

Isso é bom, na medida em que o FSDEA deve ser um veículo de poupança de parte da riqueza do petróleo angolano para as gerações futuras. No entanto, nos temos aconselhado o Governo a criar um separado "Fundo de Estabilização Fiscal", com regras claras sobre depósitos e retirada para suavizar a volatilidade das receitas do petróleo no orçamento anual. De forma mais ampla, acreditamos que existem oportunidades para fortalecer a estrutura de gestão de activos e passivos de Angola para melhor alinhar a poupança e os objectivos de estabilização com os resultados fiscais.

Em 2011, o FMI constatou que houve 32 mil milhões USD de fundos inexplicados, que figuravam como "residuais", nas contas fiscais durante 2007-2010. Isso já foi esclarecido?

As autoridades forneceram uma explicação preliminar ao Conselho do FMI em Novembro de 2011 e de pois uma actualização em Março de 2012. Os resíduos eram grande mente despesas parafiscais efectuadas pela Sonangol e que não tinham sido devidamente registadas nas contas de execução fiscal. Em Março de 2014, as autoridades explicaram que um grupo técnico liderado pelo Ministério das Finanças estava a verificar todas as despesas parafiscais reportadas pela Sonangol. Este trabalho analítico foi concluído em 2013, mas o seu relatório final ainda não foi divulgado.

O FMI havia dito que o "duplo" papel da Sonangol na economia, como empresa petrolífera e agente fiscal, criava compleições para a economia. Essa questão já foi resolvida?

Houve uma considerável melhoria na gestão das relações fiscais entre a Sonangol e o orçamento anual. Agora existe um comité intergovernamental que compila relatórios mensais reconciliando o fluxo de receitas, embora muito ainda possa ser melhorado no tocante ao cumprimento dos prazos. E a exclusão de gastos significativos sobre infra-estruturas habitacionais em 2014 foi um passo a retaguarda, embora tenha já sido revogada a autorização para esse tipo de gastos.

6.13 O primeiro prédio erguido no 'Sambila' no âmbito da requalificação urbana

Semanário Agora

05 De Setembro de 2014

No quadro do plano de urbanização e requalificação do Distrito Urbano do Sambizanga, já está pronto para morar o primeiro prédio de 15 andares que mereceu a visita do Presidente José Eduardo dos Santos.

A sua chegada ao local, onde já se encontrava o vice-presidente da República, Manuel Vicente, o Chefe de Estado Angolano foi recebido pelo presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, José Tavares, que, em seguida, fez a apresentação do projecto.

O edifício, de 15 andares, irá albergar, nos próximos dias, as primeiras 150 famílias que serão desapossadas das suas casas erguidas nas áreas contempladas no projecto, para que, de forma faseada, as mais de 15 mil (do Sambizanga) sejam alojadas em apartamentos condignos.

José Tavares lembrou que o plano de urbanização e requalificação do Sambizanga e do bairro Operário foi feito com base nas orientações baixadas pelo Mandatário da Nação, quanta a este processo, tendo citado um trecho contido numa das suas anteriores intervenções.

"Agora que a vida nacional começa a dar passos firmes para a normalidade, e dever de todos colaborarem e contribuírem para a reorganização, desenvolvimento e embelezamento das nossas cidades, muitas das quais terão de estabelecer planos de reordenamento e de desenvolvimento urbano que tenham em conta todos os interesses que possam ser executados sem conflitos", citou José Tavares, nesta que foi mais uma das jornadas de campo do PH, que o levou ainda ao estádio de futebol Mário Santiago, na circunscrição de Sambizanga.

ESTÁ TUDO NOS EIXOS? Sim, se atendermos ao facto de que, com a requalificação de varios bairros de Luanda, particularmente, o Sambizanga tende a mudar o precário modo de vida da população no que tange a habitação e ao saneamento básico.

Mas, para Já dos aplausos, não se pode aferir já que, com isso, se acabaram os problemas da gente do 'Sambila', um dos maiores aglomerados populacionais da metrópole, depois do município satélites de Viana e Cazenga Já houve um município desta Luanda das mil e uma 'makas' que, num debate na TPA, sugeriu

que, na transferência das pessoas de um lugar para outro, fossem acautelados os hábitos e os costumes.

"Nem todos deveremos viver no prédio alto, ou num condomínio, quando nos os angolanos temos o feitio de acolher na nossa casa familiares e amigos, mormente aos fins-de-semana para degustar uma 'lambula' grelhada na brasa, beber um 'catembe' e jogar uma boa partida de sueca.

Para isso, precisamos de espaço, um vasto quintal cheio de árvores e se passível fruteiras", disse então o velho habitante da cidade.

Na verdade, e obrigação do Estado conferir uma vida condigna ao cidadão. E, sendo que a habitação esta entre urna das primeiras necessidades do homem, cabe as autoridades acelerar mais, erguendo mais, para que sejam abrangidos todos em função dos seus gostos, da sua cultura, capacidade financeira e, sobretudo, da sua forma de encarar a vida. "Forçar um pescador ou um camponês a viver num prédio de varies andares e condena-lo ao suicídio", notou ainda o mesmo luandense que deixou mesmo escapar que não se sentiria conformado se um dia fosse obrigado a abandonar a sua velha vivenda, com os seus varies compartimentos, incluindo garagem para os carros para residir num pequeno apartamento.

7. TERRA

7.1 240 Famílias Sem Tectos em Malange

Novo Jornal

12 De Setembro 2014

Texto: Isaías Soares

CERCA DE 240 residências foram demolidas entre os dias 3 e 4 deste mês na zona 4 do bairro da Cangambo, a sudoeste da cidade pela Administração Municipal de Malanje uma zona classificada como reserva fundiária do Estado. As famílias, que terão sido enganadas por um falso funcionário público, vivem agora ao relento.

O administrador municipal de Malanje, Osvaldo dos Santos disse ter informações que a ocupação de espaços na reserva fundiária da Cangambo, terá sido incentivada "por um pessoa que se dizia ser funcionário da Administração Municipal (AM)", cuja identidade não foi revelada, mas será averiguado e encaminhado para os órgãos judiciais. O aludido funcionário terá recebido cerca de 1.000 kwanzas por cada beneficiário.

"É uma situação a lamentar, essa questão das demolições, mas quando se verificam tais situações nos AM não temos outra alternativa senão proceder a demolição". Justificou O inquilino do Paço Municipal que reuniu sexta-feira, dia 5, com quatro cidadãos representantes do perímetro destruído.

Sem chegar a um acordo com as cerca de mil pessoas desalojadas (cinco indivíduos por família) o responsável disse não ser política da instituição receber valores monetários em mão no terreno, nem a presença de um único funcionário.

"A aquisição de terrenos passa sempre por ser feita a entrega de um requerimento, cópia do BI e o comprovativo do depósito de 1.500 kwanzas na conta da Administração Municipal", lembrou o administrador, referindo-se a um spot publicitário divulgado diariamente nas emissões da Rádio Nacional (local).

DEMOU~OES REPENTINAS

De acordo com os moradores as demolições decorreram sem aviso prévio, Catarina, uma moradora participou na passada sexta-feira, dia 5, de uma concentração junto do gabinete provisório do governador Norberto Fernandes dos Santos "Kwata Kanawa" para pedir ajuda.

"Estamos na rua com as crianças e as nossas coisas, não temos sítio aonde recorrer", afirmou Cristina da Conceição outra moradora descontentes com o comportamento dos encarregados das demolições. "Eles chegaram lá, partiram uma parte e isso é que nos doeu", lamentou, frisando que a parcela de terra que ocupava foi cedida pela autoridade tradicional da região.

No terreno a imagem é assustadora. o pequeno Jorge João Correia, 9 anos, ainda está chocado com o desaparecimento inesperado da humilde casa de adobe. "Fui passear com os meus. Amigos e depois quando vim, encontrei só as coisas lá fora", contou, Domingas Mateus, de 40 anos e mãe de três filhos aconchegou-se no escombros de adobes e descreve ao pormenor a operação dos fiscais e efectivos da Unidade da Polícia de Intervenção Rápida, assim como a perseguição dos moradores. "Assustamo-nos e só vimos a máquina. Perguntamos: estão a tirar as casas e as coisas fora, vamos viver aonde?".

Para a moradora "primeiro deviam avisar, para tirarmos as nossas coisas, já zungamos por Malanje, estamos cansadas e viemos aqui, não temos mais dinheiro para renda".

A confusão instalou-se no primeiro dia de saída forçada de várias famílias. De acordo com Domingas Mateus "deram tiros e bateram", Outro morador relatou que um dos jovens espancados terá sido evacuado para uma unidade hospitalar da capital

A maioria dos moradores que ocupou a Reserva Fundiária do Estado já habitava nos arredores há décadas e terão sido informados da existência do referido projecto, como certificou Dala João Manuel que viu a sua residência destruída.

"Eu vivia aqui assim, não tenho onde viver, apesar de ser um espaço do governo", afirmou o jovem desempregado e agora desalojado na companhia da mulher e filhos (6). Mas a esperança em ter casa própria está de pé. "Queremos que o governo nos diga onde, já que aqui não dá".

Franco Fernando Henrique (45 anos 10 anos) viu a sua casa demolida pela quarta vez no mesmo local, por indisponibilidade de uma parcela de terra para erguer definitivamente um tecto.

LOTES PARA AUTO-CONSTRUÇÃO DIRIGIDA

A Administração Municipal de Malanje concluiu o processo de distribuição de cerca de 950 lotes de terrenos para a autoconstrução dirigida no bairro da Carreira de Tiro, a norte da cidade.

Segundo o administrador Osvaldo Naval dos Santos a primeira fase do programa foi de entrega de lotes para residências tendo "disponível junto da área técnica da Administração Municipal cinco modelos de projectos de residências", cujos preços variam desde dez mil kwanzas para habitações de alta gama.

o segundo passo para a Carreira de Tiro e da recolha de candidaturas para a cedência de espaços para a construção de empreendimentos comerciais, "desde instalações para talhos, peixarias, lojas, boutiques, cabeleireiros" e outras no conjunto de terrenos para a área residencial Cerca de duas dezenas de processos deram entrada nos últimos dias.

7.2 Polémica Instalada Na Praia Da Rua 11

Jornal O País

12 De Setembro 2014

Entulhos de chapas e diversos objectos espalhados pela areia lembram as hostilidades ocorridas no dia 9 de Agosto de 2014, entre moradores e comerciantes que usam a praia da Rua 11 como local de trabalho.

O Jornal O PAÍS ouviu as comerciantes e moradores daquele local. Segundo Luísa Manuel dos Santos, vendedora há três anos, na base do conflito está o suposto interesse de um cidadão nacional, residente naquele perímetro, que estará usar a sua "influência" para retirá-las do local, temendo a concorrência, uma vez que o mesmo "idealiza abrir ali o seu restaurante".

Luísa dos Santos disse que no dia 8 de Agosto, após a sua actividade laboral, ela e as colegas guardaram os seus instrumentos de trabalho como fazem habitualmente e surpreenderam -se ao chegar na manhã seguinte e depararem-se com as roulettes, arcas, mesas e cadeiras todas

queimadas. O dedo acusador das comerciantes virou-se de imediato ao referido cidadão. Por sua vez, Rita Filho, também integrante do grupo de comerciantes naquele espaço, contou que anteriormente a praia era muito frequentada por banhistas por ser um local calmo, mas, por conta dos conflitos e as constantes queixas e alegações de prostituição, delinquência e violações, tem diminuído fluxo dos clientes. Instalado o conflito, a vendedora esclareceu que juntamente com as suas colegas dirigiram-se à administração Comunal do Futungo de Belas e à esquadra policial na tentativa de ver a sua situação resolvida, mas não obtiveram qualquer resposta.

Moradores alegam que o comércio promove a delinquência juvenil.

Uma fonte deste Jornal avançou que as comerciantes receberam uma notificação, na qual foram avisadas com três semanas de antecedência, que deveriam abandonar aquele recinto e foram orientadas a dirigirem-se à Administração do Município de Belas, no Camama.

Em relação às constantes queixas de delinquência e prostituição que os moradores alegam existir no local, Rita Filho reparou que não é fechando a praia que a delinquência irá acabar. "Devia existir um trabalho mais intensivo por parte da Polícia" disse ela. E avançou: "Queremos vender nas tendas, à semelhança do sistema implementado na Praia Amélia e no final da nossa actividade laboral guardar os nossos pertences, até arranjamem o local apropriado onde possamos vender. É desta actividade que tiramos o sustento para os nossos filhos".

Domingos Francisco João, um pescador antigo daquela área, lamenta os factos ocorridos porque também teve a sua barraca, onde guardava as redes e outros utensílios de trabalho, destruída. Diz ser da responsabilidade da Administração Comunal a resolução deste conflito, uma vez que é função da administração comunal salvaguardar os interesses dos seus municípios.

Banhistas temem a privatização da praia

Alfredo Machado frequenta a praia da Rua 11 há 15 anos, diz que anteriormente a praia não possuía grande organização e as próprias vendedoras faziam a limpeza do local. Lamentou a destruição das barracas e realçou a tendência para a privatização do local, embora não haja informações oficiais.

"Nós, os cidadãos, que desejamos nos divertir com os nossos familiares e amigos ficamos sem saber para onde nos dirigirmos, uma vez que grande parte do litoral luandense está encerrado ao público. O programa de requalificação das praias alcançou grande parte da Ilha de Luanda e nos arredores da Barra do Kwanza não há organização nem segurança", disse.

Na ocasião, apelou às autoridades que informem o que realmente está a acontecer com as praias, visto que avizinha-se a época balnear. Adelino Waleca, residente no bairro Talatona, recorre à praia da Rua 11 por ser a mais próxima de sua casa, mas teme a privatização do local porque, se esta ocorrer, terá de percorrer longos quilómetros para ficar por alguns momentos à beira-mar.

A praia da Rua 11 é maioritariamente frequentada por jovens de diversas faixas etárias e famílias de distintas áreas da cidade, que buscam um espaço de lazer à beira-mar, aproveitando a paisagem para beber cerveja e refrigerantes e degustar um bom mufete ou choco grelhado. Música alta, animação, dança, o fumo que sai dos fogareiros, as latas espalhadas pela areia, caracterizam o ambiente das tardes de Sábado e Domingo, dias em que há maior fluxo de pessoas.

Moradores alegam que o comércio promove a delinquência juvenil. Um cidadão português residente naquele mesmo perímetro, que falou sob anonimato, concordou com a demolição das barracas, uma vez que a presença delas, disse, "promove a delinquência juvenil, o consumo excessivo de álcool, prostituição e inúmeras violações".

"A condição humana está acima dos valores financeiros. O lucro de vinte ou trinta famílias não justifica a violação de cinco ou seis jovens" acrescentou. Interpelado sobre as medidas que a administração local deveria tomar para a resolução deste conflito entre os moradores e as vendedeiras, o nosso entrevistado sugeriu que fosse criada uma comissão dos comerciantes da zona, de modo a serem emitidas licenças que permitissem o exercício da actividade de forma legal. Joaquim Teles da Cruz, também morador, com o mar junto da sua habitação, concordou com a demolição das barracas porque, na sua opinião, promoviam a delinquência naquele lugar. Acredita que só falta a remoção dos destroços que se encontram ainda na praia e existir maior policiamento diário, sobretudo à noite, pois já há mais tranquilidade na zona.

O País procurou ouvir as fontes oficiais. Contactada a Administração Comunal do Futungo de Belas, recebemos a informação de que o administrador, Lázaro Sebastião, por motivos de saúde encontra-se ausente da sua actividade laboral. Já o administrador adjunto, senhor Jorge

Van-Dúnem, se mostrou indisponível para falar ao jornal. Porém, um funcionário da instituição confidenciou a O PAÍS que a praia da Rua 11, no Futungo de Belas, está incluída num projecto a ser executado pelo Pólo de Desenvolvimento Turístico do Futungo de Belas (PDTFB) e não propriamente sob a alçada da administração. No PDTFB, a pessoa que poderia responder pelo assunto, engenheiro Rodrigues, está de férias.

7.3 O Descalabro da política habitacional

Jornal A Capital

13 De Setembro de 2014

Texto: Marcos António

Os terrenos para a autoconstrução dirigida, adquiridos a troco de 27.000.00 Kwanzas por mil metros quadrados, representam, indiscutivelmente, uma das imagens de marca da governação

de Isaac Francisco Maria dos Anjos, mas, em sentido contrário, são elucidativos de uma política sem perspectivas para o fim dos problemas habitacionais, uma vez que as acções nelas inscritas parecem alheias à pressão demográfica. Luísa Domingos e José António, dois funcionários ao serviço da Educação, vivem um drama que, não significando o que se pode chamar de palavra final, ajuda a descortinar as lacunas da estratégia do Governo. Foram agraciados, há já alguns meses, com parcelas de terra para a autoconstrução, fazendo parte de um grupo de sessenta beneficiários do município do Bocoio, a 112 quilómetros da cidade de Benguela, mas não conseguem colocar mãos à obra por falta de dinheiro.

Em declarações à ANGOP, disseram que o início do percurso para o sonho da casa própria passa por um financiamento bancário, capaz de fazer face a despesas inerentes à aquisição de cimento, pedras e varões de ferro. A ronda efectuada pela Agência Angolana de Notícias, para a qual foram chamados dos três outros detentores de lotes, também de mãos atadas, produziu

resultados que fizeram eco no litoral da província, conformando, como é óbvio, um sério aviso à navegação. Teme-se que os cidadãos, sem dinheiro, construam à sua maneira, abrindo portas ao surgimento de moradias desprovidas dos serviços que as autoridades descrevem como condições básicas para uma vida condigna.

O arquitecto Felisberto Amado, conhecido pelas análises que faz sobre questões urbanísticas e ambientais, revela, categórico, que situações como estas são favoráveis a zonas com habitações sem o padrão que se exige. São realidades que, segundo a mesma fonte, podem fomentar o surgimento de moradias equiparadas às que o Governo, em nome de uma melhor organização, tenciona demolir.

Num País com salário médio de 37 mil Kwanzas, conforme apontam estudos da Universidade Católica, parece impossível obter uma residência condigna nestas circunstâncias. Imbuído nesse espírito, Felisberto Amado, professor universitário, estima que

a construção de uma casa com todas as condições chegue a custar USD 80 mil, valor para o pagamento da mão-de-obra e aquisição do material de construção.

Em exclusivo ao semanário *A Capital*, fonte de uma empresa envolvida na elaboração dos Planos Directores Municipais os famosos PDM's, marcadas ressaltou que não basta distribuir terrenos, argumentando que tão ou mais importante, é que a banca abra os cordões á bolsa. "Caso contrário, continuaremos a ter casas como as que vemos sobretudo na periferia.

Com insuficiência de compartimento, alertou, para mais adiante defender a necessidade de um mecanismo que facilite o crédito bonificado.

O nosso interlocutor olha para os Planos Directores Municipais, por intermédio dos quais se pretende encontrar fórmulas para uma melhor gestão territorial, e adianta que não existem sinais que apontem para o fim do problema. "Desta forma, teremos a carência de habitações como um eterno problema", reforçou.

Dos Anjos sonha com o Impossível?

A pensar num "crédito de salário adiantado", à semelhança dos seus companheiros, a cidadã Domingas Chindembe acena para o BIC e o BPC, numa investida que pode lançar as bases para a inversão do cenário de «insuficiência de verbas». Isto acontece numa altura em que o Banco de Poupança e Crédito, onde se encontra alojada a esmagadora maioria dos funcionários públicos, não está a conceder empréstimos.

7.4 Os enteados do Zango IV

Jornal A Capital

13 De Setembro de 2014

Texto: Osvaldo Nascimento

Estes cidadãos se considerarem deserdados, ninguém, com certeza, lhes negará a razão. Estamos no outro Zango IV. Aqui entre várias pessoas está Catarina João Francisco, mãe de quatro filhos.

É uma das moradoras provenientes das "terras perdidas", que está por detrás do cemitério de Viana. Segundo ela, os antigos coordenadores responsáveis por transportá-los até às suas residências, são os principais causadores do sofrimento dela e de todas as famílias que lá se encontram.

"O Governo tirou-nos das nossas casas e levou-nos para a zona da "terra perdida", em Viana, com a

promessa de nos darem residências condignas. Ficamos lá durante seis anos, até que veio um projecto de construção de um banco dos chineses e mandaram retirar as pessoas", relatou Catarina Francisco.

Segundo ela, as primeiras pessoas foram transportadas numa quinta-feira, 23 de Fevereiro de 2012, com promessa para as restantes serem retiradas em dois dias, o que não viria a acontecer.

"Nos abandonaram, até que os donos do terreno começaram a nos fazer pressão. Tivemos que fazer barreiras na estrada e queimar pneus para nos levarem também. Quando o governador ouviu, mandou tirar as pessoas. O segundo grupo foi levado num sábado", lembrou, acrescentando que haviam deixado um terceiro grupo, que são as cinquenta famílias abandonadas em barracas improvisadas na estrada do Zango IV.

"O último grupo é este que aqui está. Deixaram-nos na rua para nunca mais voltarem. O governador ao passar, viu-nos na rua e mandou retirar-nos daqui", só que, critica, os coordenadores começaram a pedir dinheiro para levarem os nomes ao Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS).

"Pediam mil e 500 dólares norte-americanos. Como não tínhamos este dinheiro, trouxeram-nos para o Zango, abandonados nos passeios, onde sem outras hipóteses tivemos que erguer barracas de pano, pau, chapas velhas, esferovite, para nos abrigarmos do frio", revelou ainda, lembrando o aspecto isolado que o local apresentava quando chegaram. "Quando chegamos aqui não havia casas acabadas nem moradores. Encontramos mata. Não havia água nem electricidade", recordou, insatisfeita com o facto de, aos seus olhos, já lá vão quase três anos, assistem as casas a serem ocupadas por pessoas de outros pontos de Luanda. "Enquanto nós continuamos a viver no passeio e ainda nos acusam de infiltrados", sustentou.

Ana Maria, 26 anos, mãe de cinco filhos vive, no mesmo sítio, num casebre de aproximadamente um metro quadrado e meio. É lá onde reside com o marido e as crianças de 02, 04, 06 e 08 anos, mais um bebé de 02 meses. Para além das chuvas, a falta de latrinas, água e a insegurança do próprio local são, entre várias, as grandes preocupações daquela desalojada.

"Sempre que chove, eu que tenho uma criança de apenas dois meses sou obrigada a fugir de casa e se abrigar nas varandas das casas abandonadas. Está muito difícil. Estamos a viver mal", desabafou, enfatizando que fazem as necessidades em sacos que

depois são deitados numa lixeira situada á aproximadamente, um quilómetro.

"As crianças não estudam. Volta e meia são atropeladas, porque não tendo um quintal para brincar, fazem da via pública, "parque infantil", ilustrou, ao exemplificar que, neste mês já foram atropeladas três crianças.

"As pessoas que passam por cá vêem-nos como mendigos, quando, na verdade, tínhamos nossas casas antes de sermos desalojados. A maioria dos jovens que aqui vive, não trabalha", pelo que, como disse, o dia-a-dia deles é só beber.

"Estão a ficar frustrados. O mais agravante é que já reclamamos tanto, mesmo assim ninguém diz nada. Graças aos postes de iluminação pública temos uma certa luminosidade nas nossas tendas. Senão, não sei o que seria", lamentou.

No local a nossa equipa de reportagem reparou que, de facto, há naquele bairro, várias casas abandonadas. São tantas que até, algumas estão a ser pilhadas, sem que alguém apareça para reclamar ou denunciar às autoridades.

A anciã Ilondina Pupi, que passa o dia a recolher garrafas e ferro-velho para vender, faz um apelo às autoridades competentes com bastante pranto a lhe correr dos olhos.

"Nos tiraram nas «terras perdida». Disseram que haviam de nos dar casas. Até hoje não nos ligam. Já sou mais velha, não tenho filhos", suplicou a mais velha que lamenta o 'facto de muitas vezes passar fome porque nem sempre tem compradores de garrafas ou de ferro-velho.

"Às vezes, para beber agua, é graças aos chineses que nos oferecem. Somos filhos dessa terra. Até dói falar disso. Eles passam por aqui em carros grandes e bonitos, atropelam as crianças e ninguém diz nada", atirou, reiterando o pedido ao governador da província de Luanda que intervenha no caso.

Filomena Matoso, vive com sete filhos neste lugar inóspito. Um dos quais tem 18 anos e é quem ajuda a carregar os ferros para comercializar. No entanto, segundo a mãe, mais do que ajudar, o que mais a inquieta é ter de partilhar um espaço minúsculo com sete filhos.

"Dormimos mesmo aqui", apontou para o local, e prosseguiu: "de noite, para a pessoa fazer necessidades, tem que esperar que os filhos adormeçam, para se sentir à vontade".

Disseram os moradores ao A Capital que é frequente acontecerem mortes entre os antigos moradores do Gika, geralmente por causa da pneumonia.

"Já morreu muita gente por causa de doenças como a pneumonia. Tanto mais velhos como crianças".

7.5 Realojamento condicional conclusão de obras

Jornal de Angola

20 De Setembro de 2014

Texto: Victorino Joaquim

O responsável do Gabinete Técnico de Coordenação e Acompanhamento dos Projectos da Cidade de Luanda, Luís Filipe da Silva, afirmou ontem que existem obras paralisadas devido às pessoas que vivem em áreas onde estão em execução as obras sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA).

Luís Filipe da Silva, que também é secretário de Estado das Águas, falava no final de um encontro com responsáveis do INEA, para se inteirar da execução das obras das vias estruturantes da província de Luanda.

"As pessoas que vivem nessas áreas devem ser desalojadas e realojadas noutras localidades, para que as obras possam prosseguir", disse. Para isso, salientou, "temos de construir novos bairros, novas urbanizações. Mas o problema que se coloca é, principalmente, a falta de espaços para a construção".

Em relação ao Zango, uma área concebida para atender as pessoas retiradas das zonas de risco e a viver em condições precárias, afirmou que, hoje, já está a chegar ao limite da sua capacidade e há necessidade de se identificarem outras áreas onde se possa executar novas construções.

Luís Filipe da Silva frisou que esta situação não ocorre somente com as obras sob responsabilidade do INEA, mas também com grande parte dos projectos a serem executadas em Luanda, sobretudo ao nível dos eixos viários, do abastecimento de energia e água, das ruas secundárias e terciárias e de saneamento.

Assegurou que as soluções ao constrangimento que se verifica na via Luanda/Viana vão ser encontradas, de forma que não prejudiquem quer o projecto de colocação de postes quer o de construção da via.

A construção da estrada da Boavista/Cacuaco, já em fase de conclusão, restando somente o troço da

Refinaria até à rotunda da Boavista, é das principais obras da responsabilidade do INEA.

O director do INEA, António Resende, garantiu que até ao final do ano fica concluída a construção da estrada do Futungo, que liga a UGP à Ponte do Benfica. A rotunda Camama/Viana fica concluída no próximo ano. A maioria da população a ser desalojada e realojada está na zona do Cazenga, onde estão em execução as obras da Quinta e Sétima Avenidas.

7.6 Terrenos colocados a venda

Jornal Continente
22 De Setembro de 2014

Para este projecto, extensivo a todos os interessados em investir na área do turismo, estão reservados lotes para permitir, ao todo, a construção de 15 hotéis, ao longo do Rio Cuito e nas duas margens do Rio Cubango. Pretende-se ainda, que uma superfície de 12 mil hectares seja transformada, de maneira a atrair para o local a movimentação turística já existente nas regiões de países vizinhos ou situados ao longo do Zambeze, como a Namíbia e o Botswana.

Outro objectivo é o de proporcionar um ambiente natural ao turista, utilizando material local para a construção das unidades hoteleiras ao longo do projecto.

Por seu turno, o director do Pelo de Desenvolvimento de Cabo Ledo, Lucrecio Júnior, afirmou que os efeitos multiplicadores destas actividades vão impulsionar o desenvolvimento de outros sectores económicos, assim como o reconhecimento dos serviços turísticos prestados.

Como benefícios para a comunidade, Lucrecio Júnior apontou a construção de mais de cinco mil casas sociais, unidades policiais e hospitalares, assim como escolas, empreendimentos que vão resultar no desenvolvimento social das povoações de Cabo Ledo e Sangano.

O Pólo de Desenvolvimento Turístico da Calandula, Malanje, vai proporcionar aos investidores a possibilidade da Criação de intercâmbio com outros operadores na programação de rotas comuns em territórios diferentes. De acordo com a directora geral do pólo, Katia Lopes, o projecto vai trazer mais oportunidades e parcerias em domínios como a reabilitação e requalificação urbana e ambiental, protecção e valorização do património material e territorial, o desenvolvimento de infra-estruturas básicas, gestão integrada e o turismo transnacional. Katia Lopes apontou como pilares que sustentam a

concretização do pólo, a competitividade, turismo sustentável, equilíbrio ambiental e qualidade de vida.

O I Seminário sobre Turismo da CPLP terminou na quinta-feira e decorreu sob o lema "Oportunidade de negócios no mercado do turismo da CPLP".

7.7 Icolo e Bengo. Mendes de Carvalho quer acabar com a ocupação ilegal de terras

Jornal Agora
26 De Setembro de 2014

A ocupação ilegal de terra, no município de Icolo e Bengo, é uma realidade nua e crua. Extensas áreas estão cercadas por indivíduos que devem ser desmascarados.

O novo administrador de Icolo e Bengo prevê, durante o seu 'consulado', avançar para um combate sem quartel contra a ocupação desenfreada de terras naquele município da província de Luanda. A intenção de Adriano Mendes de Carvalho foi manifestada por altura da sua apresentação aos habitantes locais, numa cerimónia orientada pelo governador provincial, Graciano Domingos.

"Nós estamos a ver que aqui, em Icolo e Bengo, as pessoas fazem grandes ocupações anárquicas de terras, temos de cortar isso. Sei que vai ser uma tarefa muito delicada, mas custe o que custar, vamos ter de acabar com isso", afirmou o novo gestor de Icolo e Bengo, município onde nasceu o primeiro-presidente da República de Angola, António Agostinho Neto. Adriano Mendes de Carvalho substituiu no cargo António Calado, falecido em Dezembro de 2013.

O novo gestor de Icolo e Bengo disse, inclusive, que o município só terá normalidade se todas as pessoas, detentoras de grandes parcelas de terras, começarem a pagar impostos, visando contribuir para a construção de escolas, postos de saúde e outros equipamentos sociais que vão, de certa forma, melhorar a vida das comunidades.

Na sequência da sua apresentação, o governador de Luanda exortou o administrador para se predispor em dialogar com a população, o empresariado local, a juventude e outras entidades particulares, visando o bem-estar dos mesmos.

A cerimónia de apresentação foi presenciada por membros do governo provincial, autoridades tradicionais e religiosas, estudantes, efectivos das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional, entre outras individualidades.

Características geográficas e demográficas. Icolo e Bengo é um município de Luanda, tendo sido transferido da província do Bengo no seguimento da reforma administrativa das duas províncias.

Tem 3.819 quilómetros quadrados e cerca de 59 mil habitantes. Localiza-se no Leste da província, sendo limitado a Norte pelo município do Dande, a Este pelo município de Cambambe, a Sul pelo município da Quiçama e a Oeste pelos municípios de Viana e Cacucaco.

O município está subdividido em cinco comunas: Bom Jesus, Cabiri, Cassoneca, Caculo Cahango e Catete. J. G.

7.8 Inquérito as ocupações anárquicas de terrenos

Jornal O País

26 De Setembro De 2014

Maria Rosaria, camponesa de 42 anos, residente na região da Funda, afirma ter recebido com agrado a preocupação do Chefe de Estado em ver esta questão dos "nossos terrenos para a agricultura" que nos estão a retirar. A camponesa que vive de recursos vindos do campo, aponta que tem sido demais a anarquia dos fiscais, "ao receberem os terrenos onde já praticamos agricultura desde os tempos dos nossos avós".

Ela disse também que para além dos documentos que precisamos de tratar junto do Governo, - "assim como disse o camarada Presidente" - queremos que nos apoiem mais com material de trabalho como enxadas, adubos e sementes.

A semelhança de Rosaria, outras mulheres ao nível das comunidades rurais levantam problemas que ameaçam a sua sobrevivência. Estes mesmos já foram identificados pelo executivo durante o processo de auscultação que terminou no mês de Agosto deste ano, embora a resolução continue a ser "urna dividida" tal como reconheceu esta semana o Presidente da República Eduardo dos Santos. O encerramento desta auscultação, na presença de centenas de mulheres, vinda de vários pontos do país, as de Luanda apresentaram ao executivo a expropriação dos terrenos agrícolas pelos fiscais como uma das maiores inquietações.

Dai a sugestão do Chefe de Estado, esta semana, de um seminário que abordara a questão da Lei de Terra, envolvendo os atores comunitários e especialistas, bem como a instauração de um inquérito para identificar os presumíveis infratores.

7.9 Ocupação ilegal de terrenos e travada pelas autoridades

Jornal de Angola

27 De Setembro de 2014

O governador de Luanda, Graciano Domingos, informou que, entre as medidas que vão ser adaptadas pela atual Administração Municipal de Cacucaco estão o combate em construção e ocupação ilegal de terrenos, e aos atos que atentam contra a saúde pública, o saneamento básico e a ordem pública.

O governador de Luanda, que falava durante a cerimónia de apresentação do novo administrador de Cacucaco, Carlos Alberto Cavuquila, realizada no salão nobre da administração local, pediu ao empossado e colaboradores diretos para trabalharem de acordo com a lei e alertou que quem prevaricar deve ser chamado a responsabilidade.

Graciano Domingos recomendou a Administração de Cacucaco que trabalhe com o Conselho de Auscultação e Concertação Social, os coordenadores dos bairros e os munícipes, na elaboração de projetos que venham satisfazer as necessidades das comunidades.

A nível da província de Luanda, explicou o governador, as nomeações de novos administradores resulta de uma diretiva do Presidente José Eduardo dos Santos, no sentido de o Governo Provincial de Luanda desenvolver um processo normal de gestão de quadros. Depois de reconhecer o trabalho e a valentia demonstrada durante o seu mandato pela administradora cessante de Cacucaco, Rosa Janota Dias dos Santos, na manutenção da ordem, recordou que, durante muito tempo, as administrações municipais viveram dificuldades em solucionar os problemas dos munícipes.

Votos de coragem

"Só o Governo Provincial de Luanda e que detinha o poder financeiro para a execução de projetos, facto que passou a história, na medida em que os municípios passam a ter o direito orçamental igual ao das províncias", salientou o governador.

Ao fazer um breve balanço, a administradora cessante referiu as facilidades e dificuldades que enfrentou durante o seu mandato e fez votos de coragem e de colaboração nas atividades que seu sucessor vai desenvolver.

Carlos Alberto Cavuquila, que já exerceu a função de administrador municipal de Cacucaco entre 2008 e

2011, pediu aos presentes para trabalharem juntos, "sem mudança de equipa".

O novo administrador de Cacucaco pediu ainda aos funcionários para exercerem as suas funções de acordo com as decisões dos órgãos de deliberação da Administração Municipal e como agente comprometidos com os problemas do povo.

7.10 Famílias abandonam as zonas de risco

Jornal de Angola

06 De Setembro de 2014

Texto: Domingos Macuta

Inocêncio Hungulo disse ao *Jornal de Angola*, que os agentes do corpo provincial dos bombeiros, em parceria com as Administrações Municipais e dos bairros, estão a aconselhar as famílias a abandonarem os locais catalogados como áreas de risco.

O porta-voz da corporação disse que cerca de mil famílias da Huila residem ainda em zonas de risco. Disse que os bombeiros catalogaram como zonas de risco as encostas de montanhas, margens de rios e locais susceptíveis a descargas eléctricas, o caso das famílias que residem a escassos metros do leito do rio Caculuar e preocupante.

O rio regista um forte caudal durante as chuvas, banhando os bairros Mapunda, Comandante Cow-Boy, Comercial, Hélder Neto, 14 de Abril e Tchioco.

"O Comando Provincial dos Bombeiros realiza palestras com as populações, nas quais distribui cartilhas, com conselhos úteis sobre os perigos de residir em zonas susceptíveis de sinistros. O Objectivo é prevenir e evitar a perda de vidas humanas no tempo chuvoso", disse. As informações disseminadas no seio das comunidades, acrescentou, tem surtido o efeito desejado, pelo facto de algumas famílias notificarem o corpo provincial da Protecção Civil e Bombeiros antes de construir residências que estimula a continuação do trabalho.

"O numero de famílias que residem em zonas de risco tende a baixar, fruto do trabalho de sensibilização e mobilização das populações para acatar os conselhos dos bombeiros e das administrações, que continuam a distribuir terrenos nas novas urbanizações para a autoconstrução dirigida", frisou.

o porta-voz dos bombeiros na província da Huila disse que a corporação esta preocupada com os casos de fogo posta e negligencia de alguns adultos que

deixam velas sob cuidados de crianças e ao lado de material propenso a combustão. Os curto-circuitos são também principais causas de incêndios fatais.

O Comando Provincial da Protecção Civil e Bombeiros trabalha para a instalação de postos em todos os municípios da província, numa altura em que existem destacamentos na Jamba e Caculo e dois postos de socorro a casos de sinistralidade rodoviária na estrada Lubango-Luanda e no sentido Cunene.

7.11 Repatriados recebem lotes para a construção de casas

Jornal de Angola

06 De Setembro de 2014

Texto: Tatiana Marta

Cidadãos repatriados das vizinhas repúblicas da Namíbia e Zâmbia receberam terça-feira, na comuna da Chipipa, 52 lotes de terreno de 450 metros quadrados cada, para a construção de residências, distribuídos pela administração municipal do Huambo.

O administrador do município do Huambo, João Sérgio Raul, disse, no acto de entrega dos lotes de terreno, que a medida enquadra-se nos esforços do Governo provincial que visa garantir aos cidadãos repatriados condições de vida condignas.

Sergio Raul lembrou as famílias regressadas que o Executivo tem tudo preparado para apoiar todos os cidadãos que escolheram a província do Huambo como ponto de destino para a sua fixação. Referiu que a administração apoia também as famílias regressadas com bens alimentares e vestuários e distribuiu, de igual modo, parcelas para a prática da agricultura.

A directora provincial do Urbanismo e Ambiente, Ana Paula de Carvalho, esclareceu que cada família recebeu um lote de 450 metros quadrados de terra para a construção de residências.

"As autoridades locais estão a trabalhar afinadamente para a construção de infra-estruturas sociais básicas e de prestação de serviços na comuna, para melhorar a vida dos seus habitantes", salientou. Estão em construção na circunscrição um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, a instalação e melhoramento do sistema de energia eléctrica e a construção de um posto médico.

Elizeu Caloia, um dos beneficiários, agradeceu o gesto do Governo e pediu mais apoio com chapas, blocos e outros meios.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 População da região com mais água potável

Jornal de Angola

03 De Setembro de 2014

Texto: Genivaldo Fonseca

Mais de 1.500 habitantes do município sede da província de Malanje beneficiam, desde sábado, de água potável, com a entrada em funcionamento de dez sistemas de captação, tratamento e distribuição, inaugurados pelo governador provincial, Norberto dos Santos.

Os sistemas, com reservatórios com capacidade para dois mil litros cúbicos cada, construídos no âmbito do Programa Municipal de Combate a Pobreza, foram inaugurados nos bairros da Camorna, Cangambo, comuna de Cambaxe, Cambondo Ciuje, sector de Quibinda e Canzalela.

O administrador municipal de Malanje, Osvaldo Naval dos Santos, anunciou a inauguração, em breve, de mais dez sistemas de abastecimento de água no município sede. O administrador pediu aos beneficiários para cuidarem das infraestruturas postas a disposição pelo Governo.

No bairro da Cangambo, na cidade de Malanje, as pessoas consumiam água que adquiriam dos camionistas com cisternas ou compravam em tanques feitos de betão armado, com o risco de contrair doenças.

O governador provincial inaugurou também as instalações, devidamente apetrechadas, da administração Comunal de Cambaxe.

Norberto dos Santos observou ainda o andamento das obras da nova central térmica da subestação elétrica da Capopa, com potência para produzir 19.6 mega-watts de energia, cujas obras tiveram início em Maio último e com termo previsto para Outubro próximo.

As obras, orçadas em 26 milhões de kwanzas, estão a cargo da empresa AE-Energias.

Atualmente, a cidade de Malanje e arredores recebem 22 megawatts de energia e a entrada em funcionamento da central térmica permite aumentar o fornecimento de eletricidade e levar a luz as zonas suburbanas. O governador provincial de Malanje visitou também o Hospital Municipal, no bairro da

Carreira, o sistema de captação de água da Guine e as obras de requalificação do campo de jogos Valodia.

Norberto dos Santos visitou ainda as obras da Escola de Formação de Professores e da Escola Superior Politécnica de Malanje, do Centro de Saúde da Catepa, das 80 casas do tipo T3 em construção no bairro da Catepa para alojar os quadros da província e os trabalhos de reabilitação da estrada que dá acesso ao bairro da Canambua.

8.2 Melhorias na gestão da água

Jornal de Angola

05 Setembro de 2014

Texto: Matias Da costa

A Direção Nacional das Aguas fez terça-feira, no Cuíto, o lançamento do Projeto MaGS CA (Modelo de Gestão Comunitária da Água), que é implementado em todas as comunidades rurais da província.

A diretora nacional do Departamento de Mobilização Social do Ministério da Energia e Aguas, Ana Maria, disse que o projeto vem preencher uma deficiência manifestada pela generalidade da população rural.

A projeto representa o cumprimento do desafio de desenvolvimento progressivo e melhoria no abastecimento de água potável. Em paralelo a gestão sustentabilidade, o Projeto MQ. GECA promove, a medio prazo, criação de capital social, que permite a participação da comunidade e assegura as infraestruturas de abastecimento. A projeto proporciona responsabilidade e autonomia dos associados nos sistemas de abastecimento. Dentro das Administrações Municipais vão criar-se brigadas com funções de efetuar mapeamentos onde descrevem as necessidades de cada região.

As brigadas municipais são submetidas a formação nas áreas de manutenção e gestão dos sistemas de água.

A administradora municipal de Nharea, Maria Lúcia Chicapa, considera que o Projeto MaGS CA vai aperfeiçoar os trabalhos já em curso nas comunidades.

Com a criação das brigadas municipais, esta a firmar-se uma gestão descentralizada, assim como princípios de manutenção dos pontos de água, a projeto, lançado em 2007, já esta em funcionamento nas províncias do Huambo e do Cunene.

Camponeses pedem apoio

Camponeses do município do Chitembo solicitaram ao governo mais apoios em inputs agrícolas, visando aumentar a produção e contribuir para o programa de combate a pobreza. A camponesa Amelia Ngueve informou que os camponeses têm dificuldades em termos de instrumentos de trabalho e fertilizantes. Apelou ao governo, através do sector da Agricultura, a reforçar os apoios aos lavradores, visando garantir o aumento das áreas de cultivo.

8.3 Habitantes do Necuto com mais água potável

Jornal de Angola
09 De Setembro de 2014

Mais de oito mil habitantes da comuna do Necuto, município de Bucu Zau, em Cabinda, terão acesso a água potável até final do ano em curso, afirmou, na semana finda, o secretário provincial da Energia e Aguas, André Massanga.

Em declarações a Angop, André Massanga disse que, para o efeito, esta em construção, desde

Marco, um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, na aldeia de Chimbeza, que vai produzir mais de 100 metros cúbicos de água hora. Inserido no programa "água para todos", o referido projeto vai abranger 13 das aldeias da comuna do Necuto.

Alexandre de Carvalho, encarregado da obra da construtora PJR, garantiu que a mesma estará pronta até fins de novembro enquanto que o administrador do Necuto, ao congratular-se o projeto, disse que este empreendimento vai minimizar as dificuldades de acesso a água potável que a população enfrenta.

8.4 Lunda Sul reforça o abastecimento

Jornal de Angola
09 De Setembro De 2014
Texto : João Salvo

Técnicos afetos ao Ministério de Energia e Aguas apresentaram, em Saurimo, aos membros do governo, entidades políticas e a sociedade civil da província da Lunda Sul, o plano diretor para o reforço, extensão e aumento da capacidade de abastecimento de água e de projetos de drenagem de águas residuais.

Durante o evento, que juntou diversas personalidades na sala multiuso do Cine Chicapa, o chefe de Departamento Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento, António Quaresma, explicou que o plano diretor das águas, inserido nas estratégias do governo, visa contribuir para a melhoria do abastecimento, sobretudo nas sedes capitais das províncias, municipais e nas comunidades rurais, no sentido de garantir o seu desenvolvimento.

O vice-governador da Lunda Sul para o Sector Económico, João Fucungo, referiu que as necessidades de suprir o défice no fornecimento de água motivaram o governo da província a traçar novas estratégias que visam contribuir para o aumento e melhoria do abastecimento e do saneamento básico.

João Fucungo notou que, apesar das insuficiências, a cidade de Saurimo beneficiou, há cerca de dois anos, de um investimento que serviu para melhorar o sistema de captação, tratamento, transporte e distribuição de água potável nas zonas urbanas e periurbanas.

8.5 Bairro Mundial entregue ao abandono

Jornal Continente
12 De Setembro de 2014
Texto: João Nhangá

O bairro, segundo os moradores com quem tivemos acesso de conversar, carece de quase tudo, nomeadamente água potável, um centro médico, uma escola, bem como energia eléctrica para facilitar a vida dos mesmos.

De acordo com Agostinho Domingos, um dos moradores daquela circunscrição de Luanda, falando ao Continente, referiu que por falta de todos os meios em causa têm percorrido longas distâncias para assistência médica, ida de seus filhos à escola e compra de água. A mesmo interlocutor frisou, por outro lado, que a falta de água no bairro tem preocupado a população de tal maneira que a referida situação leva-os a consumir água proveniente directamente do Rio Kwanza sendo os próprios consumidores a desinfecção-la.

Os moradores apontam a referida situação como estando na base de muitas mortes, com maior realce para as crianças, sendo elas o alvo constante de problemas de diarreia e vómitos, chegando ao ponto de perderem a própria vida muito antes de chegarem às unidades sanitárias. Em relação ao ensino, os mesmos lamentam o facto de as instituições escolares

estarem distantes, estando os seus filhos a percorrerem longas distâncias e por esta causa, segundo ele, muitos não aprendem o A, B, C como o primeiro passo. Os moradores sac de opinião que os órgãos de direito construam escolas, pelo menos uma em cada bairro, centros de saúde, chafarizes, fontanários e PTs para o fornecimento de energia eléctrica, uma vez que sem energia eléctrica o índice de delinquência vai

aumentando cada vez mais no bairro, ao mesmo tempo que apelaram ao Executivo no sentido de dar maior atenção ao bairro conhecido por Mundial.

8.6 Milhões de dólares desperdiçados no lixo

Novo Jornal

12 De Setembro de 2014

Texto: Paula Cardoso

UMA TONELADA e 200 quilos de plástico para começar. Sem um grama de dificuldade, entre despojos domésticos largados pela vizinhança, Edson Baiona Mombotch arrebanhou tanto peso quanta a sua carrinha de serviços "uma Volvo emprestada" dava sinais de conseguir transportar.

"Vi 0 que havia a volta da casa, e, durante três dias, juntei tudo: Banheiras, cadeiras, cestos...", lembra este ex-desempregado, que encontrou no lixo do Bairro Golf 2, em Luanda, a saída profissional mais estável em 27 anos de vida. Inicialmente na Cípal-Companhia Industrial de Plásticos de Angola, onde negociou a primeira tonelada ao preço de 350 dólares: desde há um ano na Neuerth Angola, Edson especializou-se na recolha de resíduos ao ponto de já ter contrato assinado.

"E só ter energia, força e coragem", descomplica este cabindense de nascimento, convertido em parceiro de reciclagem da Neuerth sob impulso da Internet.

"Andava a pesquisar, a ver como poderia ganhar a vida porque tinha ficado sem emprego", conta, de lembrança recuada as partilhas de um amigo que, a partir do Brasil, numa conversa on-line, lhe aguçou interesse para o mercado do lixo.

Dai até a descoberta de uma oportunidade nos plásticos nacionais Edson revirou páginas e mais páginas de navegação virtual antes de chegar à Cípal, mais tarde trocada pela Neuerth, empresa 100% vocacionada para a reciclagem.

"Tive de procurar outro comprador porque a Cípal deixou de receber o material", explica o cabindense,

recordando que foi preciso bater em algumas portas erradas para acertar na morada da actual aliada de negociações.

Pelo caminho, Edson esbarrou num deserto de opções, que, em Angola, parecem condenar a reciclagem à condição de miragem.

"Muitas das iniciativas nesta área tem dificuldades de implementação por três motivos. Primeiro pelo facto de não existir uma política de incentivos, quer fiscais quer económicos,

para as empresas que queiram desenvolver esta actividade. Segundo, porque os projectos dependem de água e energia a preços acessíveis e, terceiro, porque é necessário investir em tecnologias e na formação dos técnicos",

PLANOS NA GAVETA

O diagnóstico, apresentado pelo ambientalista Vladimir Russo, agudiza-se com os alertas de morte prematura do aterro de Munlevos, que, apesar de ocupar uma área equivalente a 525 campos de futebol, revela-se incapaz de processar a crescente produção de lixo da população da capital.

"A cidade de Luanda enfrenta um grave problema: o volume de resíduos recolhidos tem incrementado de forma significativa, situando-se em valores três vezes acima dos estimados aquando da construção do aterro, lê-se no Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos

(PESGRU).

Segundo o documento, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º196/12, de 30 de Agosto de 2012, "caso esta tendência se mantenha, o tempo de vida útil do aterro poderá ser reduzido para 15 anos", esgotando-se em 2022 e não em 2030, conforme estava previsto.

A projecção acelera a urgência de Executivo apostar em vias alternativas de tratamento de resíduos que, no entanto, tardam em sair do papel.

"O Governo terá de dar o primeiro passo. Envolvendo-se directamente no processo, criando as primeiras cooperativas de reciclagem", defende Egídio Pinto da Silva, director-geral da Urban Way, empresa de consultoria ambiental virada para o desenvolvimento de soluções ecológicas e análise da recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos.

Há cinco anos no mercado, a firma não desiste de concretizar o programa "Empresários Ambientais",

que parece criado a medida das ambições de Edson Mombotch.

"O projecto nasce de muitas conversas, e de visitas a cooperativas no Brasil, procurando apreender: todo o tipo de ensinamentos de entidades que tem mais de 25 anos nesta actividade e que lidam com uma população de 2,5 milhões de catadores de lixo", explica o gestor da Urban Way, apostado em adaptar a experiência brasileira ao mercado angolano, através da promoção de empresários e operadores ambientais.

"Fizemos uns quantos estudos apesar de não haver grande informações estatística disponível a nível nacional, e concluímos que, quando implementado a 100% nas 18 províncias e em todas as comunas. O programa poderá movimentar valeres na ordem dos 150 milhões de dólares mensais (correspondentes a 1,8 mil milhões de dólares anuais)", calcula Egídio, ainda a espera de luz verde para avançar.

PRECONCEITOS TRAVAM

"Iniciamos reuniões com entidades governamentais, empresários de grandes empresas no sector do vidro, plástico e latas; reunimo-nos com alguns directores de programas em curso, como o Angola Investe e Bue; e estabelecemos parcerias com o Brasil, para a formação inicial de quadros, fornecimento de carros e Criação de Equipas comerciais de venda de espaço", descreve o director-geral, sem esquecer a ligação a entidades compradoras de resíduos sólidos urbanos.

"Aproximamo-nos do ponto ideal para a implementação [do programa]". Confia o gestor, assumindo, porém, que os preconceitos continuam a minar o mercado.

As resistências manifestam-se, por exemplo, na recusa de algumas petrolíferas e grandes empresas em colaborarem com as futuras cooperativas de reciclagem.

"Foi-nos transmitido que não querem estar associadas de forma directa ao lixo", revela Egídio, lembrando que o projecto pressupõe a constituição de delegações provinciais, onde cada governador deve desempenhar um papel preponderante na mobilização de mão-de-obra e na captação de publicidade empresarial para os carros de recolha de resíduos.

"Depois existiria uma entidade privada, ou público-privada. Para a gestão e comercialização do espaço publicitário dos veículos", conclui o responsável da Urban Way, apelando a uma maior consciência ambiental de quem decide.

As desconfianças não se confinam contudo ao meio empresarial, conforme demonstra a experiência de Edson. "Quando comecei a juntar plástico, não parava de ouvir: você esta a ficar maluco, ou que?".

Hoje, dois anos depois do inicio da colecção de resíduos, o coro de vozes de condenação - engrossado pelo irmão mais velho, e silenciado por olhares de admiração, que, em busca de um biscate, volta e meia batem a porta do armazém que serve de quartel-general para o negocio.

600 KG EM CINCO HORAS

Aqui, no Bairro Cantinton, estrategicamente escolhido pela proximidade a toda a lixeira do Kilamba Kiáxi, o plástico entulha-se por cores, conforme mandam as regras da Neuerth. Em media, contabiliza Lixo duplica nos próximos 10 anos Segundo estima o Plano Estratégico para Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU), até 2025 Angola vai produzir quase o dobro do lixo actual, passando das actuais 4.226 toneladas de resíduos para as 8.592 toneladas.

Edson uma jornada de cinco horas de trabalho cumprida das 9 as 14 horas rende ate 600 quilos de resíduos, peso que já abre espaço a Criação de stocks alternativos.

"Esta a ver ali atrás?", interroga o empresário ambiental, com o foco fixado num aglomerado de destroços de máquinas de lavar, material ainda sem destino. "Amanha ou depois pode dar qualquer coisa", antecipa o parceiro da Neuerth, explicando que, por enquanto, a empresa recicla apenas plástico os PP e PE, os tipos que se encontram em caixas, vasos, bacias, baldes e cadeiras.

Esquartejados e lavados manualmente antes de seguirem para as. Has de reciclagem da empresa, instalada no Bairro da Sapu II despojos recolhidos por Edson transformam-se para posterior reutilização na industria nacional.

Pelo contrario. Revela Ricardo Dias, director-geral da Neuerth Angola, as baterias e o alumínio, materiais igualmente reciclados pela empresa, destinam-se apenas ao mercado internacional, por falta de procura interna.

Apesar da limitação, que o responsável reconhece ser inibidora de maiores investimentos na área, a empresa onde trabalham 96 angolanos e 14 nacionais de outras latitudes insiste em remar contra a torrente do mercado. Ainda domina ela máxima: "Tudo se perde, nada se transforma"

8.7 Reciclagem de lixo

Jornal Novo Jornal
12 De Setembro 2014

O MOVIMENTO a porta da fábrica da Vidrul cresce impaciente. Por aqui, no município de Cacaoco, a

cerca de 40 quilómetros de Luanda, perto de 100 pessoas descarregam diariamente motas e camiões assoberbados de cacos de garrafas. Unidos pela esperança de com o peso certo, garantirem o sustento familiar, todos revezam-se numa matemática simples: quanta maior a quantidade entregue, maior o rendimento.

A correlação enerva a espera de Nuno Maiala, que pouco depois das 8 horas, não disfarça a ansiedade criada pela expectativa do negócio. Uma vez por mes, acompanhado da sua senhora conforme faz questão de apresentar o luandense de 54 anos, castigados pelas dificuldades, enfrenta a prova da balance: quantos Kwanzas valem as toneladas de vidro recolhidas nos últimos 30 dias?

O calculo, que Maiala se habituou a despachar de forma automática por cada tonelada obtém-se 8.500 Kwanzas faz-se já depois de atravessado o portão da Vidrul, onde uma equipa permanece a postos para pesar a carga, posteriormente depositada numa montanha de fragmentos de vidro.

O processo cumpre-se de segunda da a sexta-feira por uma equipa de 40 funcionários e percebe-se pelos protestos confiados ao Novo Jornal, que, do lado de quem desespera pelo dinheiro, as contas saem inevitavelmente furadas, pressionadas por "demasiadas necessidades".

E assim desde a morte do filho, esclarece o casal Maiala, forçado a remediar o sustento a partir da fatalidade, sofrida há dois anos. Antes, recordam o ganha-pão da casa era providenciada pelo herdeiro. Agora, os cerca de 55 mil Kwanzas amealhados por mes vem do lixo, vasculhado diariamente na caca ao vidro, em tempos despachado para outra morada fabril de Viana, especializada no enchimento de vasilhames.

"Pagam mais do outro lado, mas só aceitam garrafas inteiras e lavadas", explica ao NJ um pequeno grupo de catadores de cacos, involuntariamente envolvidos na reciclagem do vidro, área de negocio lançada pela Vidrul há cerca de dois anos.

1.500 TONELADAS POR MES

A ginástica de sobrevivência iniciou-se a partir de uma dica da qual ninguém conserva grandes

lembranças. "Escutam os qualquer coisa...", limitam-se a recordar.

De boca emboca, a indicação espalhou-se. Traduzindo-se hoje na movimentação mensal de 1.500

toneladas de casco, termo que designa o volume de resíduos diariamente reaproveitados na fábrica "Há que dizer que o vidro e das poucas matérias 100% reaproveitáveis", nota Carlos Martins, director-geral da Vidrul, sublinhando os ganhos da reciclagem.

"Trata-se de uma alternativa financeiramente viável, que pode poupar até 20% dos custos de produção", contabiliza o responsável, acrescentando que "qualquer forno de fusão de vidro precisa de casco".

No caso da Vidrul, que opera com um forno capaz de despachar 200 toneladas de produção diária, essa fatia ronda os 15%, ajustáveis segundo a lógica de uma receita culinária. "Se aumentarmos a quantidade de casco, diminuímos as matérias-primas, e isso é importante para o meio ambiente", assinala Carlos Martins, explicando que a redução das matérias-primas traduz-se num "ponto de fusão mais baixo dentro do forno, ou seja, na poupança de energia".

Nesta equação economicamente ecológica, onde o preço do casco é determinado em função do custo da soda o único ingrediente importado, junta-se ainda o impacto urbano, concretizado na limpeza artesanal das ruas, pouco a pouco aliviadas de toneladas de lixo.

8.8 Aldeias da Chipipa com água canalizada

Jornal De Angola
15 de Setembro de 2014
Texto: Justino Vitorino

As aldeias de Caiumbuca, Tandala e 1 de Maio, na comuna da Chipipa, passaram a ter água canalizada, com a instalação de três novos sistemas de captação, tratamento e distribuição.

As infraestruturas foram construídas no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP) do Governo do Huambo.

O administrador municipal do Huambo, João Sérgio Raul, garantiu que o programa "Água para Todos" vai ser extensivo a outras localidades, no quadro das grandes prioridades do Governo.

Com a concretização deste projeto, as populações deixam de consumir produto extraído de rios e lagoas.

Sérgio Raul acrescentou que iniciativas do género levam também a criação de outros serviços essenciais básicos as populações do meio rural, como o fornecimento de energia elétrica, fomento da atividade comercial e outros que o Governo do Huambo pretende concretizar ainda nos próximos tempos.

Durante a visita de campo, o administrador do Huambo procedeu também a entrega de kits de medicamentos as mulheres parteiras da aldeia de Tandala e material didático aos alunos daquele sector da comuna da Chipipa.

O soba da aldeia Tandala, Cipriano Valela, exortou as populações das localidades que beneficiaram de serviços, no sentido de preservarem os bens colocados a sua disposição para que os mesmos tenham maior tempo de vida útil.

Ate agora, naquela parcela do país já foram construídos 163 sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água canalizada, 381 chafarizes, 16 fontenários, 69 bicas e 1.384 manivelas, disse o soba.

8.9 Sector das águas com mais dinheiro para os projetos

Jornal De Angola
15 De Setembro 2014

A Administração Municipal do Cuanhama, na província do Cunene, tem disponíveis 40 milhões de kwanzas para a implementação do projeto "Água para Todos", a nível das cinco comunas da Circunscrição.

Segundo o administrador municipal, Goncalves Namueia, o valor enquadra-se no plano operacional integrado de desenvolvimento rural e combate a pobreza, de 2014, e contempla a abertura de cinco Novos pontos de água, construção de quatro lavandarias e três latrinas comunitárias.

O administrador informou que, dos programas em execução, dois encontram-se em funcionamento e outros três em fase de conclusão.

Goncalves Namueia salientou que a par do programa "Água para Todos" estão em execução outros projetos ligados ao Plano de Emergência do Ministério da Energia e Aguas, devido a seca que assolou a província. Dessas ações o município já beneficiou da construção de 20 novos furos, que

estão a permitir melhorar o abastecimento de água as populações.

Reconhecendo a insuficiência do número de furos para atender a demanda, realçou a necessidade de abertura de novas chimpacas "por constituírem o suporte que garante o acesso a água a população Rural ao seu gado".

8.10 Mais água potável na zona periférica

Jornal de Angola
19 De Setembro de 2014
Texto: Nicodemos Paulo

Bairros periféricos da cidade do Uíge, bem como as sedes municipais e comunais, beneficiam, nos próximos dias, da instalação de novos sistemas de abastecimento de água potável, no âmbito do Programa "Água para Todos", afirmou ontem o director provincial interino da Energia e águas.

Seluiequi Emanuel falava na abertura de um seminário de capacitação técnica e gestão da água, dirigido aos administradores municipais e técnicos do sector das águas dos municípios.

O seminário visa a criação de brigadas de gestão da água nas localidades, permitindo assim que a reparação das máquinas simples e sistemas de captação de água nas aldeias, regedorias, sedes comunais e municipais sejam feitas sem a intervenção dos técnicos provenientes da sede provincial.

O responsável avançou que uma delegação de alto nível do Ministério das Aguas trabalha na província, para avaliar o processo de distribuição aos bairros periféricos e zonas peri urbanas da cidade.

Explicou que no final da visita será lançado o projecto de construção de 100 quilómetros de rede, para permitir que sejam feitas dez mil ligações domiciliárias.

"É um desafio do Governo melhorar a situação de abastecimento de água às populações, oferecendo um bem indispensável à vida, em qualidade e quantidade, evitando também o contágio de doenças facilmente transmissíveis pelo consumo de água imprópria", disse Seluiequi Emanuel.

O director provincial interino da Energia e Aguas acrescentou que o programa de melhoria da distribuição será extensivo a todas as sedes municipais e comunais.

8.11 Moradores do Kilamba estão a desperdiçar água

Jornal de Angola

20 De Setembro de 2014

Texto: Vitorino Joaquim

A Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) está preocupada com o "desperdício de grandes quantidades de água" na Cidade do Kilamba, o que pode levar à restrição no fornecimento se o comportamento dos moradores não se alterar.

O alerta foi feito pelo presidente do conselho de administração da empresa pública, Leonídio Ceitas, quando falava na quinta-feira no final de uma visita de campo às obras em curso nos centros de captação, tratamento e distribuição de água.

O gestor da EPAL disse haver indícios de mau uso da água na Cidade do Kilamba, por os moradores deixarem supostamente torneiras abertas.

Devido ao desperdício de grandes quantidades de água nesta centralidade, salientou o gestor, estão a registar-se níveis mais altos de enchente no sistema de tratamento de águas residuais do que o previsto para toda a população local.

Leonídio Ceitas garantiu melhorias significativas no abastecimento de água ao município de Viana até ao mês de Dezembro, na sequência da entrada em funcionamento, na quinta-feira, do Centro de Distribuição do Pólo Industrial de Viana, que vai reforçar o abastecimento de água aos prédios do Zango e à Zona Económica Especial (ZEE). O arranque das bombas de água do centro foi feito pelo repórter do Jornal de Angola, a pedido do presidente do conselho de administração da EPAL.

Na segunda fase, o centro vai transportar água para o Projecto Morar e a vila de Viana, informou Leonídio Ceitas, que explicou haver uma terceira fase que vai abranger o Zango, depois da entrada em funcionamento da Estação de Tratamento de Água do Calumbo. "A nossa intenção é que esta estação possa produzir água suficiente para abastecer o Zango 24 horas ao dia, pelo que pretendemos aumentar a sua capacidade com mais 400 litros por segundo, uma vez que também vai abastecer o novo aeroporto internacional", acrescentou o gestor da Empresa Pública de Água de Luanda.

Leonídio Ceitas anunciou a construção, no próximo ano, de um centro de formação destinado a pessoas interessadas em trabalhar no ramo das águas, desde técnicos básicos a licenciados. Durante a jornada de campo, de quase cinco horas, Leonídio Ceitas,

acompanhado por membros da direcção da empresa, percorreu parte da zona de Luanda sul e sudeste.

Congresso internacional

A EPAL vão estar presente no oitavo Congresso e Exposição Mundial da Água, que decorre entre amanhã e sexta-feira próxima, em Portugal.

O presidente Leonídio Ceitas considerou este encontro, organizado pela Associação Internacional de Água, de "grande valia" para a EPAL e para o país, por ser uma oportunidade de apresentar ao mundo os passos dados até hoje no processo de produção, tratamento e distribuição de água à população em Angola.

"Neste processo queremos apresentar as mais-valias de Angola e o que já fez ao longo desses anos, daí que vamos apresentar os novos projecto aprovados, como o do Bita Quilonga, prestes a arrancar, para dar uma autonomia de abastecimento de água à província de Luanda 24 horas ao dia", explicou.

O Congresso Mundial da Água é bienal e reúne, habitualmente, cinco mil profissionais do sector provenientes de mais de 90 países, com o objectivo de fornecer soluções equitativas e sustentáveis para a água no mundo.

8.12 Kilamba com abastecimento regular

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2014

Texto: Paulo Mulaça

O abastecimento irregular de água potável à Centralidade do Kilamba, em Luanda, tem os dias contados. Terminaram os testes e ensaios dos equipamentos na estação de tratamento de água e a nova urbanização passa a receber água ininterruptamente.

A garantia foi dada pelo presidente do conselho de administração da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), Leonídio Ceita, em declarações a Rádio Nacional de Angola, que, no seu noticiário da tarde de sábado, divulgou que o Kilamba recebe água potável 24 sobre 24 horas a partir de hoje, segunda-feira.

"Os testes na estação de tratamento de água da Cidade do Kilamba terminaram e pensamos que, a partir de hoje ou amanhã, podemos avançar com o abastecimento e vamos ver se com a produção catual, conseguimos manter o abastecimento 24 sobre 24 horas", declarou o gestor da empresa pública. A

estação de tratamento de água potável esteve em fase de testes durante nove dias, pelo que "penso que vamos conseguir" abastecer de forma ininterrupta a Cidade do Kilamba, assegurou o responsável,

A novidade foi aplaudida por vários moradores, urna das quais e Maria António, para quem a falta constante de água tem sido o maior problema: "Aqui a falta de água e que me dá dores de cabeça, quanto ao resto está tudo bem", disse a moradora, que já vive no Kilamba há mais de um ano. A Cidade do Kilamba, inaugurada a 11 de Julho de 2011, foi concebida para ser desenvolvida em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A primeira pedra do empreendimento foi lançada no dia 31 de Agosto de 2008. A primeira fase da Cidade do Kilamba depois de ter sido concluída foi entregue pelo empreiteiro ao Estado, que, no ano passado, abriu ao público um processo de comercialização dos apartamentos já disponíveis.

Os prédios estão dispostos em quarteirões, equipados com jardim-de-infância, escolas e espaços desportivos multiusos. A cidade foi construída sem barreiras arquitetónicas, para que as pessoas portadoras de deficiência possam circular de forma autónoma e com segurança.

Ao lado das zonas residenciais foram reservados espaços para o investimento privado, com vista a edificação de prédios de escritórios e estabelecimentos comerciais, obedecendo ao Plano Diretor da Cidade.

8.13 Localidade de Mui-fano com mais água potável

Jornal De Angola

25 De Setembro de 2014

Texto : Elauterio Silipuleni

O abastecimento de água potável na localidade de Mui-fano, município do Covelas, melhorou com a construção de um sistema de captação, inaugurado pelo governador provincial do Cunene, António Didalelwa.

Construído no âmbito do programa "Água para todos", o furo tem 130 metros de profundidade e capacidade para bombear 2.5 metros cúbicos por hora.

O soba Eduardo disse que a população deixa de percorrer longas distâncias em busca de água e de recorrer aos rios e poços, o que provocava várias

enfermidades, como doenças diarreicas agudas e febre tifoide.

Apesar de vários constrangimentos na localidade de Mui-fano, a autoridades tradicional reconhece os esforços que estão a ser feitos pelo Governo provincial e acredita que dentro de pouco tempo certas situações que afligem a população da região vão ser ultrapassadas.

Uma das preocupações apresentada pela população camponesa ao governador da província tem a ver com a falta de instrumentos de trabalho, como enxadas, catanas e charruas. António Didalelwa prometeu dar solução ao assunto dentro de pouco tempo, com o objetivo de criar melhores condições de vida para a população daquela localidade.

Na povoação de Mui-fano ainda existem alunos que estudam debaixo de árvores e o governador prometeu, ainda este ano, a construção de uma escola.

O governador disse ser importante que as crianças e jovens estudem para melhor compreenderem os problemas do país, tendo solicitado aos pais e encarregados de educação no sentido de exigirem que os filhos estudem, pois o futuro de Angola está nas mãos das crianças.

António Didalelwa prometeu igualmente a construção de um posto de saúde na povoação, para que a população deixe de percorrer longas distâncias a procura dos serviços sanitários.

8.14 Bengo. Estação de tratamento de água só em 2015

Jornal Agora

26 De Setembro de 2014

A empreitada iniciou-se em Fevereiro último, terá uma capacidade de 3.500 metros cúbicos diários e está orçada em trinta milhões de dólares dos cofres do Estado Angolano.

Em declarações à imprensa, o engenheiro Carlos Rodrigues explicou que a ETAR procederá à recolha das águas residuais e pluviais da cidade de Caxito para purificá-la e devolvê-lo à sua origem, com o intuito de não poluir a água do rio.

Sublinhou que o principal benefício da ETAR é a protecção ambiental, pois esta dará tratamento às águas que normalmente não são utilizadas pela população, fazendo, deste modo, o seu reaproveitamento para benefício dos habitantes na cidade de Caxito e arredores.

A construção da ETAR está inserida no projecto de requalificação da cidade de Caxito, que comporta as vertentes da construção e reabilitação da rede viária de Caxito, sistema de abastecimento de água potável (ligações domiciliárias), rede de drenagem de águas pluviais, estação de tratamento de águas residuais, iluminação pública e telecomunicações.

Enquanto, não se concluem as obras, milhares de moradores continuarão privados do fornecimento de água tratada.

8.15 Moradores reclamam pela falta de água e as ravinas que engolem panguila

Jornal: A República
26 De Setembro 2014
Texto: Escrivão José

As ravinas e a falta de água potável no sector nove e teto vermelho 10 bairro Panguila, município do Dande, província do Bengo, preocupa os município dado o tempo de chuva que se aproxima. Disseram os mesmos nesta quinta-feira ao jornal A Republica.

Por outro lado, Feliciano António, disse que as ravinas estão a dividir os bairros, pouco a pouco e ate agora ninguém faz nada, preocupa-nos o momento de chuva que ri se avizinha.

Aqui, quando chove, nós não conseguimos andar e os que vivem neste lado do teto vermelho e sector nove acabam por tirar os carros e meter do outro lado, porque se não, não conseguimos sair de casa quando a chuva acaba. A terra e tudo lodo e a melhor forma para diminuir isso e asfaltar as mas, disse munícipe Feliciano António.

Já a Ndembo Macaya, ex-moradora da Chicala, disse que a água e um problema enorme, porque não sai, nos somos obrigados a comprar água nos Chineses que vêm aqui com os carros deles venderem- nos, ou vamos no sector um onde tem saído água quase todos os dias.

Mas, pouca gente vai buscar água no sector um, porque e distante. Preferimos comprar mesmo nos chineses e não e água tratada. Pedimos ao senhor governador para que veja os problemas que nos passa mos de saneamento básico, água potável e de transportes públicos para as populações, acrescentou Ndembo Macaya. Volta e meia um jovem taxista, identificado como Man Lola, afirmou a nossa reportagem que as ruas do bairro Panguila, estão totalmente esburacadas e têm dificultado o serviço de

táxi. E esperamos que resolvam esta situação o mais rápido possível para o bem da população.

8.16 Taxa de eletrificação devera crescer para 60% em 2025

Jornal O Pais
26 De Setembro de 2014
Texto : Hermenelgido Tchípila

O comunicado final do encontro, a que O PAÍS teve acesso, refere que a implementação de projetos de capital intensivo terá um peso substancial no crescimento da procura de eletricidade prevendo-se em particular um incremento do peso do consumo da indústria de 8% para 25% ate 2025.

Para as energias renováveis prevê-se a implementação de projetos com uma capacidade de 800 MW com destaque para a biomassa com 500 Mw, energia solar com 100 Mw, energia eólica com 100 MW e Mini hídricas com uma capacidade total a instalar 100 MW. Quanto as linhas de transporte, dos atuais 2850 Km de linhas, prevê-se um aumento para 15600 km até 2025 em linhas de 60 KV, 220 KV e 400 KV.

O documento avança que foi dada enfase ao papel que devera jogar a componente do gás natural para a produção de energia, como o do ciclo combinado do Soyo, e a exploração racional do potencial hidroelectrico existente no país estimado em cerca de 18000 MW.

Desde modo, conseguir-se-á reduzir substancialmente os custos de produção de energia elétrica com a diversificação da matriz energética, assim como para a implementação do projeto Angola Energia 2025, prevendo-se a necessidade de investimentos na ordem de USD 20 mil milhões de dólares no período entre 2017 e 2025. O investimento privado será fundamental para a concretização de projetos.

O comunicado indica também que e igualmente necessário Para tal os especialistas instam que se divulgue os documentos em elaboração nomeadamente, Angola Energia 2025 e o Livro azul (ENER)

para a recolha de contribuições estabelecimento de políticas para a promoção e implementação das energias renováveis em Angola', tendo por isso recomendado a criação de mecanismos legislativos e regulatórios para incentivar a participação do sector privado nos segmentos de produção e distribuição, bem como prosseguir com a elaboração dos Planos Gerais de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos

das Bacias Hidrográficas, para se reconfirmar o potencial hídrico do País.

Reposição da rede hidrométrica

Os especialistas recomendam acelerar a reposição da rede hidrométrica tendo em consideração um melhor controlo do comportamento do Sistema Fluvial do País, bem como a necessidade da notificação dos países cuja gestão integrada das bacias hidrográficas e do âmbito transfronteiriço. O país, considera que deve-se estar munido de recursos humanos e ferramentas que permitam antever a ocorrência de secas e criar soluções estruturantes de combate a seca e dar continuidade ao projeto de formação técnica no domínio da qualidade da água para o consumo humano, bem como desencadear os procedimentos atinentes a elaboração dos regulamentos a nível nacional sobre qualidade da água para consumo humano.

Para tal, refere ainda o documento, é necessário implementar os modelos organizacionais para aperfeiçoar os serviços de cobrança do consumo de água, sobretudo nas cidades capitais de província, recomendar aos governos provinciais a adoção de cobertura orçamental para que seja assegurada a sustentabilidade operacional dos pequenos sistemas de abastecimento de água e dos laboratórios regionais de qualidade de água e desenvolver um adequado conjunto de recomendações técnicas de adoção obrigatória nos projetos e redimensionamento de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.

Constam ainda entre as recomendações, a criação de equipas de trabalho no sector para elaboração de contratos-tipos e projetos-tipos, nas diversas especialidades, e a normalização e padronização dos materiais e equipamentos no sector da Energia e Aguas, devendo-se avaliar e aprovar todas as peças técnicas do concurso e do projeto da obra antes da sua execução de forma a colmatar as lacunas que tem vindo a ser observadas.

'No processo de revisão da Lei Geral da Eletricidade devem ser feitas consultas públicas, de modo a satisfazer as novas exigências e necessidades do mercado de eletricidade e rever as atribuições e competências da Entidade Reguladora, de forma a torna-la uma entidade independente e autónoma, permitindo-lhe desempenhar as suas funções com isenção e como um verdadeiro regulador do mercado de eletricidade', aponta o documento, que enfatiza a criação de um quadro de incentivos fiscais e aduaneiros para uma maior intervenção do sector privado.

Submeter a ENER a aprovação os participantes ao conselho consultivo do MINEA, recomendaram ainda estabelecer mecanismos de implementação e de seguimento da Estratégia Nacional de Energias ENER, de acordo com as necessidades de cada província, assegurar o envolvimento das direções provinciais de Energia e Aguas nos programas e projetos de implementação de energias renováveis e obter através das direções provinciais as informações necessárias para o enriquecimento dos planos do desenvolvimento relacionados com utilização de energias renováveis.

Criar mecanismos para o acompanhamento e monitorização das várias iniciativas sobre a implementação de energias renováveis, com ênfase para energia solar, formação e capacitação local. As

direções provinciais deverão providenciar com regularidade informações mensais sobre a condição da operacionalidade dos sistemas de abastecimento de água, pontos de água, balance de infraestrutura de abastecimento de água, reabilitações e novas construções .

O documento conclui que importa dar, com regularidade trimestral, informações relativamente ao inventario geral de pequenos sistemas de água, pontos de água, furos e fontenários, sendo que as

direções provinciais deverão assegurar a permanente atualização do cadastro de infraestruturas básicas e das bases de dados da qualidade da água, taxas de cobertura, recursos humanos e indicadores de desempenho operacionais e conferir celeridade a estruturação efetiva das entidades publicas e gestoras dos sistemas de abastecimento de água. Aponta-se ainda para a necessidade de identificar as carências de recursos humanos de todas as direções provinciais de água e desencadear os procedimentos legais para a inserção dos quadros técnicos necessários. Para tal, os especialistas instam que se divulgue os documentos em elaboração nomeadamente, Angola Energia 2025 e o Livro azul (ENER) para a recolha de contribuições.

8.17 Benefícios da água potável

Jornal: O País

29 De Setembro de 2014

O consumo de água potável (próprio para consumo) para além de aumentar nosso metabolismo, da energia e hidrata a pele, de acordo com os especialistas, actuando também como um agente de desintoxicação. Na sua lista de benefícios inclui-se ainda o facto de o liquido agir anti-envelhecimento.

Aumenta a energia no nosso corpo:

A falta de água reduz o nível de energia no nosso corpo e leva nos a sentirmo-nos inactivos.

O aumento na taxa de metabolismo

o metabolismo eficaz reflecte uma série de efeitos positivos no nosso corpo. A água ajuda na boa digestão, permitindo que o nosso corpo use todos os minerais, nutrientes, vitaminas etc., presentes no conteúdo dos alimentos, de maneira mais eficaz. Portanto, a ingestão de muita água constrói um metabolismo forte que irá . nos ajudar a manter o nosso peso corporal, bem como tirar o máximo benefício dos alimentos que comemos.

Há um numero de substancias tóxicas montados no nosso corpo que são prejudiciais para nós A abundância de água dissolve a quantidade concentrada de substancias tóxicas. A água também e Útil. para prevenir o cancro, porque há um número de substâncias tóxicas acumuladas no nosso corpo que pode ser causa de algum tipo de cancro no futuro.

Retenção de sódio

Quando o corpo está hidratado, o volume de sangue aumenta e melhora a circulação. Beber água ao longo do dia evita que o organismo retenha sódio, responsável pelos inchaços.

8.18 Cada vez mais zonas tem agua canalizada

Jornal de Angola
29 De Setembro de 2014

O vice-governador do Cuanza Sul para área Económica disse ser necessário fazer "um estudo mais profundo" para a água chegar sem problemas as zonas mas carenciadas da província.

Franklin da Silva, que se inteirou do programa de abastecimento de água, desenvolvido no âmbito do programa "Água para Todos", nas localidades da Zâmbia, Cachoeiras da Binga e da Cassonga, referiu que o objetivo principal da visita era verificar o andamento das obras das estacoes de tratamento e captação, que devem ser inauguradas em breve. o Programa, prometeu o vice-governador do Cuanza

Sul, vai abranger outras áreas da província porque o objetivo e que haja agua em todas as aldeias, comunas e bairros.

8.19 Colocar Pedra Uma é obrigatório

Jornal O Pais
29 de Setembro de 2014

Segundo o que nos foi reportado, não existe, em Luanda, um número considerável de áreas para abastecimento de cisternas para colmatar a procura deste precioso líquido. Dai que muitos dos proprietários destes camiões adiram as águas provenientes de fontes alternativas.

Uma das mais conhecidas fontes é a do Kifangondo, tutelada pela associação Angomenha. Composta por captadores, transportadores e detentores de tanques domiciliares, a associação divide. O terreno com a empresa Mamil (que também comercializa agua, mas potável).

Não esta sob a responsabilidade da Angomenha, segundo Miguel Luís, Secretario Executivo daquela associação, o tratamento da agua que fornece. Alias, quem o faz e a Direcção Nacional de Aguas (DNA).

"A DNA tem os seus técnicos para isso, apenas nos tem fornecido o cloreto, conhecida por nos como pedra UMA'. É obrigatória a colocação daquele produto, por parte de quem vier abastecer, que custa de 50 a 300kz, dependendo da quantidade" , disse, acrescentando que aquela água é própria para o consumo, mesmo assim, tem aconselhado as pessoas a ferver.

A água que ali é fornecida provem do Rio Zenza. De acordo as explicações dadas, na zona de abastecimento existe uma vala de drenagem e não há probabilidade daquela água se misturar com a que e captada e tratada pela DNA. Mas, independentemente de a água ser potável, é importante que o consumidor final lhe de urn último tratamento, fervendo ou colocando lixívia, de acordo aquele cidadão.

Camionistas negligentes (?)

Os camionistas, antes de começarem o abastecimento, fazem a 'pura' (retirar a agua decantada antes de colocar uma outra) e, após o abastecimento, deve adicionar-se, em função do tamanho de cada cisterna, a pedra UMA'. O nosso entrevistado disse que a sua empresa não se tem esquecido de reunir com os transportadores para debater a questão do

estado das viaturas e seus reservatórios.

Algumas vezes, a agua que sai da Angomenha não tem sido própria para consumo, principalmente em

tempo chuvoso. Quando isso acontece, a empresa procura apenas

vender aos indivíduos que alegam utilizar a água turva nas obras de construção civil. "Algumas vezes temos constatado estes indivíduos a revender aquela água, adicionando urna dosagem incorrecta de cloro", disse Augusto Armando, associado.

Garantiu que, quando começa o período chuvoso, e porque o caudal do rio sobe, a Angomenha para de fornecer água para o consume próprio, porque algumas vezes vem turva. A DNA vende o cloro aquela associação, estipula a dosagem adequada em função da qualidade de água que fornece, e não lhes tem permitido comercializar 'a pedra junto de quem não esteja associado, já que constitui um perigo quando mal administrada.

O sulfato de alumínio não trata a água

De acordo com o porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, o processo de tratamento de água deve obedecer a certos parâmetros, ser feito por pessoas capacitadas e em

Associação Angomenha laboratórios. A colocação de pedra UMA, tal como tem acontecido, não pode ser considerada um tratamento nem desinfestação da água. "O problema da água que consumimos nos remete a outros factores que não é da competência de EPAL, pois existem varias fontes de consumo deste liquido, segundo o representante. A água de mesa, par exemplo, também tem os seus problemas; as condições técnicas dos reservatórios dos camiões cisternas, idem", disse.

A concluir, anunciou que brevemente entrarão em funcionamento as estações de tratamento do Bom Jesus, Calumbo e Kaipari, alem do Bita e Kilonga - que somam uma capacidade de quase um milhão de litros, para colmatar a necessidade de água em Luanda.

Durante o IV Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Aguas anunciou-se a implementação de um Programa Nacional de Monitorização da Qualidade da Água para a consumo humano e que, num período experimental, foram já operacionalizados quatro laboratórios provinciais, pelos respectivos governos, nomeadamente, Benguela, Cuanza Norte, Huila e LundaSul.

Nesta senda, importa realçar que o nosso jornal contactou algumas empresas privadas, que se tem encarregada de tratar água e instalar filtros em residências, mas estas não se mostraram, em tempo útil, disponíveis a prestar qualquer declaração.

8.20 Municípios com mais pontos de água potável

Jornal de Angola

29 De Setembro De 2014

Texto: Manuela Gomes

Com este apoio, o Executivo implementa ações de intervenção na área da nutrição, saúde, proteção da criança, acesso a água tratada e melhoria das condições de higiene e saneamento nas províncias do Cunene e da Huila, as mais afetadas pelas consequências da seca que assolou dez províncias do país em 2012 e 2013.

Estas acções consistem na promoção de praticas de alimentação saudável, rastreio e tratamento da malnutrição severa e administração de suplementos de vitamina A, promoção de conhecimentos sobre saneamento e higiene e o fortalecimento das capacidades dos atores locais envolvidos na proteção da criança, para a prevenção e resposta a riscos de violação dos direitos da criança, como o trabalho infantil, absentismo escolar, negligencia e violência física.

Na província do Cunene cerca de 543 mil pessoas estão afetadas pela seca e na Huila 583 mil pessoas vivem a mesma situação. o Drama causou perdas de produção de cereais e leguminosas na ordem dos 100 por cento e conseqüente escassez de alimentos, originando problemas de saúde e nutrição na população. A água foi-se evaporando e os pecos construídos ou reabilitados através de programas nacionais secaram devido a redução da precipitação, forçando as pessoas a consumirem água impropria, causadora de doenças diarreicas e outras de infecto transmissão oral. A seca que durou mais de um ano conduziu a urna situação de estiagem em todo o pai, com graves consequências nas províncias do Zaire, Bié, Huambo, Cuanza SuI, Cunene, Huila, Bengo, Benguela, Moxico e Namibe.

Água para todos

No que toca ao abastecimento de água a população da província da Huila, o Governo do Japão o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) procederam a inauguração de dois pontos de abastecimento de água tratada as populações afetadas do município dos Gambos.

A comuna da Chibemba, com urna população estimada em cerca de 56.334 habitantes, foi a primeira contemplada com um ponto de abastecimento de água tratada. A inauguração do ponto de água foi feita pela primeira secretaria da Embaixada do Japão em Angola, Yoshiko Miura.

O ponto de abastecimento de água potável reabilitado e equipado com painéis solares, financiado pelo programa da UNICEF, vai beneficiar mais de 2.445 pessoas das localidades do Munailongo e Nomphawe.

População da Chibemba deixa de percorrer longos quilómetros a procura de água depois da inauguração do ponto de abastecimento

No acto de inauguração, a Administração Municipal dos Gambos endereçou uma mensagem de agradecimento a UNICEF e a Embaixada do Japão em Angola, pelos esforços empreendidos. Referiu que o gesto mostra que o Governo e parceiros sociais estão preocupados com os problemas que afligem as populações rurais e querem vê-los reduzidos de forma significativa para o seu bem-estar.

"A emoção é enorme, visto que de certa forma este precioso líquido vai beneficiar a população e o seu gado", lê-se na mensagem. A comuna de Chibemba e parte do município dos Gambos e tem uma superfície de 3.119 quilómetros. A população de Chibemba e Munailongo percorria grandes distâncias com baldes à cabeça à procura de água para o consumo e para o gado. "Agradecemos a inauguração deste ponto de água que tanta falta faz", referiu.

A UNICEF, com ajuda do Governo do Japão, apoia também hospitais e centros de nutrição de vários municípios da província. O hospital pediátrico "Pioneiro Zeca", que alberga um dos maiores Centros de Referência de Nutrição da província da Huila, e um dos contemplados.

O centro, que faz parte do Programa de Nutrição, recebe diariamente mais de 20 crianças que padecem de má nutrição.

8.21 Nem sempre a água é potável

Jornal O País

29 De Setembro de 2014

Narciso Cardoso viola 32 anos, é um dos detentores da camioneta cisterna que depende da girafa do Mufujama, no bairro Patriota, para desenvolver o seu negócio. Geralmente fornece o líquido precioso nos bairros do Benfica, Mundial, Talatona e Ramiro, e não tem recebido reclamações, a respeito da qualidade.

A cisterna de 20 mil litros que transporta tem sido bem tratada, assegurou, e dificilmente fica preenchida de água suja. "A água é potável, vem da centralidade do Kikuxi. Quando alguns camionistas carregam água bruta. Proveniente do rio que fica no Calumbo, usam o cloro, mas aquela água é apenas usada nas obras,

disse. O camionista afirmou ainda que muitos dos seus clientes têm adoptado a medida que consiste em dar fervura da água para consumo, apesar de lhes ter passado a informação de que a água que fornece é potável

"nem sempre a água vem com qualidade porque as condutas também avariavam, enferrujam, apanham lixo, etc pôr a esfriar, meter na geleira ou arca e só assim consumir" acrescentou

As vezes na girafa têm saído água turva e os 'homens da cisterna' recebem a justificação de que uma conduta foi rompida pelos garimpeiros. Quando usa cloro, aquele cidadão coloca 1L de Lixívia esta quantidade garante o tratamento completo, segundo o entrevistado, do líquido. Já o cidadão Luís dos Santos, de 56 anos, motorista de cisterna há 20 anos, que sempre abasteceu no Kikuxi, não tem se preocupado em comprar aqueles reagentes porque acredita na potabilidade da água que compra. "Esta água está pronta a ser consumida. Os que bebem não reclamam", defende.

8.22 Potabilidade da água que consumimos divide Luandeses

Jornal O País

29 De Setembro de 2014

Texto: Romão Brandão

Cada indivíduo arranja a melhor forma de tratar a água para consumo próprio, de modo a prevenir – se de certas doenças. A desinfestação com lixívia e outros produtos é frequente em algumas casas, enquanto noutras se procura instalar um sistema de filtragem ou abastecer a dispensa com água mineral que não é nada barata.

O certo é que se tomou arriscado, e não é aconselhável, beber a água da torneira sem lhe dar tratamento, principalmente em Luanda, uma vez que algumas condutas têm sido frequentemente violadas.

Segundo as explicações da técnica de laboratório de tratamento de água, da estação de abastecimento da Cidade do Kilamba, Domicília Cabo-verde, só para garantir o tratamento, desde a turvação, PH, cloro, alumínio, cloreto, nitrato e nitrito, as análises da água são feitas diariamente.

ao se tem constatado grandes anomalias que ponham em risco a qualidade da água que se consome naquela circunscrição, de acordo com a especialista, e o uso de reagentes químicos como cloro gasoso, sulfato e a cal hidratada.

Além da injeção daqueles produtos, o controlo de qualidade também tem sido fundamental, desde a água bruta, decantada, até a tratada que a população consome. Têm trabalhado em função das recomendações do Ministério da Saúde e da OMS (Organização Mundial da Saúde).

"A cor aceitável corresponde a 15%, turvação 5%, PH varia de 6,5 a 8,5% nos trabalhamos com estas normas, a água não sai da estação se passar por esta análise", garantiu Domitília Cabo-verde.

Quanto ao uso de lixívia, a química disse que "é um produto para desinfetar e não tratar a água. Podemos sim, em casa, usar um pouquinho de lixívia, mas em água que já tenha passado no laboratório de tratamento, porque já foi feito todo trabalho inicial.

Usar a lixívia em água bruta não implica dizer que estamos a tratar -la", sublinhou.

O problema não é da EPAL é do garimpo

A empresa pública de Águas Luanda (EPAL) têm três estações de água na zona do Kikuxi e duas na zona do Kifangondo, onde captam água dos rios Bengo e Kwanza. O produto bruto, passa pelo processo de tratamento, onde se adicionam produtos como o sulfato de alumínio (para clarificar a água) e cloro gasoso (reagente para matar os microorganismos).

Segundo o seu porta-voz, Domingos Paciência, todas as estações de água têm um laboratório incorporado, além do laboratório que faz as análises centrais, e são monitorados pelo Instituto Nacional de Saúde

8.23 Fornecimento de água á Matala aumenta dentro de dois anos

Semanário Expansão

26 De Setembro de 2014

Texto: Estêvão Martins

Dentro dos próximos dois anos, as populações do município da Matala, província da Huila, deverão ver resolvidos os seus problemas relacionados com a escassez de água potável, sobretudo nas comunidades rurais, anunciou ao Expansão o administrador municipal.

Miguel Antonio Paiva Vicente notou que as acções de melhorias serão realizadas no âmbito de um programa aprovado recentemente pelo Governo central no valor aproximado de 2,3 mil milhões Kz (24 milhões USD, que visa o reforço da capacidade de abastecimento de água.

Com efeito, avançou, seriam reabilitados e construídas novas estações de tratamento de água, reservatórios e furos de água, para além da recuperação e construção de novas ligações domiciliárias.

As acções, segundo disse o administrador, vão tornar possível abastecer todo o casco urbano da sede municipal e as demais comunas que compõem o município, nomeadamente Capelongo, Mulondo e Micosse.

Miguel Vicente sublinhou também que os arredores dessas localidades e as suas zonas rurais também beneficiário do projecto, com a implementação de furos de água e chimpacas para o abastecimento do gado.

Nesta altura, a sede do município possui água potável, assim como a comuna de Capelongo. De resto, conforme frisou o administrador, nas zonas onde não há sistema de tratamento de água, têm sido usados sistemas de furos artesianos com painéis solares para proporcionar água às populações. No que toca à energia eléctrica, com excepção da cidade do Lubango, Miguel Vicente informou que a Matala e o município são bem servidos pela província.

E nesta localidade que está situada a barragem hidroeléctrica com o mesmo nome, que fica sobre o rio Cunene. A facto, acrescentou, faz com que a comuna-sede e todo o casco municipal tenham energia eléctrica de forma permanente.

Saúde com 191 milhões Kz a sector da saúde tem merecido uma grande atenção por parte do governo da província e da administração local, segundo Miguel Vicente, que disse ser pretensão do seu pelouro oferecer os serviços básicos à população com qualidade.

"Temos vindo a trabalhar e a desenvolver o programa cuidados Primários de Saúde", que teve início em 2011 e nos teremos auxiliado a resolver alguns problemas relacionados com a saúde", afirmou, notando que, anualmente, a sua administração recebe 191 milhões Kz para o funcionamento do programa. "É com este dinheiro que temos vindo a melhorar os postos de saúde e a colocar os medicamentos e fármacos necessários para o devido atendimento aos utentes", disse.

Segundo o entrevistado, o valor tem sido igualmente para a formação dos quadros do sector da saúde, "porque não basta ter dinheiro". É fundamental, no seu ponto de vista, a disponibilidade de quadros qualificados para prestarem o melhor serviço à população. O município possui um hospital

que e considerado uma unidade de referencia na provincia, uma vez que, para alem da Matala, atende os municipios do Cuvango, Chicomba, Jamba e Quipungo.

Miguel Vicente pontualizou tambem que a comuna de Capelongo possui uma unidade hospitalar. No entanto, adiantou, o municipio dispoe ainda de quatro centros medicos e 11 postos de saude, producao agricola industrializada. A actividade agricola na localidade esta centrada na agro-pecuaria, com um canal de 43 kilometros de extensao. E dentro desta infra-estrutura, segundo o administrador, que e implementada uma producao agricola industrializada.

"Estamos a desenvolver uma producao em grande escala, com o uso de sistemas de irrigacao, tendo como alvo a producao de batata, hortofruticolas e cereais, designadamente o milho", disse a responsavel considerou que os agricultores tem vindo a melhorar a sua forma de trabalho, aproveitando o potencial agricola que o municipio detem.

Uma vez que, na questao dos produtos de sequeiro, tem havido problemas com a falta de chuvas regulares, os camponeses tem estado, junto a margem dos rios, a fazer extensoes para os campos com recurso a motobombas.

o escoamento da producao e um dos problemas que tem de ser resolvidos no sector da agricultura, afirma a fonte. Actualmente, conforme precisou, a maioria da producao agricola e consumida na cidade do Lubango, para onde e encaminhada no mercado informal.

Por outro lado, Miguel Vicente considerou que os produtores locais tem estado a trabalhar com as grandes superficies comerciais da provincia com vista a comercializacao da producao.

Para preservar a producao, o municipio dispoe de camaras de conservacao com uma capacidade de 3.000 toneladas, facto que deixa os agricultores aliviados, pois em 2011, por falta de infra-estruturas de conservacao, perderam-se varias toneladas de batatas-rena. A producao e tambem conservada em silos de 12 toneladas.

"Aguardamos a todo o momento que o PAPAGRO seja implementado no municipio para os agricultores disporem de mais mecanismos para o escoamento da sua producao", notou.

8.24 O dilema dos trabalhadores da Triambiente

Semanário Angolense

06 De Setembro de 2014

Texto: João Silva

Os funcionarios da «Triambiente» estao agastados com a falta de solucao do problema e temem mesmo que nunca mais vejam a cor do seu dinheiro, porque dizem-se enganados pela direcao da empresa, na pessoa do seu director-geral, Jorge Pina, que insiste em não pagar os salarios por alegada divida da Elisal para com aquela empresa.

Os trabalhadores estao preocupados por serem chefes de familia, vivem em casas arrendadas e não conseguem honrar os seus compromissos por falta de dinheiro, apesar de terem trabalhado duro.

Por esta razao, procuraram o Semanário Angolense (SA) no sentido de mostrarem o seu descontentamento e apelarem as autoridades para que os ajudem.

Segundo os trabalhadores, por meio de algumas fontes tiveram conhecimento que a Elisal já liquidou a divida que tinha com as operadoras de recolha de lixo e contam que, depois da paralizacao forçada da empresa, a direcao entregou, em regime de aluguer, equipamentos como camiões e algumas maquinas a outras operadoras, enquanto diversos meios administrativos e carros ligeiros foram distribuidos pelo senhor Jorge Pina aos funcionarios que trabalhavam directamente na administracao da empresa.

Esta situacao deixa-os deveras apreensivos porque, afirmam, quando a empresa estava em pleno funcionamento sempre houve dificuldades para receberem os salarios. Agora, com ela parada e os meios de trabalho a serem espalhados para outros locais, desconfiam que, caso não haja intervencao de outras entidades, nunca mais verão os salarios e muito menos as indemnizacoes a que tem direito por lei.

Muitos dos trabalhadores agora no desemprego, afirmam que são funcionarios da «Triambiente» desde a sua criacao. Outros acusam Jorge Pina de não ser um homem serio porque o dinheiro da empresa era gasto na compra de vivendas, entre outros, em Portugal, para onde, há alguns anos, levou mais de uma centena de pessoas, incluindo alguns funcionarios da empresa, com direito a passagens, estadia e comes e bebes, para assistirem a inauguracao de uma de suas residencias naquele pais. «Por este

motivo e que a "Triambiente foi a falência e o director não quer assumir», afirmam.

Como se não bastasse, alguns chineses que trabalhavam na empresa foram entregues a outra empresa de recolha de lixo e estão a trabalhar normalmente, enquanto os angolanos encontram-se parados em casa e sem emprego.

Esta é a segunda vez, desde a paralisação da empresa, que os trabalhadores recorrem ao SA para exporem os seus problemas.

Este jornal procurou o senhor Jorge Pina para os esclarecimentos que se impõem, porém, mesmo através do seu terminal telefónico, contacto tem sido impossível.

Em meados de Julho do corrente ano, por via telefónica, finalmente, conseguiu-se contactar com Jorge Pina que garantiu ao jornalista que a situação dos trabalhadores estava a ser resolvida. Contudo, até a presente data, nem água vai nem água vem e os trabalhadores ainda foram ameaçados por terem recorrido a comunicação social.

Os trabalhadores apelam aos órgãos competentes do Estado e ao Governo Provincial de Luanda, instituição a que se subordina a Elisal para ajuda-los neste sentido antes que ocorram desgraças por parte dos mais aflitos.

De acordo com os trabalhadores, apesar de praticamente extinta a empresa, o senhor Jorge Pina tem dinheiro suficiente para liquidar os salários em atraso, assim como as respectivas indemnizações, já que camiões e máquinas estão a facturar em outras empresas.

8.25 Saneamento em Benguela esta com níveis aceitáveis

Jornal de Angola

05 De Setembro de 2014

O presidente da Associação de Jovens Defensores do Ambiente (AIDA), Martins Domingos, afirmou quarta-feira que a cidade de Benguela apresenta níveis aceitáveis de salubridade que traduzem os esforços das autoridades de melhorar a saúde pública.

As empresas responsáveis pelo saneamento básico, ressaltou, tem mostrado um desempenho assinalável, apesar de haver ainda um elevado défice de cultura ambiental, da parte de muitos populares, principalmente da camada jovem.

O ambientalista criticou o que considera de marginalização das áreas suburbanas, que, na sua opinião, são deixadas ao abandono pelas operadoras de limpeza. Martins Domingos reprovou ainda o facto de alguns empreiteiros estarem a colocar jardins artificiais, principalmente relva sintética em espaços públicos. "Tais praticas podem reduzir o grau de oxigenação da cidade já que a relva sintética e as plantas artificiais tomam o espaço do que seria totalmente natural", Salientou Apontou como exemplo os jardins adjacentes ao Cine Monumental, Largo da Peca e do Parque de Ténis como sendo algumas áreas onde plantas artificiais fazem a vez das naturais.

Sobre a plantação de árvores ornamentais, o ambientalista chamou a atenção para a necessidade de se dar prioridade a espécies tradicionais, como a acácia rubra, para não descaracterizar a cidade, lembrando que nem todas as árvores são aconselháveis para as áreas urbanas, pois algumas podem ser nocivas a saúde, como são os casos das acácias amarelas e a muringa.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Criminalidade preocupa moradores do paraíso

Jornal de Angola

09 De Setembro de 2014

Texto: Rodrigues Cabala

Cristina Miranda esfrega a roupa na parte ondulada do tanque de lavar. Domingas Francisco descasca o Feijão fresco, saído agora da lavra. Rosa Gloria lava com esmero a loiça debaixo de uma estreita arvore, Florinda Paulo, no sétimo mês de gravidez, e mera assistente de toda a catividade, enquanto participa da conversa sobre a criminalidade, associada a escuridão, no bairro do Paraíso.

Quatro casas de pequenas dimensões são habitadas por cada uma destas mulheres. Elas partilham mesmo quintal sem portão, dando "graças a Deus por ainda não terem sofrido um assalto",

Domingas Francisco e a senhoria, por isso a mais antiga moradora, estando no bairro desde 2005. "Ainda era pouco habitado e os bandidos não assaltavam porque as casas não tinham nada", supõe a anciã de 73 anos.

A criminalidade volta a tirar o sono de pacatos moradores. O bairro esteve, há um ano, pacificado. Na memória dos populares do Paraíso esta marcado aquele bom período. Já não se ouviam tiros, roubos e furtos. Um aparato da Polícia Nacional permaneceu no local para "responder" ao assassinato por disparo de arma de fogo de três agentes da unidade móvel do Comando Municipal de Cacucaco, no dia 1 de Junho de 2013. A missão chegou ao fim meses depois: agora a insegurança volta a reinar. Hoje os moradores vivem imbuídos de um conhecimento velado sobre a hora de entrada e saída no bairro. Abandonar a casa só depois do raiar do sol e melindroso regressar depois das 18 horas.

Ruas com lombas e buracos, atulhados de latas, garrafas, sacos plásticos e papéis, uma imagem clara de subúrbio, onde as valas de drenagens, formadas pela natureza, foram transformadas em autênticos depósitos de lixo. A recolha e urna miragem. O cheiro fétido incomoda os transeuntes. Quinze minutos e o tempo que levam da estrada de Cacucaco ao interior do Paraíso. O Bairro, situado num morro alto, tem os acessos constituídos por becos e ruelas tortuosas, engolidos pelas construções desordenadas.

Muitas não são de circulação de viaturas. A segunda entrada pelo bairro, passando pelo mercado do Kikolo, e igualmente critica: a única ponte e rodeada de lixo. São 7h 30, as ruas começam a ser movimentadas por motorizadas e um minero reduzido de carros antigos, fazendo trabalho de táxi. As motos, as cantinas de cidadãos do oeste de África e os transeuntes são os principais alvos dos criminosos.

"Para levar um passageiro tem de se ter muito cuidado, senão ficas sem a moto", revela David Domingos, um moto-taxista desencartado de apenas 16 anos. Ele tem ainda as lembranças bem cravadas na memória, quando um colega há uma semana, ficou sem a motorizada após um assalto protagonizado por três meliantes. Como se não bastasse, viu o corpo maltratado com uma Coronhada de uma arma de fogo.

O bairro esta desprovido de postes de betão para transporte dos cabos elétricos. Apesar da Dificuldade de energia observa-se um emaranhado de fios pendurados de paus em paus.

Vítimas da chuva vários carros parados. Uma bandeira hasteia de um lado para o outro ao ritmo do vento. "A sede da Comissão de Moradores do Bairro Paraíso e aquele pintado de cor-de-rosa", indicou um jovem.

Nzunzi Sebastião levanta-se gentilmente da cadeira plástica azul e a mão finca na mesa para rececionar as visitas. Uma pilha de capas de processos e formulários estão poisados rente o computador. O Barulho ensurdecido do gerador exige o aumento do timbre da voz. O Paraíso começou a ser habitado há 12 anos. Os deslocados de guerra, vindos do Bengo, foram os primeiros moradores. Apenas um espaço baldio restou na comunidade para ocupar os tempos livres dos adolescentes e jovens. Durante a manhã apenas crianças entre os seis e 11 anos disputam uma bola envelhecida pelo uso.

A conversa com Nzuzi, funcionário da secretaria, e interrompida logo após a entrada de moradores que vão em busca de alguma informação, "O coordenador esta ausente, tratando de outros assuntos da comunidade", responde.

Além da criminalidade, o Paraíso tem registado óbitos em época chuvosa. As casas são, na Sua maioria, pequenas, de um quarto e sala. Os tetos são todos de chapa de zinco, as janelas e portas de chapa de tambor. Os casebres construídos ao longo das valas que drenam água da chuva ficam submersos. Alguns mudam-se nesta época de chuva para evitar dissabores. Outros fazem finca-pé e

desafiam as torneiras de São Pedro, ate acontecer o pior, alegando falta de terreno para fazer casa própria.

Já nos últimos meses de gestação, a jovem Florinda Paulo diz que os vizinhos da vala procuram, nesta época, casas para arrendar. "No tempo seco voltam outra vez para a casa da vala, Nas ultimas chuvas, uma pessoa que morava ali mesmo na vala morreu", acrescenta.

Água e Hospital

Paramos defronte a um chafariz. E dia de alegria porque a escassez da água estava aviada. Isabel Kassova esta entre varias mulheres, crianças e jovens que esperam numa fila desordenada. Ao lado vê-se um buraco com paredes de bloco. Um esgoto com água totalmente pútrida, mesmo junto as torneiras. Com uma criança ao lado, Kassova diz que a água sai com muitas falhas. "Não temos energia e há muitos bandidos", explica secamente.

Garcia Francisco, 66 anos, comunga da opinião de Isabel Kassova. Baixo e franzino, contempla para mulheres que choram efusivamente em voz alta pelo falecimento da sua ente querida. "E uma vizinha que morreu", lamenta.

Há dois anos no Paraíso, depois de permanecer 40 anos na Republica Democrática do Congo, na condição de refugiado, ele fala-nos num português claro sobre a falta de energia e os "reunidos " que a luz do sol, empunhados de arma de fogo, apossam-se de telefones, dinheiro e outros haveres valiosos.

O sol não se faz sentir ate as 9 horas. O Destino e chegar a unidade móvel da polícia. Antes esta um posto de saúde, construído no âmbito do Fundo de Apoio Social. Dezasseis pacientes aguardam pelo atendimento. A porta esta entreaberta mas sem funcionários, Batemos a porta e empurramos: a zona da enfermaria esta fechada. Os pacientes, na sua maioria gestantes olham e, atentamente, explicam que "não há funcionários", No fim da cadeira corrida vê-se uma mãe preocupada com o filho a tiritar e com respiração aguda. "O Meu filho dormiu com muita febre", balbucia a jovem com os olhos carregados de lagrimas.

Cristina Miranda tem a roupa ensopada de água de sabão e as mãos rodeada de espuma. Não para de lavar enquanto diz que o bairro precisa de um hospital que abre as portas todo o dia e todos os dias. "Quando estamos doentes a noite, somos obrigados a ir ao hospital municipal, se houver transporte. Algumas mulheres dão a luz em casa".

A criminalidade retém as pessoas em casa no período noturno mesmo em caso de doenças, Todos

os dias há assaltos no bairro. Homens armados invadem, arrombam casas e levam os haveres. Chegamos a unidade móvel, Um casal com roupa esmaecida esta sentado num banco corrido de madeira. O segundo sargento da polícia Mário Benguela para de atender e larga a caneta. Confirma o registo de furtos, roubos e o uso de arma de fogo por parte dos meliantes.

A pequena unidade móvel esta virada a vala e sem agente. o Cheiro e a poeira São inalados sem que haja esforço. Por este facto, os agentes trabalham num casebre de chapa, em espécie de barraca. Mário Benguela agarra no cinturão para se por em pé Marca dois passos e deixa a cadeira e a mesa repleta de papéis, Altura media e cortes, explica que todos os dias registam crimes e, com alguma frequência, os marginais fazem disparos de arma de fogo as pessoas indefesas. "Quando vamos ao local do crime, os criminosos poe-se em fuga. Este bairro tem caminhos que nem uma motorizada passa", sublinha, apontando para o aumento de efetivos.

"Muitos populares São assaltados e baleados pelos delinquentes. A zona e muito escura e parece um paraíso do pecado", acrescenta em voz alta ao ponto do coração latejar de arrepio.

9.2 Incutal sem água e luz eléctrica

Jornal Continente

12 De Setembro de 2014

Texto: Alberto Domingos

Para minimizar a situação, referiram, recorrem desde os anos 90 a alguns proprietários de tanques abastecidos por sistemas, onde compram a banheira de 25 litros a 70 ou 80 kwanzas. "Como so consumimos sem saber a origem da mesma por não ser de uma canalização em todo o bairro, desinfectamos com lixívia", explicaram algumas cidadãs.

Em relação a energia eléctrica, os mesmos referiram que a parte do bairro a beira da estrada nunca teve luz da EDEL, estando a consumirem só de PTs privados.

Segundo a mesma fonte que temos vindo a citar, na época em que os chineses colocaram postes só fizeram-no a partir da Sonangalp, ficando urna grande parte sem energia.

Os morador acham que o facto de os chineses não terem concluído com a colocação de postes em todo o bairro, foi aproveitado por um grupo de jovens que

colocaram no local um PT privado cuja energia estão a consumir, num valor de 3 mil kwanzas mensais.

Quanto ao contrato, a fonte referiu que no passado era de 60.000,00kz, mas com o passar do tempo o preço aumentou estando actualmente no valor de 90 mil kwanzas, excluindo aqueles que não conseguem o referido valor, suportando assim a poluição sonora todos os dias. Ainda a mesma fonte revelou que as suas casas nunca numeradas tanto pela EDEL quanto por uma outra instituição.

Segundo dados apurados no local, os moradores vivem tal problema há largos anos. Os únicos chafariz existentes deixaram ou nunca mesmo jarraram água.

Os moradores explicaram ainda a este semamário que os tubos que os fontenários foram todos saqueados e retirados.

9.3 Internet gratuita atrai marginais

Jornal O País

12 De Setembro 2014

Texto: Milton Manaça

Numa ronda efectuada por “O PAÍS” esta semana, por alguns pontos de Luanda, usuários denunciaram a presença de pequenos grupos de marginais que frequentam os locais, algumas vezes acompanhados de armas brancas importunando as pessoas que pretendam usufruir os benefícios da Internet gratuita.

Uma das vítimas, que se identificou como sendo Jordânia António, 18 anos, morador do Rocha Pinto, disse que perdeu o telefone na primeira semana em que foi implementado o projecto, depois de ter sido interpelado por um grupo de três jovens no Largo da Força Aérea Nacional (antiga FAPA).

O entrevistado louvou a iniciativa das autoridades, mas pediu a intervenção das forças da ordem pública, para o policiamento dos locais a fim de manter a tranquilidade daquela circunscrição do distrito da Maianga.

"Ultimamente tem sido difícil distinguir quem vem para roubar e quem são os verdadeiros utilizadores de Internet, porque os marginais também ficam a navegar disfarçadamente", afirmou a fonte, para quem a situação exige a intervenção policial para se evitar situações anómalas.

Jordânia António contou que na passada semana foi colocado com um sabre. "Receberam o telemóvel e o

computador de uma outra pessoa", acrescentando que está mais atento desde aquele dia. Segundo ainda o jovem Jordânia, esta situação forçou ao ‘recolher obrigatório’ de alguns utentes que receiam passar pela mesma situação que ele.

"Antes ficava aqui até às 23 horas, mas agora só permaneço até às 20, porque fui aconselhado pelo meu pai a não sair daqui muito tarde por causa desses problemas mesmo", disse a fonte que lamentou o facto de se ter retirado a esquadra móvel da Polícia Nacional que estava lá instalada.

Já Filipe Figueiredo, que confessou já ter permanecido no largo para além das 23 horas, mostrou-se despreocupado com a actuação dos delinquentes, mas diz ser de opinião que a entidade criadora do projecto restrinja o sinal a partir das 20 horas para limitar a concentração de pessoas até altas horas da noite.

Figueiredo disse que a permanência das pessoas nos locais com Internet tem a ver com o alargamento disponibilizado, que era de duas horas, mas passou para tempo indeterminado.

'A publicidade dizia que cada computador só teria rede durante duas horas, mas não é isso que está a acontecer, podemos usar a Internet o dia todo, disse.

Um facto curioso que a reportagem de O PAÍS constatou no largo da FAPA é a presença de crianças entre os 11 e 13 anos até depois das 22 horas. Alguns desses petizes, os irmãos Moisés e José Cardoso contaram que a sua presença naquele parque passou a fazer parte da rotina diária, desde que descobriram por intermédio de um primo que naquele espaço podem ter acesso à Internet gratuita.

Questionado sobre se os seus pais tinham conhecimento da sua constante presença na rua naquele horário, confidenciaram que só saem de casa depois de os seus progenitores se recolhem para o dormitório.

Já no distrito urbano da Samba a realidade não é diferente, apesar da existência de um posto policial próximo do parque recreativo, ainda assim, os jovens assaltantes não se deixam intimidar com a presença da polícia.

"A polícia não faz rondas e muitas vezes nem dá conta dos roubos que acontecem aqui, porque os marginais misturam-se com os que praticam ginásio e os usuários da Internet", explicou Dinis de Almeida, estudante 2º ano de Línguas Africanas na Faculdade de Letras, da Universidade Agostinho Neto.

Disciplina familiar

Os interlocutores ouvidos por esta reportagem, foram unânimes em reconhecer que a Internet que estão a usufruir é de boa qualidade, por esta razão, muitas crianças adolescentes e jovens, estão a utilizá-la para outros fins, nomeadamente a visualização de imagens, vídeos pornográficos, e outros.

Fernando da Silva, 48 anos, outro utilizador, pensa que a disciplina familiar é necessária para que esta franja da sociedade seja estimulada a usar proveitosamente os bens que são colocados à sua disposição.

Acho que a base do controlo é o diálogo permanente entre os pais e os filhos, e é necessário estabelecer regras para o uso das redes sociais, pois da Internet se pode tirar coisas positivas e negativas, opinou.

Na conversa que manteve com a equipa de reportagem deste jornal a fonte aconselhou as famílias a não permitirem que as crianças estejam fora de casa as noites, dado ao índice de criminalidade que se verifica um pouco por todo canto de Luanda.

Numa primeira fase o projecto está a garantir Internet gratuita a 11 largos, praças e pontos de referência da Cidade de Luanda, designadamente, Marco Histórico do Cazenga, Largo da Independência, Casa da Juventude de Viana, Parque Recreativo da Samba, Largo da FAPA, Instituto Médio de Telecomunicações, Largo da Igreja São Domingos, Cidade Universitária e Praça da Família.

O projecto 'Angola Online' foi lançado oficialmente no dia 31 de Agosto no Largo da Independência, numa iniciativa do Centro Nacional de Tecnologias de Informação (CNTI), e visa conferir à esfera pública o acesso à Internet que funcionará como meio de informação e conhecimento. Cada uma das referidas áreas tem garantido o acesso para 60 dispositivos em simultâneo, beneficiando diariamente 28 mil 800 pessoas, segundo dados colocados à disposição por aquela instituição. A rede 'Angola Online' terá um portal de Informação e divulgação das acções sociais, enquanto um meio principal de conteúdos educacionais e conhecimento para massificar a sua usabilidade.

9.4 Polícia apresenta balanço

Jornal O País

12 de Setembro 2014

Texto: Pedro Nicodemos

O Comando Provincial da Polícia Nacional no Bié deu conta ontem do registo de 65 crimes de natureza diversa nos últimos sete dias.

A informação veiculada pela Angop é atribuída ao porta-voz em exercício do comando provincial, superintendente-chefe António Jorge "Caló" que deu conta do registo de menos um crime em relação á semana precedente.

A patente da Polícia Nacional fez tais revelações à imprensa, durante o balanço semanal sobre a situação delituosa naquela circunscrição administrativa.

Dos crimes registados, António Jorge "Caló" destrinçou 18 delitos contra as propriedades, 16 acidentes de viação, 25 crimes contra as pessoas, três contra a tranquilidade pública, dois contra o narcotráfico e um de natureza económica.

Na sequência, terão sido detidos 58 indivíduos indiciados como supostos autores dos crimes, sendo um do sexo feminino.

Do grupo destaca-se ainda um estudante, um operário e um funcionário público e ainda três camponeses e 51 desempregados. O porta-voz da Polícia Nacional expressou a preocupação da corporação particularmente em relação aos crimes de homicídio por espancamento, violação, fogo posto, falsificação de documentos e uso de estupefaciente. Tais infracções terão maior incidência nos municípios do Cuito, Chinguar, Chitembo, Nhârea, Camacupa, Cunhinga, Catabola, Cuemba e Andulo. Como principais causas do cometimento de delitos, a fonte apontou o uso excessivo de bebidas alcoólicas e outras drogas assim como os casos resultantes de divergências domésticas, ambição pelo lucro fácil.

O desemprego, a fome e miséria que campeia no seio das populações com poucos recursos, a falta de iluminação pública nos principais centros suburbanos e inobservância das regras de trânsito, foram apontadas pela fonte como fazendo parte das principais causas dos delitos registados.

António Jorge "Caló" destacou as acções de prevenção tomadas pela corporação, designadamente a intensificação do patrulhamento e o trabalho de polícia de proximidade ao cidadão como estando a concorrer para a redução da criminalidade no seio das comunidades.

9.5 Mais casos de violência na província

Jornal de Angola

14 De Setembro de 2014

Texto: *Manuela Mualimusi/Ondjiva*

A Direcção da Família e Promoção da Mulher no Cunene registou no primeiro semestre desse ano 96 casos de conflitos familiares e violência doméstica, disse a sua directora provincial.

Rosa Gaudêncio afirmou que 78 dos casos foram resolvidos, encaminhados para a Procuradoria-Geral da República, um para Direcção de investigação Criminal e seis continuam pendentes.

A maioria dos casos foi de ofensas corporais e morais, fuga a paternidade, abandono de lar, incumprimento de mesada, desalojamento, adultério e de privação de bens e de liberdade.

No primeiro semestre foram realizadas seis palestras durante as quais foram analisadas as consequências de violência familiares.

9.6 Assassinatos na periferia da capital são preocupantes

Semanário Agora

19 De Setembro de 2014

Texto: *Júlio Gomes*

Ossadas de um homem foram recentemente descobertas na periferia da cidade de Luanda, mais concretamente na comuna de Ramiros, a Sul de Luanda, por um grupo de trabalhadores de uma empresa chinesa que estava a instalar um cabo de fibra óptica.

Um conhecido jornalista disse ao Agora ter sido alertado por um trabalhador da empresa em causa para constatar in situ a ocorrência. Machado Irmão disse que encontrou o corpo em avançado estado de degradação e comunicou o facto ao posto da Polícia do Ramiros.

"Quando cheguei ao cenário, deparei-me com o esqueleto de um homem aparentemente jovem que estava há cerca de três metros da berma da estrada e a 200 da Escola de Professores do Futuro da Ajuda Popular da Noruega (ADPP)", referiu o free lance que, de seguida, reportou o acontecimento ao Posto da Polícia, que não fica muito distante do local onde caiu o malogrado.

De acordo com ele, dois efectivos da Investigação Criminal foram para 130 as pressas,"mas não se sabe ainda se o esqueleto foi removido".

Comenta-se que terá sido este caso que provocou a mudança repentina na chefia do posto policial, para evitar que o assunto viesse a tornar-se publico. Alias, um agente instado pelo Agora negou comentar este triste episodio, avançando apenas que Use trata de uma questão que estamos a investigar".

Ninguém explica, ao certo, como aquele corpo foi 130 parar, mas populares ouvidos por este jornal manifestaram-se muito preocupados com o caso e pedem a Polícia o redobrando do patrulhamento nocturno.

INSEGURANÇA TOTAL

"Sentimo-nos muito inseguros. Não se pode admitir que as pessoas sejam mortas desta forma como se fossem galinhas. A Polícia deve reagir, explicar o que se esta a passar e evitar a todo o custo estes assassinatos", disse um morador da comuna.

Assaltos a não armada, violação de mulheres e assassinatos ocorriam com muita frequência na estação florestal do Quilómetro 30, que fica depois do Museu da Escravatura. "Foram tomadas medidas, vedou-se o polígono florestal e já há muito que não se ouve falar dos assaltos ou da morte de pessoas", disse o nosso contacto, admitindo que "nesta zona a Polícia conseguiu dar volta a situação",

Os moradores do Ramiros solicitam das autoridades mais acção e celeridade nos programas de iluminação pública, pois afirmam que a escuridão aumenta a onda de delinquência. Na comuna, também tem sido frequentes cenas de rap to de pessoas, cujos bens são depois levados pelos assaltantes. Há dias, um jovem motoqueiro foi interpelado por um grupo de meliantes que o raptaram, tendo sido abandonado em Talatona, nas imediações do Bela Shopping. "Felizmente, o pior não aconteceu porque os seus algozes apenas queriam apoderar-se da motorizada", contou uma testemunha.

"as assaltantes estão a vontade. Circulam no bairro e, em muitos casos, são conhecidos. A noite, entram em acção, na medida em que o patrulhamento policial neste período não tem surtido efeito, por causa da exiguidade de meios", constata Júlio Amado, antigo morador do Ramiro.

POSTO POLICIAL DO MUNDIAL 'AVACALHADO'

A mesma inquietação pela insegurança dos cidadãos do Ramiros repete-se no sector do Mundial, também a Sul da capital, no município de Belas, onde,

recentemente, os assaltantes chegaram mesmo a 'brincar' com as 'barbas' da corporação ao saquearem o Posto Policial, apoderando-se dos computadores e das armas.

De acordo com as nossas fontes, o agente que se encontrava de guarda foi desarmado e arnarrado pelos assaltantes que soltaram todos os presos que se encontravam nos calabouços, "Entre os presos postos em liberdade pela gang, encontram-se elementos altamente perigosos. Considerando que capturaram nesta operação perto de 30 armas, é de se prever que estas venham a ser utilizadas nas suas investidas contra os pacatos moradores indefesos", vaticina Almerindo Kavimbi, antigo vendedor de material de construção no mercado do bairro Mundial.

Este homem, de quase meia-idade, questiona: "Se a Policia e avacalhada desta forma que pode acontecer ao cidadão comum"? Soube-se que o comandante da unidade assaltada esta detido, presumindo-se que tenha culpas no 'cartorio', "Este insólito acontecimento tem de ser bem investigado. A meu ver, «comandante terá de explicar o que, de facto se passou", observou Almerindo Kavimbi.

UM 'NINHO' DE MELIANTES.

Sendo uma zona pacata, o Ramiros vem-se tornando, de ha algum tempo a esta parte, no ninho da delinquência. As nossas fontes indicam que elementos altamente perigosos, procurados noutras zonas da cidade de Luanda, como Sambizanga, encontram aqui um bom esconderijo.

"E neste ambiente calmo, onde aproveitam para planejar as suas acções, porque não encontram uma resposta eficaz das autoridades policiaais", refere o nosso contacto, acrescentando que, para alem da necessidade do aumento de meios e de homens para o patrulhamento, a própria população deve ajudar na denuncia dos criminosos.

CARACTERÍSTICAS

A comuna de Ramiros e uma das sete que pertencem ao Município de Belas e conta com um enorme potencial turístico, havendo já alguns restaurantes e hospedarias a funcionar com algum requinte. E uma passagem obrigatória para o litoral SuI do pais. As suas praias de areia limpa tem sido muito solicitadas por turistas internos e estrangeiros, principalmente aos fins-de-semana E uma zona de ondas propícias para os surfistas.

Há também a destacar o crescimento da rede bancária, com a presença dos balcões do Banco Bic,

Banco de Poupança e Credito (BPC) e o Banco de Fomento Angola (BFA).

Tem uma extensão territorial de 24 Km2, uma população estimada em 12.000 habitantes e seis bairros, bairros: Zona A, Zona BI, e Zona C, Cateba, Buraco e Tanque II. A prestação de serviços, a pesca e a agricultura de substancial são as principais actividades desenvolvidas nesta localidade; mas a agricultura tende cada vez mais a ser ofuscada, devido ao assalto aos terrenos para a construção habitacional.

"A com una esta a crescer rapidamente e, com o aumento da densidade populacional, surgem outras necessidades. E preciso resolver o problema da energia eléctrica, mas também da água e da segurança notou um jurista residente na circunscrição, para quem as autoridades deviam também olhar para a organização dos bairros, evitando as construções anárquicas.

"Estas construções desordenadas, com muitos becos e sem ruas, facilitam a delinquência e complicam o patrulhamento da Policia. Já estamos em paz e não se justifica que a administracao do Estado esteja a fazer vista grossa a muitos problemas que afectam directamente a nossa qualidade de vida", sublinhou.

Note-se que o município de Belas esta constituído por sete comunas, onde se inclui o Ramiros, Camama, Benfica, Barra do Kwanza, Mussulo, Vila do Estoril e Futungo II.

Cada uma das sete comunas e constituída por varies bairros, possuindo características próprias, não só pela localização, como também pelas actividades desenvolvidas e pelo respectivo crescimento populacional.

9.7 Criminalidade em Africa

Semanário A Capital

19 De Setembro de 2014

Texto: Francisco Mussulo

Esta realidade e vista pelos académicos como sendo "muito preocupante e lastimável" Angola e o 182 pais com maior índice de criminalidade em Africa, numa taxa de homicídios cifrada em 19.0%. A lista e encabeçada pelo Burundi com 21.7%. Os dados são da United Nations Office on Drugs and Crime (Serviços das Nações Unidas sobre Drogas e Crime). Esta realidade e encarada pelos académicos como sendo "preocupante e lastimável" , demonstrando segundo os mesmos a falta de eficácia e pragmatismo no combate ao fenómeno.

"E preciso agir. E preciso acabar com as praticas que em nada abonam a imagem do pais e do próprio processo de desenvolvimento económico e social", disse o sociólogo Armando Neves. Na capital angolana a criminalidade e muito acentuada em quase todos os municípios como na Centralidade do Kilamba, e nos municípios do Sambizanga, Cazenga, Cacuaco e Viana. "Temos assistido a vários crimes violentos. Os assassinatos tem sido muito frequentes", diz um morador de Viana De um modo geral, os munícipes ouvidos pelo Agora clamam por mais policiamento em zonas criticas, principalmente de Viana e Cacuaco que também tem sido consideradas como refugio dos malfeitores.

Enquanto isso, na América Latina, o Brasil tem a terceira maior taxa de homicídios, com 22,7 casos para cada 100 mil habitantes. O país fica atrás apenas da Venezuela (49) e da Colômbia (33,4). Em todo o mundo, 468 mil pessoas foram assassinadas em 2010. Desde 1995, a taxa de homicídios tem diminuído em países da Ásia, da Europa e da América do Norte. No entanto, a quantidade de mortes violentas tem aumentado principalmente na América Central e no Caribe.

10. AMBIENTE

10.1 Moradores do Wenge Maki fazem críticas às autoridades

Jornal de Angola
02 De Setembro de 2014

A população que vive junto à vala do bairro Wenge Maka, distrito do Kilamba Kiaxi, em Luanda, está preocupada por as autoridades não terem feito nada no Cacimbo para prevenir desastres na época da chuva.

A preocupação dos moradores foi manifestada à Angop pelo coordenador do bairro, que lamentou não ter sido feito nada além da retirada do amontoado de lixo que obstruía a passagem das águas da chuva.

Joaquim Marreta referiu a importância de demolir as casas que foram construídas no interior das valas de drenagem por muitas delas constituírem um perigo para a vida humana.

Em Abril, recordou, morreram duas crianças e um ancião naquele local devido à chuva que caiu na província de Luanda.

O coordenador do bairro Wenge Maka criticou os moradores por não darem importância às campanhas de sensibilização durante as quais são alertados para os perigos da construção de casas em áreas de risco.

"Constroem casas à noite ou aos fins-de-semana, quando as autoridades não trabalham", disse.

Uma fonte da Unidade Técnico distrito urbano do Kilamba Kiaxi informou à Angop que aquele órgão da Administração Distrital não dispõe de meios técnicos para desassorear as valas existentes na circunscrição.

Durante a época da chuva pesada, 113 casas ficaram inundadas no bairro Golfe, entre os meses de Outubro e Abril.

10.2 Japão apoia vítimas da seca

Jornal de Angola
09 De Setembro de 2014

As províncias do Cunene e da Huila, as mais afetadas pela seca que entre 2012 e 2013 assolou dez províncias, beneficiam de ações de intervenção no âmbito do reforço da resposta integrada contra o fenómeno natural. As ações são desenvolvidas na

sequencia de um apoio do Governo japonês que disponibilizou em Março 1,2 milhão de dólares destinados ao reforço da resposta integrada contra a seca que afeta em Angola cerca de 1,8 milhões de pessoas.

Um documento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), chegado ontem ao Jornal de Angola, revela que as ações de intervenção são desenvolvidas nas áreas da nutrição, saúde, proteção da criança, acesso a água tratada e a melhoria das condições de higiene e saneamento. As ações consistem na promoção de práticas de alimentação saudável, rastreio e tratamento da malnutrição severa, administração de suplementos de vitamina A, promoção de conhecimentos sobre práticas seguras de saneamento e higiene para a prevenção de doenças transmitidas pelo consumo de água imprópria e o fortalecimento das capacidades dos atores locais envolvidos na proteção da criança,

A seca, que atingiu no Cunene cerca de 543 mil pessoas e na Huila 583 mil, causou nas duas províncias perdas de produção de cereais e leguminosas na ordem dos 100 por cento e, consequentemente escassez de alimentos, originando problemas de saúde e nutrição na população.

Além disso, os pecos, construídos ou reabilitados no âmbito dos programas nacionais, secaram devido a redução da precipitação, forçando as pessoas a consumirem água imprópria, causadora de doenças diarreicas e outras de transmissão oral.

10.3 Governo japonês disponibiliza verbas para mitigação da seca no Sul do país

Jornal Agora
12 De Setembro de 2014
Texto: Graça Paulo

Uma delegação governamental, incluindo a representante do UNICEF e a embaixadora do Japão em Angola, esteve, recentemente, na Huila para se inteirar sobre as ações de resposta contra a seca, bem como da situação das populações afetadas.

A equipa de trabalho testemunhou a abertura do primeiro seminário sobre 'Proteção da Criança em Situações de Emergências' e visitou os projetos de abastecimento de água tratada às populações afetadas do município dos Gambos, bem como a Unidade Especial de Nutrição do Lubango.

Olívio Gambo, oficial de informação da UNICEF, disse ao Agora que, com o apoio japonês, o

Executivo Angolano esta a implementar ações de intervenção na área da nutrição, saúde, proteção da criança, acesso a água tratada e melhoria das condições de higiene e saneamento nas províncias do Cunene e da Huila, as mais afetadas pelas consequências da seca que assolou 10 regiões do país em 2012 e 2013.

Acrescentou que as ações em curso consistem na promoção de práticas de alimentação saudável, rastreio e tratamento da desnutrição severa, administração de suplementos de vitamina A, promoção de conhecimentos sobre práticas seguras de saneamento e higiene para a prevenção de doenças transmitidas pelo consumo de água imprópria e o fortalecimento das capacidades dos atores locais envolvidos na proteção da criança, para a prevenção e resposta a riscos de violação dos seus direitos, como, por exemplo, o trabalho infantil, o absentismo escolar, a negligência e a violência física.

No Cunene e na Huila, cerca de 543.000 e 583.000 pessoas, respetivamente, encontram-se afetadas pela seca que causou perdas de produção de cereais e leguminosas na ordem dos 100 por cento e consequente escassez de alimentos, originando problemas de saúde e nutrição na população. Além disso, a água da superfície foi evaporando, e os pecos construídos ou reabilitados por meio de programas nacionais secaram, devido a redução da precipitação, forçando as pessoas a consumirem água imprópria, causadora de doenças diarreicas e outras de infecção-transmissão oral.

A visita da Embaixada do Japão e da UNICEF a Huila, encabeçada pela diplomata Yoshiko Miura, foi realizada nos dias 8 e 9 do mês corrente.

10.4 Previsão de chuva acima do normal

Jornal: Jornal de Angola
18 De Setembro de 2014
Texto: Manuela José

Angola vai observar, no período de Outubro de 2014 a Março de 2015, chuvas acima do normal, anunciou em Luanda o técnico do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica Domingos Cuaia Quenda.

Domingos Quenda, que fez a apresentação das conclusões saídas da reunião de peritos sobre a previsão sazonal da Comunidade dos Países de Desenvolvimento da África Austral (SADC), realizada na Namíbia de 18 a 29 de Agosto, informou que "a previsão para Angola e de maior ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal

em todo o território nacional", O apresentador disse que há maior probabilidade de ocorrência de chuvas com tendência para acima do normal nas províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Malanje, Cuanza Norte, Huambo, Bié e Cuando Cubango.

Para as províncias do Namibe, Benguela, Luanda e Cunene a tendência é de chuvas normais para abaixo do normal. Segundo Domingos Quenda, a previsão foi elaborada com Segundo Domingos Quenda, a previsão foi elaborada com base nas condições das temperaturas da superfície do mar ocorridas durante o mês de Julho, onde foram observadas que o grau de precisão tende a ser maior a medida que se aproxima do período da sua validade (chuvas).

A antevisão climática de Outubro a Dezembro de 2014 para a região da SADC e de uma ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal em quase toda a sua extensão. De Janeiro a Março de 2015, a maior parte da região da SADC vai registar chuvas normais com tendência para acima do normal, com excepção da zona I, que cobre o norte de Angola e a República Democrática do Congo.

A par da apresentação feita sobre a previsão das chuvas no período que se avizinha, o director geral adjunto para a área técnica do Instituto Nacional de Meteorologia, Francisco Osvaldo, apelou a população para acompanhar as actualizações que vão ser feitas mensalmente, de Outubro a Fevereiro, sendo este o período das plantações de algumas culturas em Angola.

Base de dados

Na ocasião, o chefe do departamento de riscos dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Carmo Montenegro, disse que com base nos dados apresentados, a direcção nacional vai trabalhar no plano de contingência para as zonas de riscos das cheias e inundações. O levantamento das zonas de riscos já foi feito em todo o país. Carmo Montenegro referiu que apesar das provisões apresentadas para Janeiro a Março de 2015 (chuvas acima do normal), os serviços de Protecção Civil e Bombeiros também estão preparados para casos de estiagem. "Temos já preparados os meios humanos e técnicos em caso de surgimento de estiagem", reforçou.

10.5 Cada vez mais gente em zonas de risco

Jornal A Capital

20 De Setembro de 2014

O bairro Catinton, distrito urbano da Maianga, em Luanda, encontra-se o famoso riacho Catinton, Entretanto, abarrotado de lixo, fazendo com que a água que nele circula se apresente esverdeada, De igual modo, as ravinas e valas que serpenteiam o mesmo bairro, encontram-se encharcadas e apresentam larvas, sinal de insanidade total.

Por este triste retrato, há muitas residências abandonadas pelos proprietários, algumas delas reduzidas a escombros pelas chuvas anteriores. Conceição Pedro, natural do Kwanza-Suí, mora no Catito há mais de oito anos, como outros moradores, tem a casa nas bermas do riacho mesmo sabendo da insegurança a que esta exposta. Ao descrever o drama que vive quando chove, aquela moradora adiantou que as casas inundam, ao ponto de as pessoas terem de levar filhos e haveres para as residências dos familiares noutros pontos da cidade.

O que sobrar, segundo ela, é arrastado pelas águas. Algumas acabam desabadas, não raras vezes provocando mortes.

"Tem sido uma verdadeira catástrofe. Repete-se ano apos ano. Pior é que o nosso grito de socorro não é ouvido", lamentou a moradora.

Outro morador do Catinton com quem o A Capital falou é Eliazar Nahoie. A casa dele situa-se a cerca de 40 metros do riacho pútrido. Contou que nesta altura, a sua família assim como os restantes moradores, já estão preparados para o que der e vier, pois, todos os gritos de socorro lançados as autoridades no sentido de, pelo menos, alargarem o riacho em causa, não resultaram.

"Assim que se aproxima a chuva muitas pessoas já tem as malas feitas, porque aqui a chuva mata eleva tudo", informou.

Por sua vez, Norberto Miranda, um professor que também vive naquela circunscção, considerou que vive naquela zona e como ser refugiado na própria terra. Norberto criticou a inação das autoridades que não aproveitam o tempo seco para fazerem obras de melhorias nos esgotos e valas de drenagem, o que em sua opinião esta na base das cheias catastróficas que desgraçam moradores da zona no tempo de chuva.

"As autoridades sempre dizem que Luanda não esta preparada para receber chuvas, quando são elas que de vem prepara-la", ironizou.

No município de Viana o cenário é semelhante. A chamada lagoa do porto seco que fica defronte ao mercado I outro monstro que ameaça a segurança dos moradores do bairro Apalanca, cujas casas se encontram proximal a mesma.

La, tal como no Catinton, a população esta preocupada com o chegar das chuvas, uma vez que quando a chuva inunda, as águas invadem as moradia e matam pessoas.

Alfredo Sabino e João Ferreira residentes nas proximidades do lago.

Firmara que perante o silêncio do Governo, por si mesma, a população tinha aberto uma vala que desviasse as águas, porem, infelizmente a mesma entupiu-se, o que nesta altura de chuvas, aumenta a insegurança dos moradores.

Encontramos na Boavista dona Domingas Pedro a evacuar a agua de dentro de casa para fora, apesar de não ter chovido ainda. Abriu-nos as portas para mostrar a realidade em que vive.

Na verdade, o quadro é lastimável. A água brota do chão sem parar e a chuva vem apenas para piorar. Mosquitos, girinos, vermes e cheiro nauseabundo, foram os que nos receberam. Para diminuir a quantidade da água ela usa uma motobomba.

E este não era um caso isolado. Nas mesmas condições estão Rosalina Kosi e João Laurindo. Ambos descortinaram as cortinas e mostraram a nossa reportagem como vivem. Águas escuras, larvas e mosquitos, partilham, igualmente, o mesmo espaço com as pessoas.

De acordo com os nossos entrevistados, a situação é antiga, mas recordam que há quase um ano, uma equipa composta por membros da Administração local, visitou a zona e enumerou as casas para posterior transferência, Porem, de la para ca a situação mantém-se.

No Golfe II, mais concretamente junto a escola Angola e Cuba, município do Kilamba-Queixai, a situação é igualmente caótica, As paredes das residências escondem cenas de suster a respiração,

E que, ao que podemos constatar, algumas famílias partilham o mesmo teto com girinos, varias espécies de vermes, mosquitos, envolvidos por mau cheiro devido as aguas paradas, inclusive dentro das casas.

Maria Joaquim e Cristina Pedro, que vendem na pracinha frente a escola Angola e Cuba, disseram a este jornal que, mesmo sem chuva, as vezes e preciso evacuar a agua do interior das residências com baldes. Outras vezes, sustentam, são obrigados a mudar de quartos durante a noite, pois, acreditam que naquela zona há um lençol de água.

"Viver aqui e um sofrimento", lamentaram, em concordância, acrescentando que as inundações, na maioria das vezes, são causadas pelos aglomerados de lixo que obstruem a passagem de agua, Como com sequencia destas situações todas descritas, um fenómeno surgiu. o nomadismo. Os moradores destas zonas vivem num vai e vem que consiste em abandonar as residências no tempo de chuva e voltam no tempo seco. Há quem já tenha, mesmo, abandonado definitivamente a casa e encontrado outras formas de vida.

Um exemplo do facto e Fernando Faísca. Ele avançou que foi obrigado a sair do Catinton e mudar-se para o Mundial, uma vez que já não suportava a desgraça, "Era demais", atestou.

Perante este quadro que ainda ameaça varias famílias, muitos moradores propuseram soluções. Alguns acreditam que uma boa drenagem das valas, resolveria o problema, outros, defendem que uma limpeza dos esgotos e o alargamento dos riachos, por exemplo no Catinton, seria a saída.

Outrossim, a transferência das pessoas das zonas de risco para outras mais seguras, seria a solução ainda melhor. O problema e que nem todos pensam assim ate mesmo os que deviriam pensar.

10.6 INAMET apela para cuidados redobrados nas chuvas

Semanário Folha 08

20 De Setembro de 2014

Entre Outubro de 2014 e Março de 2015 irá observara-se chuvas acima do normal em grande parte do País, segundo anúncio do (Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) com base as conclusões da reunião de peritos sobre a previsão sazonal da Comunidade dos Países de Desenvolvimento da África Austral (SADC), realizada na Namíbia de 18 a 29 de Agosto.

Segundo o director geral adjunto, Domingos Cuaia Quenda "a previsão para Angola é de maior ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal em todo o território nacional".

No entanto, acrescentou, há maior probabilidade de ocorrência de chuvas com tendência para acima do normal nas províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Malanje, Cuanza Norte, Huambo, Bié e Cuando Cubango. Para as províncias do Namibe, Benguela, Luanda e Cunene a tendência é de chuvas normais para abaixo do normal. A referida previsão, segundo o técnico, foi elaborada com base nas condições das temperaturas da superfície do mar ocorridas durante o mês de Julho, onde foram observadas que o grau de precisão tende a ser maior à medida que se aproxima do período da sua validade (chuvas). Diante a referida estimativa, o INAMET recomenda a adopção de precauções necessárias e cuidados básicos, desaconselha as pessoas a estarem debaixo de postos eléctricos e árvores, manterem cuidado com as áreas de riscos quando ocorrerem chuvas acompanhadas de trovoadas.

Por outro lado, a antevisão climática de Outubro a Dezembro de 2014 para a região da SADC é de uma ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal em quase toda a sua extensão.

De Janeiro a Março de 2015, a maior parte da região da SADC vai registar chuvas normais com tendência para acima do normal, com excepção da zona I, que cobre o norte de Angola e a República Democrática do Congo.

A par da apresentação feita sobre a previsão das chuvas no período que se avizinha, o para a área técnica do Instituto Nacional de Meteorologia, Francisco Osvaldo, apelou à população para acompanhar as actualizações que vão ser feitas mensalmente, de Outubro a Fevereiro, sendo este o período das plantações de algumas culturas em Angola.

Por ocasião da apresentação dos dados o chefe do departamento de riscos dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Carmo Montenegro, garantiu que se irá trabalhar no plano de contingência para as zonas de riscos das cheias e inundações.

10.7 Buracos e charcos em estradas de Luanda antes das chuvas

Jornal O País

29 De Setembro de 2014

Texto: Suzete Paulo

O estado de uma parte das estradas na cidade de Luanda pode ser caracterizado pela falta de manutenção, o que se nota com a degradação do asfalto. E o caso da via que vai do Calemba 2 ate ao local da antiga rotunda do Camama, no distrito

do Kilamba Kiaxi. A circulação nesta via é precária e os buracos no piso podem provocar destruição dos automóveis. Os engarrafamentos e a poeira estão, segundo utentes ouvidos por o País, na origem de doenças como o stress, problemas pulmonares, e tosse.

A degradação da via é causada por um conjunto de factores, como a retenha da águas das chuvas, as mas condições de saneamento básico e a acumulação do lixo resultante da actividade das vendedeiras que fazem os seus negócios a margem da estrada.

Entretanto, numa ronda feita esta semana, o País apurou que em alguns municípios e distritos de Luanda a preocupação com a melhoria das vias é generalizada.

10.8 Transtorno

Jornal O País

29 De Setembro de 2014

O caso do troço que liga o antigo mercado Roque Santeiro ao porto de Luanda é dos que mais preocupam.

Aos os buracos e águas paradas juntam-se, alguns automóveis pesados avariados. Tem sido um transtorno para quem em que circular por esta via todos os dias. Ali as regras de transito não se fazem sentir totalmente, com os automobilistas a realizar manobras perigosas, acabando muitas delas em acidentes.

Adelina Cassinda (19 anos), moradora do distrito, lamenta a triste imagem a zona que a viu crescer. questiona-se sobre o surgimento de buracos e águas paradas. "Os esgotos estão todos entupidos com lama e lixo, é por isso que há sempre presença de águas paradas nas estradas, O que tem se tornado fonte de algumas doenças como o paludismo e as diarreias, principalmente em crianças". Ela também aponta o dedo aos contributos" dos moradores que deitam água para o asfalto. Adelina apela ao Estado para reparar a estrada e colocar novos esgotos, porque os moradores já se encontram preocupados com as chuvas.

Durante a nossa reportagem as queixas repetiam-se. "Para que pagar as taxas de circulação"? Questionavam os automobilistas. Alguns populares por seu lado exclamavam um "já perdemos a paciência."

II. IMIGRAÇÃO

II.1 Centralidades vão mendigar problemas habitacionais

Jornal A Capitão

06 De Setembro de 2014

Texto: Presbítero Ludange

Estimativas disponíveis indicam que a oferta habitacional continua a ser diminuta perante a demanda acumulada, embora não existam dados exactos que permitam quantificar a dimensão do défice habitacional em Angola.

Mas o que é certo, segundo o arquitecto António Gameiro, a lacuna habitacional actual andarà ao redor de mais de 50% da população adulta.

"Que é acima de 50% daquilo que é o parque habitacional, não há dúvidas", estimou o especialista.

O arquitecto espera, entretanto, que recém terminado censo populacional ajude a ter uma ideia mais precisa em relação a quilo que é o défice nacional.

"E isso vai nos permitir redefinir as políticas habitacionais em função daquilo que são as reais necessidades do universo populacional", disse.

Seja como for, as autoridades acreditam que a oferta prevista com a construção de novas centralidades vai concorrer em grande medida para a redução do défice habitacional existente.

"Já estamos a falar na ordem de mais de 350 mil habitações", avançou, o que, para ele, "quando estiverem prontas vamos saber qual é a população alojada e, daí, ter uma ideia em relação aquilo que era antes da construção dessas habitações, qual foi a cobertura populacional que elas absorveram".

António Gameiro falava à margem de uma conferência que se debruçou sobre a estratégia do Presidente Eduardo dos Santos na solução dos problemas habitacionais em Angola, onde levantou como um dos grandes problemas a questão do acesso às unidades residenciais a serem disponibilizadas.

Mas, certo mesmo é que começa a existir uma oferta cada vez maior de unidades habitacionais, como, aliás, também reconhecem entidades como consultor Nelson Rêgo.

A criação pelo Estado de instrumentos financeiros como o fundo de fomento habitacional, assim como a introdução do mecanismo de renda resolúvel, que

tornam promissor o futuro do mercado imobiliário angolano, são factores que levam a que Rêgo acredite, também, em tal possibilidade.

"Vão permitir as pessoas aceder à habitação como não conseguiam no passado", disse em tempos o especialista, numa referência aos aludidos instrumentos.

O consultor admite tal hipótese pelo facto de tais mecanismos garantirem acesso a créditos para fim habitacional a custos menos onerosos, o que, segundo ele, vai também tomar essa habitação com mensalidade de acordo com a possibilidade da população".

Fontes bancárias revelaram a este jornal que o crédito habitacional tem sido nos últimos tempos uma das modalidades de empréstimo mais solicitadas no mercado. Mas é também o produto que a banca menos coloca, com a facilidade desejada, à disposição do mercado.

Entidades como o bancário Mário Mendonça, responsável por uma das agências do Banco de Poupança e Crédito (BPC) fazem saber que jovens dos mais vários estratos bateram em portas daquela instituição financeira com um propósito: obter um empréstimo destinado à aquisição de uma habitação condigna.

Entre as centenas de pessoas que procuraram pelo BPC está o professor Jorge Panzo, que para mal dos azares, saiu, pela segunda vez consecutiva, mal sucedido, assim como Marta João cujo pedido continua a espera de aprovação junto daquele banco de capitais públicos.

"Não me dizem nada até agora", situou-nos Marta, desesperada.

Se Marta João ainda aguarda por uma resposta do banco, para Jorge Panzo, a possibilidade de um "sim" parece remota, razão pela qual já pensa em tentar a sorte noutros bancos, à semelhança do Banco de Fomento Angola (BFA), onde, segundo fonte junto daquela instituição, já perfilam inúmeros processo com a mesma finalidade, ou seja, solicitando acesso à crédito à habitação.

Operadores bancários admitem que aumento da pedidos para crédito habitacional esteja associado à corrida aos apartamentos nas quatro centralidades na província de Luanda, onde os preços, pelo menos na primeira fase, a traíram o interesse de boa parte de cidadãos detentor de um rendimento médio.

Ocorre, entretanto, que são poucos os candidatos que se dizem ter saído bem sucedido junto dos bancos.

Inibidos pelos riscos

Responsáveis de bancos justificam a quase "inexistência" do crédito à habitação com explicações que poderão não convencer quem se bate por uma habitação de sonho. Sublinham que o produto em causa é, no conjunto dos que a banca coloca a disposição do mercado, o que mais está associado aos riscos que afundam o negócio bancário.

Pelo menos é o que se deduz das declarações do bancário Mário Mendonça, que apresenta como razões o facto de existirem no mercado factores que "limitam aquilo que pode ser o potencial de um produto tão importante quanto o crédito habitacional".

Mendonça referia-se mais propriamente a factores que se prendem com o facto de serem bastante insignificantes os depósitos de longo prazo, enquanto fontes que, à partida, sustentariam os empréstimos para projectos habitacionais.

"A nossa estrutura de depósito é feita por depósitos de curto e médio prazos quando o crédito habitacional exige claramente reembolso de longo prazo", disse o bancário, que se serve desse mesmo argumento para explicar a imaturidade do sistema financeiro face a este aspecto concreto.

Além disso, segundo disse, as garantias que se oferece não dão total segurança ao banco de que o cliente venha, ao cabo do tempo acordado, reembolsar o dinheiro a si confiado.

"Muitas vezes, o credor perde a capacidade de honrar os termos do contrato logo nos primeiros anos", disse o bancário, referindo-se a casos em que o cliente se vê desprovido de rendimento em consequência de eventual perda de emprego, uma vez ser esta uma das condições para que os jovens se possam habilitar a um crédito habitacional. Para além disso, acrescenta, coloca-se ainda o facto do mercado continuar a ser de alguma incerteza, um pouco devido à lição apreendida aquando da crise económica mundial, o que, segundo o economista, leva os bancos a cederem crédito com alguma prudência e, em alguns casos mesmo, fechando-se por completo quando sobre a mesa estiver pedido relativo a um crédito à habitação.

Mesmo assim, Mário Mendonça diz existir no mercado um ou outro banco que, como sublinhou, "se expõe ao risco de financiar a compra de uma habitação". E quando tal sucede, segundo disse, fazem-no sob critérios muito mais rígidos, com taxas de juro a serem o obstáculo para quem se apresente a

um banco concorrendo para a obtenção de um crédito habitacional.

O bancário reconhece que os juros praticados no mercado são ainda elevados, o que, segundo disse, condiciona a concretização do sonho de casa própria para muitos jovens angolanos. Uma realidade reconhecida em tempos pelo director do Instituto Nacional de Habitação, Eugénio Correia.

É que a taxa de juro para um crédito à habitação está, segundo números disponíveis, situada em 30 por cento, o que, aos olhos de Eugénio Correia, representa uma autêntica especulação, para além de ser impraticável em qualquer parte do mundo.

Em declarações públicas, o responsável disse que em nenhum momento se habilitaria a aquisição de uma casa com recurso a um crédito contratado em condições similares às praticadas pela banca angolana.

1.1.2 País gasta perto de 70 milhões de kwanzas por semana para expulsar imigrantes ilegais

Jornal Agora

12 De Setembro De 2014

Texto: Ereneu Maquina

Dados avançados pelos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME) referem que, por cada um dos imigrantes em situação ilegal, o país gasta cerca de 7 mil dólares até ao seu Expatriamento.

A par destes valores, fazem-se, igualmente, contas referentes as despesas, com a manutenção no estabelecimento prisional, alimentação, saúde, água e luz.

Alem das avultadas somas em dinheiro, o país corre o risco de sofrer alterações demográficas, desestruturação dos valores culturais, sobretudo no que tange a linguística, hábitos e costumes. "Esta situação pode provocar desarranjos na aplicação das políticas de governação, tendo em atenção as variações constantes da densidade populacional", diz fonte afeta ao Executivo.

Em contrapartida, a UNITA, partido na oposição, defende a reestruturação das políticas migratórias,

O 'Galo Negro', na voz de Alcides Sakala, especialista em Relações Internacionais, entende que as questões das migrações tem a ver com as políticas internas vigentes nos países de onde os imigrantes são originários. Sakala é de opinião que os líderes políticos dos países afetados por este fenómeno

devem procurar políticas, visando entender as causas e por via disso, estabelecer mecanismos de controlo tendentes a evitar que o fluxo de imigrantes seja tao elevado a ponto de afetar a soberania do estado de destino.

"Nós, enquanto partido, temos estado a apelar para que os líderes políticos encontrem formas de cooperar para juntos lidar com o fenómeno", defende Sakala.

De igual modo, o também analista para os assuntos internacionais considera que, embora fenómeno seja milenar, a subida do movimento migratório e sinal de que os mecanismos de controlo das fronteiras de Angola estão ainda aquém de responder as exigências necessárias a sua intangibilidade.

"Precisamos de mais homens e meios nas fronteiras, mas também se deve acabar, imediatamente, com a corrupção, porque, por vezes, os imigrantes ilegais só entram no país com o auxílio da Policia que guarda as fronteiras e os postos no interior; também encontram ajuda de determinadas pessoas que os recebem em troca de algum valor", sugeriu, acrescentando que alguns vem para procurar melhores condições de vida e de segurança, mas outros para delapidar os recursos económicos do país.

"E por isso que alguns tem por destino as zonas de extração de diamante, e outros fomentam comercio ilegal no país", observou Sakala, para quem as politicas de exclusão são o grande facto do surgimento deste fenómeno, dando exemplo da população residente em Kalueke, região fronteira de Angola com a Namíbia, onde, segundo o mesmo, a população afeta a UNITA não tem direito a agua potável nem a medicamentos, ao mesmo tempo que e obrigada a fazer tratamento no território namibiano. "No limite do sofrimento, esta população pode imigrar na tentativa de procurar melhores condições de vida", concluiu.

Dados do SME divulgados na terça-feira indicam que, entre 28 de Agosto e 3 de Setembro, foram expulsos 1.054 estrangeiros por via administrativa e 18 por via judicial.

A fonte diz estarem detidos, nos Centros de Detenção de Estrangeiros ilegais, 629 elementos que aguardam pela formalização do expatriamento.

Ficou, inclusive, confirmada a noticia segundo a qual mais de 200 cidadãos portugueses tentaram entrar em Angola, usando documentos falsos.

Os dados disponíveis reportam ainda a detenção do uso de passaportes falsos de cidadãos brasileiros, Moçambicanos, nigerianos, libaneses, mauritanianos,

egípcios, chineses, cubanos, ucranianos, turcos, jordanianos, macedónios, malawis e costamarfinenses.

Empresas acusadas De Colaborar Com Os Imigrantes Ilegais.

Os SME afirmam ter 'desmontado' o esquema de trafico de influencia usado por algumas empresas, que incluem pagamentos a redes clandestinas dentro e fora de Angola, para a obtenção de visto de trabalho, valores que rodam entre cinco mil a 12 mil dólares por cada Oficialmente, o processo para a obtenção de um visto de trabalho em Angola, a partir dos consulados do pais no estrangeiro, ronda o equivalente em Kwanzas a 400 dólares, o balancé dos SME aponta que, na semana entre 28 de Agosto a 3 de Setembro, por infrações migratórias, foram sancionados com multas 144 cidadãos e 18 empresas.

Ainda na área das interações migratórias, por violação do regime jurídico dos estrangeiros vigente, foram sancionados com multas 90 indivíduos e 36 instituições.

Também durante a Ultima semana, os SME contabilizaram a entrada, através dos postos de fronteira terrestre, fluvial, aérea e marítima, de 15472 pessoas e a saída de 14838, números que se traduzem num aumento no movimento em relação ao período anterior.

Durante um debate ocorrido na Assembleia Nacional, em Maio Ultimo, o Chefe do Estado-Maior General das FAA, Sachipengo Nunda, afirmou estar preocupado com situação e defendeu, na ocasião, que fossem severamente punidos os cidadãos que apoiam a imigração ilegal para Angola.

Em defesa das suas afirmações, a general disse que a imigração e uma seria ameaça a soberania do país.

Esta posição já tinha sido defendida noutras ocasiões pelo atual ministro da Defesa, João Lourenço, e pelo comandante-geral da Policia, Ambrósio de Lemos.

Enquanto isso, as organizacoes internacionais sobre os Direitos Humanos reconhecem ser necessário o combate ao fenómeno, mas alertam para a preservação da dignidade humana.

Numa palestra realizada recentemente em Luanda, o coordenador da Organização Humanitária Internacional informou entender que, embora a imigração ilegal seja um perigo para a economia de qualquer território, e preciso não perder de vista o que dizem os tratados internacionais sobre a questão,

"Todo o processo de repatriamento deve obedecer a normas de garantia dos direitos humanos", afirma, lembrando que, perante estes protocolos internacionais, "o Estado tem um compromisso com o respeito mútua e a primado da lei no tratamento destes cidadãos, mormente na proteção dos seus direitos fundamentais".

11.3 Centenas de estrangeiros ilegais repatriados

Jornal: Jornal de Angola

16 De Setembro 2014

Texto: Jaqueline Figueiredo/Soyo

O município do Soyo assistiu no passado fim-de-semana ao repatriamento de 564 estrangeiros, maioritariamente da Republica Democrática do Congo (ROC), por entrada e permanência ilegal no território nacional.

Os indivíduos, 392 homens, 86 mulheres e igual numero de crianças, foram interpelados e detidos em diversas ocasiões no âmbito da operação Kissonde que os órgãos do Ministério do Interior realizam na região há uma semana.

O porta-voz da operação Kissonde, intendente Manuel Justino "Kinito" que balanceou a acção policial, apontou O envolvimento de estrangeiros em diversos crimes violentos na região, associados a entrada e permanência ilegais no território nacional, como base da operação Kissonde no Soyo.

O porta-voz afirmou que o índice de criminalidade na região "não é alto, mas os poucos crimes violentos cometidos pelos imigrantes ilegais assustam a população". Ofensas corporais graves e assaltos a residências com recurso a armas brancas, como catanas e canivetes, foram denunciados.

Envolvimento de seitas

O intendente Manuel Justino aponta igualmente O envolvimento de diversas seitas religiosas sedeadas no Soyo na promoção e auxílio a imigração ilegal ao território nacional."Muitos pastores de diferentes seitas religiosas dão guarida aos imigrantes ilegais e, tendo em conta os seus hábitos e costumes, tivemos de começar por atacar os crimes muito violentos, tais como assalto a residências e agressões aos seus proprietários, causando-lhes danos físicos graves", disse. A operação Kissonde no Soyo vai continuar, no sentido de manter a ordem e tranquilidade no seio da população e reduzir a violação das fronteiras nacionais.

Auxílio a ilegalidade

Um cidadão nacional foi condenado no último fim-de-semana pelo Tribunal Municipal do Soyo a seis meses de prisão efectiva e quatro meses de multa, crime de promoção e auxílio a imigração ilegal na região.

António Frederico, 28 anos, foi ainda condenado a pagar 26 mil kwanzas de taxa de justiça e dois mil kwanzas de emolumento para o seu defensor officioso.

O cidadão foi surpreendido no interior da sua residência com dois estrangeiros ilegais da Republica Democrática do Congo (RDC). "A operação Kissonde tem como objectivo o combate ao crime de imigração ilegal e contrabando de combustível e travar o envolvimento maciço de estrangeiros com destaque para os da Republica Democrática do Congo nos diversos os crimes na região", disse, para acrescentar que a Policia verificou que em todo o crime registado há o envolvimento de elementos da Republica Democrática do Congo.

"Por esta razão, e de forma a baixar o índice da criminalidade e devolver o sentimento de tranquilidade a população, o Ministério do Interior decidiu realizar esta operação para ver se nos próximos dias os cidadãos podem respirar de alívio."

Fuga de capitais

Um cidadão da Republica Democrática do Congo foi detido com 44 mil dólares, quando tentava transpor a fronteira.

O porta-voz da operação Kissonde disse que o indivíduo, que tripulava uma embarcação artesanal, foi interpelado no canal fluvial Curva-Curva, pelo efectivo da Policia Fiscal, que suspeitou em função do seu comportamento. A lei permite apenas o transporte de 15 mil dólares, No período em referência, houve a apreensão de nove mil litros de combustível, que eram transportados em embarcações artesanais para a Republica Democrática do Congo, ao longo do rio Zaire.

11.4 Moxico começa a receber repatriados

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2014 J

Texto: José Rufino

O processo de repatriamento voluntário registou ontem, no Luau, o regresso de oito mil angolanos que

se encontravam a viver na República Democrática do Congo (RDC) com o estatuto de refugiados.

O representante do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), Alfredo Leite, que acompanhou o processo de repatriamento dos refugiados, disse que o Governo e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) calculam que 26 mil angolanos a viverem na República Democrática do Congo manifestaram o desejo de regressar a Angola, através dos diferentes postos fronteiriços do país. Leite garantiu que o Executivo está a fazer tudo para, num curto espaço de tempo, os angolanos que vivem na República Democrática do Congo com o estatuto de refugiado regressarem ao país. O representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados em Angola, Hans Lunshaf, salientou que há alguns anos

que a organização desenvolve políticas e estratégias para resolver o problema dos refugiados angolanos e garantiu que vai trabalhar com os governos dos dois países no sentido de continuar a apoiar o processo de repatriamento.

A vice-governadora do Moxico para o sector Político e Social, Adriana Sofia Bento, que chefiou a delegação angolana, agradeceu ao governo congolês por ter acolhido os angolanos que naquele país procuraram abrigo, durante o conflito armado que o país viveu durante muitos anos. Garantiu ainda que estão criadas todas as condições para a reinserção dos angolanos, em termos de alojamento, alimentação, saúde e registo civil, para a obtenção do documento de identificação pessoal.

No local de acolhimento já foram postas tendas, uma cozinha, um posto de saúde para fazer as triagens médicas e um jango.

A província da Lunda Norte está a criar as condições logísticas e jurídicas para acolher os 1.814 angolanos antigos refugiados na RDC, informou o director provincial do Ministério da Reinserção Social. Neste momento, decorre o processo de identificação conjunta entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o Executivo e o Governo da República Democrática do Congo, para a entrega da documentação oficial aos cidadãos.

O único documento aceitável neste momento é o salvo-conduto original para os que pretendem regressar ao país. Para o cônjuge estrangeiro, é atribuída a identificação de residente no país de opção, em Angola ou na RDC. O repatriamento dos cidadãos provenientes das regiões congolêsas de Cahemba e Katanga vai ocorrerem tempo oportuno e em duas fases, para os municípios de Caungula e

Cambulo. À chegada vão receber alimentação para seis meses, chapas de zinco e apoio em transporte para as áreas onde pretenderem instalar-se. O processo de repatriamento voluntário e organizado dos 29.659 ex-refugiados angolanos que se encontram na RDC começou no mês passado, com um grupo de angolanos provenientes de Kinshasa.

Os 29.659 candidatos ao repatriamento voluntário têm como destino final as províncias do Moxico (8.413), Uíge (7.667), Zaire (4.783), Lunda-Sul (2.427), Lunda Norte (1.814), Malanje (788), Luanda (586), Bengo (397), Huíla (262), Benguela (236), Huambo (119), Cuanza Sul (103), Cuanza Norte (79), Cabinda (44), Namibe (4), Cuando Cubango (2).

1.1.5 Polícia reforça meios para combater imigração ilegal

Jornal de Angola

30 De Setembro de 2014

Texto: Jaqueline Figueiredo

O objetivo é evitar fluxo de entrada ilegal de estrangeiros no território nacional. O comissário-chefe, que falou no final de uma visita de algumas horas que efetuou ao Soyo, anunciou que esta a movimentar efetivos de outras unidades para reforçar a Polícia de Guarda Fronteira na província e conter a imigração ilegal.

"Estamos a atrair para o Soyo mais homens de outras unidades e alguns meios motorizados e, com apoio do Comando Provincial, mais viaturas vão ser colocadas em disposição para incrementar operações de fiscalização fronteiriça e conter a onda de imigração ilegal", disse.

Em relação aos meios náuticos, garantiu que conta com o apoio do Governo Provincial, que se comprometeu em colocar em disposição do efetivo um meio aquático que vai também servir para aumentar a fiscalização fronteiriça, o oficial superior afirmou que a Estrada Nacional Soyo Nzeto é tida como a via preferencial usada pelos estrangeiros ilegais para atingir a capital do país. Por isso, vai ser vigiada a tempo integral. "Tendo em conta o estado da província do Zaire, em particular Soyo, viemos novamente orientar o incremento das ações ao longo da via entre o Soyo e o Nzeto, particularmente nas '12 pontes', em função da pressão que se tem realizado no Soyo e em Luanda", disse.

No âmbito da operação Quissonde, na qual participou também o efetivo da Polícia de Guarda Fronteira, o comissário-chefe António Pedro Candela manifestou-se satisfeito em função dos resultados

positivos obtidos. A operação permitiu deter cerca de dois mil estrangeiros ilegais, que já foram repatriados há quase um mês em menos de dois meses, esta foi a segunda visita do comissário-chefe António Pedro Candela na província do Zaire, em particular ao Soyo, no âmbito do reforço da fiscalização fronteiriça e combate ao fenómeno imigração ilegal na região.

Efetivos expulsos

O Ministério do Interior expulsou compulsivamente domingo último um oficial superior afeto ao Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), no município do Soyo, província do Zaire, por conduta indecorosa, soube o Jornal de Angola de fonte policial. Emílio Adão, que ostentava a patente de superintendente de migração, foi despromovido e expulso das fileiras do Serviço de Migração e Estrangeiros na província do Zaire, no âmbito de um processo disciplinar instaurado contra si.

O intendente-chefe Rafael Mingas Vumbi, em representação do delegado do Interior, comissário Manuel Gouveia, disse que a expulsão do oficial deve servir de exemplo e de reflexão para todos, que devem pautar por um comportamento digno e cumpram a missão de forma correcta e sem excessos. Emílio Adão, ex-oficial do SME, expulso depois de 24 anos de serviço, disse desconhecer os motivos da sua expulsão e já deu entrada do recurso na Justiça.

Centenas de ilegais detidos

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) deteve nos municípios de M'Banza Congo e Soyo, provincial do Zaire, 619 estrangeiros de diversas nacionalidades por entrada e permanência ilegal em Angola.

Em comunicado de imprensa citado pela Angop, em M'Banza Congo, o Comando Provincial do Zaire da Policia Nacional informa que foram detidos, nos últimos sete dias, pela Policia de Guarda Fronteira na província do Zaire, 26 cidadãos e frustradas oito tentativas de violação dos marcos fronteiriços por tentativa de transposição ilegal do perímetro fronteiriço que delimita os dois países vizinhos (Angola/Republica Democrática do Congo).

A nota acrescenta que neste período, as autoridades policiais destacadas na fronteira detiveram também um cidadão angolano acusado de facilitar a entrada ilegal de estrangeiros em território nacional.

Apos o registo operativo, os imigrantes ilegais usaram as localidades fronteiriças do Luvo e Mpala (M'Banza Congo) e Soyo.

Entre os estrangeiros, constam cidadãos da Republica Democrática do Congo, do Congo Brazzaville,

Irlanda, Grã-Bretanha e Índia, que nos próximos dias são repatriados para os países de origem. As autoridades detiveram também cinco cidadãos angolanos, por alegada promoção e auxílio na imigração ilegal. A província angolana do Zaire partilha 330 quilómetros de fronteira com a região do Baixo Congo (Republica Democrática do Congo).

